



PUCPR

V 5 | N 2 | 2020

CADERNO TEOLÓGICO

Religião, ciência e arte em tempos pandêmicos

Caderno Teológico

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

ISSN 2318-8065

Prefixo DOI <http://doi.org/10.7213/2318-8065>

Iniciada em 2013 com o intuito de socializar trabalhos de conclusão de curso de discentes da graduação em Teologia da PUCPR, o Caderno Teológico publicou três volumes nesse formato. Em 2018, a revista foi acolhida pelo Programa de Pós-Graduação em Teologia com escopo ampliado e retornou suas atividades editoriais em 2019. Atualmente, o Caderno Teológico é uma publicação semestral que está vinculada à Graduação em Teologia, à Graduação em Ciências da Religião e ao Programa de Pós-Graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), ISSN 2318-8065.

O Caderno Teológico tem por **missão** veicular trabalhos científicos que contribuam ao avanço da pesquisa na área de Ciências da Religião e Teologia, bem como em suas interfaces. Assume, desta forma, a pluralidade de elaborações teóricas de doutores e não doutores, com especial atenção à produção discente. Valoriza-se o trabalho crítico, atualizado, dialógico e interdisciplinar. A revista publica trabalhos na forma de artigos, resenhas e resumos de monografias, dissertações e teses da área de Ciências da Religião e Teologia (em especial da PUCPR). Os trabalhos serão submetidos à avaliação da Comissão Editorial e de Avaliadores ad hoc pelo sistema *double blind peer review* (dupla revisão cega por pares). A seleção levará em consideração a originalidade, relevância e qualidade metodológica e científica. Será avaliada, também, sua adequação às normas da ABNT. O teor de conteúdo e a exatidão das citações são de inteira responsabilidade dos autores.

Created in 2013 with the objective to publicize PUCPR Theology Undergraduate final papers, Caderno Teológico published three volumes on this format. In 2018, the journal was integrated by the Graduate Program in Theology with an expanded scope and restarted its editorial activities in 2019. Nowadays, Caderno Teológico is a semesterly publication related to Theology and Sciences of Religions Undergraduate courses, and to the Graduate Program in Theology at the Pontifical Catholic University of Paraná (PUCPR), ISSN 2318-8065.

Caderno Teológico **mission** is to publicize scientific researches that may contribute to advance the studies in the area of Sciences of Religions and Theology, as well as their interfaces. The journal assumes the plurality of theoretical works developed by doctors and non-doctors, with special attention to students' production. We value critical, up to date, dialogical, and interdisciplinary works. The journal publishes articles, book reviews, monograph and dissertations abstracts in the area of Sciences of Religions and Theology (especially from PUCPR). The works will be submitted to double blind peer review by the journal editorial commission and ad hoc reviewers. The selection of works will consider originality, relevance, and methodological and scientific quality. Adequacy to ABNT norms is also evaluated. The content and accuracy of citations are of authors' entire responsibility.



Corpo Editorial

Editores Executivos

Jaci de Fátima Souza Candiotto
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Jefferson Zeferino
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Editores Associados

Felipe Sérgio Koller
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Filipe Ferrari
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Zoé Tiago Silva da Rosa
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Comissão Editorial

Agenor Brighenti
Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil

Alex Villas Boas
Universidade Católica Portuguesa, Portugal | Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil

Clelia Peretti
Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil

Elias Wolff
Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil

Ernesto Lázaro Sienna
Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil

Ildo Perondi
Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil

Luiz José Dietrich

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil

Luiz Alexandre Solano Rossi

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil

Marcial Maçaneiro

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil

Marcio Luiz Fernandes

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil

Mário Antonio Sanches

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil

Mary Rute G. Esperandio

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil

Rudolf von Sinner

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil

Vicente Artuso

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil

Waldir Souza

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil

Conselho Editorial

Antonio Manzatto

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Celso Gabatz

Faculdades EST, Brasil | Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Brasil

Claudete Beise Ulrich

Faculdade Unida de Vitória, Brasil

Claudio Carvalhaes

Union Theological Seminary, Estados Unidos

Claudio de Oliveira Ribeiro

Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Dan González-Ortega

Instituto de Formación Teológica Intercongregacional de México |
Comunidad de Educación Teológica Ecuménica Latinoamericana y Caribeña (CETELA), México

Dilaine Soares Sampaio

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Dion Forster
University of Stellenbosch, África do Sul

Everton Nery Carneiro
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Gizele Zanotto
Universidade de Passo Fundo, Brasil

Joe Marçal Gonçalves dos Santos
Universidade Federal de Sergipe, Brasil

Julio Cezar Adam
Faculdades EST, Brasil

Lino Marques Samuel
Universidade Católica de Moçambique, Moçambique

Marcelo Ramos Saldanha
Faculdades EST, Brasil

Paulo Agostinho Nogueira Baptista
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil

Sandra Célia Coelho Gomes da Silva
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Wanderley Pereira da Rosa
Faculdade Unida de Vitória, Brasil

Revisão de Linguagens e Traduções

Josélia Ribeiro
Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil

Direitos autorais

O Caderno Teológico é detentor dos direitos autorais de todos os artigos publicados por ele. A reprodução total dos artigos desta revista em outras publicações, ou para qualquer outro fim, por quaisquer meios, requer autorização por escrito do editor deste periódico. O periódico opera nas bases da atribuição CC BY (Creative Commons 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Endereços eletrônicos

Site: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/cadernoteologico>

E-mail: cadernoteologico@pucpr.br

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central
Sônia Maria Magalhães da Silva - CRB-9/1191

Caderno teológico [recurso eletrônico] / Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
– Curitiba : PUCPress, 2020.
v.5, n.2 (jul./dez.2020) -

ISSN: 2318-8065 (on-line)
Periodicidade: semestral

1. Teologia. 2. Religião. I. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Teologia.

CDD. 20. ed. – 200

Editorial

Religião, ciência e arte em tempos pandêmicos

<http://doi.org/10.7213/2318-8065.05.02.p06-09>

Everton Nery Carneiro*
Luís Távora Furtado Ribeiro**
Sandra Célia Coelho Gomes da Silva***
Jefferson Zeferino****
Jaci de Fátima Souza CandiOTTO*****

Construir um editorial é sempre uma tarefa saborosa, algo que envolve saber e sabor. É nessa dimensão do saborear que tratamos da importância e da urgente necessidade da publicação dessa obra coletiva organizada entre as salas ou locais pessoais de estudo dos que a propuseram: Everton Nery Carneiro (UNEB), Luís Távora Furtado Ribeiro (UFC) e Sandra Célia Coelho (UNEB). Nós a compilamos, desde nossos gabinetes domiciliares de trabalho, confinados que estamos nessa quarentena em virtude de uma pavorosa pandemia, desde março de 2020 em crise sanitária, social e econômica.

Neste contexto, o Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Religião, Cultura e Saúde (GEPERCS) e o Centro de Estudos e Pesquisas Interdepartamental em Culturas e Religiões (CEPICR), que fazem parte da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), trazem, diante da especificidade institucional multicampi, uma característica interdepartamental, contando no presente dossiê com pesquisadores

* Docente da Universidade do Estado da Bahia. Pós-doutor em Educação (UFC); Doutor e Mestre em Teologia (EST). Professor Permanente do Mestrado profissional em Intervenção Educativa e Social. Coordenador da Linha de Pesquisa 02 – Novas Formas de Subjetivação e Organização Comunitária. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4240-1246>. Contato: ecarneiro@uneb.br.

** Professor titular da Faculdade de Educação, graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado) da Universidade Federal do Ceará. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1063-4811>. Contato: luistavora@uol.com.br.

*** Pós-doutorado em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC/UNEB). Doutora em Ciências da Religião (PUC-GO). Professora Permanente e Coordenadora do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Membro da Associação de Cientistas Sociais da Religião do Mercosul (ACSRM). Conselheira da Regional Centro-Oeste da Sociedade de Teologia e Ciências da Religião (SOTER). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Religião, Cultura e Saúde (GEPERCS). Pesquisadora do Centro Interdepartamental em Culturas e Religiões (CEPICR/UNEB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9134-8587>. Contato: scsilva@uneb.br.

**** Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná por meio do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD/CAPES). Doutor em Teologia pela mesma instituição. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5376-4587>. Contato: jefferson.zeferino@hotmail.com.

***** Doutora em Teologia pela Puc-Rio, Pós-doutorado pelo Institut Catholique de Paris. Professora da PUCPR no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas e no Curso de Graduação em Teologia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1780-545X>. Contato: j.candiOTTO@pucpr.br.

de diversos *Campi* e diálogos com outras Instituições de Ensino Superior nacional e internacional. Historicizando um pouco a trajetória do GEPERCS, apontamos que ele foi criado e certificado pelo CNPQ em 2011, formado por pesquisadores das diversas áreas do conhecimento. Objetiva pesquisar a religiosidade das diferentes sociedades e culturas na perspectiva das ciências humanas, sociais e da saúde, situando a religião como um dos principais sistemas simbólicos, priorizando a análise da relação entre as diferentes categorias sociais marginalizadas e o fenômeno religioso. Além disso, as discussões de caráter multi/interdisciplinar e estudos do grupo enfatizam a inter-relação com a saúde, gênero, educação e cultura nos diversos contextos sociais.

Nesse dossiê que divulga e aproxima tão diversos objetos de estudos e métodos de investigação, congregando em suas semelhanças e diferenças uma gente muito boa em suas importantes e indispensáveis áreas de conhecimento e lugares geográficos (seja como afeto, como ético, como epistemológico, como étnico-racial). Muitos nem se conhecem pessoalmente, mas se integram na defesa da ideia comum que nos mobiliza e anima, de que o conhecimento é uma produção e aproximação coletiva com sua origem enraizada no contexto histórico e social.

É nesse jeito de pensar e produzir conhecimento que apresentamos o artigo que abre essa coletânea, sendo este de uma dupla formada por Henrique Luiz Arnold e Rudolf von Sinner, tendo por título *COVID-19: tentação e responsabilidade* buscando fazer uma reflexão sobre a importância de uma postura e ação responsáveis da igreja luterana em meio à pandemia do COVID-19, diante de posturas religiosas que, irresponsavelmente, negam a seriedade da situação e descartam resultados de pesquisas científicas e as recomendações de comportamento delas decorrentes.

O segundo texto tem por título *A tomada de decisão em tempos de pandemia a partir da perspectiva deontológica e teleológica*, sendo de autoria de Valério Hillesheim. Nesse artigo, o autor tem como objetivo analisar a tomada de decisão em relação a problemas práticos morais, em tempos de pandemia, a partir dos referenciais da teoria ética da convicção e da teoria ética da responsabilidade.

Em seguida temos o artigo de Everton Nery Carneiro, Emerson Nery Carneiro e Marcelo Máximo Purificação, tendo por título *O Coronavírus e a vontade de poder: uma leitura nietzschiana sanguíneo-vascular*. Com base em Nietzsche, intenta-se a construção de uma base teórica para fundamentar uma hermenêutica/perspectiva sobre a vida e arraigada na vida, inexistindo separação nítida/perceptível entre ciência, teologia, arte e filosofia. A vontade de poder, o vírus, a hermenêutica e a pandemia aparecem de forma central.

O quarto artigo é *O mal-estar do ser na pandemia sob uma leitura teológica*, que tem Ocir de Paula Andreato como autor. Neste texto reflete-se sobre o mal-estar da pandemia, seus possíveis reflexos sobre o sentido existencial do ser e busca-se um apoio teológico ao seu enfrentamento.

O artigo *Adversidade, resignação e espiritualidade: uma abordagem na perspectiva das ciências das religiões em tempos de covid-19* é o quinto desse dossiê, de autoria de João Batista Vicente do Nascimento, versa sobre a prática da espiritualidade em tempos de enfrentamento de adversidades. A discussão trilha por sobre a adversidade, o sertão, a resignação, a espiritualidade, as Ciências das Religiões e Covid-19.

Romilson Silva Sousa é o autor do sexto artigo que tem por título *A Literatura Mítica e o Estado: Os Arquétipos da Racionalidades Ético-civilizatória*. Esse artigo busca compreender o Estado, a Ciência Política e seus arquétipos como necessários para entendermos as origens das relações de poder e as relações étnico-raciais que marcaram e marcam a formação e a reprodução da iniquidade na história.

Já o sétimo artigo *Covid-19: olhares religiosos sobre a realidade pandêmica* de José Brissos-Lino tem por objetivo entender de que forma as religiões encararam a crise provocada pela Covid-19 e que impactos exerceu sobre as comunidades de fé, a *práxis*, o discurso, e sobretudo qual foi o sentido atribuído ao acontecimento, de forma a enquadrar-se na narrativa religiosa e doutrinária de cada uma das correntes filosóficas e religiosas, tendo em conta o fato de as religiões desempenharem um papel importante para o desenvolvimento do ser humano.

O artigo *O lugar da mulher pesquisadora em tempos de pandemia do covid-19: reflexões momentâneas* é uma produção de cinco mulheres: Carla Giselle Pereira Mascarenhas de Alencar, Sandra Célia Coelho Gomes da Silva, Joice Mara Amorim Messias, Mariana Amado Alvarez Coelho e Valéria Antunes Dias Fernandes. As pesquisadoras objetivam identificar o lugar da mulher nos espaços de pesquisa, ressaltando a trajetória permeada pelas conquistas obtidas e pelos desafios enfrentados. É de fundamental importância promover ações que possibilitem a visibilidade dessas pesquisadoras e que permitam a igualdade de gênero em todos os setores da sociedade.

Dando continuidade a esse dossiê, chegamos ao nono artigo, de Catiane Souza e Priscila Chéquer. Em o *Fundamentalismo religioso e político na pandemia: “é isso mesmo”, “e daí?”* Elas discutem o fundamentalismo religioso enquanto emblema de posições políticas durante o período da pandemia no contexto brasileiro. No centro da discussão estão os conceitos de fundamentalismo, religião, mídia, política e pandemia.

O artigo que encerra esse dossiê, *Um vírus que mata, “e daí”? O jejum religioso como proposta para enfrentar a pandemia*, de Sarah Francine Schreiner e Mateus Gruber, objetiva diferenciar Estado

laico de Estado secular e Estado laicista, buscando verificar a posição da bancada religiosa no Congresso referente a temas de ordem geral e a influência religiosa nas decisões do executivo concernentes às políticas de saúde pública relacionadas ao COVID-19 no Brasil.

O poeta Francesco Petrarca (1304-1374) em torno de 1350 adaptava uma expressão ancestral da língua latina em dois versos fundadores da língua italiana: “Navegar é preciso, viver não é preciso.” Eram tempos sombrios da epidemia denominada de Peste Negra. Experiência vivida pelo escritor quando estava próximo dos cinquenta anos de idade. Longe de serem versos de resignação, eles tratavam de que devemos sair em gesto livre em busca de novos lugares, quem sabe, onde resida a verdadeira vida, longe das doenças e epidemias, da violência e do abandono social. O texto era uma adaptação e uma oposição. Adaptação de um ditado antigo, se contrapondo ao sentido que lhe dera Pompeu (106 a. C – 48 a. C.) antigo general e cônsul romano.

O militar falava de uma falsa necessidade, a de viver para o militarismo, para guerrear contra inimigos reais ou criados, presentes ou imaginários. Pompeu exortava os homens para a guerra. Na realidade, para as conquistas do império romano. Petrarca nos sugere outro caminho: a busca de um novo mundo onde reinasse saúde, bem estar (expressão atual), fartura e paz. Navegar cada vez para mais longe, nunca para guerrear, mas para encontrar novas formas de viver, sem epidemias ou sem guerras, se distanciando da morte, certamente com mais poesia e literatura.

É esse dilema que vivenciamos agora. Transitamos entre o militarismo de guerras imaginárias, da destruição de direitos sociais em conformismos e anestesia política ou religiosa. Nós nos insurgimos ao revés de esforços de fraternidade e elevação humana através do conhecimento, da ciência e da cultura. Nossos(as) pesquisadores(as) e autores(as) desses artigos escolheram a melhor parte, congregados na poesia de Petrarca em tempos semelhantes de exclusão social e pavorosa pandemia. Por que pesquisar – e escrever – é preciso. Eis o saborear em sua exuberância!

Ao cumprir sua função de divulgação da produção discente na área de estudos da religião, o presente número também publica os resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso defendidos no âmbito do Bacharelado em Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Campus Curitiba.

Por fim, agradecemos a todas as pessoas organizadoras, autoras, avaliadoras e, agora também, leitoras, por todo o esforço e comprometimento com nosso periódico. Boa Leitura!



<http://doi.org/10.7213/2318-8065.05.02.p10-23>

COVID-19: tentação e responsabilidade

COVID-19: temptation and responsibility

Henrique Luiz Arnold*
Rudolf von Sinner**

Resumo

Com base em pesquisa bibliográfica e documental, este ensaio reflete sobre a importância de uma postura, reflexão e ação responsáveis da igreja luterana em meio à pandemia do COVID-19, diante de posturas religiosas que, irresponsavelmente, negam a seriedade da situação e descartam resultados de pesquisas científicas e as recomendações de comportamento delas decorrentes. Recorrendo a Viktor Frankl e Martin Lutero, discorre sobre a tentação de Deus implicada nestas posturas, já presentes na época da Reforma protestante, e defende, com Dietrich Bonhoeffer, que o lugar da igreja é no centro da realidade, em diálogo, solidariedade e cuidado. Enquanto precisam fechar as portas dos tempos, não devem fechar-se à sua missão.

Palavras-chave: COVID-19. Teologia luterana. Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.

* Bacharel e Mestre em Teologia pela Faculdade EST em São Leopoldo/RS, em Período Prático de Habilitação ao Ministério (PPHM) da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) na Comunidade Evangélica de Lajeado/RS. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7253-1140>. Contato: henrique.luiz.arnold@gmail.com.

** Doutor e Livre-docente em Teologia. Professor adjunto de Teologia Sistemática e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) em Curitiba/PR. Professor extraordinário da Universidade de Stellenbosch, África do Sul. Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq. Pastor voluntário da IECLB. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0487-4237>. Contato: rudolf.sinner@pucpr.br.



Abstract

Based on bibliographical and documentary research, this essay reflects on the importance of a responsible attitude, reflection and action of the Lutheran church in the midst of the COVID-19 pandemic, confronting religious attitudes that, irresponsibly, deny the seriousness of the situation and dismiss results of scientific research and the recommendations for adequate behaviour stemming from them. With reference to Viktor Frankl and Martin Luther, the article promotes a discourse on tempting God implied in such attitudes, already present during the Protestant Reformation, and defends, with Dietrich Bonhoeffer, that the church's place is in the centre of reality, in dialogue, solidarity and care. While churches need to close their temple's doors, they must not retreat from their mission.

Keywords: COVID-19. Lutheran Theology. Evangelical Church of the Lutheran Confession in Brazil.

Introdução

O ano de 2020 certamente começou atípico. O mundo chegou a enfrentar uma pandemia causada pelo vírus Sars-CoV-2, que causa a doença chamada de COVID-19. Até meados de novembro, 1.3 milhões de vidas já foram perdidas nesse período de pandemia e mais de 52 milhões casos confirmados, com um ranking no qual o Brasil mantém o vergonhoso terceiro lugar em termos de casos, e o segundo em termos de mortes, atrás apenas dos Estados Unidos da América, segundo o Mapa COVID-19 do Centro de Pesquisas do Coronavírus da Universidade de Medicina Johns Hopkins. Até o momento, várias vacinas estão sendo testadas, mas nenhuma está aprovada para uso seguro e aplicação em grande escala para auxiliar no combate ao vírus. A maneira mais eficaz de evitar a proliferação do vírus continua sendo o distanciamento social. Governos se veem obrigados a tomar medidas de isolamento social e quarentena, muitas pela segunda vez após uma redução de infecções no verão e a reabertura, o que reflete na economia não só do país, mas também no sistema de giro do capital globalizado. Afeta especialmente aqueles setores – muitos deles com trabalhadores e trabalhadoras em situação de informalidade – que dependem da circulação de pessoas, como turismo, gastronomia, hotelaria, esporte, arte e cultura. Enquanto a pandemia durar, o mui delicado balanceamento entre proteção da saúde das pessoas e retomada da economia e, portanto, de maior ou menor grau de isolamento social, vai permanecer.

Também comunidades religiosas, especialmente as que mantêm templos de acesso público, precisaram agir rapidamente para adaptarem-se à nova realidade. Por um lado, depararam-se com a necessidade de terem que fechar as portas dos templos ou pelo menos reduzir drasticamente o número de participantes nas celebrações. Por outro lado, precisavam continuar, ainda que por novas modalidades, prestando assistência espiritual para as pessoas, consolando as que sofrem, anunciando uma mensagem de força e esperança. Nas Unidades de Tratamento Intensivo (UTIs), o acesso físico de ministras religiosas ou ministros religiosos, geralmente, não é possível por causa do perigo da contaminação e transmissão do novo coronavírus; há atendimento apenas remoto, onde viável e requerido. A possibilidade de despedir-se dos mortos pela COVID-19 é muito reduzida, às vezes impossível. No que tange aos sacramentos, especialmente a Santa Ceia/Eucaristia, enquanto a Igreja Católica mantém as missas com poucas pessoas ou até apenas o padre celebrante, privilegiando a continuidade da celebração eucarística e transmitindo-a por meios eletrônicos para possibilitar uma “comunhão espiritual”, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) mantém uma espécie de “jejum eucarístico”. A IECLB prefere, antes, não celebrar Santa Ceia nenhuma do que arriscar novas formas que poderiam criar confusão e, especialmente, impedir uma celebração inclusiva da Santa Ceia, uma vez que pessoas sem acesso ao templo – grupo de risco – ou sem acesso à internet seriam excluídas. A questão de uma “Ceia virtual” ou *online* está sendo discutida e foi remetida a decisão conciliar; contudo, o XXXII Concílio da IECLB, realizado online em outubro de 2020, não pautou o assunto (IECLB, 2020d).

No presente artigo, refletimos sobre os possíveis e já reais impactos da pandemia na realidade brasileira e como estes se configuram como desafios às igrejas e quais oportunidades se abrem. Existem igrejas e lideranças religiosas que se opõem ao fechamento e cancelamento de suas atividades. Entretanto, muitas igrejas estão colaborando com a questão, buscando exercer o cuidado adequado para estes tempos e buscar formas alternativas de atendimento e congregação. É o caso da IECLB, que estará no centro da nossa abordagem.

Um vírus que desmascara a vulnerabilidade humana

Em sua abordagem de uma “psicoterapia coletiva” diante da “neurose coletiva”, o neuropsiquiatra austríaco Viktor Frankl (1905-1997), muito conhecido pela descrição e busca de sentido a partir de sua passagem por quatro campos de concentração (FRANKL, 2020), afirma:

Vivemos numa sociedade afluyente, estamos superexcitados pelos meios de comunicação de massa e vivemos na idade da pílula. Se não quisermos sucumbir na total promiscuidade dessa avalanche de sensações, devemos aprender a distinguir o que é essencial do que não o é, o que tem sentido do que não o tem [...] (FRANKL, 2018, p. 21).

Estas palavras conseguem traduzir o presente momento da história da humanidade. O surgimento de uma pandemia, causada por um vírus altamente contagioso, tem desmascarado falsas certezas e colocado a humanidade diante do elemento fundamental: a luta pela sobrevivência humana. Uma avalanche de notícias e informações são veiculadas pela mídia. Entre as notícias são espalhadas muitas *fake news* (FIOCRUZ, 2020; VEIGA, 2020). Precisa-se de ponderação e sabedoria para compreender a dinâmica atual que se está vivendo. Por isso, faz-se necessário um conhecimento prévio sobre a COVID-19 e os desafios impostos por ele no combate à proliferação da pandemia.

Os coronavírus são a segunda principal causa do resfriado comum (após os rinovírus) e, até as últimas décadas, raramente causavam doenças mais graves em humanos.¹ No dia 30 de janeiro de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou *Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional* devido ao surto da doença causada pelo novo coronavírus (Sars-CoV-2), a sexta vez na história após os surtos de H1N1 (2009), do poliovírus (2014), do Ebola (2014), do Zika (2016) e, novamente, do Ebola. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizado pela OMS como uma *pandemia*, pela abrangência global dela. Os números acumulados até meados de novembro já foram citados. Embora certamente nem todos os números sejam de igual forma confiáveis, pois há subnotificação em muitos lugares, chama a atenção que as Américas, especialmente Estados Unidos e Brasil, como vimos, lideram o “ranking” de infecções e mortes com mais de 22,5 milhões de casos confirmados e quase 670 mil mortes, seguidas pela Europa com mais de 14,5 milhões de casos confirmados e um pouco mais de 332 mil mortes (WHO, 2020).

No Brasil, o primeiro caso de infecção foi confirmado no dia 26 de fevereiro, na cidade de São Paulo (BRASIL, 2020). O primeiro óbito foi registrado 23 dias após a primeira confirmação de Covid-19 no país, em 17 de março, também na cidade de São Paulo (SÃO PAULO, 2020). Conforme as últimas divulgações do Ministério da Saúde, no Brasil, em 12 de novembro estavam confirmados 5.781.582 casos e 164.281 óbitos, alcançando assim uma letalidade de 2,8% (BRASIL, 2020). Embora haja um certo achatamento da curva, o nível continua alto, com uma incidência de 2751,2 infecções e 78,2 mortes por 100mil habitantes. Na vizinha Argentina, foram até então 3.194.769 casos confirmados e 34.782 óbitos. A curva da letalidade subiu muito nos ultimamente, estando em 29,757% (11/11) e com, a depender da região, até mais de 8 mil infecções por 100 mil habitantes (Terra do Fogo), atingindo no ranking mundial a oitava posição (ARGENTINA, 2020).

O número de infecções e óbitos depende das políticas adotadas, da capacidade e funcionalidade do sistema de saúde e da adesão da população às regras de distanciamento social

¹ São sete os coronavírus já identificados em seres humanos (HCoVs): HCoV-229E, HCoV-OC43, HCoV NL63, HCoV-HKU1, SARS-COV, MERS-COV e então o novo coronavírus, inicialmente denominado de 2019-nCoV e, em 11 de fevereiro de 2020, recebeu o nome de SARS-CoV-2. “SARS” significa, em português, síndrome respiratória aguda grave. Informações de https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875, acesso em 17 jul. 2020.

impostas, como o uso (correto) de máscaras. É claro que especialmente as populações mais vulneráveis são impossibilitadas de ficar em casa, seja porque não a tem, seja porque está superlotada, seja porque precisam sair para trabalhar para sobreviver. Outrossim, muitas vezes falta água encanada, além de produtos de higiene, para manter-se seguro.

A presidente da Fundação Oswaldo Cruz, Nísia Trindade Lima, afirmou em entrevista que

A Covid-19 [...] chega de classe executiva, mas se depara com uma realidade em que nós temos uma alta densidade populacional e em condições habitacionais de muitas vulnerabilidades, como é o caso de muitas das nossas periferias e favelas em todos os centros urbanos do Brasil. Além disso, temos uma mobilidade urbana difícil, transportes lotados, uma série de questões que vão interferir no curso da epidemia. É o caso também de grupos específicos que nos preocupam muito, como a situação das prisões no Brasil. A atenção para isso tem que se somar a atenção aos grupos de maior idade. Esses fatores que têm que ser observados e as pesquisas e as políticas públicas terão que olhar para essa realidade tão complexa que se resume numa palavra: desigualdade. Precisamos olhar para esse fator para pensar em estratégias de solidariedade social (DIAS, 2020).

Embora esta entrevista tenha sido dada ainda na fase inicial da doença no Brasil, não perdeu sua atualidade. Quanto à economia, Jeffrey D. Sachs estimou que teremos grandes impactos negativos na economia mundial, o que parece confirmar-se: “Acredito que será a pior queda desde a crise de 1929 e que as dificuldades serão prolongadas, o que é mais complicado ainda em um país como o Brasil, frágil financeiramente” (VALVERDE & LEITE, 2020). De fato, se os resultados do PIB brasileiro do 1º Trimestre de 2020 mostrara queda de 2,5%, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o 2º Trimestre colocou o Brasil em definitivo na rota de recessão com uma queda de 9,7% (ALVARENGA & SILVEIRA, 2020). Esta situação atinge muito mais duramente pessoas de baixa renda, pois diante da maior procura por alimentos – em função da maior permanência e alimentação em casa –, o preço destes subiu sobremaneira e afetou o bolso de quem compra principalmente elementos da cesta básica (SARAIVA, 2020). A pobreza no Brasil, problema sistêmico de longa duração, continua assolando o país e, depois de ter atingido a menor taxa histórica em 2014, voltou a crescer. Adotada a linha de pobreza recomendada pelo Banco Mundial, de renda de US-\$ 5,50 por dia (R\$ 436 por mês), mais de 51 milhões de pessoas brasileiras se enquadravam nesta situação em 2019, portanto antes da pandemia – um quarto da população do país (GARCIA, 2020)! Já a análise dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de junho de 2020, faz constar:

os trabalhadores não formalizados permaneceram duramente atingidos pela pandemia. [...] Assim como em maio, o forte impacto da pandemia é notado devido ao fato de que 32% dos domicílios não apresentaram nenhuma renda no trabalho. [...] em junho, de acordo com os dados da PNAD Covid-19, 6,6% dos domicílios (cerca de 4,5 milhões) sobreviveram apenas com os rendimentos recebidos do AE [auxílio emergencial do governo federal], o que representa quase 1 milhão de domicílios a mais que no mês anterior (CARVALHO, 2020).

Para conter a pandemia a OMS vem recomendando o isolamento social, sendo essa considerada até o momento a medida mais eficaz de combate contra a disseminação do vírus. Tal medida contribui para que haja menos pessoas infectadas em um curto espaço de tempo. Caso muitas pessoas fiquem contaminadas em um mesmo período, necessitando assim de atendimento médico hospitalar, o sistema de saúde fica sobrecarregado, elevando deste modo a letalidade. A quarentena decretada em março por prefeitos e governadores de várias regiões do Brasil resultou em uma queda na taxa de contágio. Entretanto, com a duração do isolamento tanto as medidas governamentais quanto o comportamento da população tenderam a afrouxar, nem sempre alinhadas à situação real de

diminuição da taxa de infecção e ocupação de leitos de UTI, o que acabou por aumentar a incidência da doença e criar sobrecarga do sistema de saúde. Se a pandemia em si é produto da natureza, a dimensão do seu efeito é produto da ação humana.²

Tentação e responsabilidade

Estados e municípios vêm decretando diferentes graus de isolamento social, limitando e encerrando as atividades comerciais e aglomerações de pessoas, sejam em espaços públicos ou privados. Entre as medidas preventivas estava à restrição ou proibição da realização de missas e cultos religiosos com presença de público. Estas medidas fizeram surgir fortes protestos de lideranças evangélicas altamente visíveis, como Silas Malafaia e Edir Macedo. Citando o salmo 91: “*Em nome de Jesus, nenhum mal te sucederá nem praga alguma chegará à tua casa.*”, o pastor Silas Malafaia encorajava fiéis a não temerem a pandemia do coronavírus, saírem de suas casas e participarem dos cultos (PIRES 2020). O cientista da religião Fábio Stern descreve linhas de uma etiologia religiosa do vírus, entendendo-o como castigo de Deus pelo filme *A primeira tentação de Cristo* do grupo *Porta dos Fundos* que retrata Jesus como homossexual, junto com a ideia de que os eleitos de Deus não poderiam ser atingidos pela doença. Já “para punir a *Porta dos Fundos*, Deus pode varrer a humanidade da face da Terra, pois assim as pessoas aprenderiam a nunca mais zombar das coisas de Deus” (STERN, 2020). O pastor Valdomiro Santiago, da Igreja Mundial do Poder de Deus, propagou a aquisição de sementes de feijão especial que teriam o poder de curar da COVID-19, o que tornou necessárias manifestações da Anvisa desmentindo a existência de qualquer tipo reconhecido de cura no momento (PITA, 2020). A lista de propostas mágicas de cura ou proteção sem qualquer prova de eficácia, daquilo que um grande aliado destes evangélicos entende ser uma simples “gripezinha” (BRITO, 2020) seria facilmente prorrogável.

Tais lideranças políticas e religiosas que agem de maneira contrária às evidências científicas vivem, nas palavras do psiquiatra Viktor Frankl, uma “epidemia psíquica notadamente em relação ao fanatismo” (FRANKL, 2018, p. 54). Nessas circunstâncias, em que vidas humanas são colocadas em perigo, desencadeando assim um caos maior na estrutura social, o fanatismo não consegue aceitar divergências e torna-se uma ameaça:

[...] o sujeito induzido pelo fanatismo não enxerga o ser pessoal do outro, daquele que não sintoniza com o seu pensamento. Não admite um pensar diferente do seu. Para ele, é válido não o entendimento de outrem, mas somente a sua opinião. No entanto, o fanático nem sequer opinião própria possui. Ele é possuído pela opinião pública. E é precisamente isso que torna o fanatismo tão perigoso [...] ele ignora o ser pessoa e, portanto, a liberdade de decisão e a dignidade humana (FRANKL, 2018, p. 52-53).

Em um interessante relato do Evangelho de Mateus, 4.1-11, é descrita a tentação de Jesus Cristo no deserto. Uma das artimanhas do diabo foi valer-se do Salmo 91: “*Se você é o Filho de Deus, jogue-se daqui, pois as Escrituras Sagradas afirmam: ‘Deus mandará que os seus anjos cuidem de você’*” (v. 6). Na contramão do pastor Silas Malafaia, Jesus Cristo responde ao tentador: “*Mas as Escrituras Sagradas também dizem: ‘Não ponha à prova o Senhor, seu Deus’*” (v. 7). O tentador possui um objetivo fanático: ludibriar Jesus e corromper sua vida. Ele não quer entender o ponto de vista de Jesus. Seu fanatismo o faz apelar para as Escrituras Sagradas. Mas Jesus resiste à tentação e é mais sábio que o

² Ver GABATZ, Celso; ANGELIN, Rosângela. Ponderações críticas acerca da COVID-19: Contribuições para ampliar o entendimento no contexto brasileiro. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 2, n. 2, p. 466-482.

diabo. Jesus sabe que para garantir a sua vida não precisa duvidar dos cuidados de Deus, mas também, não se deve testá-lo. Entre seguir a epidemia “malafariana”, ou ouvir a voz do bom pastor, é preferível abrir o coração e guardar suas palavras: “*Não ponha à prova o Senhor, seu Deus*”.

Negar os reais riscos de uma pandemia e valer-se da fé para desrespeitar as orientações e evitar o alastramento da doença, não é algo novo na história. Em agosto de 1527 a praga conhecida como *Peste bubônica* (por ocasionar “bubões”, gânglios linfáticos inchados) ou *Peste Negra* (devido a cor das manchas espalhadas pelo corpo), chegou na cidade universitária de Wittenberg, na Alemanha. A universidade foi ordenada a sair da cidade, mas Lutero e alguns outros permaneceram para “cuidar dos doentes e dos assustados”. A própria casa de Lutero foi transformada num hospital. Indagado se se deve sair ou não, o Reformador Martin Lutero escreveu uma carta aberta denominada “*Se é permitido fugir diante da ameaça da morte*”.³ Neste escrito, Lutero destaca a importância da responsabilidade política, familiar, religiosa e profissional para cuidar das pessoas doentes e evitar a propagação da peste. Lutero orienta as pessoas responsáveis a não fugirem da peste, obedecendo ao mandamento de amar e servir ao próximo. Já as demais pessoas deveriam evitar o contato e afastar-se da peste. Para Lutero, alguns pecaram “do lado esquerdo”: fugiram do mandamento de Deus para amar e servir o próximo. Já outros pecaram “do lado direito”, tentando Deus ao desrespeitar tudo que pudesse ser feito para conter a praga e evitar a morte. Afirmou Lutero (1901) sobre estes:

Eles desprezam o uso de remédios [...] Dizem que é o castigo de Deus; se Ele quer protegê-los, ele pode fazê-lo sem remédios ou cuidados humanos. Isto significa não confiar em Deus, mas tentá-lo. Deus criou remédios e nos providenciou com inteligência para proteger e cuidar bem do corpo para que possamos viver em boa saúde.

Para Lutero, é fundamental que o ser humano saiba fazer bom uso dos medicamentos para os cuidados com a vida. É Deus criador quem concede sabedoria e capacidade para a produção de remédios para curar doenças e proporcionar uma melhor qualidade de vida, e quem conta com a ser humano como *cooperator Dei* na *creatio continua*.⁴ Nesse contexto confiar em Deus significa pedir por sua misericordiosa proteção e, ao mesmo tempo, cuidar do corpo, fazer uso da medicação correta e seguir as devidas regras de saúde pública:

Pedirei a Deus para, misericordiosamente, proteger-nos. Então farei vapor, ajudarei a purificar o ar, a administrar remédios e a tomá-los. Evitarei lugares e pessoas onde minha presença não é necessária para não ficar contaminado e, assim, porventura infligir e poluir outros e, portanto, causar a morte como resultado da minha negligência. Se Deus quiser me levar, ele certamente me levará e eu terei feito o que ele esperava de mim e, portanto, não sou responsável pela minha própria morte ou pela morte de outros. Se meu próximo precisar de mim, não evitarei o lugar ou a pessoa, mas irei livremente conforme declarado acima. Veja que essa é uma fé que teme a Deus, porque não é ousada nem insensata e não tenta a Deus (LUTHER, 1901).

Portanto, contrariar orientações de autoridades mundiais na saúde, minimizar o problema e recorrer a um *deus ex machina*, como diria Bonhoeffer, um deus que surge do nada quando é considerado preciso para preencher lacunas – e dispensado quando se encontra outras soluções (BONHOEFFER, 2003, p.373). Tal posição é questionável tanto do ponto de vista científico, quanto do

³ Sobre este escrito no contexto histórico e da teologia de Lutero, ver WACHHOLZ, Wilhelm. “Se é permitido fugir diante da ameaça da morte”. Lutero e a epidemia da peste em Wittenberg. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 60, n. 2, 372-389, 2020.

⁴ Ver, por exemplo, WACHHOLZ, Wilhelm. Reforma e melhoramento, tradição e transformação: os estamentos na teologia de Lutero a serviço da criação. In: REBLIN, Iuri Andréas; SINNER, Rudolf von (Orgs.). *Reforma: tradição e transformação*. São Leopoldo: Sinodal; EST, 2016. p. 9-33.

ponto de vista da fé. Em ambas as dimensões, configura-se como postura irresponsável. É preciso que igrejas, fiéis e lideranças religiosas tenham bom senso e cooperem responsabilmente com as medidas de prevenção, pois “a igreja não está onde a capacidade humana falha, nos limites, mas no centro da realidade” (BONHOEFFER, 2003, p.374).

Reflexões em perspectiva luterana

Frente aos desafios impostos pela Covid-19, muitas pessoas e lideranças religiosas passam por preocupações semelhantes à de Lutero. Tendo isso no seu horizonte, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), através de uma Nota da Presidência e de Pastores e Pastorais Sinodais, emitida no dia em 26 de março de 2020 orientou “a suspensão imediata, e por tempo indeterminado, de todas as atividades comunitárias que envolvem encontro presencial de pessoas, sejam elas de qualquer idade” (IECLB 2020a). Sucessivas notas trataram do assunto focando, em primeiro lugar, no cuidado com as pessoas e sua saúde. Esta posição não foi fundamentalmente revista até hoje, ainda que a carta mais recente dê orientações para diversas formas de atendimento na medida em que se tornem possíveis. Propõe “avaliar a realização de ofícios e Sacramentos levando em conta sua base teológica e confessional e, ao mesmo tempo, considerando a nova realidade, os anseios, as angústias e necessidades existenciais das pessoas”, ao mesmo tempo que também propõe “que não seja assumida nenhuma dinâmica nova, desconhecida das Comunidades e não suficientemente teológica, confessional e comunitariamente. A pregação da Palavra é suficiente [...] como meio de anúncio pleno do Evangelho” (IECLB, 2020d). Permanece aberta a pergunta, prevendo-se o prolongamento do isolamento social, mesmo permitindo cultos presenciais com número reduzido de pessoas, como será possível a celebração da Santa Ceia sem que haja a introdução de novas dinâmicas. Informalmente, estão circulando ideias de um *drive-in*, ou seja, uma celebração presencial com distribuição dos elementos da Ceia, porém a pessoas não sentados em bancos de templo mas, no ar livre, em seus carros. Seria uma forma de manter a celebração em comunidade, imprescindível para uma Santa Ceia na compreensão luterana, ainda que de forma inusitada.

Sem dúvida trata-se de uma decisão delicada de ser tomada. É dolorido para uma igreja ter que suspender suas celebrações e encontros comunitários. Fica uma sensação de ausência e incompletude. Na tradição evangélico-luterana o culto ocupa um espaço importante na vida da pessoa cristã. É no culto que se entende que Deus vem ao encontro das pessoas e serve-as por meio da sua Palavra e dos sacramentos (Batismo e Santa Ceia), comunicando o seu amor e sua salvação.

A arquitetura e organização de uma igreja, por exemplo, pode revelar “muito da teologia de suas comunidades, assim como, influenciam as pessoas que nela se reúnem. Um culto em uma casa tem um caráter muito distinto de um culto realizado numa catedral gótica, p. ex.” (ADAM, 2007, p. 9). Na tradição cristã o espaço da igreja é arquitetado pensando na celebração do culto em comunidade: “A relação com o edifício da igreja determina essencialmente a relação com o culto, no sentido de ser um processo que deixa sua marca inconscientemente” (RASCHZOK, 2013, p. 298).

Não é por acaso que os assentos em uma igreja estão direcionados para o púlpito e o altar. Ao longo da história dois lugares mostraram-se centrais para representar a presença de Cristo na celebração do culto: “o lugar da pregação e o lugar da celebração eucarística” (RASCHZOK, 2013, p. 298). É no final século XVII e XVIII que o altar e o púlpito são posicionados de maneira permitindo “que de todos os lugares se pudesse acompanhar bem, com os olhos e ouvidos, o evento cultural no púlpito e no altar” (RASCHZOK, 2013, p. 301). Assim, a sobreposição do altar e do púlpito representam a

convicção de que Cristo está presente na palavra anunciada e no sacramento. Por outro lado, a comunidade reunida em culto configura-se como essencial para tal configuração:

Os espaços de culto criados nessa época ficam arquitetonicamente incompletos sem a comunidade presente. O conjunto dos assentos, integrado ao projeto do arquiteto desde a fase de planejamento, passou a contribuir para configurar o espaço e a representar a própria comunidade cultural. A comunidade torna-se elemento constitutivo para o efeito produzido pelo espaço, como o adorno apropriado do espaço de culto evangélico. [...]. Ao espaço da igreja vazio, quando não está sendo usado para o culto, falta, com a ausência da comunidade, uma peça decisiva da sua decoração, uma peça principal (RASCHZOK, 2013, p. 301).

As palavras de Raschzok dão a entender que uma igreja vazia, sem a presença de pessoas na celebração do culto, perde a sua funcionalidade, fica incompleta, sendo apenas mais uma construção entre tantas outras. A palavra *Igreja* vem do grego “*ekklesia*” e serve para designar uma reunião local de pessoas que creem em Jesus Cristo, e não o espaço arquitetônico— “*onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, aí estou eu no meio deles*” (Mateus 18.20). Neste sentido, em perspectiva luterana, a comunidade cristã não depende do espaço físico para sua existência, até porque existe em primeiro lugar como igreja crida, invisível, Corpo de Cristo. No entanto, precisa concretizar-se por meio de uma vivência comunitária concreta a qual, em princípio, mesmo que de modo distinto do habitual, pode dar-se também de forma eletrônica.

O Credo Apostólico confessa: “Creio no Espírito Santo, na santa Igreja cristã, a comunhão dos santos.” A igreja, afinal, nada mais é do que o encontro das pessoas que creem no trino Deus. Por isso se confessa que ela é a comunhão dos santos. As pessoas que fazem parte da igreja são santas não por ser uma qualidade delas, mas porque foram santificadas pelo próprio trino Deus (1 Cor 1.2) (BRAKEMEIER, 2010, p.102). O artigo VII da Confissão de Augsburg define a igreja assim: “Ensina-se também que sempre haverá e permanecerá uma única santa igreja cristã que é a congregação de todos os crentes, entre os quais o evangelho é pregado puramente e os santos sacramentos são administrados de acordo com o evangelho” (LIVRO DE CONCÓRDIA, 2016, p. 31). Com isto, afirma-se que a tradição luterana está em continuidade com e entende-se como parte da igreja desde seu início; a igreja é definida, em primeiro lugar, como congregação de “*todos os crentes*”; a igreja está onde se prega o Evangelho e celebra os sacramentos que nela são explicitamente instituídos, portanto Batismo e Santa Ceia; tal pregação e administração implica um ministério que delas esteja incumbido. Para Lutero, ao explicar o que diz o 3º artigo do Credo Apostólico, traduz isto da seguinte forma: “Creio que existe na terra um santo grupinho e uma congregação compostos apenas de santos, sob uma cabeça, Cristo, grupo congregado pelo Espírito Santo, em uma só fé, mente e um entendimento, com diversidade de dons, mas unânimes no amor, sem seitas e sem cismas” (LUTERO, 2016, p. 454). Lutero entende que a igreja é guiada e sustentada pela ação do Espírito Santo. A igreja não existe para o seu próprio bem. Sua finalidade não é em si mesma, nem em primeiro lugar em sua construção e arquitetura do templo, por mais significativo que possa ser. A igreja tem uma missão bem específica no mundo: ser “*uma congregação peculiar no mundo, congregação esta que é a mãe que gera e carrega a cada cristão mediante a palavra de Deus, que ele [sc. o Espírito Santo] revela e prega. Ilumina e incende os corações, para que a entendam, aceitem, a ela se prendam e nela permaneçam*” (LUTERO, 2016, p. 453).

Em situações que colocam a vida coletiva em risco é comum aparecer uma neurose coletiva (FRANKL, 2018. p. 50). Os noticiários sensacionalistas, as *fake news*, o tédio de permanecer em casa, informações desencontradas por parte do governo, etc. criam um desconforto social. Ao abordar sobre o *Zeitgeist* (espírito da época) que vivemos, Frankl destaca três características: fatalismo, existência

provisória e a neurose coletiva. Todas as três se complementam (FRANKL, 2018. p. 50). Para exemplificar, o psiquiatra fala sobre o medo da bomba atômica (FRANKL, 2018. p. 49):

[...] falava eu há pouco em fobia da bomba atômica como neurose de expectativa. Não percamos de vista, no entanto, que é da essência da ansiedade antecipatória gerar exatamente aquilo que é o seu objeto, ou seja, a coisa temida. [...]. Isso posto é imperioso afrontar, na medida do possível, toda situação de pânico e todo temor coletivo de catástrofe.

Neste sentido, a comunidade espiritual pode ser uma forma de âncora para a manutenção da esperança, o cuidado mútuo em comunidade e o enfrentamento da situação real, evitando tanto um negacionismo quanto um a reação de pânico.⁵

A IECLB acredita que para que a proclamação e ação de uma igreja faça sentido na vida das pessoas é preciso estar bem claro qual é a missão dela. Uma igreja não existe por si mesma. O sentido de ser igreja não é apenas aglomerar pessoas – e nem pode ser em tempos de COVID-19, quando aglomerações são promotoras do contágio e devem ser evitadas. Isto, no entanto, não significa que, ao fechar as portas dos templos, as igrejas “fechem a porta” para as pessoas, sejam crentes ou não. Igreja de Jesus Cristo no mundo serve, vai ao encontro das pessoas que mais necessitam de cuidados e orientação.

Rodolfo Gaede Neto relata como a igreja primitiva agiu com coragem e fé diante de uma peste que assolava o mundo:

Em 312, a peste desafia os cristãos e sua prática solidária na Ásia Menor. Segundo o relato de Eusébio, novamente os cristãos foram os únicos que não fugiram, mas ajudaram as pessoas afetadas. Reuniam os famintos num único lugar da cidade e distribuíam-lhes o pão. Relata-se que as pessoas não cristãs, observando isso, louvavam o Deus dos cristãos. Na metade do século 3, a peste invade a Etiópia. Em pouco tempo se espalha por todo o norte da África. O pânico invade a região, enquanto diariamente morre um incontável número de pessoas. Quem pode, foge, desesperadamente. Familiares infectados são deixados impiedosamente para trás. Crianças são colocadas para fora das casas. Surgem quadrilhas de saqueadores: enquanto nas cidades os mortos se amontoam, as casas são saqueadas. Nesse contexto aparece o bispo Cipriano. Reúne sua comunidade e a conclama a ajudar, em nome de Cristo, não só os cristãos, como também aqueles que tão ferrenhamente os perseguiram. Ele mesmo vai à frente da comunidade, vai às casas dos doentes. Cuida dos miseráveis, consola os moribundos, não pergunta se são cristãos ou não; só pergunta onde estão as pessoas atingidas pela peste, as abandonadas e solitárias. Ele vai ao encontro delas. Ele não age de forma improvisada, mas organiza a comunidade, distribuindo as tarefas entre os membros, de acordo com o que cada um sabia fazer melhor. Vários desses ajudantes são também vitimados pela doença (GAEDE NETO, 2015, p. 319-320).⁶

O relato demonstra como o tema do cuidado é constante na tradição cristã. Registra um cenário de desolação, morte e fragilidade humana, ao mesmo tempo que dá evidência à atuação incansável da igreja primitiva. Assim, a comunidade cristã pode contribuir com a humanidade nesse momento de pandemia, promovendo o amor que se traduz em cuidado mútuo, solidariedade, fraternidade e empenho pela vida.

⁵ Sobre a diferença entre temor e pânico e a necessidade de uma “esperança vigilante” ver CANDIOTTO, Cesar; INCERTI, Fabiano. Temor e esperança: agir e resistir em tempos de pandemia. In: PILLA, Maria Cecília Barreto Amorim; SINNER, Rudolf von (Orgs.). *O ser humano em tempos de COVID-19*. Curitiba: PUCPRESS, 2020. p. 22-35.

⁶ Ver também GONÇALVES, José Mário. *De mortalitate*: Cipriano de Cartago e a pandemia no terceiro século. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 60, n. 2, p. 390-403.

Considerações finais

No Brasil e no mundo, a pandemia ainda não está superada, e não há previsão clara quando isto será o caso. O mundo pós-pandemia é, em vários sentidos, uma incógnita, mas também uma oportunidade a ser tomada: dependerá, em grande parte, das decisões que a humanidade tomará, e dos valores que as norteiam. Por ora, a insegurança continua, a necessidade do isolamento social como única medida eficaz de frear a proliferação do vírus, e com isso a necessidade de continuar-se mantendo e (re-)construindo os relacionamentos na modalidade que for viável e segura. Para igrejas históricas como a IECLB, sua clientela mais fiel são pessoas que estão, justamente, entre os grupos de maior risco: pessoas idosas, grupo que inclui muitos ministros e ministras. Serão, portanto, as últimas a serem readmitidas para cultos presenciais, sendo privadas de um encontro com sua comunidade de fé. São também pessoas que sofrem especialmente com o fato de não poder ver a família a não ser por meio eletrônico, muitas vezes de difícil manuseio. Enquanto isto, urge encontrar soluções inovadoras pelo uso de mídias digitais, adaptando-se à especificidade destes meios.

É importante ressaltar, outrossim, que igrejas podem e até devem fechar as portas dos seus templos, mas não devem nem podem fechar suas atividades. Não mudam sua identidade, mas, buscam outras formas para atender aos fiéis e demais pessoas que a procuram. A Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece a importância da atuação de comunidades religiosas e da dimensão espiritual em meio a emergências humanitárias (WHO, 2018).

O sofrimento causado pela pandemia, aliado aos noticiários diários de mortes e as ações de distanciamento social, acarretam, em muitos casos, em sintomas de doenças mentais entre a população, como, ansiedade, depressão, síndrome do pânico, etc (FERNANDES, ESPERANDIO, & SANCHES, 2020). O impacto da crise gera um sentimento de impotência e vazio existencial nas pessoas. A perda do emprego, queda na renda mensal ou nos negócios, perda da mobilidade, falta de sentido e esperança, saudade da convivência familiar e com grupos de amigos, etc. pode despertar um sentimento de luto pela perda do controle da “normalidade” na rotina da própria vida. A igreja pode estar contribuindo na conscientização da população sobre o momento delicado que enfrentamos, e apontar caminhos de ressignificação do sentido da vida baseada na fé cristã. Além de ajuda concreta, material, e da manutenção da proclamação a Palavra por vários meios, a igreja também pode recorrer a sua vasta prática ritual e simbólica.

Referências

ADAM, Júlio César. Culto e aconselhamento pastoral. **Tear**: liturgia em revista, São Leopoldo, n. 23. p. 3-14, ago. 2007.

ADAM, Júlio César; REBLIN, Iuri Andréas; SALDANHA, Marcelo. Igreja em rede e liturgia on-line, é possível? **Estudos Teológicos**, vol. 60, n. 2, p. 598-609, 2020.

ALVARENGA, Darlan; SILVEIRA, Daniel. **PIB tem tobo recorde de 9,7% no 2º trimestre e Brasil entra de novo em recessão**. G1 online, 01 de setembro de 2020, 09h00. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/09/01/pib-tem-queda-recorde-de-97percent-no-2o-trimestre-e-brasil-entra-de-novo-em-recessao.ghtml>. Acesso em: 14 nov. 2020

ARGENTINA. Ministério de Salud. **Sala de Situación Coronavirus online** – Ministério de Salud de La Nación. Dados atualizados em 28 jul. 2020. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/salud/coronavirus-COVID-19/sala-situacion>, acesso em 29 jul. 2020.

BONHOEFFER, Dietrich. **Resistência e submissão**. Cartas e anotações escritas na prisão. Editado por Christian Gremmels, Eberhard Bethge e Renate Bethge em cooperação com Ilse Tödt. Trad. Nélio Schneider. São Leopoldo: Sinodal, 2003.

BRAKEMEIER, Gottfried. **Panorama da Dogmática Cristã**. São Leopoldo: Sinodal, 2010.

BRASIL. Ministério da Economia. **Nota Informativa**. Atividade Econômica e Resultados do PIB do 1º Trimestre de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-informativas/2020/resultados-do-pib-do-primeiro-trimestre.pdf/view>. Acesso em: 24 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Brasil confirma primeiro caso da doença**. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46435-brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus>, acesso em: 27 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coronavírus Brasil – COVID-19**. Painel Coronavírus, atualizado em 28 de julho de 2020. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>, acesso em: 29 jul. 2020.

BRITO, Ricardo. **Bolsonaro volta a se referir ao coronavírus como gripezinha, critica governadores e gera reação**. UOL Economia. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/03/24/bolsonaro-volta-a-se-referir-ao-coronavirus-como-gripezinha-e-criticar-governadores-por-restricoes.htm>. Acesso em: 30 mar. 2020.

CANDIOTTO, Cesar; INCERTI, Fabiano. Temor e esperança: agir e resistir em tempos de pandemia. In: PILLA, Maria Cecília Barreto Amorim; SINNER, Rudolf von (Orgs.). **O ser humano em tempos de COVID-19**. Curitiba: PUCPRESS, 2020. p. 22-35.

CARVALHO, Sandro Sacchet de. Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial: os resultados dos microdados da PNAD Covid-19 de junho. **Carta de Conjuntura**, n. 48, 3º TRIMESTRE DE 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200724_cc48_mt_final.pdf. Acesso em: 25 jul. 2020.

DIAS, Júlia. Agência Fiocruz de Notícia. **Covid-19**: presidente da Fiocruz fala dos desafios da chegada da pandemia ao Brasil. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/covid-19-presidente-da-fiocruz-fala-dos-desafios-da-chegada-da-pandemia-ao-brasil>, acesso em: 27 mar. 2020.

FERNANDES, Márcio Luiz; ESPERANDIO, Mary Rute Gomes; SANCHES, Mário Antonio. Sofrimento e sentido: compaixão como desafio ético. In: PILLA, Maria Cecília Barreto Amorim; SINNER, Rudolf von. (Orgs.) **O ser humano em tempos de COVID-19**. Curitiba: PUCPress, 2020. p. 63-76.

FRANKL, Viktor E. **Em busca de sentido**. Um psicólogo no campo de concentração. 51. ed. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2020.

FRANKL, Viktor E. **Psicoterapia para todos**: uma psicoterapia coletiva para contrapor-se à neurose coletiva. Petrópolis: Vozes, 2018.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Estudo identifica principais fake news relacionadas à Covid-19.** Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/estudo-identifica-principais-fake-news-relacionadas-covid-19>>. Acesso em: 23. Jul. 2020.

GABATZ, Celso; ANGELIN, Rosângela. Ponderações críticas acerca da COVID-19: Contribuições para ampliar o entendimento no contexto brasileiro. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 2, n. 2, p. 466-482.

GAEDE NETO, Rodolfo. Diaconia e cuidado nos primeiros séculos do cristianismo. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 55, n. 2, p. 316-332, jul. 2015.

GARCIA, Diego. **Pobreza extrema afeta 13,7 milhões de brasileiros, diz IBGE.** Folha de São Paulo online, 12 de novembro de 2020, 13h34. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/11/pobreza-extrema-afeta-137-milhoes-brasileiros-diz-ibge.shtml>. Acesso em: 14 nov. 2020

GONÇALVES, José Mário. De mortalitate: Cipriano de Cartago e a pandemia no terceiro século. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 60, n. 2, p. 390-403.

IECLB, Presidência. **Orientações sobre o COVID-19 (Coronavírus)** [sic]. Nota da Presidência e de Pastores e Pastorais Sinodais. IECLB nº 280034/20, de 17 de março de 2020. (2020a)

IECLB, Presidência. Carta a Ministras e Ministros da IECLB. Assunto: **Orientações sobre a Ceia do Senhor em tempos de coronavírus.** IECLB nº 280273/20, de 03 de abril de 2020. (2020b)

IECLB, Presidência. **Orientações para a retomada gradual de cultos e encontros presenciais que envolvam grupos.** IECLB nº 280932/20, de 25 de maio de 2020. (2020c)

IECLB, Presidência. **Orientações para atuação pastoral em tempos de pandemia de Covid-19.** Carta nº 281849/20, de 6 de julho de 2020 (2020d)

LUTHER, Martin. Ob man vor dem Sterben fliehen möge [1527]. **D. Martin Luthers Werke: kritische Gesamtausgabe.** vol. 23, ed. W. Walther. Weimar: Böhlau, 1901. p. 338-372.

PILLA, Maria Cecília Barreto Amorim; SINER, Rudolf von (Orgs.). **O ser humano em tempos de COVID-19.** Curitiba: PUCPRESS, 2020.

PIRES, Breiller. **Igrejas desafiam recomendação de suspender missas e cultos diante da pandemia do coronavírus.** El País Brasil online. 19 mar. 2020, 21.54hs. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-03-20/igrejas-desafiam-recomendacao-de-suspender-missas-e-cultos-diante-da-pandemia-do-coronavirus.html>. Acesso em: 27 mar. 2020.

RASCHZOK, Klaus. Arquitetura eclesial e espaço da igreja. In: SCHMIDT-LAUBER, Hans-Christoph; MEYER-BLANCK, Michael; BIERITZ, Karl -Heinrich. **Manual de ciência litúrgica: ciência litúrgica na teologia e prática da igreja.** v. 2. São Leopoldo: Faculdades EST, Sinodal, 2013.

São Paulo. Secretaria de Estado da Saúde. **Capital tem primeiro óbito relacionado ao COVID-19.** Disponível em <http://www.saude.sp.gov.br/ses/perfil/cidadao/homepage/destaques/capital-tem-primeiro-obito-relacionado-ao-covid-19>, acesso em: 27 mar. 2020.

SARAIVA, Alessandra. **Inflação dos mais pobres acelera com alta de alimentos**. Valor econômico online, 07 de outubro de 2020, 05h00. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/10/07/inflacao-dos-mais-pobres-acelera-com-alta-de-alimentos.ghtml>. Acesso em: 14 nov. 2020.

SINNER, Rudolf von; WOLFF, Elias. Santa Ceia/Eucaristia em tempos de COVID-19: perspectivas católicas e luteranas – um diálogo. **Perspectiva Teológica**, vol. 52, n. 3, p. 633-659, 2020.

STERN, Fábio L. As interpretações religiosas para o novo vírus. In: PASSOS, João Décio (Org.). **A pandemia do coronavirus**. Onde estivemos? Para onde vamos? São Paulo: Paulinas, 2020. Edição Kindle. pos. 1526-1723.

VALVERDE, Ricardo. LEITE, Valentina. Agência Fiocruz de Notícias e Campus Virtual Fiocruz. **Aula Inaugural debate pandemia, economia e saúde pública**. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/aula-inaugural-debate-pandemia-economia-e-saude-publica>. Acesso em: 27 mar. 2020.

VEIGA, Edison. **Fake news atrapalham médicos em meio à pandemia**. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/fake-news-atrapalham-m%C3%A9dicos-em-meio-%C3%A0-pandemia/a-53575486>. Acesso em: 23. Jul. 2020.

WACHHOLZ, Wilhelm. Reforma e melhoramento, tradição e transformação: os estamentos na teologia de Lutero a serviço da criação. In: REBLIN, Iuri Andréas; SINNER, Rudolf von (Orgs.). **Reforma: tradição e transformação**. São Leopoldo: Sinodal; EST, 2016. p. 9-33.

WACHHOLZ, Wilhelm. “Se é permitido fugir diante da ameaça da morte”. Lutero e a epidemia da peste em Wittenberg. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, vol. 60, n. 2, p. 372-389, 2020.

WOLFF, Elias; SINNER, Rudolf von. Onde está Deus na pandemia? In: PILLA, Maria Cecília Barreto Amorim; SINNER, Rudolf von (Orgs.). **O ser humano em tempos de COVID-19**. Curitiba: PUCPRESS, 2020. p. 78-89.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Integrating palliative care and symptom relief into the response to humanitarian emergencies and crisis**. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/274565/9789241514460-eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 24 jul. 2020.

Recebido em 17/09/2020
Aceito em 01/12/2020

*Received 09/17/2020
Approved 12/01/2020*



<http://doi.org/10.7213/2318-8065.05.02.p24-38>

A tomada de decisão em tempos de pandemia a partir da perspectiva deontológica e teleológica

Decision-making in pandemic times a deontological and teleological perspective

Valério Hillesheim*

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar a tomada de decisão em relação a problemas prático morais, em tempos de pandemia, a partir dos referenciais da teoria ética da convicção e da teoria ética da responsabilidade. A análise leva em conta as orientações relacionadas à pandemia provocada pelo vírus, SARS-CoV-2: isolamento social horizontal ou isolamento social vertical. O estudo adota a concepção da ética como ciência da moral. Assim, a ética procede de modo crítico e problematizador de toda e qualquer concepção moral. A tomada de decisão é avaliada a partir da interpretação e da diferenciação das duas concepções éticas. O problema principal do trabalho é tentar avaliar, a partir da perspectiva ética, a seguinte questão: qual a principal causa das divergências sobre como agir em tempos de pandemia? A hipótese é que não há consenso sobre a melhor forma de agir, pois as duas concepções partem de diferentes princípios norteadores, portanto de diferentes significados sobre o que é desejável no campo da conduta. O método usado para realizar este trabalho foi o hermenêutico. Este estudo é relevante, pois pode contribuir para argumentarmos com razoabilidade, sem violência, buscando entender as diferentes razões dos posicionamentos das pessoas. A partir desta compreensão, podemos promover um debate mais respeitoso, inclusivo, tolerante e fomentador de boas práticas. Portanto, em tempo de pandemia é extremamente relevante a contribuição da discussão ética sobre este problema que aflige toda a humanidade.

Palavras-chave: Ética. Deontologia. Teleologia. Tomada de decisão.

* Possui graduação em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Nossa Senhora da Imaculada Conceição de Viamão (Atual PUC-RS) (1994), mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1997) e doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências pela Universidade Federal da Bahia e pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UFBA/UEFS) 2012. É professor Adjunto B da Universidade do Estado da Bahia e Professor da Universidade Católica do Salvador. Membro do grupo de estudos: Empirismo, Fenomenologia e Gramática (UFBA). Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Ética, Teoria do Conhecimento e Filosofia da Linguagem. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0473-1893>. Contato: vhillesheim@uneb.br.



Abstract

The purpose of this work is to analyze decision-making in relation to practical moral problems, in times of pandemic, based on references of the ethical theory of conviction and ethical theory of responsibility. The analysis considers the guidelines related to the pandemic caused by the SARS-CoV-2 virus, horizontal social isolation, or vertical social isolation. The study adopts the concept of ethics as science of morals. Thus, the ethics proceeds critically and problematizes any and all moral conceptions. The decision-making is assessed based on the interpretation and of differentiation of the two ethical concepts. The main problem of this work is to try to evaluate, from the ethical perspective, the following question: what is the main cause of divergences about how to act in times of pandemic? The hypothesis is that there is no consensus about the best way to act, because the two concepts start from different guiding principles, therefore, distinct meanings about what is desirable in the field of conduct. The method used to carry out this work was the hermeneutic. This study is relevant, as it can help us to reasonably argue, without violence, seeking to understand the different reasons for people's positionings. From this understanding, we can promote a more respectful, inclusive, tolerant, and good practice-promoting debate. Therefore, in times of pandemic, the contribution of ethical discussion on this problem that affects all humanity is extremely relevant.

Keywords: *Ethic. Deontology. Teleology. Decision-making.*

Introdução

A principal motivação para a escrita deste texto foi a percepção do problemático e complexo debate que gira em torno das orientações relacionadas à tomada de decisão sobre isolamento social horizontal ou isolamento social vertical. O debate tem sido caloroso, intenso e, muitas vezes, até desrespeitoso e violento. Não há unanimidade, nem entre as pessoas comuns, nem entre os especialistas e intelectuais que discutem o problema a partir de dados estatísticos, modelos matemáticos e pesquisas científicas na área da saúde, economia, política, ética, filosofia, biologia, microbiologia etc. Além de o problema ser complexo e de difícil resolução, surgem os vieses políticos e ideológicos com uma guerra de informação de toda ordem. Como é um problema novo, complexo, sistemático e se expande com intensidades e velocidades ainda não registradas, em se tratando de vírus, as dificuldades são ainda maiores.

Praticamente todas as áreas do conhecimento estão envolvidas neste debate. Mas, e a ética? Onde a ética entra nesta discussão e de que maneira? A partir da perspectiva da ética como ciência da moral, como poderemos chegar a um discernimento e podermos tomar decisões conscientes e livres em relação a um problema tão desafiador? É possível chegarmos a um entendimento comum e razoável sobre as melhores alternativas para lidar com o problema? A principal causa da falta de consenso sobre este debate é um dos problemas principais deste trabalho. Talvez, para mantermos acesa a chama pela busca do conhecimento e pela formação do espírito crítico, melhor do que o consenso é manter a salutar tensão deste debate, desde que seguidas as regras da boa argumentação.

Constatamos ser um grande desafio, refletir pelas sendas da ética. Dentre várias questões e desafios, uma coisa parece ser central e fundamental: o que fazer com a nossa própria vida? Como dar sentido ou encontrar sentido naquilo que fazemos? Como escolher meios, caminhos e alternativas para que a nossa existência faça sentido para nós mesmos e para os outros? O que fazer com o poder que temos de instituímos sentidos ao que nós próprios fazemos? Mesmo com todas as influências e determinações, externas e internas, a escolha do que fazer cabe, em última instância, para cada um de nós. Alguma coisa sobra e fica em nosso poder. Na margem de manobra que nos resta, no pouco poder de decisão que ainda temos, como usamos este poder? Como e por que fazemos o que fazemos? Eis alguns desafios principais para a ética.

O problema trazido pelo vírus, SARS-CoV-2, ficar em casa ou não é um problema prático. As decisões práticas e concretas do que fazer não são apenas decisões que cabem aos nossos representantes políticos. Não são decisões que ficam restritas às determinações jurídicas e sanitárias. O indivíduo, no dia a dia, em cada um dos momentos de sua vida, no tempo em que durar a possibilidade de contágio, está tomando decisões importantes para amenizar os efeitos negativos do vírus ou potencializar os danos causados por este. Por exemplo: lavar bem as mãos e fazer a higiene correta ou não; guardar distância sugerida pelos especialistas ou não; obedecer ao que foi legalmente e medicamente instituído ou não; divulgar fake news ou não; fazer trabalho voluntário ou não; cuidar dos recursos necessários à resolução dos problemas pensando em todos, principalmente nos mais necessitados ou não; ser solidário ou não; optar e defender o isolamento social horizontal; optar e defender o isolamento social vertical ou não etc. Todas estas decisões, tanto de autoridades como do cidadão, podem ser tomadas à luz da teoria ética da convicção ou da teoria ética da responsabilidade. Estamos conscientes das diferenças, em nosso comportamento, a partir do fato de adotarmos uma ou outra concepção de ética? Ter consciência dos referenciais usados para a tomada de decisão é uma das condições de buscar o entendimento, também, sobre questões práticas morais.

O método utilizado para a realização deste estudo foi o hermenêutico. Este método sugere que a compreensão só é possível a partir da interpretação. Como decidir em relação ao problema prático moral de optar pelo isolamento social vertical ou isolamento social horizontal exige análise e interpretação. Faremos a interpretação da teoria ética da convicção, sob a perspectiva de Kant e da teoria ética da responsabilidade, sob a perspectiva utilitarista, para mostrar como as decisões são bem distintas a partir de cada um destes fundamentos. Quem pensa e quem fala sobre ética e moral, normalmente, parte de um referencial teórico. Estes referenciais fundamentam os discursos teóricos da ética, bem como as próprias práticas morais. Por isso, analisá-los é a condição de possibilidade de melhor compreender os principais problemas discutidos pela ética e os desafios dos problemas prático morais.

Os Desafios de uma Boa Definição de Ética

Ética é um tema muito discutido e muito polêmico nos mais diversos contextos da atualidade, não só na academia, mas nos mais diversos ambientes de discussão. A maioria das pessoas não se furta em dar sua opinião sobre o comportamento das outras pessoas, sob a perspectiva ética. São comuns juízos da seguinte ordem: ele foi antiético; aquela outra pessoa é imoral; fulano, além de imoral foi antiético; cicrano não tem a mínima noção de decoro; aquela ação até pode ser legal, mas é imoral; no nosso tempo sim, tínhamos respeito e valores, agora, cada um faz o que quer e tudo parece valer etc. Aquele grupo defende a volta do trabalho em meio a uma pandemia. Isto é um crime! Aquele outro grupo defende o isolamento social horizontal. Isto compromete a saúde da economia e levará a sociedade ao caos. Muitos irão morrer de fome. Isto é um absurdo! É imoral! Devemos voltar ao trabalho! Mas, em todos os debates sobre este tema, por que não há um entendimento sobre o significado de ética e moral? Quais as razões da falta de mínimos acordos em relação ao que se entende por ética? Depois de tantos anos de estudo e pesquisa sobre este campo, depois de tantas filosofias morais, depois de tantas religiões sugerindo como deve ser a conduta humana, depois da era da tecnologia da informação que, em tempo real, nos permite saber sobre as crenças, princípios e valores de, praticamente, todas as sociedades, porque ainda não conseguimos um consenso mínimo sobre o que é agir eticamente?

Sob outra perspectiva, os dilemas e dificuldades dizem respeito ao indivíduo e aos problemas morais em que ele se depara nas ações concretas. Portanto, não é apenas um debate teórico¹. Os problemas morais e os dilemas morais são práticos. Por exemplo: devo sempre dizer a verdade ou em determinada situação, devo mentir², em nome de evitar um dano ou prejuízo para alguém? Portanto, devo sempre dizer a verdade, conforme pensava Kant? Ou depende da situação, das possíveis consequências e dos resultados da ação? Em tempos de pandemia, causada pelo vírus SARS-CoV-2,

¹ O debate teórico começa pelas definições e concepções de ética e as diferenciações com a moral. Uma delas é a de que a moral cuida do público e a ética cuida do privado. Nesta tradição podemos ver autores como Aristóteles, Kant e Habermas, por exemplo. Outra é a de que moral e ética são sinônimas. Muitos evocam a etimologia para assim conceber. Normalmente, o senso comum compartilha deste significado. Uma terceira é inversa a primeira, ou seja, a moral cuidaria do privado e a ética do que é público. Neste trabalho, não adotamos nenhuma destas três. A concepção adotada é a de que “A ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade”. (VAZQUEZ, 1985, p. 12).

² Para Kant, só podemos universalizar a verdade, não a mentira. “Toda a gente pode fazer uma promessa mentirosa quando se acha numa dificuldade de que não pode sair de outra maneira? [...] posso em verdade querer a mentira, mas que não posso querer uma lei universal de mentir;” (KANT, 2005, p. 34). Em oposição a esta concepção kantiana, Stuart Mill (2000, p. 210) defende que, em geral, é errado mentir, no entanto, é admissível quando as consequências forem boas, principalmente para os outros.

devo seguir as orientações médicas e da OMS (Organização Mundial da Saúde), ou devo seguir as sugestões oriundas de políticos e da força econômica que dizem: saia para trabalhar?

Os problemas práticos morais estão flertando, ora mais, ora menos, com as seguintes concepções éticas: teoria ética da convicção³ e teoria ética da responsabilidade⁴. A primeira é uma concepção idealista e utópica, com referência em valores absolutos. A segunda é uma concepção pragmática e utilitarista⁵, fundamentada em valores relativos. Os problemas morais podem ser das mais diversas ordens e em diferentes contextos. No entanto, dificilmente, não utilizaremos um destes dois referenciais para a tomada de decisão. A partir destes problemas prático morais, é difícil dizer quem tem razão neste debate⁶. A saída mais plausível parece ser buscar o bom senso e a razoabilidade.

Como ponto de partida para este debate, podemos dizer que ninguém tem razão. As razões não são uma posse inata ou a priori de alguém, de um grupo, de uma instituição ou de um viés ideológico. As razões devem ser elaboradas, construídas, defendidas e apresentadas em um debate público. Para Kant, a razão deve ser pública⁷. No discurso ético não pode ser diferente. Quem quer defender uma determinada concepção, quer seja a ética da convicção, quer seja a ética responsabilidade⁸, deve apresentar as razões, submetê-las ao crivo da argumentação, socialmente e publicamente exercidas⁹. Este debate público deve ter critérios claros e objetivos. Quem argumenta a favor ou contra uma destas concepções não pode entrar no debate com o espírito tendencioso, com a intenção sub-reptícia de persuadir para vencer o debate por qualquer razão. Quem argumenta não pode guardar um estoque de intenções, não públicas e não claras, das reais intenções e motivações de defender uma concepção ou outra. Esta reserva de intenções e motivações não claras, normalmente, é fonte e causa das ilusões e de todos os fatalismos injustificados de nosso tempo. Vários destes fatores podem estar na base da chamada crise moral da atualidade¹⁰.

Para analisar esta perspectiva problemática e problematizadora, a concepção de ética mais interessante é a ética como ciência da moral, Vasquez (1985). Nesta perspectiva, a ética toma como objeto de estudo a moral. A moral está constituída de regras, princípios e valores¹¹, historicamente construídos ou herdados. A ética faz uma análise crítica da moral. Ao fazer a análise crítica, ela visa entender se a moral vigente está bem fundamentada, se ela é coerente, se ela é legítima, se ela é

³ “O que a ética deontológica sustenta, em oposição ao consequencialismo, é que o que é bom ou o que se deve fazer não é função unicamente das consequências. O que a ética deontológica sustenta, em oposição ao consequencialismo, é que a consideração das consequências esperadas de uma ação é uma condição necessária, mas **não suficiente** para empreendê-la ou omiti-la”. (ESTEVEZ, 2014, p. 249, In: TORRES, 2014).

⁴ A concepção clássica mais conhecida de ética teleológica é de Aristóteles (1979). Para ele, a ética é uma sabedoria prática, a partir da qual escolhemos as virtudes, como justo meio, entre dois extremos, os vícios, para alcançar o fim último que é a felicidade.

⁵ “[...] o utilitarismo é conhecido como propondo o princípio da maximização do bem-estar ou felicidade para a maioria ou sociedade como um todo”. (ESTEVEZ, 2014, p. 249, In: TORRES, 2014).

⁶ Para Tugendhat (1996), uma das razões das dificuldades que giram em torno do debate ético é que “[...] haveriam muitos princípios tradicionalistas, e a reflexão moderna sobre a moral conduziu, por seu lado, a muitos princípios, que em parte se sobrepõem, mas que como tais concorrem uns com os outros”. (TUGENDHAT, 2005, p. 27).

⁷ “[...] o uso público da própria razão deve sempre ser livre e só ele pode levar a cabo a ilustração / entre os homens;” (KANT, 1995, p. 13).

⁸ Usamos, neste artigo, as concepções de teoria ética da convicção e teoria ética da responsabilidade, conforme Vasquez (1985), capítulo VIII.

⁹ É o que defende Habermas (1989) em sua teoria do agir comunicativo.

¹⁰ Para Tugendhat, “É uma falha fundamental das éticas correntes, que elas sempre vejam como o conflito moral fundamental, aquele que se dá entre quem quer se compreender moralmente e aqueles que não querem assim se compreender (o ‘egoísta’). O conflito moral fundamental no qual propriamente nos encontramos hoje é o que subsiste entre as diferentes concepções de moral.” (TUGENDHAT, 1996, p. 27).

¹¹ Esta concepção dos elementos que constituem a moral pode ser vista em Vasquez (1985, p. 69) e em Yves de La Taille (2006, p. 30);

consistente e se serve para atender e realizar os principais fins da moral. Quais seriam os principais fins da moral? Fazer o bem e evitar o mal. Buscar meios adequados para uma convivência pacífica. Sugerir condições de possibilidade de uma vida boa, feliz, prazerosa e justa. Auxiliar ao direito, às religiões e outras instituições como o Estado, em todas as suas instâncias a promover o bem comum, a justiça social e o cuidado a todas as formas de vida. Em tese, podemos assumir isto como tarefa essencial de toda moral que tem a pretensão de ser legítima. A legitimidade da moral pode ser estabelecida a partir desta compreensão,

A moral é um sistema de normas, princípios e valores, segundo o qual são regulamentadas as relações mútuas entre os indivíduos ou entre estes e a comunidade, de tal maneira que estas normas, dotadas de caráter histórico e social, sejam acatadas livres e conscientemente, por uma convicção íntima, e não de uma maneira mecânica, externa ou impessoal. (VAZQUEZ, 1985, p. 69).

O sujeito moral deve, portanto, ter discernimento de tudo o que está implicado na ação moral e se colocar como autor, livre e consciente, de seus atos. A ética como crítica da moral visa produzir, no sujeito agente, as condições necessárias e suficientes para que possa ter o discernimento mais completo possível e assumir a responsabilidade total por seus atos. Agir moralmente implica, portanto, que o sujeito agente seja considerado livre e com plena consciência dos seus atos e de todas as suas implicações. Quem entra no debate sobre as duas concepções acima apresentadas deve, também, debater com a responsabilidade moral que pressupõe este discernimento.

Nas decisões e escolhas atuais, no enfrentamento da pandemia, causada pelo vírus SARS-CoV-2, devemos tomar posicionamentos claros e bem fundamentados. Para isto, é necessário o conhecimento de quais concepções éticas mobilizamos para defender o nosso ponto de vista. Podemos promover um debate a partir de um referencial de valores metafísicos, transcendentais, absolutos, universais, perenes e eternos, portanto, a partir da ética da convicção, ou podemos defender nossos argumentos a partir de uma teoria ética consequencialista, utilitarista, pragmática, relativista, contextualista, perspectivista, ou seja, a partir da ética da responsabilidade. O significado, o resultado e a compreensão que ocorrem a partir destas diferentes perspectivas são, obviamente, diferentes. Eis aí, portanto, a origem de uma crise teórica e prática da atualidade. A seguir, apresentamos os principais aspectos e argumentos que fundamentam ambas as teorias. A partir da compreensão destas duas perspectivas, certamente, o debate pode se dar com mais clareza, tolerância e coerência.

Ética Deontológica

A teoria ética da convicção é também chamada de teoria ética deontológica. É uma concepção ética universalista¹². Normalmente esta universalidade é fundamentada em uma norma moral formal. Por isso, alguns chamam de teoria deontológica da norma, ou deontologia normativa. Outros chamam, simplesmente, de ética normativa. O princípio fundante e fundamental desta concepção é uma norma universalmente aceita por conta de sua fundamentação racional e universal. Esta concepção propõe uma norma moral universal e objetiva.

A moralidade do tipo kantiana nunca é uma noção que se restringe ao indivíduo, mas tem sempre uma dimensão social e coletiva. Ela deve valer, portanto, tanto para o indivíduo, como para o grupo, portanto, para a toda a humanidade. Subjetivamente aderimos (preferimos) uma ou a outra

¹² O filósofo que usaremos para fundamentar esta concepção é Immanuel Kant, em sua obra *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*.

concepção de moralidade; concordamos mais com uma do que com outra; valorizamos mais um aspecto do que outro; hierarquizamos princípios e valores por motivos próprios e assim por diante. A ética kantiana¹³ defende que “Todo o chamado interesse moral consiste simplesmente no respeito pela lei” (KANT, 2005, p. 16). Para alcançar este patamar de lei moral universal é necessário analisar criticamente as motivações e máximas subjetivas e mostrar como podem adquirir o estatuto de lei moral objetiva e universal¹⁴. Na perspectiva universalista kantiana, a moral é sempre imperativa, coercitiva e normativa. “Obrigação é a necessidade de uma ação livre sob um imperativo categórico da razão.” (KANT, 2004, p. 27). Por isso, dado o peso que tem, devemos estar muito conscientes se, de fato e de direito, ela vale o que dizemos que ela vale. Ou se de fato e de direito ela vale o que dizem que ela vale.

Para Kant, todos nós seguimos uma moralidade de fato. É fácil de perceber isto, pois seguimos desde nossa infância, ordens e mandamentos oriundos dos outros, obedecemos a nossos pais ou superiores etc. Vivemos em instituições e sociedades normatizadas, moralmente falando. Kant quer saber se, de direito, podemos estabelecer, de modo universal, um princípio legítimo da moralidade¹⁵. E o que seria um princípio legítimo da moralidade para ele? Aquele princípio que pode ser universalizado sem contradição, com coesão e coerência. Como ele estabelece tal princípio, chamado princípio supremo da moralidade? “Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal” (KANT, 2005, p. 59). O ponto de partida é a Liberdade da boa vontade¹⁶ que é incompatível com o determinismo causal da natureza. Por isso, a nossa razão tem que descobrir como pensar a liberdade de modo distinto deste mundo condicionado dos fatos naturais e sociais. A liberdade deve ser constitutiva da razão, naquela dimensão do pensamento que não se deixa determinar, tão somente, por influências externas e causais. A liberdade tem que ser pensada como algo incondicionado, como autônomo e independente, caso contrário cairia por terra o nosso sonho de sermos livres¹⁷. A vontade livre deve determinar, a priori, uma norma moral universal, sem condicionamentos. Este é o ponto central que coloca Kant como um dos principais autores da teoria ética da convicção.

A Boa Vontade e o Dever

Após esta tarefa crítica de situar a liberdade fora do lugar da dependência e da determinação causal, Kant mostra como a partir desta ideia (liberdade) podemos pensar o princípio da moralidade. Na obra *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (2005) começa a estabelecer tal princípio. O primeiro conceito fundamental desta obra é o de boa vontade. Kant diz que no mundo e mesmo fora dele nada há de mais importante do que a boa vontade. E por que a nossa vontade é boa? “A boa

¹³ Para uma análise atual, no Brasil, desta concepção vide, ESTEVES, Júlio. **Éticas deontológicas: a ética kantiana.** In: (TORRES, 2014, pp. 247-267).

¹⁴ “Princípios práticos são proposições que contêm uma determinação geral da vontade, a qual inclui em si várias regras práticas. São subjetivos, ou máximas, quando a condição é considerada pelo sujeito como válida unicamente para a sua vontade; mas são objetivos, ou leis práticas, quando essa condição é reconhecida como objetiva, isto é, válida para a vontade de todo o ser racional”. (KANT, 2001, p. 29).

¹⁵ O ‘dever ser’ é um modelo de ação aplicável na prática. Isto implica em uma tensão entre as “[...] leis segundo as quais tudo deve acontecer, mas ponderando também as condições sob as quais muitas vezes não acontece o que deveria acontecer”. (KANT, 2005, p. 14).

¹⁶ “Neste mundo, e até também fora dele, nada é possível pensar que possa ser considerado como bom sem limitação a não ser uma só coisa: uma **boa vontade.**” (KANT, 2005, p. 21).

¹⁷ “[...] que outra coisa pode ser, pois a liberdade da vontade senão autonomia, i. é a propriedade da vontade de ser lei para si mesma? (KANT, 2005, p. 94).

vontade não é boa por aquilo que promove ou realiza, pela aptidão para alcançar qualquer finalidade proposta, mas tão-somente pelo querer, isto é, em si mesma [...]” (KANT, 2005, p. 23). Não é pelas consequências que possam advir, de suas ações, que ela é boa. Mas o que a torna boa em si mesma? Ela é boa porque é pura. É pura porque é independente. É independente porque é livre. Então, a bondade da nossa vontade está, para ele, no fato de ela poder agir por si mesma, sem depender de nada a não ser de si mesma. Ele não nega o fato de sermos influenciados pelos fatos, pelos outros, pelas inclinações (paixões e desejos), pela sociedade e cultura, mas acredita no poder da razão de reagir a tudo isto e podermos, ainda assim, agir por escolha esclarecida, deliberada e autônoma. A máxima kantiana de que todas as coisas têm um preço, só o homem tem dignidade¹⁸ é derivada da tese de que o ser racional tem a liberdade como um fundamento inalienável da vontade.

Então, em relação à pandemia, no debate atual sobre aderir à orientação de isolamento social ou seguir a orientação de sair para trabalhar, a vontade kantiana decidiria sem levar em conta as sugestões e influências exteriores. O que ela levaria em conta para decidir? Uma máxima que poderia ser universalizada como lei moral¹⁹. Por exemplo, respeitar a vida incondicionalmente. A pergunta seria: posso eu querer respeitar a vida e posso eu querer que todos façam o mesmo, pois a vida é um valor, em si e por si mesmo? Se a resposta pode ser afirmativa, então, a máxima subjetiva torna-se, por poder ser universal, em lei moral objetiva. A máxima para tentar defender a saúde econômica pode ser universalizada? Posso eu querer sair para trabalhar, no meio de uma pandemia e, posso eu querer que todos façam o mesmo, sem risco à vida? A resposta parece óbvia. Não, é claro! Neste caso, a defesa do valor do trabalho e do valor econômico não respeitou uma das condições fundamentais para algo ser moralmente legítimo que é a universalização da norma ou máxima da ação²⁰. Na comparação entre o valor da vida e o valor econômico, por este tipo de raciocínio, descobriríamos que o valor econômico é relativo e o valor da vida é um valor absoluto. Na relação entre meios e fins, podemos fazer o seguinte raciocínio: a dimensão econômica pode ser um meio para um fim. O fim, no caso, seria manter uma vida digna. A vida seria, portanto, o fim. Podemos fazer o mesmo raciocínio colocando o valor da vida como meio e a dimensão econômica como fim? O fim é manter a saúde da economia e a vida é um meio para que este fim seja alcançado. É lícito, moralmente falando, fazer o seguinte raciocínio: se o valor econômico é o fim, então, devo colocar a vida como um meio para atingir este fim? A vida padece e desaparece e o valor econômico é enaltecido e permanece. A partir da moralidade kantiana, este raciocínio seria indefensável, pois atenta contra a universalidade da dignidade humana, por atentar contra a vida.

Do conceito de boa vontade Kant vai derivar o conceito de **dever moral**. A pergunta fundamental a ser feita é: por que devemos agir por dever? O que eu devo? Por que eu devo seguir uma norma? O que torna uma norma legítima? Para Kant eu devo porque quero. Mas quero o quê? Quero ser e permanecer livre, independente, portador e usuário da boa vontade. Ser fiel a isto mesmo que me constitui, que é a vontade livre. Então, o fundamento e a legitimidade do dever estão, intimamente, ligados ao próprio desejo humano de ser e permanecer livre, independente e autônomo. **Eu devo porque quero** é o centro do fundamento da moral em Kant²¹. O dever assim concebido é o dever moral.

¹⁸ “Quando uma coisa tem um preço, pode-se pôr em vez dela qualquer outra como equivalente; mas quando uma coisa está acima de todo o preço, e portanto não permite equivalente, então tem ela dignidade [...] portanto a moralidade, e a humanidade enquanto capaz de moralidade, são as únicas coisas que têm dignidade”. (KANT, 2005, pp. 77-78).

¹⁹ “Age segundo a máxima que possa simultaneamente fazer-se a si mesma lei universal”. (KANT, 2005, p. 80).

²⁰ “[...] o sujeito dos fins, isto é o ser racional mesmo, não deve nunca ser posto por fundamento de todas as máximas das ações como simples meio, mas como condição suprema restritiva no uso dos meios, isto é sempre simultaneamente como fim.” (KANT, pp. 81-82).

²¹ “[...] que mais precisa ser esclarecido do que ensinado, este conceito que está sempre no cume da apreciação de todo o valor das nossas ações e que constitui a condição de todo o resto, vamos encarar o conceito do **Dever** que contém em si o de boa vontade, posto que sob certas limitações e obstáculos subjetivos, limitações e obstáculos esses que, muito longe de

O dever moral é o dever estabelecido pelo livre querer. É uma limitação da vontade livre para poder permanecer livre. Muito diferentes são as ações praticadas somente em conformidade com o dever. As ações praticadas em conformidade com o dever são ações condicionadas, influenciadas e direcionadas segundo uma motivação qualquer que não viabiliza a liberdade. Por exemplo, se um dono de restaurante, conforme Kant (2005), atender bem sua clientela somente pelo fato de querer aumentar seus lucros ou ser bem visto, ou algo parecido, estaria agindo conforme o dever e não por dever moral. A máxima popular de que todos têm um preço não vale para Kant. A dignidade do homem está em manter sua vontade boa, livre, independente e autônoma e, para isso, deve agir, tão somente, por dever e não em conformidade ao dever.

Agir em conformidade ao dever faz do homem um ser dependente de fins alheios e extrínsecos à sua vontade. Neste caso, as ações seriam condicionadas por estes fins alheios à vontade livre, por isso, o risco de o homem perder sua dignidade. Parafraseando o exemplo kantiano, podemos imaginar um médico, ao atender um paciente contaminado pelo vírus SARS-CoV-2, perguntar a si mesmo, qual é a motivação principal da minha ação? Devo atender bem, segundo os preceitos da medicina, somente por ser um dever incondicional, ou devo atender bem para ser bem visto? Devo atender bem para ser bem quisto ou devo atender bem pelo dever que a minha profissão exige? Devo atender bem, independentemente de quem quer que seja, ou atendo de maneira mais adequada ou não, dependendo se for pelo SUS ou em um Hospital da rede privada? Devo atender bem, independente dos possíveis ganhos financeiros ou direciono o meu conhecimento, assim como todo aparato técnico e científico, dependendo de valores econômicos implicados na ação? Para Kant, somente atendendo pelo valor da vida, em si e por si, é que a ação seria uma ação de boa vontade²². Portanto, somente as ações por dever são condizentes com a boa vontade.

Imperativo Moral e Imperativo Amoral

A partir da diferenciação entre ações **por dever** e ações **conforme ao dever**, já está estabelecida, também, a base para diferenciar moral e direito. Todas as ações no âmbito jurídico são **conformes ao dever**, ao passo que as ações morais devem ser sempre por dever. Desta dupla concepção de dever surge o estabelecimento da noção **de imperativo hipotético e imperativo categórico**²³. Os imperativos, para Kant, são mandamentos²⁴, ordens da consciência que determinam o que deve ser feito ou o que deve ser evitado. Por isso, as normas morais podem ser positivas: faça isso porque é um dever, ou negativas: não faça isso porque não respeita o dever. Os imperativos hipotéticos são aquelas ordens da

ocultarem e tornarem irreconhecível a boa vontade, a fazem antes ressaltar por contraste e brilhar com luz mais clara.” (KANT, 2005, p. 26).

²² “[...] conservar cada qual a sua vida é um dever, e é além disso uma coisa para que toda a gente tem inclinação imediata. Mas por isso mesmo é que o cuidado, por vezes ansioso, que a maioria dos homens lhe dedicam não tem nenhum valor intrínseco e a máxima que o exprime nenhum conteúdo moral. Os homens conservam a sua vida conforme // ao dever, sem dúvida, mas não por dever. Em contraposição, quando as contrariedades e o desgosto sem esperança roubaram totalmente o gosto de viver; quando o infeliz, com fortaleza de alma, mais enfadado do que desalentado ou abatido, deseja a morte, e conserva contudo a vida sem a amar, não por inclinação ou medo, mas por dever, então a sua máxima tem conteúdo moral.” (KANT, 2005, pp. 27-28).

²³ “[...] se a ação é representada como boa em si, por conseguinte como necessária numa vontade em si conforme à razão como princípio dessa vontade, então o imperativo é categórico.” (KANT, 2005, p. 50).

²⁴ “A representação de um princípio objetivo, enquanto obrigante para uma vontade, chama-se um mandamento (da razão), e a fórmula do mandamento chama-se imperativo.” (KANT, 2005, p. 48).

consciência condicionadas por fins alheios à boa vontade (vontade livre, pura e independente)²⁵. Por exemplo, se quiseres isto, então faça aquilo: se quiseres curar uma doença, então tome o medicamento; se quiseres emagrecer, então faça os exercícios e a dieta recomendados por especialistas, se quiseres passar de ano, então estude etc. Os mandamentos categóricos (imperativo categórico)²⁶, máximas (ordens de consciência) que nos impomos a nós mesmos, escolhidas por nós mesmos e seguidas por nós mesmos, não precisam de motivos alheios à própria decisão. Apresentam-se assim: faça porque é para fazer e porque assim deve ser feito; faça porque é uma ordem legítima, em si mesma e por si mesma; faça porque você quer e queira porque deves assim querer se quiserdes permanecer senhor de si. Este imperativo

[...] ordena imediatamente este comportamento. Este imperativo é **categórico**. Não se relaciona com a matéria da ação e com o que dela deve resultar, mas com a forma e o princípio de que ela mesma deriva; e o essencialmente bom na ação reside na disposição (*Gesinnung*), seja qual for o resultado. Este imperativo pode-se chamar o imperativo da moralidade. (KANT, 2005, p. 52).

Posso eu querer que a máxima da minha ação se torne lei universal da ação? Se a resposta for sim, então, estabeleceu-se o imperativo categórico (moral), se a resposta for não, então temos apenas o imperativo hipotético (não moral ou amoral). Exemplo: não matar; posso eu querer não matar e posso eu querer (admitir) que todos possam querer o mesmo? **Sim**. Então, não matar seria uma máxima oriunda (ordenada) de minha consciência, mas que pode tornar-se uma lei moral universal, válida para todos. Em nome do cuidado com a saúde, em tempos de pandemia, pelo SARS-CoV-2, posso eu querer permanecer em casa por um determinado tempo e posso sugerir que esta deva ser uma norma universal? Se, sim, então é uma norma moral. Se não, então poderia ser, talvez, apenas uma ordem jurídica. Mas não há exceções? Sim. Porém, uma exceção não invalida uma regra, diria Kant. O fato de um juiz não punir corretamente um criminoso, não significa que a lei que assim determina deixa de ser válida. Apenas um ato não correspondeu à regra, ao preceito. Assim vale para toda a relação de fato e de direito. Ou seja, de fato sempre posso encontrar, na cultura, atos do indivíduo e fatos que contrariem a norma moral, mas, nem por isso, ela deixa de ser válida de direito.

Após a distinção entre imperativos hipotéticos e categóricos e a partir dela, podemos compreender, também, os conceitos de vontade autônoma e vontade heterônoma. A vontade é autônoma quando age por si mesma, a partir da noção de dever moral, sem ser condicionada por nada e por ninguém²⁷. A vontade é heterônoma quando segue ou age por qualquer condicionamento, externo ou interno. O problema, para muitos, surge pelo fato de nossas ações estarem sempre mescladas com influências e condicionamentos oriundos dos fatos culturais, sociais etc. Nesse sentido, nunca poderíamos, de fato, imaginar uma ação completamente autônoma. Basta imaginar os determinismos da moda, da economia, das religiões, do mercado, das ideologias etc. Mesmo assim, para Kant, não importa. Sempre saberíamos que não conseguimos agir, de fato, segundo o imperativo categórico = imperativo moral. No entanto, saberíamos, de direito, que devemos continuar buscando-o como fundamento e paradigma da ação. Teríamos um modelo, um paradigma, uma referência que poderíamos tentar usar, caso continuássemos querendo buscar a liberdade, mesmo dentro dos

²⁵ “No caso de a ação ser apenas boa como meio para qualquer outra coisa, o imperativo é hipotético;” (KANT, 2005, p. 50).

²⁶ “[...] o imperativo categórico [...] não é limitado por nenhuma condição e se pode chamar propriamente um mandamento, absoluta-, posto que praticamente, necessário”. (KANT, 2005, p. 53).

²⁷ Esta vontade age por um princípio racional formal e é a “[...] condição suprema da concordância desta vontade com a razão prática universal, quer dizer a ideia da vontade de todo o ser racional concebida como vontade legisladora universal.” (KANT, 2005, p. 72).

condicionamentos culturais. O contrário seria, completamente, absurdo. Só por sabermos que, muitas de nossas ações são condicionadas e não conseguimos agir, de fato, como prescreve a ordem moral, desistiríamos de tentar, de buscar e realizar a liberdade? Os fatalismos e determinismos da cultura que foram e são, socialmente, construídos, passariam a ser aceitos como naturais. Seriam aceitos como se não pudéssemos imaginar ser de outra forma. Neste caso, estaríamos condenados a sermos alienados e escravos, necessariamente. Nunca saberíamos, inclusive, o que seria uma ação livre, independente e autônoma. O imperativo categórico exerce uma motivação de buscarmos a libertação, embora, de fato, ninguém seja livre, conforme a definição de liberdade²⁸. Mas, devemos lembrar, também, que a liberdade não é uma posse. Temos a potencialidade de sermos livres. Por isso, a liberdade deve ser uma busca, um desejo, uma esperança e, talvez, uma conquista.

Mas como seria a aplicação deste tipo de fundamentação ética para a moral, numa sociedade concreta, onde as pessoas podem decidir fazer o contrário do que é moralmente desejável? Sabemos muito bem que na, nossa sociedade, é assim que muitos agem. Então, no caso da pandemia, muitos poderiam defender que o correto é apenas fazer o que é economicamente viável. Neste caso, para Kant, o direito²⁹ deveria intervir para, coercitivamente, obrigar a agir corretamente³⁰ todos aqueles que escolhem fazer o contrário do que é tido como moralmente válido e cientificamente decidido³¹. O direito deveria ter seu fundamento na moral³² e, então, a legitimidade da coercitividade jurídica estaria em obrigar o arbítrio de um harmonizar-se com o arbítrio de outro, em nome da observância da normatividade universalizada de forma legítima. Só desta forma seria pensável a realização da justiça.

Para concluir este ponto sobre como a ética da convicção pensa o agir moral e relacioná-lo com as decisões concretas dos indivíduos, neste tempo de pandemia, podemos sintetizar com o que segue. Diante da situação concreta da possibilidade de contágio com o vírus SARS-CoV-2, o indivíduo deve escolher entre duas alternativas principais: permanecer em estado de isolamento social, por indicação dos órgãos competentes, ou sair para trabalhar e ter convivência social, praticamente normal, por sugestão de quem defende que a economia não pode parar. As decisões nunca são tomadas sem um parâmetro, sem um referencial, sem um fundamento, sem um modelo moral da ação. Neste caso, quem pensa a tomada de decisão a partir da teoria ética deontológica faz, em primeiro lugar, uma hierarquização de valores. Nem todos os valores valem a mesma coisa. Alguns são mais importantes do que os outros. Seguindo boa parte do que prega a tradição ocidental, o sujeito agente, pautado pela ética da convicção, coloca o valor da vida no topo da hierarquia. Os outros valores ficam subordinados a ele. A vida e a dignidade humana são mais importantes do que tudo. Por isso, os imperativos são desta ordem: respeita as regras, haja o que houver! Qual é a regra mais elevada? Respeitar a vida. Logo, respeite a vida, haja o que houver! Este modelo de ética toma os imperativos como ordens incondicionais. Entende os valores como absolutos, perenes. Neste sentido, eles são atemporais e a-históricos, mas colocam-se como fundamento das ações históricas. Eles são as condições de possibilidade das ações. As ações são pautadas neles, independente das circunstâncias e das consequências. É um tipo de ética não consequencialista. São as circunstâncias e as consequências que

²⁸ É o que acontece, por exemplo, em relação a tudo que é socialmente construído, mas tratamos como se natural fosse.

²⁹ “Conforme o direito é uma ação que, ou cuja máxima, permite à liberdade do arbítrio de cada um coexistir com a liberdade de todos, de acordo com a lei universal.” (KANT, 2004, p. 37).

³⁰ A lei universal do Direito é legítima quando tem seu fundamento na moral. Ela reza o seguinte: “Age externamente de modo tal que o uso livre do teu arbítrio possa coexistir com a liberdade de cada um segundo uma lei universal.” (KANT, 2004, p. 37).

³¹ É o que pode acontecer no caso de haver a aprovação, pelos órgãos competentes, da vacina. O STF (Supremo Tribunal Federal) pode decidir que será obrigatório tomar a vacina.

³² Podemos ver o fundamento do Direito na moralidade a partir desta passagem “A coincidência de uma ação com a lei do dever é a legalidade (legalitas) – a da máxima da ação com a lei é a moralidade (moralitas) da mesma.” (KANT, 2004, p. 31).

se moldam aos valores e não os valores que se moldam às circunstâncias e consequências. A defesa desta tese fica evidente no posicionamento de vários especialistas, assim como de órgãos oficiais (OMS, Ministério da Saúde, Conselhos e Organizações Médicas etc.). Como, em relação a esta questão não há unanimidade, muitos defendem a ética da responsabilidade que se contrapõe ao pensamento da teoria ética da convicção. Veremos, sinteticamente, a seguir, as principais características da teoria ética teleológica³³.

Ética Teleológica

A teoria ética teleológica é também conhecida como teoria ética da responsabilidade, conforme Vazquez (1985). É uma teoria ética consequencialista³⁴. Esta concepção de ética defende que só saberemos o real significado de regras, princípio e valores se analisarmos as circunstâncias em que estes serão usados e as possíveis consequências que podem acontecer a partir desta aplicação. Para este tipo de teoria ética, não importa o que são os valores, em si mesmos e por si mesmos. Eles não valem em si mesmos e por si mesmos, portanto, não têm um valor intrínseco. O significado dos valores está diretamente relacionado à sua aplicabilidade. É no uso e na prática que eles passam a ser aceitos ou percebidos em sua importância. É uma teoria ética utilitarista, conforme Bentham (1979) e pragmatista, conforme Singer (1994)³⁵. Para o modelo utilitarista³⁶, não há uma quantidade e uma hierarquia de valores pré-estabelecidos. As regras, princípios e valores que constituem a moralidade são considerados sob o ponto de vista de sua utilidade. O princípio principal que orienta, na prática, a aplicação de certas tábuas de valores é o seguinte: buscar o maior bem para o maior número de pessoas possível. O bem, no caso desta concepção ética, é sustentado por princípios secundários, sintetizados desta maneira: buscar a felicidade³⁷ e evitar a infelicidade; buscar o prazer e evitar a dor³⁸; buscar o útil e evitar o inútil; buscar o bem estar e evitar o mal estar. Como saber o que é o bem, o prazer, a felicidade etc.? Para saber não é usado um paradigma a priori, como na teoria ética da convicção. No caso da teoria ética da responsabilidade, em situações concretas de ação, considerando determinadas variáveis, avaliam-se as possíveis consequências da ação. É em relação às possíveis consequências

³³ Por ser um uma concepção de ética mais prática e pragmática, é mais conhecida e defendida pela maioria das pessoas no contexto atual. Portanto, partimos do pressuposto de que não é necessário desenvolver e explicar, passo a passo, os fundamentos desta concepção, somente as características principais.

³⁴ “De modo geral, as éticas consequencialistas sustentam que o que se deve fazer ou o que é bom que se faça é **unicamente função** das consequências esperadas da ação” [...] a consideração das consequências que uma ação é esperada produzir é tomada não apenas como condição necessária, mas também **suficiente** para nossa decisão de empreender ou omitir tal ação”. (ESTEVES, 2014, p. 249, In: TORRES, 2014).

³⁵ “Deste ponto de vista da ética, o que realmente importa são os resultados, e não os motivos. A consciência moral tem valor devido às consequências”. (SINGER, 1994, p. 341). Apesar de apresentar esta definição, o autor problematiza, também, esta concepção.

³⁶ Em Stuart Mill vemos o seguinte: “[...] é perfeitamente compatível com o princípio da utilidade reconhecer que algumas espécies de prazer são mais desejáveis e mais valiosas do que outras, já que enquanto na avaliação de todas as outras coisas a qualidade é tão levada em conta quanto a utilidade, seria absurdo supor que a avaliação dos prazeres dependesse unicamente da quantidade.” (MILL, 2000, p. 189).

³⁷ “O credo que aceita a utilidade ou o princípio da maior felicidade como a fundação da moral sustenta que as ações são corretas na medida em que tendem a produzir a felicidade e erradas na medida em que tendem a produzir o contrário da felicidade. Por felicidade se entende prazer e a ausência de dor; por infelicidade dor e privação do prazer.” (MILL, 2000, p. 187).

³⁸ “A natureza colocou o gênero humano sob o domínio de dois senhores soberanos: a dor e o prazer. Somente a eles compete apontar o que devemos fazer, bem como determinar o que na realidade faremos”. (BENTHAM, 1979, p. 3).

desejáveis ou indesejáveis, positivas ou negativas, pelos critérios acima elencados que a decisão é tomada.

Neste caso, o que fazer em cada situação concreta depende das consequências previsíveis, dos diagnósticos e prognósticos feitos a partir da análise dos possíveis resultados concretos, racionalmente avaliados. O dever moral, a consciência moral, ou mesmo uma possível essência da moral não são apresentados e defendidos fora da perspectiva consequencialista. As possíveis consequências da ação são determinantes para a tomada de decisão. O dever moral e a obrigação moral adquirem sua força e sua legitimidade relacionados às consequências da ação. As vantagens e benefícios são determinantes para saber o que fazer em cada situação. O que conta para a tomada de decisão é o interesse, a felicidade e o prazer³⁹ do sujeito agente e os ganhos advindos a partir desta intencionalidade interessada. A busca do interesse pessoal deve associar-se ao interesse do maior número. Mas, o ponto de partida é a disposição psicológica do indivíduo em procurar atender aos seus interesses⁴⁰. “É inútil falar do interesse da comunidade, se não se compreender qual é o interesse do indivíduo”. (BENTHAM, 1979, p. 4). O princípio principal que guia a tomada de decisões é o princípio da utilidade⁴¹.

Para a teoria ética da responsabilidade, os argumentos usados para a tomada de decisão, em relação à problemas práticos, relacionados ao SARS-CoV-2, como ficar ou não em casa, são de ordem consequencialista. A análise feita leva em conta razões favoráveis em defesa de ficar em casa e razões favoráveis em defesa de em sair. O que pesa mais para a tomada de decisão? As circunstâncias em que a decisão está sendo tomada e as possíveis consequências desta decisão. Quais os ganhos e quais as perdas em ficar em casa e quais os ganhos e as perdas em sair? Quais ganhos? Os ganhos em ficar em casa seriam: preservar a vida, a segurança, o cuidado, bem estar, etc. Quais perdas? Ficar doente, (talvez morrer), dor, infelicidade, angústia, perder o emprego, não ter dinheiro etc. A razão calcula entre as vantagens e desvantagens, entre os prós e contras e toma a decisão a partir do que for mais relevante⁴². Portanto, são tomadas de decisão relativas à capacidade de avaliar o dever, as regras, princípios e valores, em relação ao seu uso contextual. Os valores não são absolutos. Eles não valem, em si mesmos e por si mesmos. Eles valem a partir daquilo que eles podem realizar. Não há uma solução a priori e definitiva. As soluções são relativas às possíveis consequências danosas ou não que o ato pode causar. Então, a tomada de decisão em relação aos cuidados ou não para com o contágio pelo vírus SARS-CoV-2, as consequências, positivas e negativas, entrariam como critérios decisivos.

Considerações Finais

Como conclusão inconclusa, consideramos que a tomada de decisão sobre o que fazer, em situações concretas, é um desafio. A deliberação sobre o que fazer e sobre como fazer não parece ser

³⁹ Bentham considera algumas circunstâncias para qualificar o prazer: “(1) A sua intensidade. (2) A sua duração. (3) As suas certezas ou incerteza. (4) A sua proximidade no tempo ou longiquidade. (5) A sua fecundidade. (6) A sua pureza e (7) a sua extensão. [...] Soma todos os valores de todos os prazeres de um lado, e todos os valores de todas as dores do outro. Balanço, se for favorável ao prazer, indicará a tendência boa do ato em seu conjunto, com respeito aos interesses desta pessoa individual; se o balanço for favorável à dor, indicará a tendência má do ato em seu conjunto”. (BENTHAM, 1979, p. 17).

⁴⁰ A partir desta perspectiva há o risco do chamado egoísmo ético.

⁴¹ “Por princípio de utilidade entende-se aquele princípio que aprova ou desaprova qualquer ação, segundo a tendência que tem a aumentar ou a diminuir a felicidade da pessoa cujo interesse está em jogo, ou, o que é a mesma coisa em outros termos, segunda a tendência a promover ou a comprometer a referida felicidade.” (BENTHAM, 1979, p. 4).

⁴² “Segundo o utilitarismo, [...] a consequência a ser visada em nossas ações é a promoção a mais ampla possível do prazer ou bem-estar da maior parte das pessoas ou sociedade, em comparação com o sofrimento ou mal que porventura delas advenham.” (ESTEVES, 2014, p. 249).

tão simples como muitos defendem. Muitas coisas estão em jogo: a vida, o trabalho, vínculos afetivos, dignidade humana, a democracia, a cidadania, o profissionalismo, o sentido da vida etc. É fácil dizer o que os outros devem fazer. Mas, nós, o que escolhemos e porque escolhemos? Quais as razões que apresentamos para justificar nossas escolhas? Ficar em casa para preservar a minha vida e a dos outros, ou sair para trabalhar, em nome da garantia do emprego e da saúde da economia e arriscar a vida? Os médicos, o que deveriam fazer, em caso de colapso no sistema de saúde, diante da falta de número de leitos em UTIs, com respiradores: escolher dar assistência aos mais jovens ou aos mais velhos? Qual teoria ética é mais adequada para decidir isso? A teoria ética da convicção ou a teoria ética da responsabilidade? A primeira sustenta que devemos defender a vida incondicionalmente. A segunda defende que devemos considerar o valor da vida, no contexto, nas circunstâncias e pensando nas consequências. Diante deste problema, nenhuma destas concepções parece oferecer uma solução definitiva e adequada.

Podemos dizer que as duas teorias apresentam limites. Portanto, ambas devem ser analisadas criticamente. A visão crítica constata méritos e lacunas em ambas. A primeira é tida como metafísica, idealista, sonhadora e utópica. A segunda é relativista, cética, perspectivista e exige ponderações constantes, sem garantia de êxito. A primeira é um paradigma que defende o valor da vida incondicionalmente. Portanto, entre trabalho, emprego, economia e a vida, a opção é certa e absoluta. A defesa da vida precede a tudo o mais. A segunda pondera que o valor da vida depende, também, do trabalho, da economia, dos negócios. Aí vem as ponderações que relativizam o valor da vida pelo contrapeso destes outros valores utilitários. O valor da vida não é negado, claro. No entanto, ele deixa de ocupar o primeiro lugar na escala hierárquica e é relativizado. O seu significado e importância, dependem do contexto, das circunstâncias e da relação com os fins visados com a ação. O que cada um de nós faria em relação a todos estes problemas práticos morais? Nós conseguiríamos justificar nossa tomada de decisão por uma das teorias? Qual delas seria a melhor? Ao entrarmos no debate público sobre estes problemas, estamos cientes de qual referencial moral usamos? Muitos desentendimentos não decorrem, exatamente, pela falta de clareza de qual concepção adotamos para defendermos os nossos argumentos?⁴³ Sim, pois as pessoas herdaram ou assumem uma destas concepções sem, necessariamente, comparar com a outra e avaliar as diferenças. Diante dos impasses e da falta de consenso em relação as duas teorias, a melhor decisão é a abertura ao diálogo intersubjetivo, mediado linguisticamente, sem violência⁴⁴ e com profundo desejo que busque soluções melhores em todos os campos, também, no campo da ética.

Referências

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**, In: Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

BENTHAM, Jeremy. **Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação**. Coleção Os Pensadores. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Tradução de Paulo Quintana. Lisboa: Edições 70, 2005.

⁴³ Provavelmente, se cada um dos envolvidos neste debate compreendesse a concepção do outro e as diferentes razões para a tomada de decisão, não haveria mais afirmações do tipo, eu estou certo e você está errado. Os nossos juízos morais e a nossa avaliação moral sobre as decisões dos outros também seria mais equitativa e justa.

⁴⁴ Esta é a concepção de Habermas a partir da ideia de agir comunicativo.

KANT, Immanuel. **A Paz Perpétua e Outros Opúsculos**. Tradução de Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1995.

KANT, Immanuel. **Metafísica dos Costumes – Parte I – Princípios Metafísicos da Doutrina do Direito**. Tradução de Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 2004.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Trad. Guido de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

MILL, J.S. **Utilitarismo. A liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. (org.) **Correntes fundamentais da ética contemporânea**.

Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

TAILLE, Yves de La. **Moral e Ética: dimensões intelectuais e afetivas**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

TORRES, João Carlos Brum (Org.). **Manual de Ética: questões de ética teórica e aplicada**. Petrópolis: RJ: Vozes, 2014.

TUGENDHAT, Ernst. **Lições sobre Ética**. Tradução do grupo de doutores do curso de pós-graduação em Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul; revisão e organização da tradução Ernildo Stein e Ronai Rocha. Petrópolis: RJ: Vozes, 1996.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. 8ª edição. Tradução de João Dell'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

Recebido em 22/06/2020

Aceito em 06/02/2021

Received 06/22/2020

Approved 02/06/2021



<http://doi.org/10.7213/2318-8065.05.02.p39-53>

O Coronavírus e a vontade de poder: uma leitura nietzschiana sanguíneo-vascular

Coronavirus and the will to power: a blood vascular Nietzschean reading

Everton Nery Carneiro*
Marcelo Máximo Purificação**
Emerson Nery Carneiro***

Resumo

É preciso compreender o que é um vírus e principalmente sua ação. Assim, trabalhamos o referencial nietzschiano, que intenta a construção de uma base teórica para fundamentar sua hermenêutica/perspectiva sobre a vida, sendo esta na vida, inexistido separação nítida/perceptível entre ciência, teologia, arte e filosofia. Seguiremos aqui com a biologia (ciência), não divorciada da teologia, visando fundamentar a concepção de vontade-de-poder, numa dimensão filosófica. Na primeira parte, desenvolvemos a compreensão de que caos e cosmo (teologicamente e filosoficamente) são indispensáveis na constituição orgânica e inorgânica, entendendo que o mundo é um caos eterno e qualquer projeção de padrão, ordem ou objetivo é um mero antropomorfismo. Assim, entendemos que a luta, o polemos está estabelecido e, tudo isso pode ocorrer antes mesmo do corpo apresentar quaisquer sinais de enfermidades. Na segunda parte, retomamos o conceito de “eterno retorno”, degustando o aforismo 341. Eterno retorno, que é uma construção filosófica nietzschiana, construído a partir da compreensão teológica de Eclesiastes 2. Por último movimento do texto, apresentamos o para não concluir, que a guisa de um final de artigo, produz pontos elucidativos, aqui um ao qual destacamos: A vontade-de-poder trabalha uma hermenêutica ao constituir o mundo como uma relação entre campos de força instáveis e em constante conflito e autoconfiguração.

Palavras-chave: Vontade de poder. Vírus. Hermenêutica. Nietzsche. Pandemia.

* Docente da Universidade do Estado da Bahia. Pós-doutor em Educação (UFC); Doutor e Mestre em Teologia (EST); Especialização: Educação, Desenvolvimento e Políticas Públicas (FACIBA); Filosofia Contemporânea (Faculdade São Bento); Ética, Educação e Teologia (EST); Graduação: Geografia (UEFS); Filosofia (FBB); Teologia (STBNe). Membro do GEPERCS (Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Religião, Cultura e Saúde); Professor Permanente do Mestrado profissional em Intervenção Educativa e Social. Coordenador da Linha de Pesquisa 02 – Novas Formas de Subjetivação e Organização Comunitária. Autor dos livros: "Mitologia Grega e Bíblica - Narrativas de transgressão"; "Filosofia, Teologia e Poesia"; "Ética e Hermenêutica". ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4240-1246>. Contato: ecarneiro@uneb.br.

** Pós-Doutor em Educação pela Universidade de Coimbra/Portugal. Doutor em Ciências da Religião (PUC-Goiás), e Doutor em Ensino (UNIVATES). Professor Titular C-II na Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior FIMES/UNIFIMES. <https://orcid.org/0000-0002-4788-016X>. Contato: maximo@unifimes.edu.br.

*** Mestrando em Energia (Unifacs). Engenheiro de segurança do trabalho. (Escola de Engenharia Eletromecânica da Bahia); Engenheiro de Produção Mecânica (Unibahia); Biólogo (Fiar). <https://orcid.org/0000-0002-6944-2902>. Contato: emerson.nc@hotmail.com.



Abstract

It is necessary to understand what a virus is and, in general terms, its action. Thus, we work with the Nietzschean framework, which attempts to build a theoretical basis to support his hermeneutics / perspective on life, which is in life, there is no clear / noticeable separation between science, theology and philosophy. We will continue here with biology (science), not divorced from theology, aiming to base the conception of will-to-power, in a philosophical dimension. In the first part, we developed the understanding that chaos and cosmos (theologically and philosophically) are indispensable in organic and inorganic constitution, understanding that the world is eternal chaos and any projection of pattern, order or objective is a mere anthropomorphism. Thus, we understand that the struggle, the polemic, is established and all of this can happen even before the body shows any signs of illness. In the second part, we return to the concept of "eternal return", tasting the aphorism 341. Finally, we present the not to conclude that, as a way of concluding the article, produces elucidating points, one of them here highlighted: The will-to-power hermeneutically constitutes the world as a relationship between unstable force fields and in constant conflict and self-configuration.

Keywords: Will-to-power. Virus. Hermeneutics. Nietzsche. Pandemic.

Introdução

Iniciamos esse texto citando quatro tipos de conhecimento – o científico, o religioso, o artístico e o filosófico. Entende-se que o conhecimento é uma criação, cuja perspectiva é dominar a natureza, não sendo algo desinteressado. Essas formas de produção de conhecimento e expressões do pensar são diferentes maneiras de revelar o mundo, o ser humano e a cultura da sua época, sem perder de vista que estas dimensões se encontram em constante movimento. Nossa perspectiva está envolvida em um tipo de compreensão de que esses tipos ou expressões do conhecimento não estão em oposição ou contradição, assim pensamos junto à Nietzsche ao “ver a ciência com a óptica do artista, mas a arte, com a vida.” (NIETZSCHE, 2004, p.04). Faz-se necessário abordar aqui, que não se trata de interpretar Nietzsche ou usar seu pensamento, mas sim colocá-lo à serviço de um desvendar a realidade, pois o Nietzsche poeta não é diferente de Nietzsche filósofo e, ainda, tampouco do Nietzsche cientista. Eis que nos lançamos à questão desse artigo: como podemos estabelecer relação entre o Coronavírus e o conceito nietzschiano de vontade de poder?

Ao seguir esse caminho intuímos que o já citado filósofo, no que se refere ao seu questionamento sobre a racionalidade, não faz diferenciação entre a racionalidade da filosofia clássica e a racionalidade da ciência moderna. Acentua-se a essa compreensão que ambas possuem uma dimensão de arte e desta com a vida.

A razão, seja ela, a primeira citada ou a segunda, ao se depararem com o mundo imperfeito, pode lançar-se para além desse mundo, inclusive para corrigi-lo. Entre os diversos conceitos nietzschianos trabalhamos aqui nesse texto com a “vontade de poder” e eterno retorno do mesmo. A opção aqui é traduzir a expressão “*Wille zur Macht*” por “vontade de poder” e não por “vontade de potência” (tradução muito usada no Brasil, por forte influência francesa) por duas razões: 1ª – o termo utilizado por Nietzsche literalmente é poder (*Macht*); 2ª para potência, em alemão existem duas palavras que são “*potenz*” e “*leitzung*”; 3ª Nietzsche usa, substituindo a palavra “*macht*” (poder) por “*herrschaft*” ou “*beherrschung*” (domínio ou dominação). O problema está em: ao fazer a opção de traduzir “*macht*” como domínio, como fazer a tradução que envolve domínio ou dominação, no caso “*herrschaft*” ou “*beherrschung*”?

Disponibilizamos o que compreendemos estar na esfera da relevância científico-filosófico-teológica desse artigo, na medida de Nietzsche ser inicialmente um profundo crítico da ciência, exaltando a arte, para depois exaltar a ciência, sendo esta produzida com arte. Este Nietzsche cientista buscou construir uma base teórica para fundamentar sua hermenêutica sobre a vida, compreendida como uma constante luta de forças. Nessa esteira de pensar, temos com objetivo discutir a relação entre o Coronavírus e o conceito nietzschiano de vontade de poder. Assim, seguiremos aqui com a biologia, visando fundamentar a concepção de vontade de poder, compreendendo vida não como conservação, mas como firme disposição a ser mais, a expandir o poder, a domar o alheio e submeter o outro. Nesta seara é preciso compreender o que é um vírus e principalmente o modo como age. Assim, apresentamos a importância social desse artigo.

Inicialmente o vírus não é vida e o seu principal objetivo é não ter qualquer objetivo (MENEGUETTI; FACUNDO, 2020). Dito isso, ao ingressar no organismo, o vírus começa seu processo de descarregar sua força energética e sem qualquer controle funcional ou mesmo objetivo específico orgânico pois um vírus sempre precisa de uma célula para poder replicar seu material genético, produzindo cópias da matriz. Portanto, ele possui uma grande capacidade de destruir uma célula, pois utiliza toda a estrutura da mesma para seu processo de reprodução. Podem infectar células eucarióticas (de animais, fungos, vegetais) e células procarióticas (de bactérias). (SANTOS, 2002). Seu descontrole

potencial leva a sua própria destruição caso alcance a destruição plena de toda organização celular existente e que ele possa escravizar e controlar. Seu fim, sem controle, é a destruição da vida e de sua própria existência orgânica a que possa infectar. Vattimo assim se refere à estética fisiológica nietzschiana:

[...] É importante para a elaboração de uma imagem da existência no mundo pensado como vontade de poder, ou seja, como carente de fundamentos, estruturas estáveis, essências, garantias de qualquer espécie. É preciso lembrar constantemente que o apelo à força, à saúde, etc., responde, em Nietzsche, apenas à demanda de encontrar critérios de avaliação capazes de distinguir o valor das interpretações (que são as únicas que constituem o mundo) sem referir-se a estruturas essenciais, a elementos finais de uma natureza necessariamente metafísica¹ (VATTIMO, 2001, p.160, tradução nossa).

Vattimo afirma que o tripé formado por “valor”, “vida” e “vontade de poder” não poderiam consistir em estruturas estáveis, como também não são alocadas somente a ética. Desta forma, ao se buscar conhecer o mundo e a verdade, a relação entre valor, vida e vontade de poder é asséptica, devendo-se acrescer a esse tripé a existência. Nesta perspectiva – percebendo-a como necessária, pois ela é a condição fundamental de toda a vida -, entendemos que o mundo, tal como o conhecemos é um fruto de como o organizamos e assim a vida vai se construindo pela via da oposição das vontades de poder que se asseveram a partir de diferentes perspectivas. No que tange a luta pela existência, Nietzsche (2006, p.71) diz que “Ela ocorre, mas como exceção; o aspecto geral da vida não é a carência, a fome, mas ao contrário abundância, até mesmo o absurdo do desperdício.” Neste sentido, a luta pela existência não ocorre em torno da sobrevivência, mas da vontade de poder, e esta ao efetivar-se tanto no mundo orgânico como inorgânico torna-se um procedimento que não cessa, em que uma complexidade de forças (re)arrumam por um dado tempo, em permanente luta de ampliação de seu próprio domínio. (MARTON, 2011)

Ao aqui estarmos se faz necessário afirmar que em Nietzsche a vontade de poder é uma hermenêutica (interpretação, explicação e compreensão) mais ampla que a seleção natural de Charles Darwin, ou seja, tem-se o aumento indiscriminado de poder. É importante destacar o caráter epígono da ciência, que chega depois, pois não é um dado primário, como se fosse um fenômeno em si, sendo que “todo o antes é um depois e todo depois um antes, e qualquer instante é um início” (KURY, 2003, p.44).

Nessa epigonicidade² da ciência, em Nietzsche o conceito de vontade de poder busca elementos na biologia e do eterno retorno na física. Entendemos a partir de Nietzsche, que a vontade de poder, seja no mundo orgânico ou inorgânico, provoca e ocorre um deflagar uma luta entre todos os envolvidos. A luta é *polemos* e para que ocorra são necessários antagonistas e, dado a sua inevitabilidade, não se pode aludir à destruição total dos beligerantes. Vida, em Nietzsche, é “vontade de poder”. O orgânico entra em deterioração e acaba subsumindo no inorgânico, ou seja, em Nietzsche inexistente traço de distinção essencial. Assim entendendo, o orgânico e o inorgânico participam do

¹ “[...] es importante para la elaboración de una imagen de la existencia en el mundo pensado como voluntad de poder, o sea como carente de fundamentos, estructuras estables, esencias, garantias de cualquier tipo. Es preciso recordar constantemente que el apelar a la fuerza, a la salud etc., responde, em Nietzsche, sólo a la exigência de hallar criterios de valoración capaces de distinguir el valor de las interpretaciones (que son las únicas que constituyen el mundo) sin referirse a estructuras esenciales, a elementos últimos de índole necesariamente metafísica.”

² Representante da geração seguinte; descendente. Na botânica é a camada celular da coifa do arquídio dos musgos. Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2020. Disponível em <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/ep%C3%ADgono>> Acessado em 15/11/2020

mesmo princípio, pois em ambos a vontade de poder é um acontecer. Pensando dessa maneira, não se faz muito sentido a diferenciação entre essas duas dimensões. Sendo o orgânico e inorgânico submetidos ao mesmo princípio, ou seja, à vontade de poder, temos um jogo de forças em constante luta de opostos, um *polemos* (LUIZ, 2020)!

Esse *polemos*, ou essa força, não é provida de qualquer intencionalidade ou finalidade, assim:

A passagem do mundo inorgânico ao mundo orgânico consiste em ir das percepções exata dos calores, das forças e das relações de potência às percepções incertas, indeterminadas – porque uma pluralidade de seres em luta entre si (os protoplasmas) se opõe ao mundo exterior. (NIETZSCHE apud MARTON, 2011, p.122)

O *polemos*, a luta constante entre opostos, as forças em permanente combate são um traço essencial tanto no mundo orgânico como também no inorgânico, em que essas duas dimensões se constituem como forças em interação. Esta força não tem possibilidade de não ser exercida. Não pensar desse jeito significa a existência de intencionalidade, que não é o caso em pauta e, ainda mais, um posicionamento antropomórfico, que também não é o que se vigora na perspectiva da vontade de poder. Neste sentido, entendemos que a vontade de poder é intrínseca à força e esta ao vir-a-ser-mais-forte, choca-se em outras que a ela resistem sendo inevitável o combate, o *polemos*, a luta por mais poder. Nesta compreensão dizemos que tudo que existe, seja na dimensão orgânica ou inorgânica, é constituído por forças que operam e lutam entre si de maneira ininterrupta, onde efetivamente, nada é fixo, existindo tão somente o vir-a-ser.

O poder do biológico

O Vírus encontra a primeira célula a ser dominada. Ao acontecer isso, a célula é (re)programada para reproduzir réplicas virais. Neste ponto tem início o processo exponencial de infecção de novas células. As primeiras células dominadas, agora infectadas pela ação virótica chegam no sistema respiratório, os pulmões (JUNQUEIRA; CARNEIRO, 2016). Precisamos desenvolver a compreensão de que caos e cosmo são indispensáveis na constituição orgânica e inorgânica, entendendo que o mundo é um caos perene e qualquer perspectiva de modelo, resolução ou objetivo é apenas antropomorfismo. (YOUNG, 2014, p.575).

Cronologicamente, antes de chegar aos pulmões, a estrutura viral já havia, muito provavelmente dominado, ou seja, infectando as hemácias do sangue. Já nos pulmões, a dominação/infecção das hemácias é potencializada. Temos aqui o primeiro problema severo, pois o sistema imunológico ordena um ataque para combater o invasor do pulmão: o vírus (LI et al, 2020). Mas este ataque compromete a superfície de troca gasosa, em razão do excesso de mecanismos de defesa para combater simultaneamente o vírus e a infecção. Um tipo de glóbulo branco na superfície dos alvéolos, são outro mecanismo de defesa dos pulmões. Por causa das necessidades das trocas gasosas, os alvéolos não estão protegidos por muco e cílios — o muco é muito espesso e diminuiria a velocidade da passagem de oxigênio e de dióxido de carbono. No lugar delas, macrófagos alveolares procuram partículas depositadas, se ligam a elas, as ingerem, matam aquelas que estão vivas e as digerem. Quando os pulmões são expostos a ameaças sérias, podem ser recrutados glóbulos brancos adicionais na circulação, principalmente os neutrófilos, para ajudar a ingerir e matar os patógenos. Por exemplo, quando a pessoa inala uma grande quantidade de poeira ou está combatendo uma infecção respiratória, são produzidos mais macrófagos e são recrutados mais neutrófilos (DEZUBE, 2019). Enquanto isso, mais e mais hemácias são dominadas e destruídas.

Neste jeito de compreender, chega-se ao segundo grande problema: no interior das hemácias existe a hemoglobina e, esta tem como uma de suas principais funções o transporte do oxigênio para os mais diversos tecidos do corpo. A hemoglobina é afetada indiretamente pelo vírus, destruindo a estrutura que protege o íon ferro, que o impede de ser solto no organismo, liberando-o. O íon ferro é o responsável pela afinidade com o oxigênio, e sem ele não há combinação da hemoglobina com o oxigênio e nem mesmo com o CO₂ quando do retorno dos diversos tecidos (epitelial, conjuntivo, muscular e nervoso)³ para os pulmões (JUNQUEIRA; CARNEIRO, 2016). O íon ferro é considerado um invasor para o organismo humano na sua forma livre e quando fica livre da hemoglobina ele estaria livre e solto no pulmão. O organismo humano entende o íon ferro como um novo invasor e aciona mais mecanismos de defesa a nível pulmonar para neutralizar mais este invasor e inunda mais uma vez os pulmões com novos defensores comprometendo ainda mais as superfícies de contato pulmonar e diminuindo ainda mais as áreas de troca gasosa. (SUGITA, 2018)

Aqui poderíamos abordar a questão da imunidade e suas complicações! Mas não vamos discutir isso por aqui. Mas vale pensar sobre isso, entendendo que o pensar é uma necessidade, enquanto o opinar é uma recreação das ideias, mas esta pode ter consequências inimagináveis. Para Mirko Wischke (2014, p.440), no “Léxico de Nietzsche”, o filósofo alemão trabalha o pensar considerando “aquilo que tenciona fundamentar a partir do horizonte do respectivo uso da linguagem, mas sem estar consciente dessa dependência e dessa perspectividade.” Nesse sentido a questão que salta aos olhos é: até que ponto algo é real?

Ao tocar sobre esse real, nos damos conta de um vírus, no nosso caso, o coronavírus. Enquanto isso ocorre, a quantidade de hemoglobina sadia no sangue vai paulatinamente diminuindo, comprometendo a troca gasosa a nível dos alvéolos pulmonares. Com a diminuição da hemoglobina no sangue, diminui também o processo de respiração intracelular nos tecidos por deficiência de oxigênio na quantidade adequada. (RAMOS, 2017)

Além disso, o processo de remoção de CO₂ pela hemoglobina ao nível dos tecidos é igualmente comprometida. Numa situação normal 7% do CO₂ dos tecidos é removido pelo plasma, 23% pela hemoglobina e 70% na forma de íons bicarbonatos. Com a deficiência de remoção de CO₂ pela hemoglobina, esta vai se acumulando de forma inadequada nos tecidos e no sangue, provocando uma diminuição do Ph do sangue. (JUNQUEIRA; CARNEIRO, 2016)

O Ph do sangue deve ser controlado numa função de controle ácido-base. O sangue deve apresentar um Ph em torno de 7,4 e de 7,35. Mas este parâmetro tem dificuldades de ser mantido em razão da deficiência de O₂ no sangue e aumento de concentração de CO₂, que diminui o Ph do sistema sanguíneo (ARISTIZÁBAL-SALAZAR; CALVO-TORRES, 2015).

Percebemos aqui a presença de mais um problema, que precisamos entender conceitualmente: Quando praticamos atividades físicas intensas acima dos limites de cada indivíduo, um dos resultados é a liberação de ácido láctico⁴, o que diminui o Ph de forma provisória. Essa diminuição do Ph do sangue é um sinal de alerta para que o organismo libere mais oxigênio para os músculos, que se supõe estariam exauridos pela alta demanda energética. (ABCMED, 2016)

³ GOEDERT, Elciana. Objetos Digitais de Aprendizagem: auxílio na compreensão das noções básicas de Citologia e Histologia no Ensino Fundamental. Secretaria de Educação do Estado do Paraná. 2013. Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_utfpr_cien_pdp_elciana_goedert.pdf> Acessado em 25 de novembro de 2020.

⁴ O ácido láctico é o produto final da metabolização anaeróbica da glicose nos tecidos. Na eventualidade da carência de oxigênio, o ácido láctico é produzido como o ciclo anaeróbio é utilizado para a produção de energia. O lactato sai das células e é transportado para o fígado, onde é oxidado de volta à glicose. Seu excesso representa aumento do metabolismo anaeróbio devido à hipoperfusão tecidual. Com um débito persistente de oxigênio tem-se a acidose láctica (ABCMED, 2016).

Continuando nessa linha, com a diminuição do Ph do sangue, o organismo começa a entender que precisa liberar mais oxigênio para os tecidos musculares de forma contínua pois o Ph do sangue não consegue voltar ao normal pelo desequilíbrio ácido-base que estaria em curso. O organismo pode começar a entender que a diminuição do Ph do sangue ocorre via liberação do ácido láctico que diminui o Ph em condição de estresse muscular, entretanto, isso é uma aparência, não sendo real. Mas mesmo assim, o oxigênio pode ser ofertado potencialmente aos tecidos musculares, que supostamente não estariam necessitando desta dose extra. (ABCMED, 2016)

Sendo assim, pela liberação de O₂ no tecido muscular, aliado a falta de hemoglobina para transporte de O₂ e CO₂, os órgãos vitais do organismo tais como, fígado, rins (que pode provocar acidose metabólica)⁵, coração, intestino, sistema nervoso, iniciam um processo de desestabilização pela deficiência cada vez maior de O₂ e pela concentração de CO₂ em suas estruturas. Esses fatores podem contribuir com a acidose láctica.⁶

Entendemos que a luta, o *polemos* está estabelecida e, tudo isso pode ocorrer antes mesmo do corpo apresentar sinais de enfermidades respiratórias. Os órgãos desse corpo podem ser seriamente comprometidos antes mesmo dos primeiros problemas respiratórios graves. Todo esse processo de degradação pode ser potencializado para portadores das seguintes enfermidades: doenças respiratórias, doenças cardíacas, anemias, diabetes e doenças hepáticas. (OPAS, 2020)

Vamos abortar aqui, deixando de lado os comentários sobre as doenças cardíacas e respiratórias que podem comprometer ainda mais os infectados pelo COVID-19, indo direto aos portadores de doenças hepáticas: o fígado é o segundo maior órgão do corpo humano depois da pele. Ele exerce mais de 200 funções no corpo humano, sendo as principais o auxílio na digestão de alimentos, produção de bile (substância que atua na digestão de gorduras), a síntese de colesterol e a metabolização dos elementos nocivos de alguns alimentos, como bebidas alcoólicas, café e gorduras. (OPAS, 2020)

Estando o fígado já comprometido previamente pelo seu mal funcionamento, a deficiência de oxigênio para ele coloca em risco acentuado o corpo humano, pois a metabolização da gordura é comprometida e a síntese de colesterol também é comprometida, por exemplo. Esse desequilíbrio pode prejudicar de sobremaneira o organismo humano de forma integral, podendo causar sucumbências e falências orgânicas pelo acúmulo acentuado de elementos tóxicos no organismo pois os mesmos não estariam sendo metabolizados na proporção adequada para a manutenção da vida. Sendo assim, poderia ser observado uma espécie de intoxicação orgânica interna. (RAPOSO, 2002)

Ainda, há um outro tema a ser abordado na relação entre infecção no organismo e o fígado. No sangue, ainda é possível verificar a presença de uma proteína chamada albumina. Ela tem funções no transporte de metais, lipídeos e bilirrubina, bem como papel na imunidade (ABCMED, 2016). Existem evidências e estudos que apontam que há uma correlação negativa entre a concentração de albumina e globulinas. Desta forma, haveria um incremento nas globulinas devido a estados infecciosos, o que inibiria a síntese de albumina no fígado como mecanismo compensatório para manter constante o nível proteico total e, portanto, a pressão osmótica sanguínea. Por outra parte, numa disfunção hepática, o

⁵ Há dois tipos de acidose: respiratória e metabólica. A acidose respiratória ocorre quando o gás carbônico (CO₂) acumula-se no corpo em virtude de alguma patologia pulmonar. Já a acidose metabólica começa nos rins, em vez de nos pulmões. Ela ocorre quando esses órgãos não podem eliminar o ácido de maneira eficiente ou quando eles eliminam um excesso de base. Existem três principais formas de acidose metabólica: (1) acidose diabética em pessoas com diabetes mal controlado; (2) acidose hiperclorêmica, devido a uma perda de bicarbonato de sódio; (3) acidose láctica, devido a um excesso de ácido láctico no corpo (ABCMED, 2016).

⁶ A acidose láctica ocorre quando as células do corpo não têm oxigênio em nível suficiente para seu uso e então produzem o ácido láctico a partir de hidratos de carbono, o qual se acumula no sangue, causando acidose. Algumas condições médicas são fatores de risco para a acidose láctica: distúrbios renais e pulmonares, doenças do fígado ou do coração, diabetes, câncer, síndrome da imunodeficiência adquirida, certas doenças genéticas e o uso de alguns medicamentos (ABCMED, 2016).

nível de albumina cai e o de globulinas aumenta. Podemos perceber um desastre em curso dentro de um indivíduo. Algumas enfermidades podem surgir, tais como: escarlatina, artrite reumatoide juvenil e síndrome inflamatória multissistêmica pediátrica associada à COVID-19. (ABCMED, 2016).

Já a anemia, é uma enfermidade que tem como sua característica marcante a diminuição de hemoglobina sadia no sangue, atribuída principalmente pela deficiência de ferro no organismo. Sendo assim, a depender do grau avançado da anemia, a deficiência de O₂ no organismo para garantir a respiração intracelular poderia ser ainda mais incrementada, e antes mesmo de uma aceleração acentuada de uma enfermidade respiratória nos pulmões, por conta do COVID-19, poderia ocorrer uma falência antecipada de qualquer outro órgão vital do corpo humano (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015), sendo o corpo uma prisão e a terra um lugar de exílio. (NIETZSCHE apud YOUNG, 2014)

Temos a diabetes como uma enfermidade de grande relevância para a potencialização dos efeitos do COVID-19. Segundo a sociedade Brasileira de diabetes, hoje, no Brasil, há mais de 13 milhões de pessoas vivendo com diabetes, o que representa 6,9% da população. E esse número está crescendo, podendo ser muito maior. Em alguns casos, o diagnóstico demora, favorecendo o aparecimento de complicações. Pode ser que você ou alguém próximo tenha diabetes. Nossos péssimos hábitos alimentares potencializam muito o surgimento dessa enfermidade sem dar qualquer sinal de advertência. Esta é uma doença silenciosa. Fortes evidências sugerem que os pacientes com anemia têm um aumento da mortalidade no acidente vascular cerebral (NEWS.MED.BR, 2016).

Entretanto um dos problemas a ser destacado sobre esta enfermidade é que ela apresenta como um de seus efeitos a deficiência da circulação do sangue no organismo humano. Assim, com o COVID-19 já influenciando o processo integral de respiração, a deficiência de circulação sanguínea, onde estão as hemoglobinas responsáveis por transportar o O₂, compromete ainda mais a necessária presença de oxigênio nos tecidos e que o CO₂ seja removido. Tudo está intimamente ligado em laços de interação e de luta constante, permanente, num jogo de forças, atendendo à vontade de poder. Importante notar que existe uma sucessão de acontecimentos e esta sucessão constitui-se pela contraposição de uma multiplicidade de forças.

Por fim, muitas pesquisas recentes vêm destacando que uma das consequências da infecção do COVID-19 é a coagulação interna do sangue⁷. Via de regra a coagulação sanguínea é um processo biológico de extrema importância quando do surgimento de paredes danificadas de vasos sanguíneos. Durante o processo, chamado de coagulação, a parede do vaso sanguíneo que foi rompido é coberta por um coágulo de fibrina visando parar o sangramento e ajudar a reparar o tecido danificado. Neste sentido, a coagulação sanguínea faz parte do processo natural do corpo de cicatrização. No entanto, este processo pode ser potencializado no interior do sangue, provocando coágulos internos, em decorrência de algumas condições de saúde específicas, tais como: arteriosclerose e aterosclerose; arritmia cardíaca; insuficiência cardíaca; obesidade; doença arterial periférica; sessão prolongada ou repouso (por exemplo para aqueles que estejam em UTI entubados); embolia pulmonar; tabagismo, dentre outros. (CAGNOLATI *et al*)

Esses coágulos potencialmente produzidos podem agarrar-se firmemente a um vaso sanguíneo, obstruindo-os parcial ou totalmente. Isso prejudica o fluxo normal de sangue e de oxigênio. Mais uma

⁷ A **coagulação** sanguínea se dá por uma sequência de eventos químicos e plaquetários (plaquetas são fragmentos celulares oriundos de células chamadas megacariócitos, as quais são originadas na medula óssea) que resultam na formação de um coágulo de fibrina que faz a hemostasia (cessação do sangramento) e ajudam a parar o sangramento e a reparar o tecido danificado. Os componentes da **coagulação** incluem as plaquetas, os vasos sanguíneos e as proteínas da **coagulação do sangue**, entre outras coisas. A **coagulação** se dá pela ativação dos chamados fatores de **coagulação**, numerados por algarismos romanos, de I a XII, a qual se faz por duas vias: A qual se faz por duas vias: uma intrínseca, que ocorre no interior dos vasos sanguíneos quando o **sangue** entra em contato com regiões da parede do vaso com alguma lesão, e outra extrínseca, quando o **sangue** extravasa dos vasos para os tecidos conjuntivos, no que se usa chamar "cascata da **coagulação**" (ABCMED, 2016).

vez o transporte do oxigênio pode ser corrompido podendo causar sérias complicações de saúde, como: Embolia pulmonar, quando um êmbolo fixa-se a uma artéria do pulmão; Trombose, que é a obstrução de um ou mais vasos sanguíneos; Acidente vascular cerebral (AVC), quando um coágulo de sangue fixa-se a um vaso do cérebro; Isquemia, que é a falta de suprimento sanguíneo e oxigênio para um tecido devido à obstrução causada por um coágulo. (OPAS, 2019)

O poder deicidal

Referenciados pôr o que se pode denominar de uma esperança, um desejo, e em outro sentido uma saída, uma busca e até mesmo uma transgressão, Nietzsche criou o conceito do eterno retorno. É um conceito lançado em “A Gaia Ciência” (2017), no aforismo 341 e explicitado em “Assim falou Zaratustra” (2011).

Ao todo a expressão “eterno retorno” aparece em quatro momentos em “Assim falou Zaratustra”, sendo que além de uma característica anunciativa, possui uma característica pedagógica, que é ensinar o eterno retorno: “sabemos o que ensinas: que todas as coisas eternamente retornam, e nós mesmos com elas, e que eternas vezes já estivemos aqui, juntamente com todos as coisas.” (NIETZSCHE, 2011, p.211). No entanto essa possibilidade apresenta uma aporia, pois: “se tudo retorna tal como é, não posso saber e por isso também não posso ensinar que tal coisa retorna. A doutrina suprime-se a si própria como doutrina – se ela é verdadeira, então não se pode doutriná-la.” (STEGMAIER, 2013, p.171). Como ser o que se é, é sempre uma eterna superação de si mesmo, nunca se chega ao que se é, pois este “é” é um processo, é um eterno retorno, sendo sempre um desejo de refazer o que já foi feito ao viver, como se tivesse de viver tudo de novo. Degustemos as palavras de Nietzsche no aforismo 341 de “A Gaia Ciência”:

E se um dia, ou uma noite, um demônio lhe aparecesse furtivamente em sua mais desolada solidão e dissesse: *“Esta vida, como você a está vivendo e já viveu, você terá de viver mais uma vez e por incontáveis vezes; e nada haverá de novo nela, mas cada dor e cada prazer e cada suspiro e pensamento, e tudo o que é inefavelmente grande e pequeno em sua vida, terão de lhe suceder novamente, tudo na mesma sequência e ordem – e assim também essa aranha e esse luar entre as árvores, e também esse instante e eu mesmo. A perene ampulheta do existir será sempre virada novamente – e você com ela, partícula de poeira!”* – Você não se prostraria e rangeria os dentes e amaldiçoaria o demônio que assim falou? Ou você já experimentou um instante imenso, no qual lhe responderia: *“Você é um deus e jamais ouvi coisa tão divina!”*. Se esse pensamento tomasse conta de você, tal como você é, ele o transformaria e o esmagaria talvez; a questão em tudo e em cada coisa, *“Você quer isso mais uma vez e por incontáveis vezes?”*, pesaria sobre os seus atos como o maior dos pesos! Ou o quanto você teria de estar bem consigo mesmo e com a vida, para não desejar nada além dessa última, eterna confirmação e chancela. (grifos no original)

A proposta nesse momento é visitar esse aforismo em três perspectivas: científica, filosófica, ética.

Sob a perspectiva científica, pode-se pensar esse aforisma num viés cosmológico. Deste modo, ele aponta para a inexistência de um caráter teleológico para o universo, ou seja, o universo não tem fim, é um eterno processo de expansão e contração, como inclusive abordam alguns modelos cosmológicos. (STEINER, 2006)

Pelo viés ético, intuímos que por um número infinito de vezes tudo se repete e isto proporciona um sempre inacabamento. Tudo que acontece na vida do ser humano estaria sempre se repetindo. Ao ter consciência dessa eterna repetição, cada ser humano tem a possibilidade de escolher fazer algo de

diferente, escolhendo, pois, algo que, já que vai se repetir eternamente, seja uma repetição que lhe traga sempre felicidade. Em lugar de se ter um círculo vicioso, o que se tem é um círculo virtuoso, pois a cada momento de vida pode acontecer uma modelagem sob o ponto de vista estético, que revela o eterno retorno, pois entendemos que o ser humano no curso da sua história esteve sempre envolvido na construção de si mesmo, ou seja, de si construir numa séria interminável e plural de subjetividades distintas que jamais alcançam um final.

Olhando para a perspectiva filosófica, nos reportamos ao viés da existência, pois o círculo em si mesmo não diz nada. Entretanto, de forma paradoxal e transgressora ele carrega eternamente uma mensagem. Qual é essa mensagem? O sentido da existência é de ser existência. Ainda nessa seara, no caso da filosofia, Nietzsche expressa no eterno retorno o viés de que ao desejarmos algo, esse algo que acontece e que é fruto do nosso desejo, vai estar retornando sem parar. Nesse sempre retornar estamos cativos de um destino. Eis o *amor fati*, o amor ao destino:

Amar o destino não exige que se tenha uma atitude resignada diante dele ou a ele submissa. Tampouco permite que nele se façam recortes ou se procedam a exclusões. Ao contrário! Assentir sem restrições a todo acontecer, admitir sem reservas tudo o que ocorre, anuir a cada instante tal como ele é, é aceitar de modo absoluto e irrestrito tudo que advém “sem desconto, exceção ou seleção”; é afirmar a vida no que ela tem de mais alegre e exuberante, mas também de mais terrível e doloroso. (MARTON, 2000, p.66)

Sem resignações, submissões, exclusões ou restrições, o que é importante é viver a vida em tudo que ela possibilitar, desde a exuberância alegre até a dor terrível. Viver tragicamente é a possibilidade que se deve assumir, pois “a vida será sempre injusta com o indivíduo a quem só resta a desoneradora comunhão com o processo da vida como um todo” (SAFRANSKI, 2011, p. 91-92). Um Deus exuberante e abundante onde Nietzsche descobre o eterno retorno e revela a todo instante no texto:

Tudo vem, tudo retorna; rola eternamente a roda do ser. Tudo morre, tudo volta a florescer, corre eternamente o ano do ser. Tudo se rompe, tudo é novamente ajeitado; eternamente constrói-se a mesma casa do ser. Tudo se despede, tudo volta a se saudar; eternamente fiel a si mesmo permanece o anel do ser. Em cada instante começa o ser; em redor de todo Aqui rola a esfera Ali. O centro está em toda parte. Curva é a trilha da eternidade. (NIETZSCHE, 2011, p.208-209)

Todos os seres humanos estão no anel do ser. Não há como se furta do movimento, que é curvo. Todos pertencemos à tragédia, tudo retorna sempre tragicamente, e segundo Young “a palavra de Nietzsche para expressar ‘retorno’, *‘Wiederkunft’*, possui certa aura religiosa. Os cristãos referem-se ao *‘Wiederkunft’* de Cristo, a ‘segunda vinda’.” (YOUNG, 2014, p.385). Para além disso “desde a eternidade [Cristo] nasce, sempre nasce.” (LUTERO apud WESTHELLE, 2008, p.43). O Cristo é o Messias. O sempre esperado e desejado. Aquele que se espera que venha e continue sempre a vir, retornando eternamente. Isto significa um amor a vida, que sendo sagrada, divina, não se deseja que venha a desaparecer. Sendo isso verdade, o eterno retorno assegura a sua vigência. E ainda mais, garante a continuidade da vida em um mundo transitório que está sempre retornando. Deus morreu, está morto e será morto! “A morte de Deus (na cruz de Jesus) foi uma morte no passado, é agora e será no futuro.” (WESTHELLE, 2008, p.44). Seja a morte na cruz de Jesus, seja a morte de Deus como uma constatação de Nietzsche, estamos diante de um deicídio. Nietzsche busca superar a surpreendente morte de Deus, pelo não menos surpreendente eterno retorno. O caminho trilhado por ele é imenso e no final de “Crepúsculo dos ídolos” afirma:

Com isso toco novamente no ponto do qual uma vez parti – O Nascimento da tragédia foi minha primeira tresvaloração de todos os valores: com isso estou de volta ao terreno em que medra

meu querer, meu saber – eu, o último discípulo do filósofo Dionísio – eu, mestre do eterno retorno... (NIETZSCHE, 2006, p.107)

Note-se que ele não diz ser discípulo do deus Dionísio, mas sim do filósofo Dionísio, de quem ele aprendeu e se tornou mestre do eterno retorno. Para Nietzsche o filósofo “é necessariamente homem de amanhã e de depois de amanhã, esteve sempre e sempre teve de estar em oposição ao seu hoje.” De Dionísio ele constrói o conceito de dionisiaco, de trágico, que acompanha e se mescla ao longo de sua obra. O dionisiaco inclui sem dúvida o conceito de *Übermensch* e do eterno retorno. O deus Dionísio é um deus estranho, como é estranho também o conceito de dionisiaco. É um conceito de um indivíduo, com grandes dificuldades de ser compreendido, inclusive por ser um deus que viveu e morreu várias vezes. Cristo possui essas características bem similares. Ficamos com a impressão e expressão: “o mundo visto por Nietzsche é a figura da repetição.” (ONFRAY, 2014, p.39) pois “o que aconteceu antes vai acontecer outra vez. O que foi feito antes será feito novamente. Não há nada de novo neste mundo” (Eclesiastes 1.9).

Para não concluir

Ao se buscar trabalhar em particular com esses conceitos nietzschianos precisamos logo de chofre trazer a máxima de que viver, para Nietzsche, é inventar. (NIETZSCHE, 2008, parágrafo 119). Fazemos uma distinção entre inventar e criar. Este último insinua um ato de produzir o novo no momento mesmo da criação cuja expressão acontece na conhecida *creatio ex nihilo*. Já inventar tem vínculo com o encontrar e o descobrir, e supõe a existência de elementos prévios que precisam ser rearrumados. Algo funciona aproximadamente na construção que faz Gounelle: “O que sou nasce das redes de relações que tecem a minha existência.” (GOUNELLE, 2011, p.81). Como são interessantes os filósofos! Eles se situam diante do mundo fenomênico, tal qual diante de um livro pronto. Tendo feito a leitura, se colocam a interpretar corretamente o livro, para assim tirar conclusões sobre o autor que o escreveu.

A vontade de poder trabalha uma hermenêutica ao constituir o mundo como uma relação entre campos de força instáveis e em constante conflito e autoconfiguração. A este conceito nietzschiano, junta-se aqui o de eterno retorno e assim temos que:

Iniciando sua argumentação, Scarlett Marton cita um fragmento do ano de 1885, no qual se evidenciaria a correlação entre os dois conceitos, o de vontade de poder e do eterno retorno, posto que o mundo, segundo o filósofo, seria “um mar de forças” que se transforma eternamente, retorna eternamente. O vínculo entre ambas seria feito, como se evidencia naquela passagem, pela teoria das forças, que é tomada nesse contexto por seu caráter polêmico. Pela contraposição que representa em relação a algumas teorias conhecidas da época, em especial à ideia de entropia e à segunda lei da termodinâmica. Nesse sentido, é ressaltada a ideia do filósofo de que as forças seriam finitas e se correlacionariam entre si num tempo infinito, configurando um universo que não se ampliaria e nem atingiria uma finalidade, pois, se houvesse essa finalidade, com o tempo infinito e as combinações finitas entre as forças, ela já teria sido atingida. (PASCHOAL, 2018)

Olhar para esse campo de força, ao qual se compõe ininterruptamente, em expressão de relações de forças, requer a observação exclusiva da interpretação. Aquela composta pela mirada insubordinada às ideias valorativas sobre a existência, as quais se fundamentam na concepção de que todo conhecimento está, por um lado, condicionado por alguém que conhece e, por outro lado, por aquilo que ele conhece. Destarte, é preciso a imersão em “águas mais profundas” para compreender

que o conhecimento é sim condicionado, pois, se depreende aqui, de uma maneira não conhecida, o que revela só ser possível a sua visada, com a abstração da sua incomensurabilidade.

Pensar neste apontamento, significa entender que o campo de forças é composto de particularidades aguerridas, não existindo, assim, uma distribuição com estabilidade de forças, nem conformações distintas: o ato de cada particularidade faz invariavelmente estourar as distribuições existentes. Inexistem simetrias ou proporções: o campo é, em sua totalidade, extravagante. Existem apenas forças, peregrinas de poder, lutando pela superioridade. Cada força é, em princípio, um centro impulsivo buscando uma composição problemática: dominar as outras, incorporá-las, desenvolver às expensas delas, acrescentando, assim, o campo típico de dominação, tal é o impulso de cada particularidade em conflito.

A falta de medida ou captação da expressão exata, posto que frente à esse incomensurável temos que nos reconhecer como parte de um todo, ao qual nunca tomamos, reverbera "a verdadeira essência das coisas", uma vez que (...) "a coisa em si nos é desconhecida". (YOUNG, 2014, p.104)

Ao margear essas considerações, destacamos que o pretendido fora alcançado em desvelamentos reflexivos, que se apresentam por meio de um conhecimento perspectivado. Vale retomar que "tudo o que existe é um olhar em perspectiva, um conhecimento em perspectiva." (NIETZSCHE apud YOUNG, 2014, p.584)

Sob essa ótica, esse conhecimento fora produzido neste trabalho, de modo dialógico, singrando por mares pouco navegados. O percurso construtivo apresentado, que caminhou via o conceito de vontade de poder nietzschiano, tratando desde o poder biológico ao poder deicida, em nosso entendimento, buscou tratar sobre a ação virótica, cotejando pontos à abordagem do fenômeno Sars-Cov-2 e suas interfaces - construídas em suas múltiplas possibilidades interpretativas - e, como objetivamos, bordejamos por meio de pontuações deicidas, o anúncio do mundo de repetições, no qual o maior aprendizado se encontra na força do renascimento da vida, como uma constante que não possui enodamento com a sacralização do poder criado, mas antes criador, em sua inexorabilidade divina.

Para não concluir e, sim, perspectivar novas e sempre maiores aproximações dialógicas orientadas pelo desejo de saber, nesta seara de produção de conhecimento, por concepções discursivas sobre a vida e a vontade de poder, firmamos em aberto o texto para novas e, tão logo, próximas incursões, haja visto que são esses os movimentos, tal qual a do vírus, que são prenes da verdade como vontade de potência.

Referências

ABCMED, 2016. **Acidose láctica** - características, causas, diagnóstico e tratamento. Disponível em: <https://www.abc.med.br/p/sinais.-sintomas-e-doencas/1275478/acidose-lactica-caracteristicas-causas-diagnostico-e-tratamento.htm>. Acesso em: 20 jul. 2020.

ARISTIZÁBAL-SALAZAR, Raúl E., CALVO-TORRES, Felipe. Revista Colombiana de Anestesiología, **Equilíbrio ácido-base: a melhor abordagem clínica**. Volume 43, Issue 3, Julho - setembro de 2015.

Bíblia de Estudo NTLH. Barueri, São Paulo. Sociedade Bíblica do Brasil. 2005.

CAGNOLATI, Daniel et al. **HEMOSTASIA E DISTÚRBIOS DA COAGULAÇÃO**. Disponível em https://sites.usp.br/dcdrp/wp-content/uploads/sites/273/2017/05/hemostasia_revisado.pdf. Acessado em 22 de novembro de 2020.

DEZUBE, Rebecca. **Controle da Respiração**. Manual MSD – Versão Saúde para a Família. 2019. Disponível em: <https://www.msmanuals.com/pt/casa/dist%C3%BArbios-pulmonares-e-das-vias-respirat%C3%B3rias/biologia-dos-pulm%C3%B5es-e-das-vias-a%C3%A9reas/controla-da-respira%C3%A7%C3%A3o>. Acessado em 26 de Novembro de 2020.

Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2020. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/linguaportuguesa/ep%C3%ADgono>. Acessado em 15/11/2020

GOEDERT, Elciana. **Objetos Digitais de Aprendizagem: auxílio na compreensão das noções básicas de Citologia e Histologia no Ensino Fundamental**. Secretaria de Educação do Estado do Paraná. 2013. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_utfpr_cien_pdp_elciana_goedert.pdf. Acessado em 25 de novembro de 2020.

GOUNELLE, André. **Deus inventado e inventor**. in GIRARD, René; GOUNELLE, André; HOUZIAUX, Alain (Orgs.). René Girard: Deus uma invenção? Tradução de Margarita Maria Garcia Lamelo. Realizações Editora. São Paulo, 2011.

JUNQUEIRA, L.C., CARNEIRO José. **Biologia Celular e Molecular**. Editora Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2016.

KURY, Mário da Gama. **Dicionário de Mitologia grega e romana**. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Jorge Zagar Ed., 2003.

LUIZ, Felipe. **Uma reflexão introdutória sobre o polemos no fr. 53 dK de Heráclito**. 2020. Disponível em: <https://hypnos.org.br/index.php/hypnos/article/view/608/611>. Acesso 20 nov. 2020.

MARTON, Scarlett. Da biologia à física: vontade de potência e eterno retorno do mesmo. Nietzsche e as ciências da natureza. In: BARRENECHEA, Miguel Angel de [et al.] Nietzsche e as ciências. Rio de Janeiro: 7letras, 2011

MARTON, Scarlett. **Extravagâncias: Ensaio sobre a filosofia de Nietzsche**. São Paulo: Discurso e Unijuí, 2000.

MENEGUETTI, Dionatas Ulises de Oliveira; FACUNDO, Valdir Alves. Vírus ser vivo ou não? Eis a questão! 2020, Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/epidemiologia>. Acessado em 20 de novembro de 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Programa Nacional de Suplementação de Ferro: manual de condutas gerais. Anemia. 2015. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/dicas-em-saude/431-anemia>. Acessado em 23 de novembro de 2020.

NEWS.MED.BR, 2016. **Qual o impacto dos níveis de hemoglobina e da anemia sobre a mortalidade no AVC agudo?** Disponível em: <https://www.news.med.br/p/medical-journal/1274503/qual-o-impacto-dos-niveis-de-hemoglobina-e-da-anemia-sobre-a-mortalidade-no-avc-agudo.htm>. Acesso em: 20 jul. 2020.

WISCHKE, Mirko. Pensar. IN: NIEMEYER, Christian (Org.). **Léxico de Nietzsche**. São Paulo. Edições Loyola, 2014.

NIETZSCHE, Friederich. **Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém.** Tradução, notas e prefácio Paulo César de Sousa. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

NIETZSCHE, Friederich. **Crepúsculo dos Ídolos ou como se filosofa com martelo.** Tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **A origem da tragédia.** Tradução Joaquim de Faria. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2004.

NIETZSCHE, Friederich. **Aurora.** Tradução Carlos Antonio Braga. 2ª edição. Editora Escala: São Paulo, 2008.

NIETZSCHE, Friederich. **A Gaia Ciência.** Tradução Antônio Carlos Braga. São Paulo: Lafonte, 2017.

ONFRAY, Michel. **A sabedoria trágica: sobre o bom uso de Nietzsche.** Tradução Carla Rodrigues. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

OPAS. Folha informativa COVID-19 - Escritório da OPAS e da OMS no Brasil. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acessado em 27 de Novembro de 2020.

OPAS. **Coágulo de sangue: Sintomas, Tratamentos e Causas.** 2019. Disponível em <Coágulo de Sangue: Sintomas, Tratamentos e Causas (opas.org.br). Acessado em 22 de novembro de 2020.

PASCHOAL, Antonio Edmilson. **O mundo como medida: o papel conferido por Scarlett Marton à cosmologia na interpretação da filosofia de Friedrich Nietzsche.** Cad. Nietzsche vol.39 no.2 São Paulo May/Aug. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2316-82422018v3902aep>. Acessado em 21 de julho de 2020

RAPOSO, Joseane Bonel. **Metabolismo e mecanismos de ação de compostos hepáticos.** Seminário de Bioquímica do Programa de Pós-graduação em Ciências da UFRGS. 2002. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/lacvet/restrito/pdf/xenobioticos.pdf>. Acessado em 23 de novembro de 2020.

RAMOS, Roberta Pulcheri. Como a anemia pode influenciar negativamente as trocas gasosas? 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/jbpneu/v43n1/pt_1806-3713-jbpneu-43-01-00001.pdf. Acessado em 23 de Novembro de 2020

SAFRANSKI, Rudiger. **Nietzsche, biografia de uma tragédia.** Tradução de Lya Lett Luft. São Paulo. Geração editorial, 2011.p.91-92.

SANTOS, Norma Suely de Oliveira. **Introdução à Virologia Humana.** Editora Guanabara. Rio de Janeiro, 2002.

STEINER, João E. **A Origem do Universo.** 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000300022. Acessado em 20 de novembro de 2020.

STEGMAIER, Werner. **As linhas fundamentais do pensamento de Nietzsche: coletânea de artigos.** Organização de Jorge Luiz Viesenteiner e André Luis Muniz Garcia. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2013.

SUGITA, Denis Masashi. **Fisiologia Respiratória**. Disponível em: <https://medpri.me/upload/texto/texto-aula-1080.html>. Acessado em 28 de Novembro de 2020

VATTIMO, Gianni. **Introducción a Nietzsche**. Barcelona: Península, 2001.

WESTHELLE, Vítor. **O Deus escandaloso: o uso e o abuso da cruz**. Tradução de Geraldo Korndorfer. São Leopoldo: Sinodal/EST; 2008.

LI, Yanbai et al. **Influenza virus glycoprotein-reactive human monoclonal antibodies**. Disponível em: www.elsevier.com/locate/micinf. Acessado em 20 de julho de 2020.

YOUNG, Julian. **Friederich Nietzsche: uma biografia filosófica**. Tradução Marisa Mota. 1ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

Recebido em 30/07/2020

Aceito em 05/12/2020

Received 07/30/2020

Approved 12/05/2020



<http://doi.org/10.7213/2318-8065.05.02.p54-67>

O mal-estar do ser na pandemia sob uma leitura teológica

The malaise of being in the pandemic under a theological reading

Ocir de Paula Andreata*

Resumo

O problema do mal se apresenta como um grande desafio ao saber humano, principalmente à teologia como ciência do espírito, dado a abrangência de sua manifestação nas diversas dimensões da vida, na complexidade de sua compreensão e nas ameaças ao cuidado do ser. As circunstâncias enfrentadas na existência no mundo, que trazem à consciência humana o problema do mal, manifestam um mal-estar no ser e tocam na questão do sentido e na responsabilidade moral. A atual pandemia do coronavírus trouxe um mal-estar ao ser nestes tempos que desafia à compreensão do sentido da vida. Neste texto refletimos sobre o mal-estar da pandemia, seus possíveis reflexos sobre o sentido existencial do ser e buscamos um apoio teológico ao seu enfrentamento. Nossa reflexão parte da consideração da fragilidade do ser humano em face à pandemia, a partir de dados da pandemia obtidos de informações da imprensa e da Organização Mundial da Saúde (OMS). Em seguida a compreensão da situação atual toca na questão do sentido da vida e da responsabilidade moral, sob a ótica ontológica de tradição aristotélica e fenomenológica de Franz Brentano e Edmund Husserl, e da filosofia existencial tal como em Kierkegaard, Paul Ricoeur e Albert Camus. Depois, com apoio em alguns textos bíblicos e sob uma hermenêutica teológica, busca-se a compreensão de uma forma de transcendência espiritual ao atual mal-estar. Finalmente, a reflexão objetiva apontar para uma compreensão mais ampla e profunda de saúde e vida.

Palavras chave: Pandemia. Mal. Mal-estar. Responsabilidade moral. Transcendência.

* Doutor em Teologia pela PUCPR, Mestrado em Filosofia, formação em Teologia e Psicologia; possui Especialização em Sexualidade Humana; é Professor universitário e pesquisador sobre o tema da Individuação no Grupo de Pesquisa: Teologia, Gênero e Educação, na PUCPR; Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Sexualidade Humana: educação e terapia, da Universidade Positivo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7921-5404>. Contato: ocirandreat@gmail.com.



Abstract

The problem of evil is presented as a major challenge to human knowledge, especially of the theology spirit of science, given the scope of its manifestation in the various dimensions of life, the complexity of their understanding and threats to the care of the self. The circumstances faced in existence in the world, which bring the problem of evil to human consciousness, manifest a malaise in being and touch on the question of meaning and moral responsibility. The current pandemic of the coronavirus has brought a malaise to being in these times that defies the understanding of the meaning of life. In this text we reflect on the malaise of the pandemic, its possible reflections on the existential sense of being and we seek theological support for its confrontation. Our reflection starts from considering the fragility of the human being in the face of the pandemic, based on data from the pandemic obtained from information from the press and the World Health Organization (WHO). Then the understanding of the current situation touches on the question of the meaning of life and moral responsibility, under the ontological perspective of Aristotelian and phenomenological tradition of Franz Brentano and Edmund Husserl, and of existential philosophy as in Kierkegaard, Paul Ricoeur and Albert Camus. Then, with support in some biblical texts and under a theological hermeneutics, an attempt is made to understand a form of spiritual transcendence to the present malaise. Finally, the objective reflection points to a broader and deeper understanding of health and life.

Keywords: *Pandemic. Evil. Malaise. Moral responsibility. Transcendence.*

Introdução

O mundo está em plena pandemia. Um mal-estar difuso se abate sobre todos, quer pelo medo dos diversos sintomas, quer pelo alto contágio e letalidade, pela paralisação de atividades ou perda de trabalho, renda ou pelas perspectivas de mudanças em curso. O provocador de tal situação inesperada, o coronavírus, um minúsculo elemento de efeito potencial, é uma manifestação da natureza em forma de mutação genética e adaptação de microrganismo, provavelmente em resposta à degradação ambiental e à ação humana. O mal-estar ante a realidade da morte estampada pelo vírus traz à tona a consciência da vulnerabilidade humana, bem como coloca em questão as instituições sociais e políticas, incluindo as igrejas, e toca no problema do sentido do ser.

A vivência desta realidade inexoravelmente provoca a reflexão. Como ciência ou política, filosofia ou psicologia, a questão que se impõe é o imediato da ação necessária de resposta assertiva à raiz do mal. De qualquer modo, o mal-estar, por seus sintomas, também traz à reflexão a questão do mal, a prioridade vital do respeito ao meio ambiente e o sentido último da vida. À teologia, certamente, interessa pensar esta questão a partir da imanência ontológica do ser no mundo.

Como a reflexão se dá essencialmente pela pergunta e por respostas aos questionamentos, no sentido mais ontológico da questão várias perguntas podem ser feitas. O que é o ser humano no jogo da vida e da morte? O que de fato acontece ao ser do humano na contemporaneidade? Como entender e definir o mal que se configura como mal-estar de crise social e de saúde, na mais variada sintomatologia, em tempos de pandemia? Assim como as demais ciências, como a teologia interpreta e significa este mal-estar?

Neste trabalho queremos esboçar uma reflexão sobre a atual situação, colocando em foco a questão do ser humano e como o sentido deste, sob o impacto do mal-estar, pode ser pensado enquanto perspectivas da condição atual, mas sob um fundamento teológico. Para isso, pretende-se abordar, primeiro, a situação atual da pandemia no mundo e seu mal-estar, passando-se em seguida à uma reflexão geral sobre a condição atual do ser, para depois esboçar uma leitura teológica em análise de algumas referências bíblicas, mais especificamente sobre: Rm 7,17; 8,28; 12,1-3; e Hb 11,1. Por fim, pretende-se tocar na questão do cuidado e da responsabilidade moral para com a vida.

Sob os argumentos da soberania divina, da primazia do cuidado e da responsabilidade humana para com a vida, queremos abordar a situação sob o enfoque teológico, uma vez que entendemos que tais questões são essenciais aos seus fundamentos. Evoca-se hoje que a política, enquanto gestão pública do bem coletivo maior que é a vida paute a conduta de suas ações pela ciência e ética pela vida. Neste sentido também a teologia é uma ciência e tem ação pública, pois tem compromisso com o cuidado dos modos do viver, da transcendência do ser e sentido último da vida no mundo.

A finitude é a condição mais essencial da vida no mundo e mais imediata da existência do ser humano, que tem consciência desta realidade. A realidade da morte, trazida pela atual pandemia, como outras, por certo em algum momento traz às consciências a questão do sentido da vida e da infinitude.

O mal da pandemia e o mal-estar da fragilidade do ser

A busca de compreensão ao caráter enigmático e originário do conceito de mal, pelo menos na cultura de tradição judaico-cristã, segundo Paul Ricoeur (1988), muitas vezes se confunde com os fenômenos do acidente, sofrimento e da morte, ou de conceitos como pecado e culpa. Para Ricoeur (1988, p.23) existe o mal cometido e o mal sofrido, ou seja, o mal de origem no interior da intenção

humana que acomete a outro, e o mal involuntário sofrido através da ação externa de outro ou de circunstâncias existenciais. Para este autor, o sofrimento é o ponto de referência para distinguir a questão do mal entre as ideias de pecado e culpa. Por esta ótica, então, podemos dizer que o mal da pandemia é um mal sofrido, que acomete a todos no mundo, dada a forma de sua origem em um microrganismo vivo da natureza, mas que pode também vir a ser um mal cometido, na medida em que alguém transmita a outrem, conscientemente deixando ou se recusando a observar os cuidados necessários recomendados por normas e autoridades sanitárias, implicando, com isso, na responsabilidade moral para com a vida de si e do outro.

Podemos pensar que o problema central da questão do mal é que ele, de alguma forma, mostra o espelho da realidade inexorável da morte. Contudo, vale afirmar-se que, a morte não é necessariamente um mal, enquanto parte do fenômeno no mundo da vida. Todavia, observa-se que é diante da realidade do mal e da morte, ao sentir a perda da potência de seu ser, que o homem é levado a se perguntar pelo sentido último a vida.

A realidade do mal da pandemia vem se evidenciando sucessivamente de forma global a todos através de toda a imprensa mundial. Por isso mesmo, por sua intensa divulgação, torna-se uma realidade que assusta a todos, dada a rapidez de contágio e sua alta letalidade.

Historicamente, segundo Pires, Andrino, Llaneras e Grasso (2020), em reportagem no Jornal El País, as primeiras informações sobre as ações de um novo tipo de vírus começaram a surgir por volta de final de Dezembro de 2019; porém, até início de Janeiro de 2020, o novo coronavírus (SARS-CoV-2), ainda estava concentrado na China, tendo surgido naquele país na cidade Wuhan. Todavia, ao final daquele mês já somavam 10.000 infectados na China e em outros 129 países. Em Fevereiro foram registrados vários surtos na Coreia do Sul, Itália, Alemanha e Espanha. No Brasil, o primeiro caso foi confirmado em 26 de Fevereiro e um mês depois já se registravam mais de 1500 casos. No dia 11 de Março de 200, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o novo coronavírus como uma pandemia global.

Desde então, muitas pesquisas científicas em grandes centros de estudos em vários países do mundo e em parcerias, como na China, Inglaterra, Alemanha, Rússia, Estados Unidos da América e aqui no Brasil, em tempo recorde, buscam desvendar a natureza do vírus, produzir imunizantes e orientar a população sobre seu enfrentamento, sob a coordenação da OMS, com vistas a frear seu avanço, diminuir as mortes e minorar seus efeitos.

Desde este início de pesquisas, apesar de alguns atropelos, o Brasil se fez presente na busca de soluções. Segundo Sabrina Pires (2020), em reportagem para a Revista Veja, apesar dos atropelos, ainda no dia 28 de Fevereiro de 2020, o Brasil anunciou ter sido o primeiro país no mundo a completar o sequenciamento genético do coronavírus. O grande feito da médica pesquisadora Ester Sabino e sua equipe, diretora do Instituto de Medicina Tropical da USP, desvelando o genoma do vírus em apenas 48 horas depois da detecção do primeiro caso da doença no Brasil e o efeito deste dado tão importante para o controle do agente pandêmico, revelou a grande capacidade dos brasileiros pesquisadores em ciência.

Conforme Ansele, Zafra e Galocha (2020), em artigo para o jornal El País Brasil, de 07 de Julho de 2020, no sequenciamento genômico do vírus, num total de 30.000 letras do genoma viral, descobriu-se uma mutação na posição 23.403, onde a letra A muda para G, na sequência *ccu cgg cgg gca* das partículas genéticas do vírus, chamada de G614, que propiciou sua facticidade e facilidade de adaptação e propagação.

De modo geral, após a declaração da situação do coronavírus como estado de pandemia mundial pela OMS (UNA-SUS, 2020), em 11 de Março de 2020, os governos foram instados politicamente declararem estado de pandemia em seus países e decretarem isolamento social, regras básicas de proteção sanitárias, com rigorosa fiscalização de cumprimento e de providências urgentes em seus

sistemas e logísticas de apoio de saúde e hospitais de campanha. No Brasil, sob forte crise política, conflito de interesses e má coordenação nacional de saúde, os governos dos diversos Estados e Municípios, de modo autônomo e na forma da lei, corroborada pelo Supremo Tribunal Federal (Portal STF, 2020), seguiram as orientações da OMS e decretaram as mesmas regras a partir do dia 15 de Março de 2020.

O isolamento social, que em muitos locais e momentos chegou ao extremo do chamado *Lockdown* (fechamento total) e de toques de recolher, trouxe a exigência de encerramento em si e no espaço de morar, com abruptas restrições no trabalho, estudo e comércio, e provocou um mal-estar, de medo da morte, de contágio, com aumento de sintomas emocionais de estresse, ansiedade e pânico, e sociais de medo do “outro infectado”.

No dia 27 de Setembro de 2020, o mundo completou o triste índice de 1.000.000 (hum milhão) de mortos, e o Brasil se aproximava de 150.000 (cento e cinquenta mil) mortes e 5.000.000 (cinco milhões) de casos registrados, marcas totais que veio a atingir no dia 10 de Outubro, ainda não contada a subnotificação e os casos não contabilizados de morte por Síndrome Respiratória Aguda Inespecífica e em longínquos locais de interior.

Como análises à situação da pandemia, dentre várias publicações deste fato neste dia, destacamos dois comentários por trazerem diferentes visões críticas à tragicidade dos fatos, no jornal *El País*¹. Em *Um presente envenenado da mãe natureza*, sem apelo à metafísica, Javier Sampedro (2020) vê o impacto do SARS-CoV-2 como resposta resiliente da mãe natureza às dores causadas pela ação danosa do homem ao uso e abuso dos recursos naturais. E em *As pandoras da pandemia*, Siri Hustved (2020), usando a analogia do mito grego da Caixa de Pandora, analisa que, embora a pandemia tenha aberto sua caixa e deixado sair doenças, morte e outras desgraças e que alguns déspotas procurem um inimigo mitológico para culpar o vírus, todavia é a ação coletiva integrada que pode mudar as coisas.

Ainda que sem apelo a uma visão metafísica, percebe-se que as análises em geral veem a pandemia como um mal inexorável na natureza a se abater sobre a humanidade pelo próprio homem. O mal-estar mais evidente é o senso de vulnerabilidade captada na consciência, pois todos, absolutamente, foram colocados diante da morte, indistintamente de credo, cultura, povo, economia ou política. A morte iminente colocou a todos num estado de suspensão e intensos cuidados, pelo menos aqueles com sensatez suficiente para avaliar os dados do real pela ótica da ciência. O real colocou os saberes, as hermenêuticas, as ciências e os dogmas em questão. Desta forma, certamente também a teologia é convocada a fazer sua reflexão.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1946, p.1), em sua referência ao bem-estar, a saúde é um “estado” do ser no sentido de sua integralidade: “A saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade”. E que: “Gozar do melhor estado de saúde que é possível atingir constitui um dos direitos fundamentais de todo o ser humano, sem distinção de raça, de religião, de credo político, de condição econômica ou social”.

Ainda que seja questionável, como alguns o fazem, que este estado de ser de “completo bem-estar” seja utópico porque ufanista, certamente parecia o óbvio ao mundo recém saído das duas Grandes Guerras abordar a qualidade do viver humano em sua totalidade, tomando os termos “estado” e “bem-estar” pelo significado de integral, que aqui traduzimos no sentido ontológico de ser.

Neste sentido, o mal-estar colocou o ser do indivíduo humano em questão. É o próprio ser do humano que se recente sob este estado difuso de mal-estar ao se questionar sobre o sentido. A questão

¹ Os artigos: *Um presente envenenado da mãe natureza*, *El País Brasil*, de 27/09/2020, caderno Opinião, p.1-4, estão em: <https://brasil.elpais.com/ciencia/2020-09-27/um-presente-da-mae-natureza.html>; e, *As pandoras da pandemia*, de Michael Reynolds, *ibidem*, p.1-7, em: <https://brasil.elpais.com/ciencia/2020-09-27/as-pandoras-da-pandemia.html>. Ambos acessados em: 27/09/2020.

do sentido é a essência da ontologia. Neste caso, o mal da pandemia, de certa forma, toca na essência ontológica da alma humana. Esta intuição pode se dar pela percepção do significado que a sintomatologia da vivência da pandemia expõe na consciência, sobre a condição da finitude humana como vulnerabilidade.

Se a análise é tomada a partir de um caso qualquer, dentre os relatos evidenciados na imprensa, em todos indistintamente, a angústia da finitude frente a real e possibilidade de morte é o que se manifesta nos sintomas variados do medo, quer por atitudes de negação, pavor ou resignação e resiliência. A saúde e a sobrevivência são as angústias mais imediatas.

O problema da angústia também pode levar o indivíduo a refletir sobre os modos de transcender à situação experienciada. Neste caso, a transcendência pode ser entendida estritamente no sentido da capacidade humana de dar significação à experiência em função de sua superação. Desta forma, filosoficamente a experiência pode levar o indivíduo à reflexão da transcendência como sentido da vida através de uma narrativa de significação que dê sustentação à existência. Psicologicamente, enquanto superação, transcender é entender o fenômeno para atender as demandas das urgências emocionais, com estímulos à habilidade de lidar com sua ocorrência a partir da manifestação de seus sintomas, a fim de poder orientar as ações auto protetivas e de proteção aos outros próximos em sua imediaticidade. Cada ciência observa o fenômeno através de sua hermenêutica própria e lida com a questão do mal-estar nos domínios de sua esfera de compreensão e ação.

Neste ponto certamente seria apropriado se perguntar pelo modo de olhar da teologia ao fenômeno em questão. Como oferecimento de um ponto de vista para uma possível resposta, sob a ótica do pensamento de Edith Stein (2019), podemos sugerir uma aproximação da teologia com a ontologia. Para Stein, a questão ontológica do sentido, em que a consciência de finitude, aguçada pela realidade da morte, toca na essência da vida na terra, aponta para um sentido transcendental de toda a vida existencial no mundo.

Para Edith Stein (2019), dos menores organismos vivos ao ser humano, todo o ser da natureza no mundo da vida tem um fim (*télos*) em si. Ontologicamente este é o sentido transcendente mais imanente a todos os seres, pois todo ser vivo tem um *télos* a cumprir, já inscrito na forma ontológica de seu gênero e espécie; mas, somente o ser humano, porque tem consciência, é capaz de livremente dar sentido por si à própria existência. Contudo, esta autora não pensa o ser humano apenas ontologicamente como ente no mundo, mas também teologicamente como criatura de um Deus criador. É nesta junção entre ontologia e teologia, através de sua proposição, que podemos pensar de forma assertiva a questão do mal e seu mal-estar na pandemia em termos do sentido transcendente de sua vivência.

O agravamento do mal-estar do ser no quadro da atual modernidade

Como dissemos, a angústia pela realidade inexorável da morte é cada vez mais o mal-estar do ser no atual estágio do desenvolvimento da consciência. Não só a angústia existencial da finitude, que exige a transcendência racional do ser, como também as emoções do sujeito que o atrapalham no imediato da reação, mais ainda a resposta do senso de responsabilidade moral do ser humano frente às condições da vida na natureza e no mundo, diz respeito à teologia, como ciência do ser divino na relação com o ser humano, sujeito que detém o mandato divino sobre a criação.

Todavia, antes de esboçar uma hermenêutica teológica à questão da situação, precisamos ainda abordar outras condições atuais do ser que são agravadas por outros sintomas trazidos pelos

fundamentos ontológicos postos pelas modernas filosofias da existência, como o niilismo, o tédio e o desespero.

Colocando-se, então, o ser do homem desta contemporaneidade atual sobre um enquadramento ético contemporâneo, conforme mostra Jacqueline Russ (1999), podemos pensar que a problemática se desenha sob o contorno do vazio ético e da perda de sentido e da potência da alma do ser humano. O problema do sujeito contemporâneo, então, passa a ser então o vazio ético de sentido, e o conseqüente esvaziamento da potência da alma. Em sua vivência egóica, ao tentar esgotar o campo do possível, o sujeito viver um *carpe diem* desesperado, afastado da natureza, fonte e mãe do vigor da vida, e com uma espiritualidade existencial baseada apenas na aceitação da tragicidade da vida. Nesta situação, muitas vezes ocorre o pânico ante a inexorável terminalidade ou frente a uma doença incurável ou acidente incapacitante, aumentando o sentimento de mal-estar em termos de ansiedade, pânico e desespero.

A problemática da questão do desespero, pelo desamparo frente à realidade da morte, foi tema da reflexão desde os primórdios da filosofia ocidental. Alguns filósofos, como Sêneca (2008, p.69), chegaram a recomendar a morte como “saída pela porta dos fundos” e gesto de grandeza de espírito frente à impossibilidade da vida: “Queres ser livre em relação ao próprio corpo? Habita-o, pois, como se fosses migrante. Propõe-te que, cedo ou tarde, esta companhia virá a faltar: mais forte te sentirás quando tiveres que deixa-lo”.

O homem moderno é acima de tudo um sujeito racional. A racionalidade filosófica trouxe ao sujeito da modernidade algumas características que influíram permanentemente na construção da visão de mundo e na questão do fundamento da existência. Segundo Colette (2009), o ceticismo e o niilismo fundamentam o modo existencial do sujeito contemporâneo; sendo, o ceticismo, o carácter racional do cético ou daquele que coloca pelo exame, sob suspensão, os juízos de valor e os dogmas de verdade; e o niilismo, a atitude radical do cético em negação à existência de uma realidade substancial, metafísica ou transcendente. Neste sentido, o sujeito desta atual modernidade, de qualquer forma e apesar de toda a religiosidade, fundamenta seu modo de ser sob a égide da razão existencial e com esta condiciona o modo de ver a realidade e estreita o fundamento de confiança.

O sujeito autônomo contemporâneo, conforme Canto-Sperber (2005), por sua própria representação configura sua vida e determina sua própria realidade. O mundo, então, não passa de apenas “minha” representação e “minha” experiência. A racionalidade, neste caso, potencializa a autonomia de ser, buscada desde os filósofos gregos, mas por seu turno, também exigiu cada vez mais a ampliação de espaço à liberdade nos limites da moral. Neste sentido, conforme esta autora, é que vários pensadores do Séc. XIX passam a atacar continuamente a metafísica e a religião, como às guardiãs da moral. Mudar a religião era mudar a moral e libertar o sujeito. A busca pela liberdade, sob o pressuposto da autonomia, potencializa o indivíduo a tornar-se também o deus de si mesmo, enquanto despotencializa a natureza humana, tornando-a apenas pulsão de vida, na concretude objetiva do ser no mundo.

A crescente racionalização que separou sujeito e mundo, que subjetivou o corpo, desvalorizou a alma e passou a transvalorar todos os valores, teve como consequência a desespiritualização do ser humano, como um sujeito fragmentado ao mundo e um indivíduo de “apego” ansioso à vida física, onde qualquer “perda” o angustia e desespera e o deixa dependente do ego. Este egocentrismo levou a um crescente esvaziamento da potência de vida do ser.

O ceticismo e o niilismo trazem para a consciência a finitude e o sentimento de desamparo, que muitas vezes se traduz no desespero. Passa-se, mesmo sem se querer, a pensar mais na morte. Camus (2012, p.23) pergunta: “Diante destas contradições e destas obscuridades, será então preciso acreditar que não há relação alguma entre a opinião que se tem sobre a vida e o gesto que se faz para abandoná-la?” Para ele também a esperança religiosa no além não é remédio, mas uma “esquiva mortal” para

não se assumir a vida no mundo, fática e finita. A pulsão da vida, como “esquiva” da morte, é vista pela vitalidade do corpo. Todavia, este niilismo esvazia o espírito, esgota a alma e desvaloriza a vida que e se vive no corpo e no mundo.

No apego de um homem à sua vida há algo mais forte que todas as misérias do mundo. O juízo do corpo tem o mesmo valor que o do espírito, e o corpo recua diante do aniquilamento. Cultivamos o hábito de viver antes de adquirir o de pensar. Nesta corrida que todo dia nos precipita um pouco mais em direção à morte, o corpo mantém uma dianteira irrecuperável (CAMUS, 2012, p.23).

O foco da reflexão contemporânea posto sobre a existência, sob a ausência da metafísica, deixa à mostra o problema humano da angústia. Em *O Conceito de Angústia*, analisando o tema do “pecado” e como este passa do ato de Adão ao gênero humano no grande teste humano (Gn. 2-3), Kierkegaard (2013, p.48) diz que a novidade desvelada pelo ato foi o de *ser-capaz-de*: “Existe apenas a possibilidade de *ser-capaz-de*, enquanto uma forma superior da ignorância e enquanto uma expressão superior da angústia, porque esta capacidade, num sentido superior, é e não é, porque num sentido superior ela a ama e foge dela”. A angústia, portanto, é o elemento que caracteriza o ser do humano, após adquirir “espírito” ou um *eu* consciente de si.

Kierkegaard pensa o homem original Adão como criado em estado de *inocência*. O ato do pecado, que precipita a *queda*, após a tomada de consciência de si, lança-o num estado de *ignorância*. O desencadeador do mal é o “saber”, por isto não deve comer do “fruto do saber”, pelo qual conseqüentemente “terá de morrer” (Gn. 3.3). Este despertar do sono da inocência para a angústia da própria ignorância feita pela capacidade de saber o querer, na verdade, é efetivada pela força do contrário (dialética) contida na proibição do “dele não comerás!”. “Quando, pois, se admite que a proibição desperta o desejo, obtém-se ao invés da ignorância um saber, pois neste caso Adão deve ter tido um saber acerca da liberdade, uma vez que o prazer consistia em usá-la”. Assim, a proibição reforça o desejo e desperta a angústia: “A proibição o angustia porque desperta nele a possibilidade da liberdade” (KIERKEGAARD, 2013, p.48).

No estado de queda, onde a inocência é ignorância, o mal é a *angústia* e o mal-estar, a *culpa*. Neste estado, diz Kierkegaard (2013, p.40; 46): “A angústia tem aqui o mesmo significado que melancolia...”. Por isso, “A inocência é algo que se anula por uma transcendência”. É o eu ou o espírito finito que busca tal “transcendência” através do Espírito infinito (Rm 8,16).

O espírito (eu), então, é o que regula a tensão entre a ansiedade e a melancolia em favor do vigor da vida. Em *O Desespero Humano*, Kierkegaard (2001, p.34) diz que “O eu é a síntese consciente de infinito e de finito relacionada com a própria síntese, o que não se pode fazer senão contando com Deus”. Assim, de modo dialético nesta síntese de finito e infinito, o eu tenta equilibrar na busca do finito pela infinitude; porém, diante do medo da morte, o desespero pode se tornar a “doença mortal” do humano.

Daí, em *Temor e Tremor*, ao analisar o ato de liberdade e fé de Abraão (Gn 22), Kierkegaard (1979, p.129) diz que a fé total no absoluto ser é o único remédio, como um “salto de trampolim no infinito”. A transcendência, buscada no decurso da individuação da vida no mundo, de qualquer *locus* espiritual aceito por Deus, é o remédio de resposta ao mal-estar da vida do ser.

Todavia, como já vimos, reiteramos que a opção existencial pelo nada (niilismo) é fonte de angústia, desespero e tédio, pela falta de sentido que esgota a potência da vida, a qual está na alma. Com a declaração da “Morte de Deus”, Nietzsche (2006, p.129) marca para o homem ocidental a liberdade total e o fim do “controle” da “moral religiosa”, através da negação de sua fonte, o “Deus moral”. Portanto, homem deixado *só e por si, livre e potente*, fica também vazio e com medo do salto

no escuro da morte. Neste sentido, a condição atual do sujeito sob efeitos da pandemia agrava a aflição de espírito.

Hermenêutica teológica possível para a transcendência do mal-estar

Se a aflição de espírito é a característica do sujeito contemporâneo, isto nos leva a pensar no modo de ser e de viver como o desafio de uma ética em termos do cuidado à vida, primeiro como cuidado de si e logo também como cuidado do outro. A teologia é a ciência por excelência que trata das questões do espírito, do qual se gera a esperança. As questões do ser até aqui discutidas apontam para a emergência do cuidado à vida, desde o cuidado de si até ao cuidado do outro, em todas as dimensões da vida no mundo. Mas isto exige, para além dos fracassos dos sistemas éticos e dos acordos bioéticos, um resgate do conceito de espírito como essência do ser humano.

Para a teologia, desde Agostinho, a transcendência se dá como espiritualidade na interioridade do sujeito. Em termos do sentido da vida, isto significa a condução da vida no mundo em direção à eternidade do ser. Neste sentido então, concordando com Croatto (2010), espiritualidade e religiosidade são experiências com linguagens diferentes e complementares; a espiritualidade sendo a interioridade da consciência que compreende à medida do espírito que transcende; e a religião, a multiculturalidade da experiência humana no modo coletivo de viver do indivíduo dentro da tradição a que socialmente pertença. Neste sentido, sob uma consideração ontológica da dignidade da vida, cabe à teologia a reflexão, o diálogo, o cuidado e a ação pública intersubjetiva com respeito ao sentido último da vida.

Neste sentido, o mal posto pela pandemia, ainda que por um microrganismo da natureza *phýsis*, também deve instigar o trabalho hermenêutico, ético e estético da teologia. Certamente, pelo fundamento hermenêutico do princípio da *Sola Scriptura*, a ética cristã deve ser entendida a partir das Sagradas Escrituras, mormente aquela exposta por Cristo desde o *Sermão da Montanha* (Mt 5-7), e sua estética é a do amor fraternal comunitário, em compaixão, solidariedade e cuidado de si através do outro (Mt 7,12).

Isto, todavia, ainda diz respeito somente à ação imediata do cristão diante do mal para minorar o mal-estar a todo ser, criatura de Deus. Para dar conta de um significado e sentido à inexorabilidade do mal sofrido, entretanto, é preciso um olhar reflexivo lançado mais além. Neste sentido, vale, conforme Louis Berkhof em sua *Teologia Sistemática* (1990), o óculos hermenêutico da *soberania divina* sobre todas as coisas na estrutura do universo, na natureza *phýsis*, bem como no acontecente do mundo da vida, pois tudo está em Deus.

Entretanto, como anuncia Paul Ricoeur, no discurso *O Mal: um desafio à filosofia e à teologia* (1988), diante da inexorabilidade e misterialidade da ação do mal, resta, inicialmente, o “silêncio do monturo”, como em Jó 2,11-13 e o lamento no canto poético do luto (*kiná*) de Jeremias. Isto, todavia, não descarta de que o teólogo vista os óculos bíblico-teológico da soberania de Deus conforme vista por Paulo: “Sabemos que todas as coisas cooperam para o bem daqueles que amam a Deus, daqueles que são chamados segundo o seu propósito” (Rm 8,28). Segundo esta passagem das Escrituras, todos os seres humanos são objetos do propósito divino de salvação e que assim todas as vivências têm um propósito de bem, ainda que sob um senso de mal-estar e sob a tragicidade cotidiana do mal. Desta forma, há um controle divino sobre todas as *coisas* e fenômenos no mundo. Deus é soberano sobre tudo.

A ação soberana de Deus sobre todas as coisas e ocorrências na facticidade da vida no mundo pode ser conhecida pela razão humana na medida da compreensão da vontade divina. Em outra

passagem, Paulo diz que é possível conhecer a “boa, agradável e perfeita vontade de Deus” (Rm 12,2), na medida em que o sujeito em sua interioridade esteja ligado a Ele como a um “culto racional”, ou seja, de *consciência*. Portanto, a consciência é o campo de transcendência pela compreensão da essência das vivências, conforme a interpretação e significação que as coisas recebem através da racionalidade.

Este é um modo de reflexão hermenêutica fenomenológica, que pode se aplicar tanto à interpretação da referência bíblica, como também sobre o sentido transcendente da realidade fática vivida das coisas no mundo da vida. Esta hermenêutica se fundamenta com os recursos filosóficos de conceitos da fenomenologia. O método fenomenológico, segundo Husserl (2000), foca-se na captação do sentido essencial da *vivência*, como ela se dá na intencionalidade da consciência. Para Brentano (1874/1935; II, I, § 5-9), a *intencionalidade* é o movimento perceptivo da consciência, como “consciência *de* algo ou *para* algo”; logo, as coisas aparecem na consciência do sujeito como fenômenos, tanto físicos como psíquicos, num fluxo de duplo atravessamento: *objetivos*, do mundo fora; *subjetivos*, do mundo dentro. Para Husserl, os objetos, fatos ou eventos em ocorrência no mundo da vida são manifestações de fenômenos (*phainómenon*), de cuja estrutura a coisa mesma só se expõe a face (*phaíno*) sob a luz (*phos*) intencional da consciência. Em Edith Stein (2019), a intencionalidade da consciência é como uma espécie de “tela de projeção de percepções”; em sua “in-tensão” (*intentio*), como se fosse uma corda de violino esticada ou uma película de tambor, que quanto mais distendida mais capta a ocorrência de objetos psíquicos ou físicos em sua disposição, também capta o sentido transcendental da vida entre o finito e o infinito.

Entretanto, qual o sentido da vivência da atual pandemia? Há um modo de se compreender esta vivência como vontade de Deus? Conforme o texto bíblico de Romanos 8,28, qual seu propósito? Onde se encaixa nisto a responsabilidade humana?

Seguindo o texto grego (1984) de Romanos 8,28², podemos analisar que o mesmo inicia pelo conhecimento da consciência relacional do ser divino na interioridade do ser humano. Desta forma, pois, “Sabemos” (*oidamen*), que, para aqueles que são “amados/acolhidos” (*anapôsin*) por Deus, no sentido de que os que são objetos do amor de Deus também correspondem amando a Deus quando dependem dele; nesta mútua relação interior é que “tudo coopera” (*panta sunergei*), “para o bem” (*eis agathón*), ou seja, “em direção ao bem” maior da vida, que é Deus; pois há um “propósito” (*ousin*) para tudo que ocorre na vida de todo o ser humano “chamado/convocado” (*próthesin kletois*) por Deus. Todavia, sabemos pelas Escrituras que todo o ser humano é chamado pelo desígnio divino à graça da vida.

Paulo corrobora o aspecto subjetivo do conhecimento da vontade divina na vivência, quando fala que o propósito transcendente das coisas vividas é instrumentalizada pela compreensão da razão (Rm 12,1-2) e vivificada pela “medida de fé” (*métron písteos*; Rm 12,3). É desta forma, como por um *princípio de confiabilidade* do espírito, que o “justo viverá da fé” (Rm 1,17). Desta forma, conforme o autor da Carta aos Hebreus (Hb 11,1), a fé é o “firme fundamento” à interioridade do ser, como uma hipóstase ou “substrato” de sustentação da alma sobre toda e qualquer vivência.

Por esta hermenêutica, na vulnerabilidade do sentimento de medo da morte, a angústia da finitude, a ansiedade do isolamento social ou a sensação de perda de emprego, saúde, ganho, amigos, ou outros efeitos das circunstâncias da pandemia, é possível e mesmo necessário aquietar o espírito colocando a alma em plena confiança na instância superior de um ente maior, absoluto, eterno – Deus – que tem tudo em suas mãos, das quais nada escapa. De fato, esta é uma tarefa que requer a cooperação entre razão e fé. A proteção, que a presença divina traz ao coração humano, é tanto uma

². Οἶδαμεν δὲ ὅτι τοῖς ἀγαπῶσιν τὸν Θεὸν πάντα συνεργεῖ (ὁ Θεὸς) εἰς ἀγαθόν τοῖς κατὰ πρόθεσιν κλητοῖς οὖσιν (Rm 8,28). O texto grego também pode ser encontrado na forma online, disponível em: <https://biblehub.com/whdc/romans/8.htm>. Acesso em: 10/10/20.

apropriação de fé quanto uma compreensão de razão na firmeza do ser eterno. Diante do medo de qualquer realidade que põe em risco a integridade da vida, o ser humano ainda pode por sua confiança na fidelidade do ser divino, e gozar do consolo da esperança de sua proteção, tal como Davi no Salmo 23.

Considerações Finais

Pudemos ver que a potência da vida está no interior do ser e que a espiritualidade é uma busca de compreensão e confiança na interioridade para com Deus e que, por esta relação, podemos descobrir em cada circunstância um propósito que afirma a integridade desta vivência. Portanto, é o coração humano o lugar de possibilidade de transcendência e sentido da vida humana finita em relação com o divino. Certamente é neste sentido, pois, que a poesia proverbial da sabedoria bíblica exorta: “De todas as coisas que se devem guardar, guarda o teu coração, por que dele procedem as fontes da vida” (Pv 4,23). O “coração” (*leb/lebab*), a que se refere o texto e a que se deve “guardar”, diz respeito ao núcleo interior do ser do indivíduo humano.

O fundamento de que, a potência da vida que revigora o ser se desvela do profundo interior da própria alma, leva a considerar de novo com seriedade a retomada da espiritualidade, enquanto interioridade, como a transcendência que se alcança no próprio processo da individuação humana, pela compreensão do sentido da vida. Todavia, este itinerário da consciência do eu, passa necessariamente pela convivência com o outro. E sabemos que a prioridade do bem do outro é a essência da ética cristã proposta no Evangelho.

Entendemos que a teologia é convocada, junto a outras ciências, ao desafio da compreensão do mal-estar do ser gerado pela pandemia atual. A teologia faz constante reflexão sobre a vivência e o sentido da vida. Para a teologia, o referencial à ideia de saúde é o conceito de *saúde integral* do ser, o que concorda com o estabelecido pela Organização Mundial da Saúde desde o primeiro artigo de sua Constituição (1946): “A saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade”. É a este “estado de bem-estar” que a teologia vem reclamar a inclusão da *espiritualidade* como complemento ao conceito.

Não se pode pensar o lugar da ética fora da consideração primordial do humano como pessoa, como estrutura ampla e complexa que se encerra numa totalidade imanente da vida, mas que também noéticamente transcende a si perante o infinito e é, por mandato divino, o guardião da vida em todas as suas formas de existência no paraíso deste mundo. A ética que aqui discutimos é a reflexão ética prática, apontada para a saúde do ser. Portanto, sua prática se afirma no *cuidado*, uma vez que o *descuido*, tão característico desta época, tem banalizado a vida, cercanda-a de incerteza e insegurança.

No âmbito teológico, coloca-se a ética do Evangelho, que propõe, como atitude de fé e amor, inverter a lógica do cuidado de si através do cuidado do outro, quando diz: “Tudo o que quereis que os homens vos façam, assim fazei-o também a eles; porque esta é a Lei e os Profetas” (Mt 7,12). A ética do Evangelho propõe uma relação sagrada de amor e alteridade com o outro.

A teologia, como ciência que se propõe ao conhecimento das relações do divino com o humano, desde a história dos mais longínquos antepassados até as crises existenciais do humano moderno, relaciona-se com a saúde através de pastorais, onde faz teologia prática a partir de práticas pastorais.

Por trás de todo o problema do descuido há o mistério da presença e da ação do mal e suas manifestações como mal-estar no mundo. Paul Ricoeur (1988, p.47), diz: “Concluindo, queria sublinhar que o problema do mal não é somente um problema especulativo: exige a convergência entre pensamento, ação (no sentido moral e político) e uma transformação espiritual de sentimentos”. O

mal-estar do ser é um desafio à ética prática da teologia, porque exige o *agir*, o *pensar* e o *sentir* e uma transformação espiritual interior.

De onde vem o mal? Em sua crise de conflito subjetivo Paulo responde: “o mal habita em mim” (Rm 7,20). Igualmente, nas *Confissões*, Santo Agostinho, perguntando-se pela origem do mal, o identifica no interior da natureza da vontade, uma intenção de mal, como tendência para a ação perversa. Diz Santo Agostinho (1973, p.131): “Esforçava-me por entender (a questão) – que ouvia declarar – acerca de o livre-arbítrio da vontade ser a causa de praticarmos o mal, e o vosso reto juízo o motivo de o sofrermos”. Para Agostinho, há um mal metafísico no cosmos, mas, sobretudo, é o mal moral que conflita o homem e afeta sua ação. Na ética paulina não há solução definitiva para o mal-estar do humano em estado de pecado (queda), enquanto o homem estiver “encerrado neste corpo de morte” (Rm 7,24); todavia, há esperança pela fé na “graça de Jesus Cristo” (Rm 7,25).

Assim, pois, em conclusão, podemos pensar que também toda a situação de mal-estar vivida por decorrência do mal natural da pandemia, tanto está sob o controle soberano de Deus, quanto tem o propósito de reforçar a convicção de que a vida tem em Deus a esperança da garantia de eternidade.

Referências

AGOSTINHO. **Confissões**. SP: Abril Cultural, 1973.

ANSEDE, Manuel; ZAFRA, Mariano; GALOCHA, Arthur. **A enigmática mutação do Coronavírus que agora domina o planeta**. Jornal El País – Brasil, 07 de Julho de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/ciencia/2020-07-07/a-enigmatica-mutacao-do-coronavirus-que-agora-domina-o-planeta.html>. Acesso em: 07/07/20.

BERKOF, Louis. **Teologia Sistemática**. Campinas: Luz para o Caminho, 1990.

Bíblia Sagrada. Tradução da Sociedade Bíblica do Brasil. SP: Barueri, 1993.

BRENTANO, Franz C. H. H. **Psicología desde un punto de vista empírico**. Revista de Occidente, Madrid, 1935. Disponível: lacavernadefilosofia.files.wordpress.com/2008 Acesso em: 10/10/20.

CAMUS. Albert. **O Mito de Sísifo**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2012.

CANTO-SPERBER, Monique. **A inquietude moral e a vida humana**. São Paulo: Loyola, 2005.

COLETTE, Jacques. **Existencialismo**. Porto Alegre: L&PM, 2009.

CROATTO, José Severino. **As linguagens da experiência religiosa**. São Paulo: Paulinas, 2010.

HEIDEGGER, Martin. **Ensaios e Conferências**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

HUSSERL, Edmund. **A ideia da fenomenologia**. Lisboa: Edições 70, 2000.

HUSTVEDT, Siri. **Um presente envenenado da mãe natureza**. Jornal El País Brasil, de 27 de Setembro de 2020, caderno Opinião. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/ciencia/2020-09-27/um-presente-da-mae-natureza.html>. Acesso: 17/09/20.

GINGRICH, W. **Léxico do NT Grego/Português**. São Paulo: Vida Nova, 1986.

MARÍAS, Julián. **História da Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KIERKEGAARD, Soren. **O Conceito de Angústia**. Petrópolis: Vozes e Editora Universitária São Francisco, 2013.

KIERKEGAARD, Soren. **O Desespero Humano**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

KIERKEGAARD, Soren. **Temor e Tremor**. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

Organização Mundial da Saúde. **Constituição da OMS**. Nova Iorque, 22/07/1946, ONU, disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organizacao-Mundial-da-Saude/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>. Acesso em 14/04/15.

PIRES, Luis Sevillano; ANDRINO, Borja; LLANERAS, Kiko e GRASSO, Daniele. **O mapa do coronavírus: como aumentam os casos dia a dia no Brasil e no mundo**. Jornal El País – Brasil, de 20 de Novembro 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2020/03/12/ciencia/1584016924_318538.html. Acesso: 20/11/20.

PIRES, Sabrina. **Porque o Brasil foi o primeiro a sequenciar o genoma do coronavírus**. Revista Veja, de 06 de Março de 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/ciencia/por-que-o-brasil-foi-o-primeiro-a-sequenciar-o-genoma-do-coronavirus>. Acesso: 06/03/20.

Portal STF. **STF reconhece competência concorrente de estados, DF, municípios e União no combate à Covid-19**. Site oficial de notícias, em 15 de Abril de 2020. Disponível: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=441447&ori=1>. Acesso: 15/12/20.

RICOEUR, Paul. **O Mal: um desafio à filosofia e à teologia**. SP: Papyrus, 1988.

RUSS, Jacqueline. **Pensamento ético contemporâneo**. Trad. Constança Marcondes Cesar. SP: Paulus, 1999.

SAMPEDRO, Javier. **As pandoras da pandemia**. Jornal El País Brasil, de 27 de Setembro de 2020, caderno Opinião. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/ciencia/2020-09-27/as-pandoras-da-pandemia.html>. Acesso: 17/09/20.

SÊNECA, Lúcio Anneo. **Aprender a Viver: Cartas a Lucílio**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

STEIN, Edith. **Ser finito e ser eterno**. Trad. Zaíra Célia Crepaldi. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.

KURT ALAND et al. (Eds.). **The Greek New Testament**. Stuttgart, 1984. Disponível em: <https://biblehub.com/whdc/romans/8.htm>. Acesso em: 10/10/20.

UNA-SUS. **Organização Mundial da Saúde declara pandemia do novo Coronavírus: mudança de classificação obriga países a tomarem atitudes preventivas**. Site oficial governamental de notícias, em 11 de Março de 2020. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 20/08/20.

Recebido em 15/10/2020
Aceito em 06/02/2021

*Received 10/15/2020
Approved 02/06/2021*



<http://doi.org/10.7213/2318-8065.05.02.p68-80>

Adversidade, resignação e espiritualidade: uma abordagem na perspectiva das ciências das religiões em tempos de COVID-19

Adversity, resignation, and spirituality: an approach to the perspective of religion sciences in COVID-19 times

João Batista Vicente do Nascimento*

Resumo

O presente trabalho versa sobre a prática da espiritualidade em tempos de enfrentamento de adversidades. Tomando como base o componente multidisciplinar presente nas Ciências das Religiões, traz de forma resumida o campo de atuação de algumas dessas ciências objetivando clarificar aos leitores as diversas possibilidades de se debater e investigar o fenômeno religioso de um modo em geral. Apresenta a distinção básica entre religião e religiosidade e de que maneira a religiosidade se aproxima da espiritualidade. Respalado em conceitos de espiritualidade e nos envoltórios vinculados à composição do ser, toma como ponto de partida a espiritualidade praticada pelos indivíduos. Utiliza algumas situações vivenciadas por sujeitos da região do sertão no enfrentamento da escassez de chuvas e como esses enfrentamentos podem se relacionar com o atual cenário de pandemia provocado pelo coronavírus Covid-19. Utilizou-se uma metodologia qualitativa descritiva com uso de fontes bibliográficas e algumas analogias com teor de subjetividades por se tratar de situações categorizadas dentro do tempo presente ou mesmo do tempo imediato. Os resultados apontam para além da racionalidade que se espera em termos de resoluções práticas, o uso da espiritualidade como mecanismo de resignação em tempos adversos.

Palavras-chave: Adversidade. Sertão. Resignação e Espiritualidade. Ciências das Religiões. Covid-19.

* Doutorando em Ciências das Religiões pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Docente do Curso de História da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Departamento de Ciências Humanas – DCH VI, Caetité – BA, membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Religião, Cultura e Saúde – GEPERCS (CNPq)/Centro de Estudos e Pesquisas Interdepartamental em Culturas e Religiões - CEPICR e do Núcleo de História Social e Práticas de Ensino – NHIFE (CNPq). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3438-5319>. Contato: joabatistahistoriauneb@gmail.com.



Abstract

This paper deals with the practice of spirituality in times of coping with adversity. Based on the multidisciplinary component present in the Sciences of Religions, it summarizes the field of action of some of these sciences in order to clarify to readers the various possibilities of debating and investigating the religious phenomenon in general. It presents the basic distinction between religion and religiosity and how religiosity approaches spirituality. Based on brief concepts of spirituality and on the wraps linked to the composition of the human being, it takes as its starting point the spirituality practiced by individuals. It uses some situations experienced by individuals from Sertão (a region in Brazil) in coping with the rainfall shortage and how these confrontations can be related to the current pandemic scenario caused by the Covid-19 coronavirus. It was used a descriptive qualitative methodology using bibliographic sources and some analogies with subjectivity content, owing to the fact that these situations are categorized within the present time or even the immediate time. The results point beyond the rationality that is expected in terms of practical resolutions, the use of spirituality as a mechanism of resignation in adverse times.

Keywords: *Adversity. Sertão. Resignation and Spirituality. Sciences of Religions. Covid-19.*

Introdução

O período era o segundo semestre do ano de 2012 na cidade de Caetité, localizada no Alto Sertão do Estado da Bahia, onde após um longo período de estiagem, finalmente a chuva chegou. Do primeiro andar onde estávamos hospedados, eu e o meu colega de trabalho à época, professor Eduardo Leite, assistimos pelas janelas uma cena aparentemente simples, mas que, em muito nos chamou à atenção. Um senhor saiu à porta do seu estabelecimento comercial, e, imediatamente pôs-se a lavar as mãos, os braços e o rosto com a água da chuva, ao que Eduardo se manifestou: “se esse senhor não estivesse trabalhando agora, com certeza ele iria tomar um banho de chuva”.

Cerca de dois anos depois, ministrando aulas de Antropologia no Curso de Enfermagem do campus XII (Guanambi-BA) – Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, presenciei uma outra cena inusitada. A sala de aula era no primeiro andar, quando de repente uma aluna exclamou: olha a chuva! De repente, como que num coro que obedece ao comando do maestro, toda a turma se levantou dirigindo-se até a janela, e em seguida passaram a contemplar a chuva que estava a cair naquele momento. Nessa época, a cidade de Guanambi também passava por um longo período de estiagem.

Nesse mesmo período, descobri a existência da Romaria da Terra e das Águas na cidade de Bom Jesus da Lapa, também no Estado da Bahia. A propósito, essa Romaria costuma acontecer no mês de julho com duração de três dias, sendo que a última aconteceu de 06 a 08 de julho de 2019, sob o tema “Terra, Água e Justiça: Direitos Sagrados”. Essa Romaria costuma ser organizada pela Comissão Pastoral da Terra Regional Bahia, Dioceses de Bom Jesus da Lapa, Barreiras, Irecê, Barra, Caetité, Arquidiocese de Vitória da Conquista, Santuário Bom Jesus, organizações e movimentos populares. Além de representantes religiosos, a Romaria reúne trabalhadores rurais, comunidades tradicionais, movimentos sociais, bem como comerciantes envolvidos nas atividades comerciais do turismo religioso. Na cidade tem uma Gruta que serve como Igreja, onde está localizado o Santuário do Bom Jesus da Lapa e que já foi considerada uma das maravilhas do Brasil. Todos os anos acontece a Romaria de Bom Jesus da Lapa, tida como a terceira maior do Brasil onde costuma reunir fieis de várias partes do Estado e do País.

As cidades de Caetité, Guanambi e Bom Jesus da Lapa são relativamente próximas uma da outra. Tomando Caetité¹ como referência, esta dista de Guanambi cerca de 39 Km, e de Bom Jesus da Lapa, por volta de 142 Km. Os territórios de identidade de Caetité e Guanambi, encontram-se inseridos no Sertão Produtivo, sendo que Bom Jesus da Lapa está no território do Velho Chico. Vale ressaltar que a cidade é contemplada pelo Rio São Francisco que passa na mesma.

Essas narrativas representam, como o sertanejo, normalmente afeito a enfrentar as adversidades provocadas pela escassez de chuvas, lida com essa dádiva que muitos podem classificar como sendo da natureza, dos deuses, ou como preferem os adeptos dos cristianismos, uma bênção de Deus. O fato é que, o exercício da espiritualidade é um ingrediente quase que permanente junto ao homem do sertão, que pratica resignadamente a sua fé e esperança de que um dia as coisas podem melhorar. Não será demais dizer, todavia, que, essa mesma resignação e o exercício da espiritualidade podem ser adotados em tempos de adversidades provocadas pelo coronavírus (Covid-19).

Portanto, para o desenvolvimento desse estudo, optamos por uma metodologia qualitativa utilizando o campo e o olhar das Ciências das Religiões, particularmente, na perspectiva da espiritualidade e religiosidade em momentos de adversidades com ênfase no atual cenário pandêmico que o mundo atravessa. Para tanto, as fontes são de ordem bibliográficas intercalando com o atual

¹ Segundo informações obtidas através do Google Maps.

momento cuja categoria de análise histórica podemos classificar como tempo presente ou tempo imediato.

Localizando as Ciências das Religiões

Classificada como Ciências da Religião e Teologia, no momento, a área 44, a mais nova da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Surgiu com a Portaria CAPES nº 174/2016, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 13 de outubro de 2016, redesignada pela Resolução nº 01, de 04 de abril de 2017, publicada no Boletim de Serviço/CAPES – Edição Especial nº 1 – abril 2017². O documento ao tratar sobre o estado da arte da Área (que tem como coordenador o professor Flávio Senra), afirma que ela desenvolve investigações que se orientam por abordagem de perfil multidisciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar e abrange cursos de Mestrado e Doutorado nas modalidades acadêmica e profissional em Ciências da Religião e Teologia.

Como se vê, trata-se de uma área de perfil inter-trans-multidisciplinar, motivo pelo qual vamos destacar como algumas delas se comportam. Embora a área se refira ao termo Religião no singular, optamos pela pluralidade por compreender que essa é sua melhor adequação. Aliás, essa discussão ainda faz parte do estatuto epistemológico do campo religioso enquanto ciência e ainda não é consensual. Por hora, elegemos a História das Religiões, Filosofia das Religiões, a Fenomenologia das Religiões, a Sociologia e Antropologia das Religiões e a Psicologia das Religiões, a serem abordadas não necessariamente nessa mesma ordem.

No tocante à Sociologia das Religiões, tomamos como referência inicial, os dizeres de Giovanni Filoramo e Carlo Prandi (1999), quando afirmam que a Sociologia da Religião não coloca a religião no centro dos seus interesses; fixa a atenção no fato religioso entendido como “produto social” ou como fruto de uma criação coletiva. Muito provavelmente, os autores foram influenciados pelas ideias de solidariedade orgânica e pela concepção de consciência coletiva no pensamento de Émile Durkheim, afinal, este afirma que a religião deve ser tratada como “coisa”. Em outras palavras, deve ser estudada como um fato social, sujeito às transformações ocorridas dentro dos processos sociais. Assim sendo, tomam como ponto de partida a influência da Sociologia Clássica que nasce na França e as repercussões de alguns dos seus principais pensadores tais como Saint-Simon, Augusto Comte, Émile Durkheim e Marcel Mauss. Na área alemã, o principal deles foi Max Weber acrescido dos trabalhos de Ernst Troeltsch³.

A autora Maria José Rosado Nunes, afirma que a Sociologia se propõe a entender as práticas sociais e considera a religião enquanto um dos componentes dessas práticas. Busca compreender os ritos e crenças e seus efeitos sobre como a sociedade se organiza, ou seja, quer saber mais sobre como as comunidades praticam as religiões. Não se pergunta pela verdade da fé, mas em que medida se adota determinadas crenças religiosas. Destarte, complementa que:

² Com 47 anos de existência, os Programas de Pós-graduação (PPG) da atual área Ciências da Religião e Teologia compunham, até outubro de 2016, a extinta área Filosofia/Teologia: subcomissão Teologia. A portaria acima mencionada criou as áreas de Filosofia e de Teologia, sendo esta renomeada, posteriormente, como Ciências da Religião e Teologia. (Extraído do documento da área: https://www.capes.gov.br/images/Documento_de_%C3%A1rea_2019/ciencia_religiao_teologia.pdf. Acesso em 08/01/2020).

³ Devido ao caráter estrutural desse trabalho, não foi possível uma maior explanação acerca do pensamento religioso de todos os autores citados. Ver mais em FILORAMO, Giovanni; PRANDI, Carlo. As escolas sociológicas clássicas; As escolas sociológicas contemporâneas. In: FILORAMO, Giovanni; PRANDI, Carlo. *As Ciências das Religiões*. São Paulo: Paulus, 1999, p. 91-156.

Em outras palavras, o objeto da sociologia são as crenças e práticas religiosas tomadas enquanto fatos sociais explicáveis por outros fatos sociais e determinados – ou, pelo menos, por eles condicionados. Assim, o discurso religioso, produzido seja pelos/as mesmos/as crentes, seja pela instituição reguladora das crenças, é tomado pela sociologia como objeto de análise e não como explicação das crenças. A auto-explicação da fé dada pelos crentes, sejam fieis, sejam funcionários, deve ser submetida ao rigor da análise para que se possa explicar, do ponto de vista sociológico, essa adesão religiosa (NUNES, 2007, p. 104).

Doravante, voltada para os sujeitos (homens e mulheres), em suas respectivas práticas religiosas, as Ciências das Religiões devem atentar-se para a recomendação de Joachim Wach, quando afirma que o estudo das implicações sociológicas da religião exige uma abordagem imparcial e objetiva, com os fatos estudados sem preconceitos. “Qualquer tentativa de limitar o alcance do nosso estudo a uma só religião – a nossa própria ou uma que nos é familiar – está fadada a conduzir a conclusões insuficientes ou deturpadas” (WACH, 1990, p. 20).

Do ponto de vista filosófico – e nesse caso, tomando como ponto de partida a filosofia ocidental – as expressões mitológicas estão recheadas de simbolismos religiosos. Por isso, nunca é demais lembrar que as narrativas em torno dos deuses estão repletas de elementos relacionados à natureza. Quando se fala em deus do sol, da lua, do trovão, do fogo ou deus da chuva, será perceptível que trata-se de situações que fugiam ao controle do ser humano em seus primórdios. Dito de outra forma, diante desses fenômenos que não tinham como ser controlados, este começa a imaginar acerca do sobrenatural, do transcendente, da divindade, conseqüentemente passa a se relacionar com o que chama de sagrado.

Não obstante esse contato inicial através do mito, é importante que se aborde sobre questões de ordem conceitual. Paine (2013), afirma que a Filosofia para preservar sua identidade diante de um exército de novas ciências naturais e sociais, continua reivindicando uma espécie de universalidade e de fundamentação, mas de formas bem diversas. Embora isso aconteça ou até mesmo que a Filosofia possa não ter o devido reconhecimento enquanto “mãe” do conhecimento, para as ciências humanas ela é imprescindível. Scott Randall Paine, afirma que as questões estudadas pela Filosofia da Religião, estruturam-se em quatro eixos:

- (1) A discussão da existência e natureza de Deus ou de algo imaterialmente transcendente (metafísica e questões ontológicas e lógicas ligadas);
- (2) As justificativas da crença, a experiência religiosa, a mística e os milagres (epistemologia, Antropologia filosófica, Ciências Cognitivas);
- (3) O problema do mal e do livre-arbítrio (teodiceia, ética);
- (4) As estruturas religiosas cognitivas, morais e rituais, ou o credo, o código e o culto (Fenomenologia e Filosofia comparada das religiões) (PAINE, 2013, p. 102).

O caráter reflexivo e especulativo do conhecimento filosófico repercute como o mesmo encontra-se intrinsecamente relacionado com o estudo da religião. Scott Paine afirma ainda que antes mesmo da Filosofia da Religião propriamente dita, já havia uma relação histórica entre Filosofia e religião, assim classificada “(1) Filosofia é religião, ou vice-versa (identidade); (2) Filosofia e religião (paralelismo); e (3) Filosofia na religião (Teologia e metafísicas religiosas)” (PAINE, 2013, p. 103).

No tocante à Fenomenologia das Religiões, esta possui relação com a Filosofia por conta da sua aproximação e derivação. Os fenômenos, os eventos, os fatos religiosos que se manifestam no cotidiano das pessoas, nas comunidades religiosos fazem parte do objeto de análise da Fenomenologia. Juan Martín Velasco assevera embora o termo tenha procedência da Filosofia e que seja utilizado com

diferentes significados, aplicado ao estudo da religião, trata-se em geral, de um método de interpretação do fato religioso que se distingue por sua reivindicação à totalidade. “*estudia el hecho religioso en todos sus aspectos – y por tomar como punto de partida para esa interpretación todas las posibles manifestaciones del mismo a lo largo de la historia*” (VELASCO, 2006, p. 45).

Um outro campo não menos importante para o estudo religioso é o da Psicologia da Religião. Não por acaso, os profissionais da Psicologia e da Psiquiatria costumam ser bastante requisitados em tempos como este em que o mundo se encontra sob a égide do coronavírus (Covid-19). Outrossim:

A Psicologia da Religião é o estudo do comportamento religioso pela aplicação dos métodos e teorias dessa ciência e este fenômeno, quer pelo aspecto social, quer pelo aspecto individual. Nesse sentido, seu objeto de estudo não se refere à prova da existência ou inexistência de um ser ou de seres supramundanos nos quais se crê, nem se trata da defesa ou crítica de alguma religião ou expressão religiosa específica; antes, é o estudo científico, descritivo e objetivo, do fenômeno religioso no que se refere ao comportamento humano – por excelência, o objeto e trabalho da Psicologia (RODRIGUES; GOMES, 2013, p. 333).

Bem entendido, a partir das distintas abordagens da Psicologia, esta observa o comportamento religioso tentando compreender e descrever o *homo religiosus*. Interessante que, ao estudar o comportamento humano em seus aspectos religiosos, a Psicologia não se presta ao papel de julgar as religiões em si. A emissão de juízo de valor não cabe nesse contexto. Curiosamente, tem sido cada vez maior o número de teólogos se dedicando aos estudos acadêmicos da Psicologia. É possível – e contamos ter tido sucesso nisto - que a atividade do teólogo padre ou pastor, no exercício do pastoreio que já conta com uma ideia de cuidado, aconselhamento e condução, tenha levado esses sacerdotes para o campo da Psicologia como meio de subsidiar melhor suas respectivas comunidades religiosas.

Partindo para a História das Religiões, pode-se afirmar peremptoriamente que a mesma anda muito próxima das Ciências das Religiões. Como a História tem por objeto de estudo o homem no tempo, e que portanto, a sua abrangência é ampla e irrestrita, encontrará no *homo religiosus*, nas mais distintas épocas e lugares os mais variados objetos para foco de análise. Seja nos sujeitos, seja nas instituições religiosas ao longo do tempo, o terreno é fértil para que o historiador possa extrair das fontes as suas mais distintas informações. Corrobora para essa compreensão as proposições de Klaus Hock, quando afirma que:

A Ciência da Religião Histórica visa descrever os desenvolvimentos históricos de distintas religiões e, assim, os desenvolvimentos históricos dentro delas. Portanto, história da religião é primeiramente “trabalhar algo particular”, e toda a diversidade das religiões pode se tornar objeto de interesse: doutrina e prática de fé, costumes e forma de organização, formação de tradições dentro da religião, assim como sua relação com outras religiões. Nesse trabalho, a História da Religião, se serve de habituais métodos histórico-críticos e procura apoio de ciências afins, como Psicologia, Sociologia, Etnologia, etc. Sob aspectos formais, a História da Religião pode ainda ser subdividida em História da Religião Geral, Particular e Específica [...] (HOCK, 2010, p; 31-32).

Fechando esse quadro cujo propósito foi demonstrar de forma mais objetiva os respectivos campos de atuação, apresentamos a Antropologia das Religiões. Sabendo que a Antropologia possui dois importantes campos de investigação como a Antropologia Física e a Antropologia Cultural, vamos encontrar no segundo caso o suporte necessário para o estudo do *anthropos* em seu comportamento religioso, principalmente as representações simbólicas, os mitos e os ritos. Um bom entendimento acerca da dimensão da Antropologia da Religião, vem da explicação curiosa e inteligente apresentada

pelo professor Marcelo Camurça quando nas aulas em programas de Pós-Graduação, costuma prevenir seus alunos assim:

(...) Nesta disciplina a “religião” funciona menos como uma realidade prévia sobre a qual a teoria antropológica busca estabelecer um conhecimento, e mais como um “campo”, construído artificialmente para abrigar de forma plural diversos autores e teorias que trataram de sistemas simbólicos, representações míticas e práticas rituais, por meio dos quais o enigmático contido na lógica do “outro” passa a ganhar inteligibilidade (CAMURÇA, 2008, p. 71).

Tendo isso em mente, é importante que se diga que o caráter multidisciplinar que envolve as Ciências das Religiões não se limita apenas às áreas ora relacionadas. Nesse sentido, pode-se perceber também uma aproximação dessas e outras diversas áreas no atual contexto de enfrentamento da pandemia provocada pelo coronavírus. Sendo assim, doravante deslocamos nossa reflexão para algumas questões históricas vinculadas aos contextos pandêmicos.

Um olhar histórico em tempos de pandemia

Esse artigo foi escrito entre o final de maio e Junho de 2020. No dia 11 de Março de 2020 a Organização Mundial de Saúde – OMS, através do seu diretor-geral Tedros Adhanom Ghebreyesus declarou que estamos vivendo uma pandemia do novo coronavírus. De maneira mais simples, uma pandemia é definida quando uma doença infecciosa atinge um patamar em que afeta um grande número de pessoas espalhadas pelo mundo. E é exatamente o que tem acontecido desde então. A OMS passou a recomendar o isolamento social, fato que no Brasil também temos chamado de quarentena. Desde meados de março estados e municípios decretaram o fechamento de vários estabelecimentos comerciais, permitindo apenas os chamados serviços essenciais. A variada cobertura jornalística, nos dá conta de que o número de óbitos e de pessoas infectadas não para de crescer. As informações indicam que o primeiro caso oficial de Covid-19 foi de um paciente hospitalizado no dia 12 de dezembro de 2019, na cidade de Wuhan na China.

O professor do Departamento de Parasitologia do Instituto de Ciências Biomédicas da USP, Athur Gruber, afirma que vírus da família *Coronaviridae* causam uma variedade de doenças no homem e nos animais, especialmente no trato respiratório. O professor informa que o causador da atual pandemia de Covid-19 é o Sars-CoV-2:

Sete espécies podem infectar humanos, sendo que três podem produzir doenças graves, o Sars-CoV-2, o Sars-CoV, agente da pandemia de Sars (síndrome respiratória aguda grave) de 2002-2003 e o Mers-CoV, causador da Mers (síndrome respiratória do Oriente Médio). Os coronavírus HKU1, NL63, OC43 e 229E estão associados a doenças com sintomatologia leve (GRUBER, 2020, p. 01).

Desde a Segunda Guerra Mundial, a sociedade contemporânea não contemplou outro evento que tenha tomado proporção tão gigantesca a ponto de “parar” o mundo como neste momento. Todavia, esse evento não é único na história da humanidade. Vamos revisitar alguns fatos do passado, portanto, para entender como em outras épocas adversidades dessa natureza ficaram marcadas na História. Começando pela afirmação de Alexandre Santos de Moraes:

O coronavírus é mais um capítulo de uma longa história de epidemias. Recorde-se, como exemplo, a peste Antonina (165-180), a praga de Justiniano (541-544), a Peste Negra (1347-1351) e, mais recentemente, a Gripe Espanhola (1918). Em momentos de crise, como é costume, fatos do passado são redivivos e funcionam como poderoso convite para refletir sobre antigas respostas dadas a problemas que nos afetam no presente da vida social (MORAES, 2020, p. 16).

Dos eventos mencionados, gostaria de destacar a Peste Negra e a Gripe Espanhola. A Peste Negra, também conhecida como Peste Bubônica, atingiu o continente europeu no século XIV quando milhões de pessoas perderam suas vidas por conta da contaminação. Tal contaminação se deu a partir de uma bactéria encontrada nas pulgas que ficavam em ratos contaminados, quando em contato com os humanos se espalhava rapidamente pela via respiratória e pelas secreções do corpo. Alguns estudiosos acreditam que o surgimento aconteceu na Ásia Central, mais especificamente, na China, provocando milhões de mortes também nessa região e em outras como Mesopotâmia, Mongólia, Síria e Egito.

A Gripe Espanhola aconteceu entre 1918 e 1919, logo após o fim da Primeira Guerra Mundial e foi provocada pelo surto do vírus influenza, quando provocou a morte de cerca de cinquenta milhões de pessoas. O nome parece sugerir que trata-se de uma doença que surgiu na Espanha, porém, não se sabe exatamente onde começou, embora existam versões sobre o seu surgimento em bases militares nos Estados Unidos. Como nos países que estavam diretamente envolvidos na guerra havia uma censura nos órgãos de imprensa em relação a divulgação da doença (pra evitar atingir o moral das tropas), na Espanha, país que não participou da guerra, a divulgação era livre. E foi por conta da forte divulgação do problema pela imprensa que a mesma ficou conhecida como Gripe Espanhola.

Há questões que me convém destacar como, a Gripe Espanhola chegou ao Brasil e provocou elevado número de óbitos, o fato da existência de outros surtos de doenças que atingiram tanto o Brasil como outras partes do mundo. Porém, para o fechamento desse tópico, encerro com a afirmação de que “a pandemia pelo novo coronavírus (Covid-19) certamente provocará novas concepções de economia, de força de trabalho, de riqueza, de sociabilidade, de higiene, de solidariedade” (MENESES, 2020, p. 57).

“Na caatinga a terra é boa, ruim é o céu” - como fica a espiritualidade?

A expressão entre aspas é de sabor popular e bastante conhecida junto ao homem do campo no sertão. Caatinga vem da língua indígena tupi e significa mata branca, sendo um bioma exclusivamente brasileiro, localizado na Região Nordeste do Brasil e norte de Minas Gerais (Região Sudeste). Muito associada à região do sertão, os locais onde essa vegetação se encontra, são normalmente marcados pela seca e pela falta de chuvas. Quando na expressão supracitada se diz que ruim é o céu, a referência é exatamente pela escassez de chuvas. Dito de outra forma, a terra é boa, o que limita a sua produção é a falta de chuvas. Este “céu ruim” é a principal adversidade enfrentada pelo homem do campo que vive no sertão.

Mas, o que isso tem a ver com a espiritualidade? Como essa situação pode ser associada ao problema do coronavírus? Isso nos remete à narrativa do corpo introdutório desse artigo. Tendo vivido minha infância na região sul da Bahia e desde a adolescência morando em uma região no território de identidade do Sudoeste Baiano, e que, alguns historiadores chamam de Sertão da Ressaca, embora algumas vezes convivendo com a falta de chuvas, nunca foi na mesma proporção que a normalmente vivida pelos moradores do sertão. Foi quando os fatos narrados me fizeram entender com mais clareza

o quão é demasiadamente importante a chuva para o sertanejo. Quando chove no sertão, tudo se alegra, a terra vermelha, seca, rachada ou batida se transforma, os passarinho cantam, as plantas logo aparecem. O verde do sertão é muito mais encorpado, o verde do sertão é vibrante.

Desde então, passei a compreender melhor a forma resignada com que o sertanejo enfrenta seus problemas, e de maneira particular, fui levado a investigar nas religiões de cristandade como a espiritualidade, a esperança, o uso da fé, o apelo ao sagrado, a religião e a religiosidade são utilizados como forma de enfrentamento das adversidades. Nesse sentido, o povo do sertão em muito tem a nos ensinar em tempos de enfrentamento da pandemia. Devo, todavia, admitir que esse não é um comportamento fortuito, tão pouco exclusivo do homem do sertão. Eis porque, as Ciências das Religiões tem proporcionado à comunidade acadêmica e ao público em geral, um relativamente novo, porém, variado material que tem permitido a pesquisa, o debate e as reflexões voltadas para o campo religioso. Dito isto, é importante então compreender qual a diferença entre Religião e Religiosidade. Recorremos a uma das pioneiras dos estudos sobre o protestantismo na Bahia, a professora Elizete da Silva:

Entendemos a religião e a religiosidade como formas de expressão do sagrado, as quais mantêm estreitos vínculos com os demais elementos constitutivos de um sistema cultural e têm se manifestado com variadas nuances e matizes ao longo da História. Nessa perspectiva, destacamos dois conceitos muito discutidos: religião e religiosidade. E qual a diferença básica? A religião é a instituição. É o corpo sacerdotal, a hierarquia, a teologia, as doutrinas. E o que é a religiosidade? São as vivências, os sentimentos, as práticas, as emoções que permeiam o cotidiano do fiel. (SILVA, 2010, p. 105).

Então, com base nesse conceito, nosso olhar de momento é para os sujeitos e sua religiosidade. Com efeito, a religiosidade vinculada aos elementos em questão, se manifesta no catolicismo popular, nas missas, procissões, romarias, em ritos protestantes como marcha para Jesus, campanhas de oração, etc. Quando o religioso volta-se para o céu e expressa a sua prece pela chuva ou pelo fim da pandemia, ele demonstra sua expectativa pela manifestação do sagrado. Destarte, Mircea Eliade vai chamar de hierofania aquilo que classifica como manifestação do sagrado:

O homem toma conhecimento do sagrado porque este se manifesta, se mostra como algo absolutamente diferente do profano. A fim de indicarmos o ato da manifestação do sagrado, propusemos o termo hierofania. Este termo é cômodo, pois não implica nenhuma precisão suplementar: exprime apenas o que está implicado no seu conteúdo etimológico, a saber, que algo de sagrado se nos revela. Poder-se-ia dizer que a história das religiões – desde as mais primitivas às mais elaboradas – é constituída por um número considerável de hierofanias, pelas manifestações das realidades sagradas. A partir da mais elementar hierofania – por exemplo, a manifestação do sagrado num objeto qualquer, urna pedra ou uma árvore – e até a hierofania suprema, que é para um cristão, a encarnação de Deus em Jesus Cristo, não existe solução de continuidade. Encontramo-nos diante do mesmo ato misterioso: a manifestação de algo “de ordem diferente” – de uma realidade que não pertence ao nosso mundo – em objetos que fazem parte integrante do nosso mundo “natural”, “profano” (ELIADE, 1992, p. 13).

A expectativa da chuva manifesta através de um ato de fé, é uma experiência hierofônica. Dessa forma, identificamos aí aproximações entre a religiosidade e a espiritualidade. Se na espiritualidade essa pode não ser necessariamente apenas pela prática religiosa, ambas se assemelham no tocante ao fato de que são situações que partem das atitudes dos indivíduos. “A espiritualidade consiste numa relação pessoal, individual com o sagrado em si ou fora de si, imanente ou transcendente, enquanto na religião a ligação ao sagrado realiza-se por práticas institucionalizadas” (COUTINHO, 2012, p. 182). Para o teólogo Carlos Queiroz (2013), espiritualidade pode ser entendida como uma experiência humana no

campo da fé. Uma conhecida definição bíblica para fé, vem do texto que diz: “Ora, a fé é o firme fundamento das coisas que se esperam, e a prova das coisas que não se veem” (Hebreus 11:1)⁴. A fé é uma experiência pessoal. Portanto, qualquer julgamento ao comportamento alheio não deixa de ser perigoso. Na perspectiva das Ciências das Religiões, há que se recomendar alguma racionalidade nisso, para que essa fé não seja “cega”, e pra que esses sujeitos portadores da fé não sejam presas fáceis dos inúmeros enganadores por aí, ou porque não dizer, mercadores da fé.

Ferdinand Röhr⁵ discutindo sobre Espiritualidade e Educação, afirma que com certa frequência, assistimos pessoas se declarando espiritualistas, com algo em comum nessas pessoas, “a rejeição do materialismo, seja ele político, econômico, filosófico ou ateu em geral; a crença numa força superior ao homem, que confere sentido à vida; e, no mínimo, um distanciamento em relação às religiões formais e tradicionais” (RÖHR, 2012, p.13).

No campo da espiritualidade, o autor afirma que se deve considerar a integralidade do ser humano. Ele classifica como “As cinco dimensões básicas do ser humano”⁶: dimensão física (corporalidade físico-biológica); dimensão sensorial (sensações físicas percebidas através dos nossos cinco sentidos); dimensão emocional (vida da nossa psique, estados emocionais – medo, insegurança, euforia, apatia, tristeza, melancolia, impaciência, indecisão, pessimismo, etc.); dimensão mental (racionalidade no sentido restrito, pensamento reflexivo, recordação, memória, imaginação, fantasia, compreensão, criação de ideias, intuição); dimensão espiritual (parte da experiência de que as outras dimensões não esgotam o ser humano – realidade que só existe para mim na medida em que me comprometo com ela – abrange todos os valores éticos e conhecimentos filosóficos que só podem ser confirmados via intuição).

Também não menos importante, é o trabalho de Fabricio Possebon⁷ que aborda sobre Espiritualidade e saúde na perspectiva da experiência grega arcaica. Possebon (2016), se utiliza do vocabulário grego arcaico apoiado em passagens de textos épicos para construir um modelo de constituição do ser assim classificado:

Quadro 01: A constituição do ser

dimensão	envoltório
dimensão anímica	<i>psykhé, anima, alma</i>
dimensão intelectual ou mental	<i>noûs, intelligentia, inteligência e/ou ménos, mens, mente</i>
dimensão emocional	<i>thymós, animus, ânimo</i>
dimensão pneumática ou vital	<i>pneûma, spiritus, sopro</i>
dimensão somática ou corporal	<i>sôma, corpus, corpo</i>

Fonte: (POSSEBON, 2016, p. 119)

Os elementos apresentados por Possebon (2016), reforçam a importância da espiritualidade para os seres humanos. Não obstante a relevância das formas de conhecimento oriundas dos povos

⁴ Bíblia de Estudo SCOFIELD. Texto bíblico Almeida, corrigida, Fiel (ACF). São Paulo: Holy Bible, 2011, p. 1133.

⁵ Utilizei as citações desse autor no artigo de minha autoria “Educação e saúde: mudanças e possibilidades através da medicina alternativa, espiritualidade e emoções”, publicado nos Anais do V CONEDU - V. 1, 2018, ISSN 2358-8829.

⁶ Adaptado do quadro “As cinco dimensões básicas do ser humano”. (RÖHR, 2012, p.16).

⁷ Utilizado em “Educação e saúde: mudanças e possibilidades através da medicina alternativa, espiritualidade e emoções”, publicado nos Anais do V CONEDU - V. 1, 2018, ISSN 2358-8829.

não ocidentais, a matriz grega sobre a constituição do ser, continua com o seu poder de ação. Da cosmogonia à cosmologia, do *arqué* à ontologia, da verdade ao relativismo, do mundo das formas à metafísica, da gnosiologia à epistemologia, do material ao espiritual, os seres humanos não têm como prescindir dessa fonte.

Portanto, nos modelos apresentados por Röhr e Possebon, destaco pelo menos duas dessas dimensões: a emocional e a espiritual. Ao lidar com os símbolos, com o imaginário, ao se render ao sagrado, ao fazer da oração, o ser humano expressa suas emoções, aguça a sua espiritualidade, manifesta a sua fé e esperança, desenvolve a sua sensibilidade, o seu bem estar físico, mental e espiritual, em busca de encontrar “o perfeito equilíbrio entre os envoltórios”.

Considerações Finais

O universo multifacetado dos seres humanos é marcado, dentre outras coisas, por crenças, descrenças, realizações, frustrações, erros, acertos e tantas outras situações dicotômicas que envolvem as dimensões de sucesso e fracasso quando se objetiva alcançar alguma coisa. Nesse cenário, obviamente estes sujeitos não podem se furtar das intempéries e adversidades tão comuns no curso da vida. A escassez de chuvas é uma dessas adversidades enfrentadas pelo homem do campo que vive no sertão.

Se no século passado, o mundo teve que lidar com adversidades, tais como, duas guerras mundiais, a gripe espanhola, a crise de 1929, os regimes políticos totalitários, a guerra fria, crises do petróleo, terrorismos, etc., o fechamento da segunda década do século XXI, muito provavelmente, será apontado no futuro como uma das maiores tribulações enfrentadas pela humanidade nesse século, provocada pela pandemia causada pelo coronavírus Covid-19.

Desde que a Organização Mundial de Saúde decretou o estado de pandemia, os países dos vários continentes, se viram obrigados a tomar medidas preventivas, adotar políticas institucionais voltadas sobretudo para conter o avanço do vírus. As populações mundiais, salvo honrosas e raríssimas exceções, foram convocadas a se refugiar em suas próprias casas a fim de conter o contágio que acontece principalmente pelas vias aéreas. Nunca se ouviu tanto a recomendação de lavar as mãos com água e sabão e o uso do álcool em gel como forma de prevenção. O comércio na sua grande maioria foi fechado, salvo os casos dos chamados serviços essenciais, e as pessoas no acesso aos locais permitidos, estão sendo orientadas a manter um distanciamento umas das outras, evitar o contato físico e o uso de máscaras faciais se tornou obrigatório na maioria dos países. Penso que este “acessório” será de uso corriqueiro num futuro próximo!

Na expectativa do surgimento de vacinas e liberação dos governos de todas as atividades atualmente suspensas, já se utiliza a expressão “novo normal”, para se referir ao mundo após a pandemia. E o que é esse “novo normal”? Qualquer tentativa de resposta no momento será especulativa e indefinida. Decerto, a espiritualidade, pode ser utilizada como mecanismo de enfrentamento do cenário que se nos apresenta. Afinal, nunca é demais um pouco de fé, esperança, amor e resignação. A impotência momentânea diante do enfrentamento pandêmico, é a prova de que todo o nosso conhecimento não é suficiente para dar todas as respostas à aquilo que questionamos.

Referências

- CAMURÇA, Marcelo. **Ciências Sociais e Ciência das Religiões**: polêmicas e interlocuções. São Paulo: Paulinas, 2008. (Coleção Repensando a Religião).
- CAPES. *Documento da área 44: Ciências da Religião e Teologia*. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/Documento_de_%C3%A1rea_2019/ciencia_religiao_teologia.pdf. Acesso em 08.01.2020.
- COUTINHO, José Pereira. **Religião e outros Conceitos**. Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. XXIV, p. 171-193, 2012.
- ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- FILORAMO, Giovanni; PRANDI, Carlo. As escolas sociológicas clássicas; As escolas sociológicas contemporâneas. In: FILORAMO, Giovanni; PRANDI, Carlo. **As Ciências das Religiões**. São Paulo: Paulus, 1999, p. 91-156.
- GRUBER, Arthur. **Covid-19**: o que se sabe sobre a origem da doença. São Paulo: Jornal da USP. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/covid2-o-que-se-sabe-sobre-a-origem-da-doenca/>. (14.04.2020). Acesso em 03.06.2020.
- HOCK, Klaus. **Introdução à Ciência da Religião**. São Paulo: Ed Loyola, 2010.
- MENESES, José Newton Coelho. “Águas passadas [...] movem moinhos”: água, abastecimento, higiene e processo saúde-doença na modernidade. In: ALMICO, Rita de Cássia da Silva.; GOODWIN JR, James William; SARAIVA, Luiz Fernando. (Orgs.). **Na saúde e na doença**: história, crises e epidemias – Reflexões da História Econômica na época da Covid-19. São Paulo: HUCITEC, 2020, p. 48-58.
- MORAES, Alexandre Santos de. Apolo e as marcas de sua epidemia na Ilíada. In: ALMICO, Rita de Cássia da Silva.; GOODWIN JR, James William; SARAIVA, Luiz Fernando. (Orgs.). **Na saúde e na doença**: história, crises e epidemias – Reflexões da História Econômica na época da Covid-19. São Paulo: HUCITEC, 2020, p. 16-25.
- NUNES, Maria José Rosado. A sociologia da religião. In: USARSKI, Franklin. **Espectro disciplinar da ciência da religião**. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 97-119.
- PAINE, Scott Randall. Filosofia da Religião. In: PASSOS João Décio; USARSKI, Frank. (Orgs.) **Compêndio de Ciência da Religião**. São Paulo: Paulinas/Paulus, 2013, p. 101-113.
- POSSEBON, Fabricio. Espiritualidade e Saúde: a experiência grega arcaica. **Interações** – Cultura e Comunidade. Belo Horizonte, Brasil. v. 11, n. 20, p. 115-128, 2016.
- QUEIROZ, Carlos. **Em busca da espiritualidade**: o mercado da fé e o evangelho da graça. Viçosa, MG: Editora Ultimato, 2013.
- RODRIGUES, Cátia Cilene Lima; GOMES, Antônio Máspoli de A. Teorias Clássicas da Psicologia da Religião. In: PASSOS João Décio; USARSKI, Frank. (Orgs.) **Compêndio de Ciência da Religião**. São Paulo: Paulinas/Paulus, 2013, p. 333-345.

RÖHR, Ferdinand. Espiritualidade e Educação. In: RÖHR, Ferdinand. (org). **Diálogos em educação e espiritualidade**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012, p. 13-52.

SCOFIELD. **Bíblia de Estudo** - Texto bíblico Almeida, corrigida, Fiel (ACF). São Paulo: Holy Bible, 2011, p. 1133.

SILVA, Elizete da. Configurações históricas do campo religioso brasileiro. In: DIAS, André L. M.; NETO, Eurelino, T. C.; LEITE, Márcia Maria da S. B.(Orgs.) **História, cultura e poder**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010, p. 105-123.

VELASCO, Juan Martín. **Introducción a la Fenomenología de la Religión**. Madrid: Trotta, 2006.

WACH, Joachim. **Sociologia da religião**. São Paulo: Paulinas, 1990.

Recebido em 22/12/2020

Aceito em 10/02/2021

Received 12/22/2020

Approved 02/10/2021



<http://doi.org/10.7213/2318-8065.05.02.p81-98>

A Literatura Mítica e o Estado: Os Arquétipos da Racionalidade Ético-civilizatória

Mythic Literature and the State: The Archetypes of Ethical-Civilizing Rationality

Romilson Silva Sousa*

Resumo

A grande mortalidade de negros e pobres em nossa contemporaneidade, abre uma reflexão sobre a vida, a ética e a justiça e suas relações com a necropolítica nos forçando a repensar o Estado e sua racionalidade ético-civilizatória (SOUSA, 2020b). Compreender o Estado, a Ciência Política e seus arquétipos é necessário para entendermos as origens das relações de poder e as relações étnico-raciais que marcaram e marcam a formação e a reprodução da iniquidade na história da raça humana. Denunciada pela literatura marginal dos pesquisadores e intelectuais negros (SOUZA, 2000) a literatura oficial carece de suplementação de outras perspectivas. Considerando que apesar de tradições historiográficas diferentes, tanto para Nietzsche como para Foucault e Paul Ricoeur, a verdade é histórica, pensar a interdisciplinaridade entre história, filosofia e literatura, implica em construir um tipo de genealogia das relações de poder sob a ótica de uma ética que é civilizatória e epistêmica. Considerando que as narrativas míticas podem recompor um saber eticamente comprometido com novas epistemologias e novas perspectivas interpretativas. Deste modo a importância da literatura mítica (SOUSA, 2020, 2020b) para a recomposição epistemológica de discursos na literatura bíblica. Uma pergunta foi o ponto de partida: quais as contribuições da literatura mítica para a compreensão da Ciência Política? Nosso objetivo então foi identificar aspectos da literatura mítica capaz de contribuir para uma outra interpretação para a ciência política. Tivemos por objetivos específicos: compreender a razão e a racionalidade de estado; analisar a racionalidade ético-civilizatória no Estado; identificar o papel dos arquétipos na literatura mítica e suas contribuições para a formação do Estado. Partindo dos processos de formação histórico-cultural e da dialética presente nas relações étnico-raciais nas racionalidades ético-civilizatórias, a literatura mítica (SOUSA, 2020) utilizamos como referências principais no estudo da cultura e civilização egípcia: Camara (2011), Diop (1974, 1991, 2014). Serviram também como fonte de pesquisa bibliográfica

* Doutor em Educação e Contemporaneidade pela UNEB, Sanitarista com experiência de mais de 15 anos em consultoria e assessoria no SUS; Presidente da Associação de Pesquisadores Negros da Bahia, Líder do Grupo de pesquisa cadastrado no CNPq – CEDIC - Ações Afirmativas e Etnicidades, trabalhando com as linhas de pesquisa: Ciência, Educação e Religiosidades. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6692-8843>. Contato: romilson.uneb@hotmail.com.



a literatura bíblica e a egípcia. Utilizamos uma metodologia baseada na bricolagem (KINCHELOE & BERRY, 2007). Sugerimos em nosso trabalho sugere a necessidade de considerarmos a literatura mítica na análise das relações entre poder e o Estado, a partir dessa literatura como um lócus epistêmico para a outra compreensão da materialidade teoria do Estado.

Palavras-chave: Estado. Literatura Mítica. Racionalidade Ético-civilizatória. Arquétipos.



Abstract

The high mortality of blacks and the poor in our contemporaneity opens a reflection on life, ethics and justice and its relations with the necropolitics, forcing us to rethink the State and its ethical-civilizing rationality (SOUSA, 2020b). Understanding the State, Political Science and its archetypes is necessary to understand the origins of power relations and the ethnic-racial relations that have marked and mark the formation and reproduction of inequity in the history of the human race. Denounced by the marginal literature of black researchers and intellectuals (SOUZA, 2000), the official literature needs supplementation from other perspectives. Considering that despite different historiographical traditions, both for Nietzsche and for Foucault and Paul Ricoeur, the truth is historical, thinking about the interdisciplinarity between history, philosophy and literature, implies building a kind of genealogy of power relations from the perspective of an ethics which is civilizing and epistemic. Considering that mythic narratives can recompose knowledge ethically committed to new epistemologies and new interpretative perspectives. Thus, the importance of mythical literature (SOUSA, 2020, 2020b) for the epistemological recomposition of discourses in biblical literature. One question was the starting point: what are the contributions of mythical literature to the understanding of Political Science? Our aim, then, was to identify aspects of mythical literature capable of contributing to another interpretation for political science. We had for specific objectives: to understand the reason and rationality of state; to analyze the ethical-civilizing rationality in the State; to identify the role of archetypes in mythical literature and their contributions to the formation of the State. Starting from the processes of cultural historical formation and the dialectic present in the ethnic-racial relations in the ethical-civilizing rationalities, the mythical literature (SOUSA, 2020) we used as main references in the study of Egyptian culture and civilization: Camara (2011), Diop (1974, 1991, 2014). Biblical and Egyptian literature also served as a source of bibliographic research. We use a methodology based on DIY (KINCHELOE & BERRY, 2007). We suggest in our work suggests the need to consider mythical literature in the analysis of the relations between power and the State, from that literature as an epistemic locus for the other understanding of the State theory materiality.

Keywords: State. Mythic Literature. Ethical-civilizing Rationality. Archetypes.

Introdução

A banalidade da vida expressas na relação com as “Vidas Negras” evidencia uma racionalidade ético-civilizatória de um Estado, de reis perversos e opressores, sua eticidade e Etnicidades, oriundas de processos históricos e pré-históricos. A textualidade bíblica negrita constantemente a insatisfação de Deus por estes governantes e seu povo, como no caso dos assírios. A história da formação do Estado europeu e asiático, onde a vida do outro não tinha importância, onde a escassez e a luta por sobrevivência geraram um período de extrema agressividade, violências e crueldade, acompanhou a colonização brasileira e a trajetória do Estado até a nossa contemporaneidade (SOUSA, 2020, 2020b).

Apesar das reflexões de Platão e Aristóteles sobre a “justa medida”, para uma “Cidade Justa” a democracia nas “polis” gregas não representavam o sentido de equidade e universalidade de direitos. A origem das cidades e suas variações e significados, inclusive na textualidade bíblica, sinalizam para outras interpretações para o termo latino “Civitas” e sua relação com a ideia de civilização.

Considerando um conjunto de variações da ideia de cidade tais como: aldeia, arraial, cidadania, cidade, comarca, condado, continente, departamento, distrito, estado, império, município, país, povoado, província, reino, território, vila. Pensar a cidade e sua origem etimologia e na textualidade bíblica (Gênesis 4:17) nos levou a construir, em nosso percurso, uma concepção de civilização. Concepção essa que marcar o caráter excludente, hierárquico, agressivo e desagregador do arquétipo de Caim na narrativa mítica do Éden.

Mirar a verdadeira face do Estado brasileiro, marcadamente, colonialista, machista, homofóbico, racista, sexista, xenofóbico e genocida, fez emergir a necessidade de problematizar sua ancestralidade perversa, ímpia, iníqua e (des)equilibrada na literatura mítica. Deste modo, (re)visitar a materialidade histórico-filosófica da literatura bíblica, foi reconstruir as interpretações de suas textualidades, agora suplementada pela referência epistêmica do ponto de vista étnico-racial afro-diaspórico (SOUSA, 2020).

Com seu sistema ético pautado na xenofobia e no outro como inimigo, a lógica do caçador e guerreiro em personagens bíblicos contrastam com um outro sistema ético pautado na hospitalidade e no amor, onde a lógica do pastor de ovelhas e do servo, diferenciam fortemente os diferentes pontos de vistas étnico-raciais presentes na literatura mítica (SOUSA, 2020).

O modelo civilizatório dominante e a racionalidade de seus governantes, que historicamente foram marcadas por um processo de conquista, subjugação, apropriação cultural e expropriação territorial, sendo atualizado no processo colonial escravista e neocolonial imperialista, parece encontra na textualidade bíblica uma nova hermenêutica bíblica e teológica, assim como para a literatura mítica. Uma literatura mítica entendida em nossa pesquisa, como a relação entre o amplo universo da literatura bíblica, considerando seus gêneros textuais, suas tradições orais e seus livros apócrifos, em relação com parte da literatura egípcia e pseudoepígrafos.

Como podemos ver, a morte como razão do Estado que estabelece ao governante o imperativo de uso da força estatal e dos demais meios que forem necessários para a manutenção do poder tem sua origem em uma racionalidade ético-civilizatória e em um ponto de vista étnico-racial, que se hegemonizou ao longo da história da humanidade. A vida por sua vez como razão do Estado, no sistema de pensamento egípcio e na textualidade bíblica, tem a Justiça, a Verdade e o Amor como meio de manutenção do equilíbrio cósmico, inclusive entre o mundo visível e o mundo invisível.

Deste modo, ensaiar uma arqueologia e uma genealogia sobre a razão, a moral e a ética de Estado, a partir da literatura mítica, traz uma relevância para o campo político, social, acadêmico teológico, para a ciência da religião e para a ciência política, na medida em que suplementa o cânon

hermenêutico com a perspectiva de pesquisadores e intelectuais negros e negras na diáspora (Souza, 2000).

O genocídio e o epistemicídio¹ da vida e da episteme negro-africana, produziu um Estado genocida e negrofóbico. A história colonial e o assassinato da juventude negra pelo Sistema policial no mundo simbolizado pelos gritos: “Vidas Negras Importam!!” e “Parem de nos Matar!!”, estão assim, sim, presentes em uma racionalidade ético-civilizatória. Talvez inspirado em pensadores do Estado romano como Tito Lívio e no perfil dos governos europeus identificados por Nicolau Maquiavel em sua contemporaneidade, o sistema de pensamento presente na eticidade e etnicidade dos povos ímpios na literatura bíblia, nos ajude a construir uma outra genealogia moral do Estado.

Considerando concepções contidas na "arte da Guerra" de Sun Tzu, as narrativas míticas de heróis/guerreiros, lendários na formação do imaginário social de povos nórdicos e orientais, além de suas representações sócias sobre dragões e serpentes em suas origens, expliquem o contraste das racionalidades ético-civilizatória, presente nas relações étnico-raciais na Bíblia (SOUSA, 2020).

A literatura mítica traz a forte presença de uma cultura da guerra, presente em povos conquistadores, dominadores e opressores, que disfarçada em associações com a honra, o louvor, a glória e a soberba dos heróis/guerreiros considerados como deuses evidenciam uma predisposição de determinados povos. Por outro lado, contrastam com uma cultura da paz², presente no povo que tem a comunidade como centro e o UBUNTU³ como filosofia.

Muitas são as passagens que evidenciam o contraste no discurso que vai justificar a liderança e o governo humano entre os povos na textualidade bíblica. No texto de Salmos 115:1; Isaias 42:12; 1 Crônicas 29:11-12; 1 Pedro 5:11; Romanos 11:35-36; 16:27; Gálatas 1:5; Apocalipse 5:13, e entre muitos outros textos e narrativas míticas, fica evidente a constituição do governo e da lógica do poder.

As relações com o saber, a força e o poder, entretanto, nas narrativas mítica do Éden, considerando os estudos de Emmanuel Lévinas sobre a ética da alteridade, parecem sugerir dois caminhos: um de origem em Caim, seu descaso com o outro, sua autossuficiência e soberba, sua agressividade e egocentrismo, sua marca de violência, e outra em Abel e Seth sendo aqueles que primeiro invocam o nome de Deus. Duas linhagens duas atitudes: um filho constrói cidades e o outro começa a invocar o nome de Deus.

A história da humanidade e a dos povos europeus e asiáticos desde o paleolítico inferior e suas migrações. Evidenciam relações com diferentes espécies de hominídeos na formação do homem moderno, até o final da última era glacial e a busca por novas terras e o encontro com os povos hoje chamados do oriente médio. A formação epigenética e a dupla herança na construção da eticidade e etnicidade dos povos europeus, asiáticos e africanos é produto e produtora da racionalidade ético-civilizatória e conseqüente subjetividade social (SOUSA, 2020b) e conseqüentemente parece impactar na formação do Estado/governo e seus mecanismos de reprodução das relações de poder.

Dar continuidade ao desafio de contribuir com a democratização e descolonialização da produção de conhecimento na ciência, na pós-graduação, na filosofia e na teologia, traz outro desafio de estudar a literatura mítica e suas especificidades e complexidades. Além deste, o desafio de promover um diálogo entre uma formação científica e uma experiência cristã que se inicia de maneira formal, com meu batismo em uma igreja de doutrina Batista aos 11 anos de idade, se apresenta em nossas reflexões como sujeito epistemológico. A trajetória como liderança e professor da escola bíblica dominical, contrasta com a militância nos movimentos negros, em especial na Associação de

¹ Considerando Narcimária do Patrocínio Luz e Boa Ventura de Souza Santos, O epistemicídio é a destruição do continun civilizatório africano e dos seus conhecimentos, saberes, suas epistemologias e tecnologias e culturas não assimiladas pela cultura branca/ocidental/oriental.

² Cristo é o príncipe da paz.

³ Princípio filosófico africano “Eu sou porque Nós somos”

Pesquisadores Negros da Bahia - APNB, a qual foi um dos seus fundadores em 2004 e eleito em julho de 2019 para a presidência desta, na gestão 2019-2020.

Assim, este texto tem por horizonte dar continuidade a um processo de reconstrução epistêmica para o ponto de vista étnico-racial afro-diaspórico, produzindo novas chaves hermenêuticas para a compreensão das relações étnico-raciais na textualidade bíblica e suas implicações na teoria do conhecimento (SOUSA, 2013).

Entretanto, neste ponto de nossa pesquisa, esperamos introduzir alguns aspectos da sobre a formação política do Estado/Governo sob a perspectiva de um outro ponto de vista étnico-racial. Deste modo a pergunta que orienta nosso ponto de partida é: Quais aspectos na literatura mítica podem contribuir para a compreensão da Ciência Política? Tomamos por objetivo então, analisar a literatura mítica buscando evidenciar contribuições para a ciência política. Tivemos por objetivos específicos: compreender a razão e a racionalidade na literatura mítica; identificar a influência da racionalidade ético-civilizatória no Estado; identificar o papel dos arquétipos na literatura mítica e suas contribuições para a formação do Estado.

Consideramos em nosso percurso uma metodologia baseada na bricolagem (KINCHELOE & BERRY, 2007). Utilizamos como referências principais no estudo da cultura e civilização egípcia: Camara (2011), Diop (1974, 1991, 2014). Serviram também como fonte de pesquisa bibliográfica a literatura bíblica e a egípcia. Consideramos também que os gêneros textuais (as ficções, histórias e histórias, as poesias, contos, textos sapienciais e proféticos, literaturas apocalípticas, etc)

Razão, Racionalidade e Estado

Nossa abordagem neste tópico, vai na direção da compreensão da relação entre razão e racionalidade no pensamento egípcio e grego e suas aplicações, na perspectiva de uma filosofia do estado onde a noção de razão e racionalidade ganha novas possibilidades na interpretação na racionalidade de Estado. Assim, considerando Maat como princípio organizado já na literatura egípcia por volta de 2600 antes da era comum (CAMARA, 2011) introduziremos outro olhar para a racionalidade do Estado faraônico.

Para compreender a origem e a centralidade da razão e racionalidade no Sistema de pensamento egípcio, começo chamando a atenção para a física ou cosmologia da filosofia estoica, que teve suas origens, assim como grande parte da filosofia grega no Egito. No estoicismo o universo é concebido como Rósmos, "universo ordenado e harmonioso", uma ideia de providência que comporia uma inteligência universal imanente, composta de um princípio passivo (a matéria) e de um princípio ativo, racional, inteligente (logos) que permeia, anima e conecta todas as suas partes.

No pensamento estoico, a ética era rigorosa e deveria seguir a leis da natureza. Assim, para o estoicismo, o universo era governado por uma razão universal divina (Logos Divino) que sugere uma aproximação a representação de MAAT no pensamento egípcio. Deste modo, compreender o universo ordenado é compreender a matemática do cosmos, o equilíbrio das equações matemáticas do universo, suas razões, proporcionalidades e suas pré-ordenações. Destarte considerando Baruch Spinoza, o universo e a natureza precisam ser reposicionados na racionalidade ético-civilizatória, e o ser humano na razão do cosmos, instaurando a imanência como virtude racional.

Chamou-nos a atenção, como uma versão da Bíblia, "Bíblia Sagrada Africana", traduz constantemente a expressão "Senhor dos Exércitos" por "Senhor do Universo". Compreender Deus como Senhor do Universo, nos ajudar a compreender por que todas as coisas devem seguir uma ordem pré-estabelecida para garantir o equilíbrio e a harmonia. Entender Deus como uma imanência

consciente e uma força que equilibra e harmoniza, amplia a limitada personificação da divindade e a transcendência de sua ação. A materialidade histórica da ação divina e o materialismo filosófico da racionalidade ético-civilizatória, contribui para melhor entendermos a razão e a racionalidade africana na literatura mítica. Entretanto, essa é uma questão que iremos apresentar com maiores detalhes em outro momento.

Nessa ordem cósmica, portanto, o ser humano é um elemento que precisa ser integrado e estar integralmente articulado a uma razão e a uma racionalidade universal. Desta forma, romper com a ordenação é ir contra a divindade criadora do universo. Uma Ordem, uma Razão e uma Lei que não são humanas, mas uma racionalidade que segue o equilíbrio e a harmonia da neutralidade das forças e dos gêneros. Um equilíbrio e coerência entre paixão e razão, entre palavra e ação.

A noção divina de razão e em especial a noção de princípio organizador, pressupõe funções próprias de unidade, totalidade, comunidade e comunhão. A razão e a natureza providenciam a estabilidade no universo e na sociedade. Através de forças e da ação consciente organiza tudo o que é necessário e tudo que a humanidade precisa. A força que move o universo, prove também as chuvas, a fartura, a saúde, a equidade, equilibra o desejo, garante o eterno retorno do tempo, mantém a constante de dia e de noite, e os opostos que mantêm o equilíbrio. A narrativa mítica do Éden no Livro de Genesis capítulos 1 e 2 e a literatura mítica, parecem sugerir essa interpretação. Talvez, outra leitura para a física teórica na relação “matéria escura” e a “constante cosmológica”. Entretanto, está também, é uma questão que desenvolveremos em outro momento.

No trecho (PT 1188) “Ó Tu que navegas através do barco justo, eu sou considerado justo no céu e na terra”²⁴, as palavras em destaque aparecem como adjetivos (maa) ligados à Maat, já que o rei fora justificado perante o céu e a terra: “não há mal que ele tenha feito”²⁵ (PT 1238a). Assim sendo, o faraó egípcio torna-se um sustentáculo da doação de vida, e é acrescido ao texto o seu papel como emissor de proteção ao Egito: “Aquele que vive por meio de Maat, aquele que se apóia em seu bastão e vigia todo o Alto Egito”²⁶ (PT 1483).

E parece ser a ação definitiva do rei como Rá, colocar Maat no lugar de isfet, seu oposto: “O céu está em paz, e a terra em alegria, pois eles ouviram o rei que estabeleceu a ordem (no lugar da desordem)”²⁷ (PT 1775), e “Unas veio da ‘Ilha do Fogo’, e colocou Maat no lugar de Isfet”²⁸ (PT 265). Bergman²⁹ reconhece Maat como o “o mito de fundação do Estado”, da ideologia que reforça o direito do rei, e, por conseguinte, a própria legitimação da instituição faraônica egípcia.

Podemos então concluir que, se o faraó não fosse capaz de doar Maat, a existência da terra não seria mantida, porque ele, assim como Rá - que assegura a manutenção da existência no plano cósmico - deveria zelar pelo equilíbrio necessário à existência na esfera de vida terrena. (CAMARA, 2011, p.57)

A ordem da natureza de um mundo racional superior é a ordem, a Lei, a “Arché”, “physis” que organizou o universo com a palavra, com o logos, que é a razão revelada ao mundo João 1: 18 e Gênesis: 1-30, em oposição à ordem humana que é uma ordem falsamente criada, por isso ilógica. Deste modo, organização e ordem como representante da racionalidade egípcia parece estar presente também na racionalidade bíblica (1 Coríntios 14: 33 e 40) assim todas as coisas se organizam para o bem (Romanos 8: 28) tudo já foi colocado em ordem e equilíbrio. Deste modo, retornando à Ordem de Maat como princípio organizador. A ordenação e sequência, a proporcionalidade e o equilíbrio que garantem a justiça, a equidade, a paz e a verdade está presente em Efésio 5:8-10.

A literatura bíblica traz em diversas palavras que parecem sugerir a mesma direção do sentido egípcio. Quando consideramos a presença de palavras como, “paz”, “justiça”, “mansidão”, “longanimidade”, “amor”, “sabedoria” e “retidão”, todas tendem a sugerir um sistema dual de forças

que sobre ele atuam se compensam, anulando-se mutuamente e produzindo a estabilidade, isto é, ausência de oscilações e desvios. A retidão como uma virtude a seguir pela direção indicada pelo senso de justiça, pela equidade, parece sugerir também uma virtude que está em conformidade com a razão, com o dever, a integridade, a lisura e a probidade. Equilíbrio e (des) equilíbrio e suas representações estão no centro da narrativa mítica das gêneses da raça humana. Na relação entre Ordem e Caos na textualidade dos primeiros capítulos do livro de Gênesis e em especial na narrativa mítica sobre o Éden.

Literatura Mítica e a Racionalidade ético-civilizatória no Estado

Neste tópico esperamos introduzir alguns aspectos da racionalidade ético-civilizatória do Estado, em diálogo com a literatura mítica. Deste modo a tese defendida é de que precisamos restaurar a concepção de Estado e a reconstrução do “Reino de Deus” e sua racionalidade ético-civilizatória a partir da literatura mítica.

Considerando o professor Everton Nery Carneiro (2015, p.9) as narrativas bíblicas, podem sim ser utilizadas para produzir novas lentes, novas leituras, novas interpretações, novas teologias e novos textos. Parafraseando Pierre Bourdieu e a ideia de reflexividade⁴, a textualidade bíblica também pode ser usada para descolonializar a própria Bíblia. Apesar da crítica de que o texto bíblico pode ser utilizado com a finalidade de manter relações de opressão e dominação biopolítica, ou ainda, como justificativas para manutenção de relações de dominação e subalternização, concordamos com Carneiro, que baseado em Nietzsche, afirma:

Este texto trabalha com a perspectiva de que tanto as narrativas da tragédia grega como também as narrativas bíblicas, no nosso caso os evangelhos, fazem parte de um campo de representações e estrutura simbólica, teológico-literária e filosófico-literária, constituintes de um núcleo comum das formas de conhecimento do ser humano e do mundo. “Um texto pode ser visto de diferentes pontos de vista. Há forças que se apoderam de um texto dando a ele um sentido restrito e negativo, e outras que o fazem com a finalidade de manter com ele uma relação de afinidade.” Essa é a busca do nosso texto, afinidade e sobrevivência do texto, utilizando os textos como pretextos para a criação de novos textos. (CARNEIRO, 2015, p.9)

Nesse sentido, em nosso trabalho, a literatura mítica e suas narrativas transgressoras, são suplementadas pelas narrativas de intelectuais e pesquisadores negros (SOUZA, 2000) que se juntam na construção de um outro lócus epistêmico. Uma perspectiva insurgente que é produzido a partir de um outro ponto de vista étnico-racial, um outro lócus de enunciação e outras interpretações da narrativa sagrada. Propositamente escolhemos a literatura sagrada para dialogar com a experiência negra afro-diaspórica.

Assim, utilizamos a textualidade bíblica como parte da literatura mítica, subvertendo a colonialidade teológica, “pois o sagrado se revela diante do humano em sua ambiguidade e contradição e isso não se apresenta na atualidade como problema.” (CARNEIRO, 2015, p. 216). Deste modo, o olhar a partir de uma perspectiva fincada em um ponto de vista étnico-racial irá proporcionar outro olhar para a relação de um governante e com o seu coração.

Na literatura bíblica as figuras de linguagem são muitas, e a metáfora do coração parece representar o órgão que faz a ponte entre os Céus e a terra, o que coloca o coração no centro da ação

⁴ A reflexividade em Bourdieu sugere a utilização da ciência contra a ciência

governamental, assim como no centro do governo do faraó (CAMARA, 2011). Deste modo, um governante ao incorporar Maat, incorpora um novo coração capaz de pôr em harmonia os céus e a terra. Um governante ao governar com justiça e equilíbrio garantirá a ordem e a harmonia, logo, a paz, a segurança e o bem-estar para todos. Enquanto todos, não apenas a maioria, mas todos não tiverem “cada um segundo a sua necessidade” a ordem não é alcançada.

Como podemos verificar até aqui, a noção de Maat, vida, ordem, equilíbrio, verdade e justiça são noções estruturantes do sistema de pensamento egípcio. Entretanto, a filosofia grega milênios depois, vai utilizar os conhecimentos apropriados do sistema de pensamento egípcio e da literatura mítica (Salmo 50:2), e introduzir a noção de perfeição em relação à noção de beleza. Para os gregos, a vida existe em estreita associação com a matemática em especial entre beleza e verdade. Os gregos acreditavam haver três "ingredientes" para a perfeição: a simetria, a proporção e a harmonia.

A perfeição era um objeto de amor e algo que deveria ser imitado e reproduzido em suas vidas, arquitetura, educação (Paideia) e política. Eles julgavam a vida por essa mentalidade. Para Platão a relação da proporção com a beleza e a bondade é enfatizada ao longo dos diálogos em seu texto “A República”. Sócrates, por sua vez, ensinava que um homem deve saber como escolher a média, e evitar os extremos de ambos os lados, na medida do possível.

No sistema ético, presente na textualidade bíblica, o caminho correto é apresentado como aquele que alcança um meio-termo, não se desvia para um lado nem para o outro (Provérbios 4), dando um sentido de retidão e constância, mas não de neutralidade diante da injustiça. Representando a moderação, a harmonia, o equilíbrio e a capacidade de evitar o excesso, a busca pela paz, equidade e justiça é também o sentido da instrução, sugerido na literatura sapiencial.

Considerando uma ética de Aristóteles, educar é criar as condições para o desenvolvimento de virtudes. Entretanto, vale lembrar que virtudes e vícios dizem respeito às nossas disposições, que devem ser controladas, e são formadas em nós por uma racionalidade ético-civilizatória e seus hábitos. Uma boa racionalidade ético-civilizatória e bons hábitos formam virtudes, e uma má racionalidade ético-civilizatória e maus hábitos formam vícios.

Para a ética aristotélica a virtude é um meio-termo, sua ética apresenta como o excesso deve ser moderado pelo equilíbrio e bom senso. Assim como a justiça, a virtude é o sentido do coração sábio (Provérbios 3: 21-35) e a justiça seu alimento (Provérbios do capítulo 9 ao 24). O sentido de equidade, justiça, paz, verdade e sabedoria é o sentido de Maat e o sentido da construção do cidadão do céu (Salmo 15).

Diferentemente de uma cultura da paz na construção da proposta de Deus para o seu povo, onde seu príncipe é o “príncipe da paz”. Os processos de conquista, coloniais e as práticas de guerra na história antiga dos povos (europeus e asiáticos) na textualidade bíblica, parecem evidenciar uma ancestralidade cultural baseada na violência e na soberba racial, oriunda de práticas de conquista de territórios e de povos. Conhecer a história dos chamados povos bárbaros e as civilizações de caçadores e guerreiros, parece indicar uma cultura onde a morte, a guerra, e violência construíram sua racionalidade ético-civilizatória.

Da cidade-estado grega, o Estado colonial, o Estado moderno, o Estado-nação, e as modalidades de imperialismo, desenvolveram um modelo civilizatório, onde a guerra e a violência tornou-se uma forma de gerenciamento político do poder e gestão sobre a vida. A agressividade, não apenas reside no agir político do Estado, mas também, parece ser uma chave ontológica de um “Ego Conquiro” (DUSSEL, 1992)⁵ e para um tipo de “cultura do inimigo”.

A cultura do inimigo em uma sociedade que vivia de heróis, onde a soberba e o orgulho orientavam a noção de honra, grandeza, glória e poder, foi produzida a partir de uma racionalidade

⁵ Dussel, Enrique (1992), 1492. El encubrimiento del otro: Hacia el origen del "mito de la modernidad", (México: Editorial Cambio XXI).

ético-civilizatória onde o outro é o inimigo, onde não há espaço para o amor, o equilíbrio e a harmonia. As literaturas míticas evidenciam dois tipos diferentes de racionalidades ético-civilizatórias que contrastam na textualidade bíblica, mostrando o (des)equilíbrio e a (des)ordem causada com a chegada de povos gentios (SOUSA, 2020).

A partir de uma cultura da guerra e do domínio sobre o outro, a textualidade bíblica, parece sugerir que o fenômeno do poder manteve sua relação intrínseca à soberba racial, com o uso da força e da violência, que se tornaram própria de uma subjetividade étnico-racial (Sousa, 2020). Nessa racionalidade, são criados os meios para a conquista, a manutenção e a preservação do poder político e econômico também em nossa contemporaneidade.

Presente na ancestralidade cultural e no sistema de pensamento da cultura hegemônica, os ensinamentos de Sun Tzu e Maquiavel sobre “a arte da guerra”, contrastam com os ensinamentos de Pita Hotep em seu texto “As Máximas de Pita Hotep” e no discurso do Cristo, que era o príncipe da paz.

Como podemos observar várias são as categorias de análise que se apresentam para uma reconstrução da racionalidade ético-civilizatória. Identificar a genealogia das relações de poder na história e o materialismo histórico e dialético da racionalidade ético-civilizatória na literatura mítica, poderão ajudar a suplementar a hermenêutica bíblica e a teoria do ponto de vista étnico-racial (SOUSA, 2013).

Entender o Estado como um sistema de governo, é aproximar e restaura a materialidade do “o reino de Deus” presente por toda a textualidade bíblica. Um reino onde a equidade, a paz e a verdade governam soberanamente. Em Daniel 7 e Romanos 14:17 podemos perceber a materialidade de uma representação simbólica e a explicitação sobre o reino de Deus. Representações de conceitos abstratos que sugerem outro tipo de representação imaginária a partir de analogias, metáforas e metonímias. Deste modo, a literatura mítica pode contribuir para a restauração da racionalidade ético-civilizatória presente na expressão “reino de Deus”.

Literatura Mítica e seus Arquétipos na Formação do Estado: Maat

Neste tópico esperamos refletir sobre a materialidade da noção de Maat, em alguns arquétipos da literatura bíblica capaz de representarem a vida, justiça e a ordem como categorias sócio históricas na racionalidade ético-civilizatória. Desta forma, esperamos que os arquétipos da literatura mítica, nos ajude na compreensão do Estado, a partir de um ponto de vista étnico-racial africano.

A força da figura feminina da deusa Maat no sistema de pensamento egípcio, em contraposição a força dos deuses masculinos do patriarcado como Zeus e Júpiter, parece representar o arquétipo da “grande mãe”, onde a justiça é associada ao atributo divino de alimentar a todos de acordo com a necessidade de cada um. Para Diop (1974, 1991, 2014), o sistema matriarcal é a base da organização social no Egito e em toda a África Preta. A matrilinearidade e a transmissão de direitos políticos e gestão econômica da casa, marca uma especificidade do sistema cultura africano e egípcio. Um tipo de matriarcado, talvez originado no cultivo da terra pelas mulheres. Para Diop, muito do que foi difundido sobre a África precisa ser revisto e reconstruído.

A ideia de um matriarcado universal é contestada por Diop. Deste modo, é importante diferenciar os dois sistemas: patriarcado e matriarcado, e suas origens étnico-raciais, entre povos europeus, asiáticos e africanos. Entretanto, essa polaridade na cultura africana primitiva. No caso dos deuses masculinos, construídos nos arquétipos dos heróis/ guerreiros, onde um deus pai, protetor, se contrapõem a uma deusa mãe, que cuida e educa, é o ponto de partida para marcar a diferenciação da

racionalidade ético-civilizatória dos diferentes grupos étnicos, suas eticidades e Etnicidades (SOUSA, 2020).

Somos comumente levados a interpretar Deus/pai como protetor, senhor dos exércitos, dando mais ênfase em sua força. Entretanto, o que mais caracteriza Deus na textualidade bíblica são outras palavras que parecem conduzir para a centralidade da palavra útero, ventre. A palavra *Rehem* mencionado na Bíblia possui também o sentido de colo materno e colo feminino, o ventre feminino ou útero. Quando analisamos noções como: misericórdia, compaixão, amor, bondade, podemos entender a face feminina de Deus na expressão em vários versículos da literatura bíblica e na letra da música: “Seu reino é sempre eterno, firmado em misericórdia, justiça e igualdade, bondade e fidelidade”⁶. Desta forma, como na tradição africana, do Egito, Deus é pai e mãe ao mesmo tempo em que simboliza a dualidade complementar da filosofia egípcia.

Maat e seu consorte Isfet representam a unidade do casal primordial, que também está presente na narrativa mítica da criação Gênesis 1: 27 NTLH “Assim Deus criou os seres humanos; ele os criou parecidos com Deus. Ele os criou homem e mulher”. Desta forma, podemos perceber que a literatura mítica não dicotomiza os gêneros e utiliza uma dialética da complementariedade (SOUSA, 2020b). Entretanto, está é uma discussão que iremos apresentar de maneira mais profunda em outro momento.

Considerando que o sacrifício e o ritual são linguagens e as ritualísticas litúrgicas das religiões de matriz africana, além das práticas culturais dos primitivos hebreus, apesar de ser o sacerdote (o pai) quem sacrifica e mata, é a mãe quem prepara, distribui e alimenta a comunidade. Deste modo, pai e mãe são funções na literatura mítica que se complementa e garantem a unidade. Funções que representam uma perspectiva de função paterna e função materna, isto é, do pai de proteção da vida e da mãe de geração da vida, garantindo os aspectos na governança. Um governo deve ser compartilhado pelo casal. Um rei de coração sábio alimenta a todos e se preocupa com o povo (1 Reis 3:7-10) a função do Estado não é garantir apenas segurança é também prover a vida (SOUSA, 2020b).

A importância da mãe e do pai na literatura mítica, são aspectos que modificam a compreensão da ideia de patriarcado e matriarcado na tradição africana, como nos traz os estudos sobre “Mulherismo Africana” (DOVE, 1993). Fazendo o par indissolúvel, a mitologia egípcia é feita de duplas, a perfeição está na complementariedade do casal, sempre presente nos arquétipos egípcios. Desta forma precisamos (re)interpretar os arquétipos masculinos e femininos na textualidade bíblica e a figura de um Deus de amor, misericordioso, bondoso, longânime. A dualidade no pensamento egípcio e sua complementariedade pode nos ajudar a construir novos para a compreensão dos gêneros, nas tradições antigas e em sua racionalidade ético-civilizatória.

As funções clássicas do Estado: função distributiva, alocativa e estabilizadora, parecem estarem presente na do culto e nas práticas rituais na literatura mítica. É revelador os constantes festivais nos templos de Maat, assim como nas práticas ritualísticas dos hebreus na textualidade bíblica e nas religiões de matriz africana. Essas práticas parecem revelar uma lógica que sugerem funções originais para a distribuição de renda e promoção da equidade social.

Na tradição bíblica o dízimo (Deuteronômio 14: 28-29 16: 16~17; 26:12; 2 Crônicas 31: 5-12: Esdras 2:69) representa um mecanismo de distribuição de renda e promoção da equidade. Ao tributar a todos de igual forma, a décima parte produzia um equilíbrio entre quem tinha mais e quem tinha menos. A distribuição de alimentos para todos, como forma de oferenda, oferta, sacrifícios e oblação, era uma forma bastante eficiente de produzir alegria e regozijo em comunidade, ou ainda, para garantir a justiça e a paz (Hebreus 7: 1-2), mantendo o equilíbrio e a harmonia na comunidade.

⁶ Letra de música gospel de autoria de Vinicius Zulato

A arkhé civilizatória no livro do Gênesis, elabora didaticamente a representação entre o Caos e a Ordem (Gênesis 1:1) da quebra da harmonia no Jardim com a presença do arquétipo da serpente, que pareci estar presente no mesmo ambiente e que agia de maneira astuta. A busca da redenção e retorno à integração harmônica com a totalidade, a unidade para configurar o arquétipo edênico, sugere a restauração de uma maldição entre a descendência da mulher e da serpente (Gênesis 3: 15). Os arquétipos na literatura mítica assim, parecem sugerir um projeto de redenção da raça humana e das descendências entre a linhagem da mulher e a linhagem da serpente.

Presente também na tradição pré-dinástica dos antigos egípcios, a narrativa sobre um mecanismo de restauração e salvação também está presente no Primeiro Testamento na formação do povo de Deus, e no Segundo Testamento, através da identificação com o discurso do Cristo a remissão dos gentios, mensagem que foi leva pelo aposto Paulo (Gálatas 2).

Na textualidade bíblica temos um Messias que vem de um povo e que representa o novo arquétipo da salvação, o que parece garantir maior amplitude para a figura messiânica nas narrativas (Isaias 9:6). Para (CAMARA, 2011, p. 53), próximo também dos arquétipos da trindade de Osíris, Isis e Hórus, Osíris que vence a morte e nos leva de volta ao paraíso. Assim, uma filosofia do Cristo (Ungido), como aquele que oferece Maat: Verdade, justiça, Paz, Retidão, Harmonia e o caminho entre os céus e a terra, é a representação arquetípica da materialidade da fé judaico-cristã na literatura mítica que une egípcios e hebreus (africanos) a teologia paulina para os gentios na construção de personagem redentora, através da proposta de um novo reino de Deus.

De volta a unidade e ao todo, à completude, à perfeição e santidade, à integralidade e ao equilíbrio, os arquétipos sugerem o caminho que é capaz de: garantir a paz, a verdade, a justiça, a liberdade e a vida eterna que restaura Maat, e instaurar outro governo. Deste modo, expressar ideias relacionadas à eternidade e à dinâmica da vida, é representar e contrapor-se à noção de ruptura e quebra da harmonia que gerou a morte, logo, a desordem, o desequilíbrio, a injustiça e a raiz de todos os males. “A Ordem, a Justiça e a Retidão, tratam, por conseguinte, de princípios imutáveis, presentes desde sempre na constituição do cosmos egípcio” (CAMARA, 2011, p. 53).

Maat é o princípio civilizador e civilizatório, um marco epistêmico para o sistema de pensamento egípcio que se articula também como ação da circularidade “Ética Ubuntu” em nossa contemporaneidade. Exercer o governo sobre um povo é ser capaz de ofertar Maat. Aproximar e suplementar a hermenêutica bíblica com uma africanidade civilizatória, parece contribuir para uma releitura da compreensão de uma materialidade filosófica da racionalidade ético-civilizatória. Desta forma, pode minar a colonialidade teológica e textual, repensar a espiritualidade e religiosidade, inventada no cristianismo de matriz europeia, que foi mesclada por grandes teólogos de influência africana como Agostinho e outros, e subverter a o discurso hegemônico.

Considerando Camara (2011) uma das mais importantes representações de adoração do antigo Egito, presente no Templo de *Abydos*, diz respeito à apresentação de *Maat*. Na representação imagética o faraó ofertava *Maat* como parte de seu ritual de enaltecimento e honra. O faraó ao ofertar *Maat* às divindades inclusive também à natureza, estabelecia um pacto de governabilidade. O ato que simboliza o compromisso em restabelecer, renovar e manter diariamente a ordem e a justiça no mundo natural e no mundo espiritual.

No sistema de pensamento egípcio, caso o faraó falhasse em seu papel, a ordem seria subvertida. O equilíbrio e a harmonia seriam quebrados já que o pacto intermedeia a relação entre o visível e o invisível por meio da doação de Maat. Neste sentido, o governante é aquele que deve trazê-la, e estar com ela”. Ele oferta porque “está em Maat, vive em Maat, ela reside em seu ser”. Ele nasce de novo, torna-se uma nova pessoa a serviço da manutenção do equilíbrio, da harmonia e da paz. (Gálatas 2:20).

Com essa conectividade assim, ele pode tornar-se um representante e disseminador dos atributos de Maat, do princípio que engendra ordem, equilíbrio, senso de justiça, harmonia e circularidade. Talvez representado uma ética social de “dar, receber e restituir” que conecta os mundos, com vemos presentes em noções na literatura bíblica da dádiva, gratidão e graça (favor), também presentes nos estudos sobre a dádiva do antropólogo e sociólogo Marcel Maus e o Ensaio sobre a Dádiva.

Para os egípcios (CAMARA, 2011) o conceito de conectividade abarca o sentido de coesão conferido por Maat aos elementos que existem no universo, estabelecendo o sentido de organização que estabelece o lugar que cada coisa deve ocupar no cosmo, de modo que a criação adquira as feições de um organismo vivo em constante movimentação (cíclica de Dar, Receber e Restituir).

Vida é conectividade, morte é continuidade, não senso de desconexão, desintegração. Para os egípcios não existia a concepção de mal em si. O mal era produto da inércia, da falta da circularidade gerada pela rede de solidariedade e de observância das coisas materiais e espirituais. Solidariedade/reciprocidade, fraternidade e “memória cultural”: esse foi o âmbito de existência conferido por *Maat* ao meio social⁷. E quando ela está presente... (CAMARA, 2011, p.102)

Para a literatura bíblica a mutualidade é o significado e direção das relações de amor e hospitalidade sugerem uma relação de reciprocidade e circularidade. Viver em comunidade é considerar o outro mais importante do que eu. A carta de Paulo na literatura bíblica aos Filipenses capítulo 2 é uma boa ilustração de como conectividade, reciprocidade, mutualidade, humildade e amor se articulam com os princípios civilizatórios de Maat, orientando e organizando os sistemas sociais e econômicos em sociedade. Um princípio de reciprocidade que vai contrastar com os princípios e regimes de trocas e outra racionalidade diferente do capitalismo e socialismo.

Existiam outras virtudes comportamentais associadas à *Maat*, tais como respeito, franqueza, autocontrole, honestidade, reciprocidade, generosidade, exemplaridade, humildade, autocontrole, introspecção, prudência, benevolência são algumas das características que deveriam ser moralmente cultivadas pelo homem egípcio. O mal era resultado da ruptura da circularidade que organizava a comunidade e a vida, governar é garantir a circularidade.

Compreender a importância de Maat, como arquétipo na literatura e a sua racionalidade ético-civilizatória no sistema de pensamento egípcio nos levou a uma compreensão do Estado como categoria que parece representar a materialidade filosófica da ação, governança e soberania na textualidade bíblica. Uma textualidade que se aproxima de uma africanidade na literatura bíblica e pode sugerir uma referência para um ponto de vista étnico-racial afro-diaspórico em nossa contemporaneidade e a construção de uma outra perspectiva para a ciência política.

Literatura Mítica e a Formação do Estado: Um governo e outros arquétipos

Termos por finalidade neste tópico, sugerir a contraposição da racionalidade ética do arquétipo do herói/guerreiro sugerindo uma relação com a uma dialética textual na literatura bíblica que evidencia o (des) equilíbrio provocado pelas relações étnico-raciais na Bíblia (SOUSA, 2020). Assim, temos por horizonte, suplementar a interpretação sobre as origens culturais e étnico-raciais da violência de Estado.

⁷ Negritamento do autor

Contraopondo-se à perspectiva do arquétipo de Maat, Isfet ou Asfet é um arquétipo que representa o contrário de Maat e representa a violência, a injustiça, o Caos e significa fazer o mal. Como na textualidade bíblica, Deus tem um inimigo (Satanás) que é seu contrário e que na narrativa bíblica também tem acesso ao éden. Isfet e Maat se equilibram e complementam. Vale lembrar que Moisés foi educado em toda a ciência egípcia (Atos 7: 20-22). Um governante, para manter e proteger a justiça e a harmonia precisa controlar Isfet, mas não exterminá-lo, talvez prendê-lo, amarra-lo (Apocalipse 20: 1-3) pois caso destruísse isto desequilibraria o mundo, no entanto, se Isfet dominasse geraria muita (des)ordem. Será por isso que Deus não destruiu satanás?

A desordem era inaceitável, pois isso significaria que o mundo estava separado do cosmos e longe da ordem primordial e do equilíbrio de forças. Isfet deveria ser superado pelo bem e substituir a desunião pela unidade e a desordem pela ordem. Portanto, os antigos egípcios assim como os hebreus na textualidade bíblica, tinham nas práticas ritualísticas e de culto, ritualidades que parecem repetições didáticas, que estimulariam a ordem cósmica, mantendo os princípios da contrariedade entre Isfet e Maat e sua racionalidade lógica de equilíbrio.

Aos olhos dos egípcios, o universo sempre foi ambíguo e contraditório. As ações e julgamentos de um faraó eram pensadas para simplificar esses princípios para manter o equilíbrio (Maat) mediando o controle entre ordem do caos ou o bem e o mal. Assim, quando o faraó é representado ferindo seus inimigos nas representações imagéticas, ele foi cercado por imagens de estrangeiros que evidenciava seu papel como protetor de Maat e inimigo de Isfet, que parece ter a representação simbólica, ou não, dos inimigos estrangeiros do Antigo Egito. Desta forma, o faraó é mostrado principalmente 'ferindo' estrangeiros para manter Maat.

Representado por pela serpente e pelo dragão, os inimigos de Deus, ou melhor do povo de Deus, demonstram uma outra eticidade e etnicidade como assírios, Babilônios, persas e outros povos, que misturados com os africanos hebreus de forma recorrente na literatura bíblica apresentam um comportamento desviante de Maat (2 Crônicas 7:14). Misturados com os hebreus, desde a saída do Egito, a miscigenação com os povos de Canaã e o exílio, os primitivos israelitas, tornaram-se um povo (des)equilibrado e propenso a absorver práticas da racionalidade ético-civilizatória de povos estrangeiros.

Povos que traziam um eticidade e etnicidade que desagradava a Deus e promoviam a iniquidade e todos os tipos de (des)ordem, que muitas vezes eram assimilados por parte da comunidade israelita, que muitas vezes traziam costumes e uma ancestralidade genético-cultural através de casamentos. Inclusive, podemos ver no pedido do povo a Deus de um rei (Saul), nas práticas de Sansão, e no comportamento de diversos personagens arquetípicos a marca da violência na linhagem de Caim, que chega à família de Noé, ou ainda no caçador Esaú e Ninrode. Os arquétipos do Caçador, do Guerreiro, do Herói, do Senhor e do Rei, parecem invocar uma identidade ancestral. Talvez um espírito guerreiro e uma índole racial (SOUSA, 2020).

Presente também nas representações simbólicas do machado, da espada, do arco, da flecha e do escudo, os arquétipos parecem indicar uma inclinação ancestral e cultural, um tipo de valor, que essas culturas tendem a atribuir à vitória, à conquista, a soberba e a arrogância de diante de Deus. Buscando honra e glória, a narrativa bíblica parece evidenciar a eticidade e a etnicidade de povos e infiltrados no povo de Deus. Querendo honra, que originalmente significava “direito ao orgulho”, isto é, aquele que merece consideração e é digno de homenagem, aquele que merece ser reconhecido ter destaque socialmente, a literatura mítica parece funcionar como um manual de instrução.

Entretanto, como vimos em Sousa (2020a) as personagens míticas dos heróis e dos homens de honra e de coragem vão contrastar com as imagens do pastor de ovelhas, do crucificado, do servo, daquele que dá a outra face. Desta forma, a identidade ancestral parece se tornar um aspecto que: ao mesmo tempo que é de uma linhagem genética é também étnica e cultural. O arquétipo do servo e do

pacificador, parece indicar uma oposição aos arquétipos trazidos por outros povos que tinham e tem na servidão sua eticidade e etnicidade colonial e imperialista.

Deste modo, infelizmente no Estado brasileiro, o princípio ético da responsabilidade pelo outro, pela vida do outro, parece não produzir culpa ou responsabilidade ética já que a lei e a moral do Estado têm em seus arquétipos e na memória coletiva e social, genético-cultural e mítica, ancestrais guerreiros e deuses que exigiam sacrifícios de vidas.

Apesar de poder comer de todas as Árvores do jardim, menos uma, mesmo assim, a humanidade queria a única coisa que não podia. "Assim como o vinho é enganoso, tampouco permanece o arrogante, cuja gananciosa boca se escancara como o sepulcro e é como a morte, que não se farta: ele ajunta para si todas as nações e congrega todos os povos." (Habacuque 2:5). Deste modo, a ganância (desejo ilimitado) e a soberba (elevação sobre o outro), em especial a soberba racial (SOUSA, 2020) parecem representar aspectos fundantes da racionalidade ético-civilizatória de alguns governos em nossa contemporaneidade.

Considerando Santos (2008), o modelo civilizatório dominante é uma "instituição cultural" de base racial, e esta é a base da reprodução étnico-racial (SOUSA, 2017) dos modos de produção. É a formação das elites culturais brasileiras que produzem o tipo de racionalidade ético-civilizatória do Estado. Um governo não é apenas um sistema político é um sistema ideológico/cultural, que parece se contrapor aos movimentos sociais javistas (os hapirus) ante estatistas de um Israel revolucionário (GOTTWALD, 1986) evidenciando o caráter antinatural da ordem e soberania do princípio civilizador de Maat (CAMARA 2011).

Com base em um Direito Consuetudinário que tem como referência a comunidade, o sistema político na textualidade bíblica e do Estado faraônico, se contrapõem ao modelo de república grega e seus sistemas de privilégios, trazido pelos invasores do Egito "no período intermediário, no império novo" e nos novos governantes estrangeiros.

A narrativa mítica do livro de Jó na textualidade bíblica descreve o Leviatã como sendo uma criatura muito grande, que possui uma força descomunal, com uma pele extremamente resistente e que expelia fogo de sua boca (Jó 41:18-35). Empregada de forma alegórica, simbólica e figurada para representar a perversidade ou as forças do mal, esses arquétipos na literatura bíblica parecem representar em sua materialidade povos, governos e governantes. Parecendo funcionar como função analógica de povos estrangeiros com seus principados e potestades (representação de governo e poder) os deuses estrangeiros eram as representações do desequilíbrio provocado pela eticidade e etnicidades e da desarmonia e excesso, ruptura da paz e arrogância.

O comportamento dos deuses cruéis, opressores e guerreiros, que na textualidade representam a besta, a iniquidade e a impiedade, contrastam com Maat e com o Deus que é "príncipe da paz e conselheiro" trazendo diferenças de arquétipos civilizatórios. A textualidade bíblica é rica em condenação ao Egito, que parece fazer alusão a governantes estrangeiros (talvez os assírios, os filisteus ou cananeus, ou ainda hicsos que em novas interpretações eram "governantes estrangeiros" e mais ainda: persas, macedônios e romanos. Povos que introduzindo seus governos controlaram o Egito ao longo de grande parte da contemporaneidade bíblica, ou os chamados "povos do mar" em alusão à besta que surge das águas.

Assim como o Leviatã (Jó 41), representando a "besta que vem do mar", o "Beemote" (Jó 40) no arquétipo da "besta que vive na terra", a analogia parece representar na alegoria mítica da textualidade bíblica, povos que traziam o mesmo desafio ao modelo de "Estado divino de Maat". Ao responder ao personagem Jó na novela bíblica, a partir do capítulo 38, a analogia em forma de narrativa mítica, parece querer evidenciar a pequenez do ser humano e sua fragilidade diante da soberania do "todo Poderoso" que governa e reina sobre o universo. A narrativa parece assim, aludir uma problemática

àquela contemporaneidade, onde a batalha entre os modelos de humanidade, parecem estar articulados com os modelos civilizatórios e seus arquétipos de poder.

Considerações Finais

Em contraponto à barbárie estrangeira de povos invasores e a promessa de libertação do opressor e conquistador, dominador escravagista, o discurso profético no livro de Isaías; 2 e 3 sobre o fim dos que vivem da guerra, assim como em outros como Amós, parecem representar personagens que traz à consciência do povo, do rei e até dos sacerdotes a necessidade, como os macabeus, de insurgência e insubordinação contra os governos que são incapaz de promover a paz, a equidade e a harmonia entre o mundo visível e invisível.

Com a humanidade e as alianças dos homens entre si, nos remete novamente à noção da deusa Maat e seu pacto de governabilidade com o Faraó. “Deus será o juiz das nações, decidirá questões entre muitos povos. Eles transformarão as suas espadas em arados e as suas lanças, em foices. Nunca mais as nações farão guerra, nem se prepararão para batalhas.” (Isaías 2:4).

A racionalidade ético-civilizatória presente na materialidade da relação do Estado com a vida, a justiça e a garantia de uma ética e moral que produza a felicidade e o bem-estar de todos não está presente no Estado brasileiro. Resultado de um processo colonial e de um processo civilizatório marcado por uma racionalidade contrária à razão de Estado egípcio, estudar ciência política no Brasil necessariamente tem que estudar as relações étnico-raciais e sua reprodução na racionalidade ético e étnico-civilizatória.

As contribuições da literatura mítica e em especial da literatura bíblica, pode contribuir para a construção de novos referenciais para se pensar o Estado e um outro modelo ético-civilizatório. Assim, a perspectiva estuda também pode contribuir para introduzir um ponto de vista étnico-racial, para a Teoria Geral do Estado e para a Ciência Política.

Referências

BÍBLIA de Estudos Palavras-Chave. Tradução Degmar Ribas Jr. Maria Helena P. Aranha, Marcelo S. Gonsalves, Marcus A. Braga, Paulo Sergio Gomes, Valdemar Kroker. Rio de Janeiro. Sociedade Bíblica do Brasil, 2009.

BÍBLIA Sagrada (BKJ). Tradução de King James atualizada (KJA). Rio de Janeiro, Bv Filmes editora LTDA. Bv Books editora, 1 edição 2012.

BÍBLIA Sagrada Africana. Tradução de Frei Joaquim Carreira das Neves. São Paulo: Paulinas Livraria e áudio Visuais, publicação 2015.

CARNEIRO, Everton Ney. **O esartejado e o crucificado**: narrativas míticas transgressoras. Tese de Doutorado. São Leopoldo: EST/PPG, 2015

DIOP, Cheik Anta. **The African Origin of Civilization**. A Origem Africana da Civilização – Mito ou verdade, traduzido para o Português a partir da tradução inglesa de Mercer Cook, Lawrence Hill & CO, 1974.

DIOP, Cheik Anta. **Civilization or Barbarism: an authentic anthropology**. New York: Lawrence Hill Books, 1974.

DIOP, Cheik Anta. **A Unidade Cultural da África Negra: esferas do patriarcado e matriarcado na antiguidade clássica**. Luanda: Edições Mulemba, 2014

DOVE, Nah. Mulherisma Africana: um Teoria afrocêntrica. **Jornal de Estudos Negros**, v. 28, n. 5, p. 515-539, 1998.

DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação: na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GOTTWALD, Norman K. **As Tribos de IAHWEH: Uma sociologia da religião de Israel liberto 1250-1050 a.C.** São Paulo: Paulus, 1986

KINCHELOE, J.L.; BERRY, K.S. **Pesquisa em educação: conceituando a bricolagem**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

M'BOKOLO, Elikia. **África Negra: história e civilizações**. Tomo I (até o século XVIII). Salvador/São Paulo: EDUFBA/Casas da África, 2009.

MIGNOLO, Walter, D. **Histórias Locais / Projetos Globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS. Nilo Rosa. **Elite e Dominação Política**. Salvador: Edcraes, 2008.

SOUSA, Romilson da Silva. O ponto de vista étnico-racial na produção do conhecimento: aspectos epistemológicos das relações étnico raciais. *in* ONERLLAS, Maria de Lurdes Soares; SOUZA, Sueli Ribeiro Mota. (Orgs.). **Entres-linhas: educação, psicanálise e subjetividade**. Salvador: EDUFBA, 2013, p. 163-181.

SOUSA, Romilson da Silva. Relações Étnico-raciais na Bíblia: Elementos para uma outra racionalidade ético-civilizatória. SANTOS, Deyse Luciano de Jesus; ARAÚJO, Jurandir de Almeida; SOBRINHO, Raquel Alves. (Orgs.). **“Conhecereis a Verdade e a Verdade Vos Libertará”**: ancestralidade, religiosidades, educação e identidades. Curitiba, Editora CRV, 2020, p. 75-96.

SOUSA, Romilson da Silva. **Produção de Conhecimento na Pós-graduação**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2013.

SOUZA, Florentina Silva. **Afro-Descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU**. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

Recebido em 31/07/2020

Aceito em 15/12/2020

Received 07/31/2020

Approved 12/15/2020



<http://doi.org/10.7213/2318-8065.05.02.p99-111>

COVID-19: olhares religiosos sobre a realidade pandémica

COVID-19: religious views on pandemic reality

José Brissos-Lino*

Resumo

Este artigo tem por objecto o campo religioso e por objectivo entender de que forma as religiões encararam a crise provocada pela Covid-19 e que impactos a mesma exerceu sobre as comunidades de fé, a praxis, o discurso, e sobretudo qual foi o sentido atribuído ao acontecimento, de forma a enquadrar-se na narrativa religiosa e doutrinária de cada uma das correntes filosóficas e religiosas, tendo em conta o facto de as religiões desempenharem um papel importante para o desenvolvimento do ser humano. Procurou-se compreender a postura das religiões face à pandemia da Covid-19, tanto como encararam a suspensão dos seus serviços religiosos presenciais, devido ao confinamento profiláctico, como no modo de prestar apoio espiritual à comunidade dos fiéis, assim como no tipo de organização para não parar a sua intervenção social e de beneficência, em relação aos mais carenciados e vulneráveis da sociedade. Abordou-se ainda o sentido espiritual ou religioso da pandemia, do ponto de vista simbólico. Por conveniência, neste trabalho consideraram-se apenas algumas vertentes do campo religioso.

Palavras-chave: Fiéis. Pandemia. Religião.

* Doutor em Psicologia da Religião e em Ciências da Religião. Docente e Investigador da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa. Instituto de Cristianismo Contemporâneo (Ciência das Religiões/FCSEA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2613-5213>. Contato: jose.lino@ulusofona.pt.



Abstract

This article aims to understand, in the religious sphere, in what ways do religions face the crisis caused by Covid-19, as well as how it impacted the faithful communities, praxis, discourse and above all, what sense was attributed to this event. Through this, we aim to frame the religious and doctrinal narrative of each philosophical and religious schools of thought while minding the fact that religions play an important role in the development of human beings. We aim to understand the stance of religions faced with the task of dealing with Covid-19, such as how the suspended their physical religious services due to prophylactic confinement to provide spiritual aid to the faithful community, as well as their ways of organizing themselves in order to constantly provide people with their social intervention and beneficence, especially when regarding the poor and vulnerable people in our society. We also touch on the spiritual or religious sense of the pandemic in terms of symbolism. This article only reflects upon the religious sphere.

Keywords: Religious followers. Pandemic, Religion.

Introdução

Desde a religião primitiva que o ser humano atribuiu aos deuses a causa de todas as intempéries porque não as sabia prever, explicar nem controlar, em especial as que mais o assustavam, como o trovão, o relâmpago, o vulcão activo ou a chuva torrencial. Desenvolveu então ritos sacrificiais e de outra natureza a fim de tentar aplacar a ira dos deuses e receber o seu favor.

Foi um Portugal fragilizado pela abrupta mudança de regime (1910) e pela participação na Grande Guerra que teve de enfrentar, a partir de maio de 1918, a chamada pneumónica, uma pandemia provocada pelo vírus da gripe do subtipo A (H1N1), que varreu o mundo. Ficou conhecida como “gripe espanhola” embora a sua origem estivesse num acampamento militar no Kansas, EUA. A sua extrema facilidade de contágio tornou-se devastadora, tendo com o alvo principal os jovens adultos entre os 15 e os 45 anos, nos quais provocava pneumonia fulminante e frequentemente fatal. Em Portugal a pandemia terá vitimado mais de 100 mil mortos e estima-se que tenha levado à morte entre 50 e 100 milhões de pessoas a nível global, em ondas sucessivas. Passado um século voltamos a viver algo semelhante com a Covid-19, com a diferença de que hoje os cuidados de saúde são muito mais capacitados e preparados, o que faz baixar significativamente a mortalidade.

Embora se saiba onde se manifestou o coronavírus e se disponha actualmente de bastante informação sobre a doença, a verdade é que a presente crise pandémica tem provocado os receios das populações essencialmente devido a dois factores: por um lado a sua dimensão planetária, e por outro a permanente e sufocante expressão mediática de que é alvo, como nunca antes na história da epidemiologia. A Covid-19 é já a maior pandemia do século, mas também a sua maior crise. O crescimento dramático das cadeias de infecção, o número de doentes em cuidados intensivos e de mortos registados, primeiro na Ásia, depois na Europa e finalmente nas Américas reveste-se da maior dramaticidade, até pelo facto de se estar a combater um inimigo invisível a olho nu, o que nem todos os indivíduos compreendem, em particular os mais idosos. Acresce que a dificuldade em testar a população em geral provoca uma subnotificação, agravando assim ainda mais o problema, para lá da manipulação das estatísticas por razões políticas, em especial em países onde o regime democrático não está implantado ou é incipiente.

Além disso os governos debatem-se cada vez mais com a difícil gestão entre o controlo da infecção e a quebra da economia, sentindo-se entre a espada e a parede, entre o risco de uma propagação descontrolada do vírus e suas nefastas consequências para a saúde pública, o colapso dos sistemas de saúde e uma elevada taxa de mortalidade, mas também o descontrolo da economia, o aumento do desemprego, as falências em cadeia, e uma pobreza em crescimento geométrico.

Sabendo que as religiões desempenham um papel importante para o desenvolvimento do humano, importa entender de que forma elas encararam a crise e que impactos a mesma exerceu sobre as comunidades de fé, a *praxis*, o discurso e sobretudo qual foi o sentido atribuído ao acontecimento, de forma a enquadrar-se na narrativa religiosa e doutrinária de cada uma das correntes filosóficas e religiosas. Neste trabalho apenas abordamos algumas delas. Decerto que as diferentes correntes religiosas tiveram que se repensar nestes tempos tão difíceis, a partir da sua fé, de modo a responder à necessidade espiritual dos fiéis, mas também de se organizaram para prestar socorro aos mais necessitados. Por razões de conveniência da investigação abordamos apenas parte do segmento religioso onde a recolha de informação se afigurou mais simples.

Cristianismo

De um modo geral as igrejas cristãs – católicas, protestantes e evangélicas – apresentaram uma postura de colaboração com as medidas provenientes das autoridades de saúde e dos governos, no sentido de suspenderem os serviços religiosos durante o período de confinamento profilático, tendo encontrado nos meios telemáticos uma forma de manter o contacto com os fiéis e de lhes continuar a prestar apoio espiritual e aconselhamento. É evidente que sucedeu uma quebra acentuada de receitas das instituições religiosas, dada a suspensão das missas, cultos e reuniões presenciais, e mesmo na retoma dos mesmos as condições sanitárias impostas passaram a condicionar tanto o acesso como a dinâmica normal, com reflexos financeiros óbvios, além de terem sacrificado grandes festas religiosas como a Páscoa, o Pentecostes e as peregrinações.

As exceções desta atitude cooperativa está nos grupos fundamentalistas que atribuem a presente pandemia a um castigo divino e nos que pensam que os governos desejam limitar a liberdade religiosa dos cidadãos. Estiveram nessa linha alguns conhecidos líderes neopentecostais que insistiram na continuidade dos cultos presenciais, quando o mais sensato seria o isolamento profilático, em especial nas comunidades das periferias.

Por outro lado, ficou claro que os poderes públicos dificilmente conseguem entender a prática religiosa como essencial, e apesar de não a ter hostilizado lidaram com ela na mesma base de qualquer actividade como a cultura ou o desporto, sem entender que a religião consagra em si mesma uma natureza gregária que não se esgota na dimensão individual, antes partilhando-a com as celebrações colectivas. Em meros encontros de crentes,

qualquer que seja a religião ou comunidade, prevalece este paradigma: há um corpo crente coletivo. Como pêndulo, a celebração comunitária semanal explica e reforça as redes de fé. Prevalece até em cenários de guerra e sob risco de vida (FRANCO, 2000).

De facto, a certa altura começou a sentir-se um desconforto nos meios católicos, ainda segundo FRANCO (2020):

Esta suspensão, sine die, da eucaristia pública, atravessa o mais importante e sensível tempo litúrgico – a Quaresma, a Semana Santa e a Páscoa –, definidor da própria fé cristã. E é cada vez mais provável que Fátima, pela primeira vez, tenha de restringir ou cancelar as celebrações do 13 de maio no santuário.

Culturalmente enquadrada, a vivência religiosa começa numa adesão pessoal e expressa-se sobretudo em comunidade, no ombro-a-ombro de famílias próximas e alargadas, com códigos de pertença que desenham partilha e relações, sem exclusão de outras dimensões mais individuais e espirituais, com a experiência de isolamento e recolhimento místico que moldou o próprio pensamento da Igreja.

Recuperando o filósofo italiano Mario Perniola e aquilo a que chama o “sentir católico”, no sentido da afirmação duma identidade possuidora duma dimensão subjectiva e duma dimensão colectiva, na tentativa de definir a experiência religiosa do catolicismo para lá de constituir um conjunto de doutrinas e dogmas, MEXIA (2020) afirma:

Segundo Perniola, o catolicismo moderno abandonou largamente a velha disposição contra mundum, tornando-se mais pacificado e mais universalista. Em contrapartida, a experiência católica nos Estados laicos encaminhou-se para um entendimento da fé como “crença” ou “ideologia”, não como graça ou mistério. A louvável sensatez do catolicismo durante a actual pandemia agravou essa tensão: a Igreja tem hoje um discurso religioso privado e um discurso público laico, mas não tem um discurso público religioso. Não tardará muito a que alguns

católicos se inspirem no cineasta Nanni Moretti e peçam aos padres e aos bispos: “Digam qualquer coisa católica.

Segundo BORGES (2020), um estudo da Universidade de Viena investigou a relação entre religiosidade e pandemia. As conclusões apontaram para a tendência verificada nas pessoas mais religiosas, no sentido de utilizarem estratégias mais activas para procurar dominar a crise, enquanto as menos religiosas optam mais por reprimi-la ou mesmo negá-la. E são também as mais religiosas que procuram apoio social e lidam com a pandemia de forma mais determinada, mais optimista e serena. A pergunta clássica “onde está Deus?” surge sempre nas catástrofes ou eventos de vida traumáticos. Uma questão que não passou ao lado da Filosofia e da Teologia:

A história é um autêntico calvário. Hegel referiu-se-lhe como um Schlachtbank: um açougue, um matadouro. E lá está o famoso dilema de Epicuro: Deus tem de ser todo-poderoso e infinitamente bom. Ou Deus pôde evitar o mal e não quis, e não é bom; ou quis e não pôde, e não é onnipotente. Ou quis e pôde; então, donde vem o mal?

Mesmo teólogos de renome sentiram-se atezados pelo dilema, de tal modo que alguns, como Jürgen Moltmann, falaram de um Deus impotente, que sofre conosco; outros, como Romano Guardini, chegaram a exclamar que "pediriam contas" a Deus pelo sofrimento dos inocentes; Karl Rahner disse que, "num tribunal humano, não sairia absolvido"; Karl Barth afirmou que, no Jardim das Oliveiras, quando Jesus rezava, suando sangue, Deus "se portou como Judas"; e Hans Urs von Balthasar disse que "se deve falar de uma descarga de ira de Deus sobre aquele que lutava no Jardim das Oliveiras." Nestas posições, a pergunta ergue-se talvez ainda mais veemente: acreditar como e para quê num Deus irado ou impotente?

FRANCO (2020), jornalista português especializado na área religiosa e investigador em ciência das religiões considera que:

No passado bíblico, e até há pouco tempo, o leproso era proscrito e afastado. As narrativas evangélicas contam que Jesus nunca temeu aproximar-se dos doentes, tendo-os como gente do seu “reino”. Como lembra a historiadora Rita Sampaio da Nóvoa, na “diacronia da convivência humana com a possibilidade de se ser contagiado ou de contagiar houve ruturas e permanências” ao longo dos tempos. Há 100 anos, para não recuarmos muito no calendário, a gripe espanhola não cessou inicialmente as missas, nem outras atividades económicas, coletivas e sociais, o que veio a revelar-se trágico. Tarde demais, as autoridades locais foram fechando compulsivamente os templos, oferecidos pela Igreja ou requisitados pelo Estado para serem enfermarias. Num século, aprofundou-se o conhecimento científico, as estruturas políticas, sociais e sanitárias, a secularização, a consciência do indivíduo, o direito universal...

Debate-se nos meios cristãos a questão da mesa da comunhão à distância no serviço religioso. Entre os católicos em termos de eucaristia e nos meios protestantes e evangélicos no caso da ceia do Senhor. O conceito de comunhão radica no físico, por isso há que encontrar formas imaginativas de tornar a dificuldade decorrente da suspensão dos serviços religiosos presenciais:

Com o dealbar dos meios de comunicação social, passou a ser possível acompanhar, à distância, uma cerimónia religiosa. No caso católico, em que a celebração eucarística e da palavra, vulgarmente designada como “missa”, significa a presença mística de Deus pelo pão consagrado no altar, há comunidades que, depois, se organizam e vão entregar a hóstia ao domicílio (FRANCO, 2020).

Do ponto de vista simbólico alguns grupos cristãos entenderam esta pandemia no sentido escatológico, enquanto parte das profecias bíblicas respeitantes aos dias difíceis denominados

“princípio de dores” e descritos no evangelho de Mateus (cap. 24), os quais constituem um alerta para que os crentes busquem uma maior consagração a Deus. Alguns chegaram mesmo a defender que a Covid-19 se tratava de uma punição divina.

Espiritismo kardecista

A religiosidade espírita kardecista considera que o confinamento e subsequente afastamento social não impede necessariamente os indivíduos de cumprirem a sua missão de auxílio ao próximo. COELHO (2020) questiona-se sobre o sentido da pandemia:

O momento atual pelo qual atravessa a humanidade pode nos levar a questionarmos: qual seria a essência desta pandemia? Seria, inicialmente, apenas voltarmos a nossa atenção para a questão da saúde e dos cuidados? Criaria possibilidades de revermos nossas ações como seres em evolução? Permite-nos refletir sobre o real sentido da vida e o futuro, desta dentro de um macrocosmo? Seria capaz de alterar uma visão míope e de superioridade diante do incontestável poder de extinção da vida revelado por esta doença?

Nesse contexto, através de uma leitura de mundo voltada para o seu eu interior, buscando uma sapiência que possibilite o crescimento educacional e espiritual, ao se aglomerar recursos interpretativos de fé, objetivando a regeneração humana a fim de dias melhores, apresenta-se como uma possibilidade de resposta para este período de tantos confrontos.

Segundo a literatura desta opção religiosa a fé é a força instintiva da alma que mantém em aberto todas as possibilidades, não sendo uma muleta ou moeda de troca a usar em momentos difíceis, mas antes um meio para entender a acção divina no meio dos homens. Assim, a fé, à semelhança de outras tradições religiosas, assume uma presença contemplativa recíproca, marcada por uma procura humana por Deus mas também uma busca de compreensão dos caminhos da transcendência pelos quais Ele se revela para que a humanidade O encontre, de acordo com o seu plano de salvação. Deste modo, a fé não é uma conquista mas um desenvolvimento que importa promover (HAMMED, 2008). Em conferência espírita realizada já durante a pandemia, foi abordada a situação no sentido de trazer algum conforto:

não vos preocupais demasiadamente com a presença pandêmica do vírus [...]. Vós, que conheceis Jesus, mantende o respeito às leis, buscando a precaução recomendada pelas autoridades sanitárias, mas não oculteis a mão socorrista aos padecentes, não negueis a palavra libertadora aos que se preparam para enfrentar a imortalidade [...]. Buscai a pureza íntima e, sobretudo, alimentai-vos da fé dinâmica, corajosa e gentil amando a todos, evitando as paixões que dividem, e as experiências que desunem.

Esta exortação vem na linha da Lei de justiça, amor e caridade, presente no *Livro dos Espíritos*, na abordagem das dificuldades através duma reflexão e prática da fé com serenidade e prudência. Assim sendo, o confinamento não impede os indivíduos de manterem as dinâmicas de convívio familiar e mesmo social, ao lançar mão dos recursos e tecnologias de comunicação virtual com vista à efectivação desses contactos. O afastamento social não se traduz necessariamente em inércia ou comodismo, antes representando novos desafios nesta fase, de modo a encontrar novas formas de cumprir a sua missão de ajuda ao próximo, mesmo à distância, em diferentes actividades assistenciais ou de aconselhamento.

A religiosidade kardecista compreende a necessidade e oportunidade das medidas de prevenção do surto pandémico de modo a combater uma doença perigosa e altamente contagiosa que tem atacado os seres humanos em todo o mundo, sem barreiras nem distinções, embora com efeitos mais nefastos nas faixas da população menos favorecidas, devido a um conjunto de factores que vão desde as condições de vida, habitabilidade, alimentação ou cuidados de saúde, entre outros. Apesar do respeito pelas medidas de prevenção e isolamento social a fim de estancar a propagação da Covid-19, não esquece a sua vocação do serviço aos outros. Por outro lado este poderá ser também um período de reflexão e aprendizagem com a adversidade.

A religiosidade espírita não considera a actual situação como uma punição derivada dos comportamentos humanos, antes a encarando como uma oportunidade para o desenvolvimento de possibilidades com vista a uma evolução do espírito, no sentido da plenitude existencial, já que no universo não surge coisa alguma que não tenha na sua origem uma razão de ser.

Religiões afro-brasileiras

Perante a situação de elevado risco para a saúde e a vidas das populações, as religiões afro-brasileiras suspenderam o seu calendário litúrgico, assim como as actividades abertas ao público nos terreiros, de modo a evitar qualquer contágio, visto que a transmissão do vírus acontece de forma mais rápida e agressiva principalmente em espaços com maior aglomeração e sem afastamento social.

O confinamento profiláctico não impede que os devotos se sintam unidos através das orações e também pelo mistério da fé, no sentido de rogar às divindades que aliviem a dificuldade social do momento.

Os serviços religiosos no candomblé, umbanda, quimbanda, e outros, implicam uma reverência diária e a prática de rituais semanais. No caso do candomblé essa reverência quotidiana consiste em entoar *jingoloxi* (rezas específicas), saudações e até *muimbu* (cantigas) para cada *nkisi* / orixá, que podem ser realizadas em casa, mas que nem por isso deixam de ser consideradas imprescindíveis para que seja possível manter o pensamento firme face ao caos e uma boa ligação com o sagrado.

MENDONÇA & MENDES (2020) afirmam que:

Os *minkisi* (pl. *nkisi*) são seres sábios e éticos e entendem a impossibilidade e limitação dos seus filhos que não podem estar no *nzo* (casa). Os rituais semanais são feitos para uma manutenção e renovação do *nguzu* (*axé*) do espaço litúrgico. É onde se organizam as oferendas que são feitas em prol de toda comunidade, material e imaterial.

No candomblé angola/congo, os *minkisi* que são ligados a doença, a saúde e a cura são: *Nsumbu*, *Kavungu*, *Kafungê*, *Kikongo*, *Nzumbarianganga*, *Katendê*, etc. Esses *minkisi* estão sendo cruciais na conjuntura atual, para assegurar a saúde mental, espiritual e o bem-estar dos adeptos. Através de *makudiá* (comidas) que são colocadas diante dos *kuxikama* (assentamentos) e orientam um pedido e uma troca entre as partes envolvidas; no intuito de ativar essa força sobrenatural do *nkisi*. Essa manipulação exige uma preparação singular por parte do sacerdote / sacerdotisa para “encantar” o ambiente e as *makudiá*. Cabe a ele (a) fazer a comunicação com as divindades e decidir qual delas será chamada para ocasião, com a proposta de afastar a doença, a morte prematura e a desgraça.

De acordo com MACGAFFEY (1991, p. 9), na tradição *bantu* as doenças são vistas como uma manifestação negativa do mundo espiritual, uma incongruência entre o *mpemba* (mundo dos mortos) e o *nseke* (mundo dos vivos):

De fato, a terra invisível dos mortos é idêntica e, no entanto, oposta àquela dos vivos – próximos e distantes; cênico e ainda surreal, mas sem a dor e a desordem associada ao mundo visível. Sendo assim, a existência dos *minkisi* tem a função de manter o equilíbrio entre esses dois mundos. Na África *bantu* (*Subsaariana*), os *minkisi* tinham uma imensa influência na sociedade, na cultura e na política, e estavam diretamente ligados nas tomadas de decisões no âmbito da economia, saúde, justiça. Para cada doença do corpo e do espírito existia um determinado *nkisi* que era usado como remédio para curar e preservar a saúde de toda a sociedade; e foram trazidos para o Brasil com algumas ressalvas, pois, a influência cristã e indígena moldou o culto sem perder o seu aspecto ancestral de cura, prosperidade, defesa, ataque e divinação.

Mas o que manda, afinal, é o bom senso e a prudência, apesar da fé e da crença na protecção sobrenatural:

Apesar de todo esse suporte místico, cada iniciado deve fazer o seu papel e não se arriscar, considerando que a fé e a protecção o possam proteger de tudo. O bom senso e a prudência devem prevalecer. Sair de casa o mínimo possível, lavar as mãos com frequência, usar máscaras, não dar abraços e beijos e acatar as ordens da comunidade médica são fatores importantíssimos para preservar a sua própria vida e a dos outros.

Visto que isso não enfraquece a crença ou a interação dos adeptos com os *minkisi*, os orixás ou os guias de umbanda/quimbanda. Pelo contrário, uma vez que tais mudanças de comportamentos podem, de forma subjetiva, permitir aos adeptos introspecções singulares sobre sua fé, diante a sua prática devocional ritualística e a atualidade vivida. Logo, o que a religiões afro-brasileiras buscam neste momento é uma manifestação de suas divindades perante o desafio pandêmico. Com efeito, pedem a *Kafungê* e *Katendê* que nos orientem, adeptos ou não, pertencentes aos diferentes estratos sociais, a responsabilidade para consigo e para com outro, no que diz respeito a continuidade de vida, seu bem maior.

Do ponto de vista simbólico – e segundo Fabiano Santos, presidente da Federação Espírita do Estado do Espírito Santo – os espíritas consideram que a pandemia faz parte dum processo de transição planetária ou de regeneração, os quais podem ser considerados como uma oportunidade de mudança, na linha do que Kardec considerava nos seus escritos ser uma necessidade de purificação.

Islão

O jejum do mês do Ramadão e toda a sua representação espiritual terá sido a obrigação religiosa mais problemática durante o confinamento profilático, uma vez que se trata do *quarto pilar da prática* do Islão, que acontece no nono mês do calendário lunar, no qual terá sido revelado o seu livro sagrado, o Alcorão. O profeta Muhammad considerava que este seria o único acto inteiramente dirigido a Deus, quando os fiéis, desde o nascer do dia ao pôr-do-sol, se abstêm de comer, beber, fumar, manter relações sexuais ou praticar qualquer outro acto que coloque em causa a sua devoção a Alá, incluindo os maus pensamentos, impaciência, discórdias e posturas semelhantes. Este período é especialmente dedicado à reconciliação entre pessoas, familiares ou grupos, servindo igualmente para fazer um balanço da sua fé.

Muitos muçulmanos se referem a este mês como sendo uma escola. Escola que ensina, sobretudo, a paciência, o desapego às coisas materiais, ensina a dividir comida, a sentir o mesmo que as pessoas que passam fome e sede, a retomar a conexão com Deus. Em minha tese de doutorado, *Entre arabescos, luas e tâmaras...*, ao escrever sobre o mês do Ramadan, atentei para o fato de suspensão de papéis sociais, como definiu o antropólogo Victor Turner, este

momento liminar, de uma experiência *extracotidiana* transforma o fiel, ele sai renovado desta experiência. O abster-se de algo deixa o fiel em contato com o sagrado, transformando-o cotidianamente durante este mês, por isso, o Ramadan é o mês de suspensão de papéis, uma reavaliação do *ser muçulmano, do seu iman (fé), das suas práticas (ibadah)*.

BARBOSA (2020) aponta para o carácter social e comunitário da experiência religiosa islâmica, e no modo como os fiéis vivem este evento do ponto de vista da sua fé, destacando as acções de líderes muçulmanos e fiéis na intervenção social, de modo a amenizar o sofrimento dos mais vulneráveis, sem esquecer o peso tradicional da dimensão comunitária existente na celebração do Ramadão:

Se, por um lado, tem-se a abstinência alimentar, de outro temos a fartura nas comidas das quebras de jejum, chamada de *iftar*, que acontecem em mesquitas ou nas casas com presença de outros familiares e amigos. Há famílias que se organizam para esse mês, agendando com antecedência os jantares (*iftar*) que vão oferecer em suas residências. Há grupos que marcam para quebrar o jejum na mesquita e ficam juntos durante a refeição e as orações. Em geral também mudam de mesquita para encontrar outros irmãos e irmãs. Há uma circulação grande nas mesquitas, e casas nesse período. É recomendável convidar outros irmãos para quebrar jejum em casa ou pagar seu jantar em algum lugar.

Os que não podem jejuar por algum problema saúde, alimentam a um necessitado durante o mês. Oferecer um *iftar* é uma dádiva e alegria para os donos da casa. A caridade é praticada o mês todo (*sadaqa*). Outro momento de encontro é a reza em congregação, por exemplo, rezar o *Tarawih* (oração realizada por sunitas como mais uma forma de adoração) após a última oração da noite (*salat Isha*). Na madrugada acordam para o *sohur* que consiste em uma alimentação leve, como ingestão de água, antes da primeira oração do dia – *fajr*. Nas últimas dez noites do mês muitos muçulmanos permanecem nas mesquitas em adoração a Deus. Nas noites ímpares as mesquitas estão lotadas, porque em uma delas foi revelado o Alcorão e os muçulmanos acreditam que tudo que se pede na Noite do Decreto/Destino (*Qadr*) Deus atenderá, é uma noite que vale mais que mil noites.

BARBOSA (2020) refere alguma incerteza sobre como os muçulmanos viveriam o Ramadão, ponto alto do calendário litúrgico islâmico, devido à presente pandemia do coronavírus:

Entretanto, este ano o Ramadão está atípico. A crise sanitária provocada pelo novo coronavírus desencadeou desconforto, incertezas e indagações em alguns muçulmanos. Como será o Ramadão? Como o profeta Muhammad (SAAS) agiria nessas condições que nos impõe o Covid-19? Há uma *hadice* do profeta que diz: "Se você ouvir um surto de uma epidemia em uma terra, não entre nela; mas se a epidemia surgir em um lugar enquanto estiver nela, não deixe esse lugar". Esta fala tem sido usada pelos sheiks e divulgadores/as do Islam como uma forma de respeitar e seguir as prescrições da OMS (Organização Mundial de Saúde) que é ficar em casa. Outro *hadice* que complementa este: "Aqueles com doenças contagiosas devem ser mentidos afastados daqueles que são saudáveis.

A teologia islâmica contempla a ideia de que as tribulações da vida fazem parte dum processo com que Alá pretende fazer o bem a algum fiel, no sentido de que é perante as adversidades que se aprendem as grandes lições da vida, se afinam as atitudes práticas mas também o pensamento e os modos de sentir. Nesse sentido os muçulmanos compreenderam a seriedade da pandemia e os seus elevados riscos, tendo seguido as orientações sanitárias, mas sem deixar de fazer beneficência aos mais carenciados, com a entrega de bens alimentares ou a confecção de comida e produtos de higiene, mas também na orientação aos muçulmanos sobre as medidas sanitárias a seguir, e visitas aos hospitais a fim de cumprimentar os profissionais da área de saúde, apoiando-os com palavras de conforto.

Note-se que o Islão confere importância à higiene pois a limpeza física faz parte das obrigações religiosas. Por isso os fiéis não procedem às suas cinco orações diárias sem ter feito previamente as abluções, lavando mãos, rosto, antebraço e pés. Por outro lado costumam descalçar-se ao entrar em casa, de modo a mantê-la limpa, uma vez que rezam sobre os tapetes. Talvez estes princípios tenham ajudado à compreensão da necessidade de aceitar as medidas sanitárias de prevenção, em especial no tocante à higienização do corpo e dos espaços, no combate à pandemia.

Os muçulmanos utilizam também as redes sociais a fim de compensar o facto de não se poderem reunir regularmente nos serviços religiosos, onde alguns sheiks comunicam diariamente, incluindo *lives* transmitidas através da internet, assim como a produção de vídeos explicativos sobre o sentido do Ramadão.

Instituições como a Wamy (Assembleia Mundial da Juventude Islâmica) e a Fambras (Federação das Associações dos Muçulmanos do Brasil) têm proporcionado material religioso e social em suas redes. A Wamy intensificou seu trabalho de *dawa* no Instagram no qual é possível ouvir palestras curtas do sheik Ali Abdouni e sheik Ahmed Mazloum. A Fambras adotou o modelo seguido por algumas pessoas da comunidade e fora dela que é a produção de *Lives*, um bom exemplo deste modelo foi realizado pela muçulmana Fabiola Oliveira #ALiveéDelas que entrevistou mulheres muçulmanas durante um mês antes da entrada do Ramadan, formando assim um público que se acostumou a este tipo de divulgação. A presença de *Lives* femininas também tem sido visto com mais frequência, e isso corrobora com uma maior participação feminina também dentro da comunidade muçulmana – há divulgação desde maquiagem, roupa, jejum, dieta, *hijab*, comida, religião e cursos acadêmicos como o que tenho realizado as terças e quintas às 20h pelo Instagram, comemorando os 10 anos do lançamento do livro *Olhares femininos sobre o Islã*.

A *salat jummah*, oração obrigatória aos homens, e o *Tarawih* têm sido transmitidos pela Mesquita Brasil tendo a frente o sheik Muhamad Bukai que, após a oração, faz um encontro com outros sheiks para refletir sobre este mês tão importante aos muçulmanos. Na última oração, o sheik usava máscara o que é recomendável a todos que frequentam espaços fora de suas residências. Seguindo as recomendações da OMS e do governo do Estado, o sheik Bukai dá exemplo a sua comunidade, mas, sobretudo, as recomendações do profeta Muhammad (SAAS) que encorajava a *busca de aprendizado religioso, mas sempre se recomendava a necessidade de adotar medidas de precaução básica para estabilidade, segurança e bem-estar de todos os fiéis*. Muçulmanos devem se comprometer com a saúde e o bem-estar de todas as pessoas, mesmo que essas não sejam muçulmanas. Por isso, muitos vêm seguindo as prescrições, que são antes de tudo religiosas.

Em geral os muçulmanos procuram tomar as precauções necessárias para evitar o contágio da Covid-19, mas sofrem, ao mesmo tempo, a pressão psicológica de verem a sua vida profissional limitada, nem por isso se esquecendo de procurar ajudar os mais carenciados, ou porque perderam o emprego ou a sua fonte de rendimento familiar e se sentem desamparados.

Conclusão

Pode dizer-se que, dum modo geral, as religiões procuraram invocar o bom senso e a prudência no enfrentamento da pandemia, salvaguardando assim a vida dos líderes religiosos, das suas famílias e das comunidades de fé sobre as quais têm responsabilidades. Mas verificou-se também que não deixaram de se preocupar em continuar a sua prática de assistência aos mais carenciados, em termos

de beneficência e contribuição para o suprimento das necessidades básicas dos socialmente mais vulneráveis.

Embora algumas franjas do espectro religioso tenham associado a pandemia a uma leitura escatológica, marcadamente doutrinária, por vezes até chegando ao ponto de sugerir uma imagem divina punitiva, em linha com uma mentalidade cristã medieval, o sentido predominante não é esse, havendo até a consciência de que a acção humana de desrespeito pelo equilíbrio dos ecossistemas estará a montante desta e de muitas outras manifestações destrutivas da Natureza.

Do ponto de vista estritamente religioso, católicos e muçulmanos juntaram-se a 14 de Maio em Roma, num Dia Mundial de Oração, evento inter-religioso para pedir a Deus pela cura da pandemia do coronavírus, que à data já tinha causado 300 mil mortes e infectado mais de 4 milhões de pessoas. Tratou-se duma iniciativa do Alto Comité para a Fraternidade Humana nascida após a viagem do Papa a Abu Dhabi (2009), a primeira visita de um pontífice católico à península arábica, reunindo responsáveis católicos e muçulmanos, para pedir que os crentes de todas as religiões se unam espiritualmente.

A mensagem “Rezar pela humanidade” é dirigida aos “irmãos que acreditam em Deus criador e aos irmãos em humanidade onde quer que estejam”, sublinha o comité.

“O Alto Comité para a Fraternidade Humana convocou para hoje um dia de oração, jejum para pedir a Deus misericórdia e piedade neste momento trágico da pandemia”, começou por lembrar o Francisco, para depois invocar São Francisco de Assis: “Todos somos irmãos e, por isto, homens e mulheres de todas as confissões religiosas hoje nos unimos na oração e na penitência para pedir a graça da cura desta pandemia.” Na homilia, o Papa lembrou que existem outras pandemias que causam milhões de mortos, como “a pandemia da fome, a pandemia da guerra e das crianças que não têm acesso à instrução”, convidando a que se peça a “Deus que nos abençoe e tenha piedade de nós”.

Na informação divulgada pelo site online Vatican News, o organismo adianta que a intenção de oração pede a Deus que “liberte o mundo das consequências sanitárias, económicas e humanitárias da propagação desse contágio grave” do novo coronavírus.

Tanto o papa Francisco como o líder muçulmano Ahmed al-Tayeb oraram juntos, com fiéis de várias religiões, tendo a conferência envolvido líderes religiosos, académicos e culturais de todo o mundo, com a intenção de promover a fraternidade e a solidariedade perante a emergência da Covid-19, numa afirmação eloquente de que uma pandemia global só pode ser vencida com a união de esforços dos povos do mundo, pelo que as religiões têm aqui um exemplo a dar e um testemunho fundamental a transmitir a toda a humanidade.

Referências

BARBOSA, F. C. (1/5/20). **Como viver o mês do Ramadan em tempo de isolamento social?** Dom Total. Disponível em: <https://domtotal.com/noticia/1440936/2020/05/como-viver-o-mes-do-ramadan-em-tempo-de-isolamento-social/> (consultado em 27/6/20).

BOCKIE, S. **Death and the Invisible Powers: The World of Kongo Belief**. EUA: Indiana University Press, 1993.

BRISSOS-LINO, J. (2020). **Esse Deus não é o meu!** Revista VISÃO. Disponível em: <https://visao.sapo.pt/opiniaio/2020-04-01-esse-deus-nao-e-o-meu/> (consultado em 29/6/20).

CUNHA, H. (14/5/20). **“Todos somos irmãos unidos na oração” para pedir o fim pandemia.** Rádio Renascença. Disponível em: <https://rr.sapo.pt/2020/05/14/religiao/todos-somos-irmaos-unidos-na-oracao-para-pedir-o-fim-pandemia/noticia/192843/> (consultado em 29/6/20).

FRANCO, J. (25/3/20). **O impacto da pandemia na prática religiosa.** SIC Notícias. Disponível em: <https://sicnoticias.pt/opinioao/2020-03-25-O-impacto-da-pandemia-na-pratica-religiosa> (consultado em 22/6/20).

BORGES, A. (20/6/20). **A pandemia. Onde está Deus?** Diário de Notícias. Disponível em: <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/20-jun-2020/a-pandemia-onde-esta-deus-12328663.html> (consultado em 27/6/20).

BUNSEKI, F. **African Cosmology of the Bantu-Kongo: Tying the Spiritual Knot, Principles of Life & Living.** EUA: African Tree Press, 2014.

COELHO, A. C. (1/5/20). **A religiosidade espírita kardecista no período de isolamento social.** Dom Total. Disponível em: <https://domtotal.com/noticia/1441036/2020/05/a-religiosidade-espirita-kardecista-no-periodo-de-isolamento-social/> (consultado em 18/6/20).

KARDEC, A. **O Livro dos Espíritos.** Tradução de Salvador Gentile. Araras: IDE, 2009.

HAMMED (Espírito). **Renovando atitudes.** (Psicografado por Francisco do Espírito Santo Neto). Catanduva: Boa Nova, 2008.

MACGAFFEY, W. **Art and Healing of the Bakongo, commented by themselves: Minkisi from the Laman collection (Monograph series).** EUA: Indiana University Press, 1991

MENDONÇA, A. L. & MENDES, R. (1/5/20) **Religiões afro-brasileiras bantu em tempos de Covid-19.** Dom Total. Disponível em: <https://domtotal.com/noticia/1441016/2020/05/religioes-afro-brasileiras-bantu-em-tempos-de-Covid-19/> (consultado em: 19/6/20).

MEXIA, P. (20/6/20). **Qualquer coisa católica.** Expresso Revista Nº. 2486. Disponível em: <https://leitor.expresso.pt/semanario/semanario2486/html/revista-e/fraco-consolo/qualquer-coisa-catolica> (consultado em 22/6/20).

NÓVOA, R. S. (21/3/20). **A “nossa” pandemia, a peste medieval e o medo do contágio.** Sete Margens. Disponível em: <https://setemargens.com/a-nossa-pandemia-a-pesto-medieval-e-o-medo-do-contagio-ensaio/> (consultado em 29/6/20).

NUNES, A. (23/5/20). **A fé explica: as respostas das religiões sobre a pandemia do coronavírus.** A Gazeta. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/a-fe-explica-as-respostas-das-religioes-sobre-a-pandemia-do-coronavirus-0520> (consultado em 29/6/20).

PERNIOLA, M. **Del sentire cattolico.** La forma culturale di una religione universale. Roma: Il Mulino, 2001.

Recebido em 29/06/2020

Aceito em 05/12/2020

Received 06/29/2020

Approved 12/05/2020



<http://doi.org/10.7213/2318-8065.05.02.p112-122>

O lugar da mulher pesquisadora em tempos de pandemia do COVID-19: reflexões momentâneas

The place of research woman in pandemic times of COVID-19: momentary reflections

Carla Giselle Pereira Mascarenhas de Alencar*
 Sandra Célia Coelho Gomes da Silva**
 Joice Mara Amorim Messias***
 Mariana Amado Alvarez Coelho****
 Valéria Antunes Dias Fernandes*****

* Licenciada em Ciências Biológicas (UEFS). Aluna Regular do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES/ UNEB- DEDC Campus XI - Serrinha-Bahia-Brasil). Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Religião, Cultura e Saúde (GEPERCS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1869-0671>. Contato: cgpmaalencar@gmail.com.

** Pós-doutorado em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC/UNEB), Doutora em Ciências da Religião (PUC-GO), Mestre em Ciências da Religião (PUC/GO), Pós-graduada em Sociologia (UFMG), Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais (UNIVALE). Professora Permanente e Coordenadora do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES-DEDC – Campus XI – Serrinha), Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Educação – Campus XII – Guanambi. Membro da Associação de Cientistas Sociais da Religião do Mercosul (ACSRM), Conselheira da Regional Centro-Oeste da Sociedade de Teólogos e Cientistas da Religião (SOTER). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Religião, Cultura e Saúde (GEPERCS) Pesquisadora do Centro Interdepartamental em Culturas e Religiões (CEPICR/UNEB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9134-8587>. Contato: scsilva@uneb.br.

*** Graduada em Enfermagem (UNEB-DEDCXII). Aluna Regular do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES/ UNEB) - DEDC Campus XI - Serrinha-Bahia-Brasil. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Religião, Cultura e Saúde (GEPERCS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0807-8123>. Contato: joiceamorim.enfermagem@hotmail.com.

**** Bacharel em Administração. Aluna Regular do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES/UNEB) - DEDC Campus XI - Serrinha-Bahia-Brasil. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Religião, Cultura e Saúde (GEPERCS-UNEB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6140-0863>. E-mail: marianaacoelho@gmail.com.

***** Graduada em Pedagogia (UNEB-DEDCXII) e em Licenciatura em Matemática - Faculdades de Tecnologia e Ciências (2008). Especialista em Psicopedagogia, em Metodologia do Ensino Fundamental, Supervisão Escolar, Tecnologias em Educação e cursando Educação a Distância e Mídias em Educação. Aluna Regular do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES/UNEB) - DEDC Campus XI - Serrinha-Bahia-Brasil. Membro do Grupo do GEPERCS - Grupo de Estudo e Pesquisa, Educação, Religião, Cultura e Saúde. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6994-3718>. Contato: lela_GBI@hotmail.com.



Resumo

A pandemia causada pelo COVID-19 evidencia a importância da pesquisa para a sociedade nos seus diversos contextos, movimentando pesquisadores e pesquisadoras a descobrirem novos métodos de combate ao vírus. O presente estudo objetiva identificar o lugar da mulher nos espaços de pesquisa, ressaltando a trajetória permeada pelas conquistas obtidas e pelos desafios enfrentados. Para isso, foi realizada uma revisão de literatura de artigos publicados em periódicos da área, depositados em repositórios e sites científicos de IES nacionais e internacionais, e bases de dados do CNPQ e da CAPES. Resultados de pesquisas mostram que houve crescimento no número de mulheres no campo científico, mas os cargos de destaques continuam sendo ocupados pelos homens, assim como ocorre nas construções sociais, destacando essa disparidade, encontrada não somente no campo das Ciências. Consideramos que mesmo com todos os obstáculos e a diversidade de atribuições impostas pela sociedade, a mulher vem ocupando o espaço no campo da pesquisa, oferecendo contribuições tão importantes quanto as dos homens e merecem destaque como forma de incentivo às demais que queiram seguir a carreira científica. Assim, faz-se necessário promover ações que possibilitem a visibilidade dessas pesquisadoras e que permitam a igualdade do gênero em todos os setores da sociedade.

Palavras-chave: Mulheres. Pesquisa. Gênero. Pandemia. Coronavírus.



Abstract

The pandemic caused by COVID-19 highlights the importance of research for society in its various contexts, moving researchers to discover new methods of fighting the virus. The present study aims to identify the place of women in research spaces, highlighting the trajectory permeated by the achievements obtained and the challenges faced. For this, a literature review of articles published in journals in the area, deposited in repositories and scientific sites of national and international HEIs, and databases of CNPQ and CAPES was carried out. Research results show that there has been an increase in the number of women in the scientific field, but the leading positions continue to be occupied by men, as well as in social constructions, highlighting this disparity, found not only in the field of Sciences. We consider that despite all the obstacles and the diversity of attributions imposed by society, women have been occupying the space in the field of research, offering contributions as important as those of men and deserve to be highlighted as a way of encouraging others who want to pursue their scientific careers. Thus, it is necessary to promote actions that enable the visibility of these researchers and that allow gender equality in all sectors of society.

Keywords: Women. Research. Gender. Pandemics. Coronavirus.

Introdução

As pandemias relacionadas aos diversos tipos de vírus causadores das gripes e Síndromes Respiratórias Agudas (SARS) ocorrem de forma cíclica e a humanidade não consegue, mesmo com diversos avanços tecnológicos e científicos, prever a ocorrência desses fenômenos. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a COVID-19 é uma doença respiratória causada pelo vírus SARS-CoV-2 (Coronavírus). Os primeiros casos surgiram na China, no final de 2019, espalhando-se em seguida para diversos outros países e demais continentes. Fator esse caracterizado como estado de Pandemia mundial, legitimado pela supracitada organização em 11 de março de 2020.

O surgimento de uma nova virose mostra que a convivência da espécie humana com os agentes infecciosos não deixará de existir, e isso faz com que os processos de produção de medicamentos e vacinas voltem a se intensificar demasiadamente tanto no aspecto científico, como na questão mercadológica, econômica e social. Outro desafio é que esses vírus possuem características que dificultam a previsão de novas ocorrências e as mutações permitem o surgimento de novos subtipos virais, dificultando inclusive a produção de vacinas eficazes, em um curto período de tempo.

Nesse contexto, atentando-se aos aspectos sociais, cabe destacar o papel da imprensa no sentido de in/desin/formar opiniões sobre o momento pandêmico mundial e até mesmo ressaltar questões pertinentes ao contexto. Esse não é o objeto desse estudo, mas não poderíamos deixar de trazer essa reflexão. A exemplo da ênfase dada pelos veículos de comunicação, após notícia do primeiro caso de Coronavírus no Brasil, ocorrido no estado de São Paulo, uma equipe de cinco mulheres cientistas, lideradas por uma pesquisadora diretora do Instituto de Medicina Tropical (IMT) da Universidade de São Paulo (USP) e por uma pós-doutoranda na Faculdade de Medicina da USP, bolsista da agência de fomento Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), sequenciou o genoma completo do vírus, realizando em 48h um processo que costuma demorar 15 dias em outros países. Fato inédito de repercussão nos meios científicos. O sequenciamento é um processo de extrema importância para conhecer melhor o vírus e seu material genético, permitindo uma maior agilidade na formulação de medicamentos e vacinas.

A notícia ganhou grande repercussão nacional e internacional, além de ser vista com grande surpresa pela sociedade por ter o destaque feminino na ciência de ponta. Isso demonstra que mesmo com tantas transformações na sociedade brasileira e a promoção de ações voltadas para o empoderamento das mulheres, estas encontram diversas dificuldades para serem inseridas em espaço ainda considerado como masculino. Esse aspecto é objeto da análise proposta para esse estudo.

Tendo por objetivo identificar o lugar da mulher nos espaços de pesquisa, ressaltando a sua trajetória permeada pelas conquistas obtidas e os desafios enfrentados, foi realizada uma revisão de literatura de artigos publicados em periódicos da área, em estudo sobre a temática, depositados em repositórios e sites científicos de IES nacionais e internacionais, assim como nas bases de dados do CNPQ e da CAPES, utilizando informações da Organização Mundial de Saúde e da plataforma Open Box da Ciência, publicadas entre os anos de 2002 a 2020. A obtenção dos dados teve como critério de inclusão aqueles que contemplassem o fenômeno da pandemia, a visão social do feminino e a importância da mulher pesquisadora. O texto encontra-se estruturado a partir da seguinte disposição: inicialmente apresentamos a reflexão sobre a “pandemia” na/da sociedade brasileira: breves reflexões; dando continuidade abordaremos, as mulheres no espaço da pesquisa: reflexões contextualizadas e finalizamos analisando as Mulheres na pandemia: atuando com eficiência, já pautando as considerações finais.

A “pandemia” na/da sociedade brasileira: breves reflexões

A COVID-19 provocou e continua provocando diversas mudanças em todos os setores da sociedade. A Organização Mundial da Saúde (OMS) orientou que todos os países afetados adotassem o isolamento social como forma de diminuir os índices de contágio da doença, para evitar o colapso dos sistemas de saúde. No Brasil, as pessoas resistem ao distanciamento social, acarretando o aumento do número de contaminados e mortos no país, segundo as organizações de saúde.

Os centros de pesquisa encontram-se funcionando com maior agilidade para encontrar formas de minimizar os impactos na saúde da população. Mesmo com toda redução do financiamento por parte do Governo Federal, pesquisadores e pesquisadoras esforçam-se na busca de apoio e parcerias externas de âmbito nacional e internacional para pautarem os estudos sobre os medicamentos e vacinas que permitam a contenção do avanço da pandemia.

Os espaços de pesquisa tornaram-se foco de reportagens e notícias desde o início do avanço da COVID-19 pelos veículos de comunicação. Observa-se que, mesmo executando a mesma função do homem, a mulher pesquisadora não tem o mesmo destaque nos noticiários e na maior parte do tempo, seus nomes não são evidenciados nas pesquisas que vêm a público. Esse fato nos instiga à reflexão, até porque não foi dada a referência na continuidade das informações pertinentes à atuação das mulheres nesse âmbito, como inicialmente foi mensurado.

Diante do momento vivenciado e que se encontra aqui elencado, outros problemas sociais que surgem, bem como muitas outras desigualdades que nos assolam, não são novidades trazidas pela pandemia da COVID-19” (VIEIRA *et al.*, 2020, p. 04). Ainda de acordo com Vieira *et al.* (2020), vivemos uma exacerbação de problemas enraizados na sociedade, que são ressaltados por conta de modelos ultrapassados e misóginos presentes na humanidade, e que ficam mais evidentes num contexto de pandemia.

O conceito de pandemia descrito nos dicionários, como o que Ferreira (1999) traz, trata-se de doença contagiosa que se dissemina por todos os continentes. Apoderando-se desse significado, os papéis sociais atribuídos ao homem e à mulher foram construídos a partir de uma sociedade extremamente machista, visão que pode ser intitulada como pandêmica, pois está presente em todos os continentes, ideia corroborada por Mlambo-Ngcuka (2020) em seu artigo sobre a pandemia das sombras.

O machismo não está presente somente quando há violência física ou psicológica, ele reverbera por todos os aspectos da sociedade, pois trata-se de uma questão cultural. As construções sociais em torno da masculinidade e da feminilidade influenciam as identidades e as representações sociais acerca dos grupos e dos fenômenos, determinando também as opções e comportamentos das pessoas, das organizações e instituições (MONTEIRO *et al.*, 2015). Ainda de acordo com o autor, os obstáculos enfrentados por indivíduos do sexo feminino surgem a partir de representações sociais criadas pela própria sociedade, quando, por exemplo, se comparam homens e mulheres no seu contexto familiar e de trabalho, analisando-se assim atributos e características pessoais, competências, interesses e motivações de ambos. Segundo Silva *et al* (2018, p.5):

Assim como são inúmeros os conceitos de família, existem também vários tipos, de acordo com cada contexto em que se inserem, sendo mais conveniente hoje se falar em famílias no plural e não no singular. Isso nos leva a compreender que não existe um único conceito que atenda à complexidade da definição de família na atualidade (SILVA *et al*, 2018, p.5).

Seguindo esta lógica de raciocínio, verifica-se que tradicionalmente se atribuem ao homem papéis e responsabilidades relacionados à competitividade, força e orientação para os resultados,

enquanto às mulheres são atribuídos papéis associados a características emocionais, relacionais, ternura, passividade, estéticas (FERREIRA *et al.*, 2008). Essas características associadas às mulheres interferem nas escolhas de sua formação e acabam tendo mais obstáculos para seguir a carreira científica, ficando a ciência associada ao “papel” masculino, de acordo com as construções sociais.

Essas determinações sociais também são impostas utilizando-se a ideia de que as mulheres devem seguir as instruções do patriarcado em nome de divindades, fazendo uso da religião para atingir interesses pessoais de pequenos grupos (GEBARA, 2020). Em tempos de COVID-19, onde as incertezas e o medo sobre o futuro levam as pessoas a recorrerem às suas crenças para buscar seu fortalecimento, os discursos que aumentam a desigualdade de gênero em nome de uma religião tornam-se mais frequentes, favorecendo ainda mais a exclusão de mulheres em diversos setores e espaços da sociedade.

Levando-se em conta o atual contexto, observa-se que as mulheres são maioria em algumas das categorias profissionais economicamente mais vulneráveis aos efeitos da pandemia, como faxineiras, técnicas de enfermagem e enfermeiras, por exemplo, funções enquadradas nas áreas tidas como mais atribuídas ao grupo, observando a estereotipia de gênero.

Além disso, como as pessoas estão passando mais tempo dentro de suas casas por conta da COVID-19, as mulheres estão gastando mais tempo em relação aos homens nos afazeres domésticos, equilibrando simultaneamente com as atividades profissionais no chamado *home office*. O papel de mãe é um dos que mais as mulheres depositam as energias, inclusive as mães acadêmicas. Estando ou não em processo de pandemia, esse processo se repete, e “embora os pais acadêmicos não sejam imunes aos impactos do parto, tradicionalmente são as mulheres que carregam a carga mais pesada” (STANISCUASK, 2020, p. 724).

Se por um lado, a posição social desprivilegiada das mulheres na sociedade brasileira gerou vários percalços, por outro lado, impulsionou sua incorporação a um lugar ao qual estavam excluídas ou em que era rara a sua presença, refletindo as transformações do sistema de gênero, que, não sem ambiguidade, redefiniu os papéis sociais femininos (GUEDES, 2015).

De acordo com Tavares (2016), a luta das mulheres pela igualdade de direitos e contra o sexismo, que entende o homem como superior à mulher em diversos aspectos, aos poucos vem mudando esse contexto. Muitas conquistas vêm sendo alcançadas ao longo dos anos, produzindo reflexos em vários espaços, inclusive na área das Ciências.

As mulheres no espaço da pesquisa: reflexões contextualizadas

Pesquisar sobre a produção científica feminina é de suma importância para promover o “debate historiográfico sobre as relações entre sistema de gênero e institucionalização das ciências no Brasil” (FERREIRA *et al.*, 2008, p. 44). É preciso reconhecer a presença feminina na institucionalização das ciências no Brasil, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Os movimentos de luta feminista nas décadas de 60 e 70 também favoreceram a entrada das mulheres nas áreas de pesquisas e ensino superior, mesmo que de forma não tão expressiva em comparação ao número de pesquisadores do sexo masculino.

No ano de 2020, até o mês de março, observou-se através de dados da CAPES que houve o crescimento da presença feminina na ciência e na pós-graduação brasileiras. Com relação à quantidade de bolsistas, elas representam 57% do total. Verificando o número total de matrículas nos cursos *stricto sensu*, dos 364 mil alunos de mestrado e doutorado, 195 mil são mulheres.

Dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) reforçam a tendência desse crescimento que vem sendo registrado ao longo das últimas décadas, e desde 2008, o número de cientistas do gênero feminino é praticamente o mesmo do gênero masculino. Informações trazidas no censo de 2016 do CNPq mostravam que do total do número de pesquisadores cadastrados em sua base de dados, metade são mulheres. De acordo com a CAPES, de 2019 para início de 2020, a plataforma já conta com o número superior de mulheres pesquisadoras no seu banco de dados.

Mesmo tendo a mesma participação nas ciências, como indicam as pesquisas, as posições de liderança nos grupos de pesquisas ainda são ocupadas por pesquisadores do sexo masculino (GROSSI et al., 2016). Ainda analisando os dados do CNPq relativos ao início do ano de 2020, observa-se que em relação aos destaques na área, dos 15.161 pesquisadores brasileiros que recebem a bolsa de produtividade em pesquisa, 5.388 são mulheres, ou seja, 35,5% do total. Existem áreas, como engenharias e ciências agrárias, em que não há nenhuma mulher como pesquisadora sênior.

A plataforma Open Box da Ciência, lançada em fevereiro de 2020, traz dados inéditos sobre as mulheres cientistas no Brasil. De acordo com um levantamento realizado, o Brasil tem ao menos 77,8 mil pesquisadores nas cinco maiores áreas de conhecimento que declararam ter doutorado na Plataforma Lattes, sendo que, entre eles, 46.501 ou 59,69% são homens e 31.394 ou 40,3% são mulheres.

Levando em conta que a atividade científica trata-se de uma profissão similar às demais, pressupõe-se que as diferenças entre as carreiras científicas de homens e mulheres, corroboradas por estudos que investigam como as relações de gênero influenciam a posição social das mulheres nas ciências, sejam similares àquelas que ocorrem nas demais profissões, e que tais diferenças resultem das representações sociais de gênero e o sistema de estratificação da ciência discutido anteriormente e corroborado por Grossi *et al.* (2016).

Os estereótipos sexuais que se encontram presentes na sociedade influenciam diretamente nessas disparidades existentes nas diversas áreas das ciências. As características femininas são tidas como um obstáculo para a perseguição da carreira científica, já que as qualidades necessárias para fazer ciência são tidas como masculinas, de acordo com as representações sociais (MONTEIRO *et al.*, 2015). Já Tabak (2002) relata sobre as barreiras culturais construídas que favorecem a exclusão das mulheres na Ciência. Para a supracitada autora, a imagem associada a um cientista é aquela masculina, e não há ou é muito pouco o incentivo para que as mulheres optem por formação nas áreas científica e tecnológica.

Durante a passagem pela educação básica, a mulher não é motivada a seguir uma carreira de cientista, além de todas as pressões que surgem por conta de papéis associados ao gênero, como casar, ter filhos, salários menores estando no mesmo cargo e tendo as mesmas funções do homem, entre outras questões que acabam desestimulando a sua entrada na pesquisa.

O CNPq desenvolve ações de estímulo à participação e à formação de meninas e mulheres para as carreiras de ciências exatas, engenharias e computação e, dessa forma, busca aumentar o número do feminino nos espaços antes nunca ocupados por elas. Junto à Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF), criou 12 novos projetos apoiados no âmbito da chamada *Meninas nas Ciências Exatas, Engenharias e Computação*, considerando que mulheres podem desempenhar papel fundamental nas áreas de Ciências e tecnologias e que sua participação deve ser incentivada.

Essas estratégias tentam promover uma mudança na cultura das ciências, tornando o conhecimento mais livre dos preconceitos de gênero, na tentativa de fomentar maior inserção feminina em todas as áreas do conhecimento, e não somente nas de Humanas e Sociais, onde seus nomes são mais encontrados.

Mulheres na pandemia: atuando com eficiência

Em tempos de crise, principalmente na saúde, a ciência passa a ser prioridade para pesquisar, produzir e aplicar conhecimentos que viabilizem tratamentos e produção de vacinas para prevenção de doenças. No Brasil, os centros de pesquisa tiveram, em 2019, inúmeros cortes de bolsas para estudos, além da diminuição dos investimentos em materiais e equipamentos que permitam a realização de estudos.

Mesmo diante dessa situação instável no campo de pesquisa, com o surgimento da pandemia, as comunidades científicas não medem esforços para criar alternativas e projetos que visem auxiliar a erradicação do COVID-19 e projetar políticas públicas que auxiliem na contenção da doença até que seja produzida uma vacina.

Assim como ocorreu em outros momentos semelhantes ao que estamos vivenciando, a sociedade é forçada a alterar o seu cotidiano, e levando-se em conta a questão atual, mulheres pesquisadoras também foram afetadas em diversos aspectos. Em tempos de pandemia, a maioria das mulheres encontra-se dentro de casa, espaço em que se dedicam integralmente à inúmeras tarefas do lar, gerando mais cansaço e desmotivação para se dedicar aos estudos e à pesquisa. Nas suas residências “em vez de escrever documentos, é provável que dediquem tempo às crianças que estudam em casa e às tarefas domésticas” (STANISCUASK, 2020, p. 724).

O distanciamento social afetou de forma significativa a presença das mulheres em publicações de artigos científicos. De acordo com Candido (2020), analisando a quantidade de publicações tendo mulheres como primeiras autoras, de 2016 até o início de 2020, foi de 37%, mas esse número sofreu uma queda para 13% neste trimestre de 2020. Além de ser o menor percentual histórico do período analisado, trata-se de menos da metade da média para os anos considerados.

Ainda diante dessa situação, as mulheres têm se destacado com veemência, mesmo com todos os obstáculos socioculturais, econômicos e de formação citados anteriormente. Analisando os periódicos da Science na área de saúde, publicados em 2020, encontram-se diversos estudos realizados por mulheres no mundo a fim de contribuir na compreensão da atividade viral e formas de tratamento e prevenção da doença. No Brasil não está sendo diferente e as contribuições femininas aparecem em meio ao momento de turbulência vivenciado por todos.

O Instituto Adolfo Lutz publicou a sequência completa do genoma viral (SARS-CoV-2) e a pesquisa foi desenvolvida por um grupo de mulheres lideradas por Ester Sabino, diretora do Instituto de Medicina Tropical da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (IMT/FM/USP). Não é a primeira vez que Ester Sabino tem seu nome ligado às pesquisas sobre pandemia. Em seu currículo consta participação no sequenciamento de cepas de HIV, vírus causador da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (AIDS), na década de 1990.

Outros centros de pesquisa no Brasil, como o Laboratório Nacional de Biociências do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (LNBio-CNPem), coordenado por Daniela Barretto Barbosa Trivella, as pesquisadoras estudam o reposicionamento de fármacos e medicamentos já fabricados que possam ser aplicados aos pacientes portadores de COVID-19.

O Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de Brasília (UnB) também está atuando na investigação da memória imunológica dos pacientes após contraírem o coronavírus, sendo uma das pesquisadoras, a cientista Anamelia Bocca. A pesquisa conta com o apoio da Rede Vírus do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

Na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), principal instituição não-universitária de formação, mulheres produziram o Caderno de Saúde Pública sobre o COVID-19, no intuito de colaborar com ações e estratégias científicas de combate ao coronavírus,

As mulheres estão presentes na maioria das pesquisas das ciências, da vida e da saúde, como informa o relatório publicado em fevereiro pela 'Elsevier 2020 - A Jornada do Pesquisador através das Lentes do Gênero'. Mas, apesar desse crescimento, mesmo nas áreas em que elas se encontram em maior quantidade, os destaques evidenciados ainda são predominantemente os masculinos.

É preciso abrir um debate acadêmico sobre eventuais procedimentos que incentivem a submissão de manuscritos de autoria de mulheres de modo geral e durante a pandemia especificamente. Sabemos que tal contexto reflete problemas sociais muito mais sérios e antigos. Isso não deve servir, contudo, como justificativa para aceitação automática das desigualdades de gênero constatadas. Se a ciência é uma das nossas maiores aliadas na eventual saída ou mitigação desta crise, cabe questionar continuamente os mecanismos que afastam as mulheres dos canais de intervenção e deliberação públicos (CANDIDA, 2020, p. 1).

Ainda de acordo com Candida (2020), dados de sistema de avaliação que são divulgados em estudos científicos deveriam levar em conta o contexto inserido e as desigualdades observadas no meio acadêmico, para que retratem de forma mais próxima da realidade as situações e dificuldades existentes enfrentadas pelas cientistas para serem inseridas em projetos e atuar na profissão.

Os debates e discussões, como também pesquisas sobre a presença da mulher no espaço científico, tornam-se de suma importância para incentivarem meninas a fazerem ciência, e diante de uma situação de pandemia, estimular ainda mais a conquista desse espaço visto ainda como predominantemente masculino e excludente.

Considerações finais

Durante esse momento de pandemia, as mulheres aparecem nas listas de pesquisadores que estão em busca de mecanismos que desacelerem a linha de projeção crescente de contaminados pelo Coronavírus. Os dados nacionais a respeito da participação feminina em publicações científicas trazem uma projeção animadora sobre o crescimento dos números de mulheres pesquisadoras.

Mesmo com dados animadores, observa-se ainda que existem inúmeros desafios a serem superados, principalmente no que diz respeito ao acesso a títulos e ascensão da carreira, pois observa-se que não há ainda uma equidade de gênero na área científica, e as mulheres não colocam grandes expectativas em seguir a carreira. Existe uma invisibilidade nos trabalhos científicos realizados por mulheres, fruto de uma cultura que desfavorece o gênero, cria obstáculos para a sua formação e inviabiliza criar perspectivas de crescimento no setor.

Os papéis sociais da mulher, como ser mãe, esposa, dona de casa, acabam dificultando a presença desses sujeitos no espaço acadêmico. Em tempos de pandemia, isso fica mais evidente, e por conta do distanciamento social, mulheres ficam sobrecarregadas e se afastam da pesquisa de forma compulsória. Essa afirmação é justificada diante dos números encontrados em dados científicos atuais sobre a queda nas publicações de autoria das mulheres, acirrando ainda mais essa disparidade de gênero.

A pandemia do Coronavírus não pode se tornar mais uma explicação para justificar as diferenças sociais entre homens e mulheres, nem servir como marco para diminuir a presença do feminino do espaço de pesquisa, após tantas lutas. É necessário intervir nas mais variadas formas de implementação de políticas públicas para evitar maior discrepância no espaço da pesquisa, como também reconhecer as contribuições dadas pelas pesquisadoras, naturalizando um processo ainda visto como um tabu pela sociedade que traz traços machistas.

Divulgar trabalhos e reconhecer a importância da presença da mulher nos diversos espaços torna-se um incentivo para evitar aumento dessa desigualdade de gênero e fomentar a entrada dessas jovens em áreas acadêmicas estratégicas, como exemplo a saúde. Durante muito tempo não era permitida a sua presença. Esse fomento deveria acontecer ainda durante a educação básica, período em que as descobertas são evidenciadas, e as escolhas estão sendo construídas, para que as meninas consigam visualizar a mulher como um ser capaz de realizar inúmeras tarefas, inclusive pesquisar.

Além de divulgação de trabalhos, é necessária a promoção de políticas públicas que incentivem ações de inclusão das mulheres nas áreas das Ciências e Tecnologias. Como também, é preciso identificar e combater o preconceito contra mulheres, trazido nas construções sociais influenciadas pela sociedade, algo que não é exclusividade do Brasil. Deixamos a reflexão que o machismo é uma visão pandêmica que carrega consigo efeitos devastadores, aumentando a desigualdade de gênero que dificulta a visibilidade das habilidades de mulheres nos espaços da pesquisa. Sendo assim, essa análise não se esgota nesse contexto e sim dá início a um processo de discussão.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **Informações sobre o COVID-19**. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/>. Acesso em: 08 de abril de 2020.

CANDIDO, M.; CAMPOS, L. **Pandemia reduz submissões de artigos acadêmicos assinados por mulheres**, Blog DADOS, 2020. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/pandemia-reduz-submissoes-de-mulheres/>. Acesso em 18 de maio de 2020.

CNPQ. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Séries Históricas por Pesquisadores por sexo**. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/pesquisadores-por-sexo>. Acesso em: 08 de abril de 2020.

DAVIS, M, et al. **Coronavírus e a luta de classes**. Terra sem Amos: Brasil, 2020.

DINIZ, D.; Foltran, P. Gênero e feminismo no Brasil: uma análise da Revista Estudos Feministas. **Revista Estudos Feministas**, vol. 12, no especial, Florianópolis, 2004, p.245-253.

GEBARA, I. **Religião e a pandemia Covid-19**. Instituto Humanas Unisinos, 23 jun. 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/600224-religiao-e-a-pandemia-covid-19-artigo-de-ivone-gebara>. Acesso em: 17 de novembro de 2020.

GENDER IN THE GLOBAL RESEARCH LANDSCAPE. 2020. Disponível em: https://www.elsevier.com/__data/assets/pdf_file/0008/265661/ElsevierGenderReport_final_for-web.pdf. Acesso em: 20 de abril de 2020.

GROSSI, M. et al. As mulheres praticando ciência no Brasil. *Rev. Estud. Fem* (24), Florianópolis-SC, 2016.

GUEDES, M.; AZEVEDO, N.; FERREIRA, L. A produtividade científica tem sexo? Um estudo sobre bolsistas de produtividade do CNPq. **Cadernos Pagu**, n. 45, p. 367–399, 2015.

FERREIRA, A. **Novo Aurélio século XXI: dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, L.; AZEVEDO, N.; GUEDES, M.; CORTÊS, B. Institucionalização das ciências, sistema de gênero e produção científica no Brasil (1939-1969). **Hist. ciênc. Saúde**, (15), p. 43-71, 2008.

FUNDAÇÃO OSVALDO CRUZ. **COVID-19**: informações para pesquisadores. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/coronavirus/informacao-em-saude>. Acesso em: 05 de maio de 2020.

MONTEIRO, R.; SILVEIRO, C.; DANIEL, F. Representações sociais do empreendedorismo no feminino e no masculino: investigação com estudantes. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v.20, n.1, p.107-116, jan./mar. 2015.

MLAMBO-NGCUKA, P. *Violência contra mulheres e meninas é pandemia das sombras*. Nações Unidas Brasil. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/artigo-violencia-contra-mulheres-e-meninas-e-pandemia-das-sombras/>. Acesso em: 20 de abril de 2020.

RODRIGUES, J.; GUIMARÃES, M. A Fundação Oswaldo Cruz e a ciência no feminino: a participação feminina na prática e na gestão da pesquisa em uma instituição de ensino e pesquisa. **Cadernos Pagu**, n. 46, p.197-222, 2016.

SILVA, S.C.C.G.; AMORIM, I.B.; CASTRO, S.B.D. Desafios da família na atualidade: perspectivas sobre a educação e religião. **Religare**, v.15, n.1, p.26-47, 2018.

STANISCUASK, F. et.al. Impacto do COVID-19 nas mães acadêmicas. **Science**, 15 de maio de 2020: vol. 368, Edição 6492, p. 724.

TABAK, F. Estudos substantivos sobre mulher e ciências no Brasil. In: COSTA, A. A. A.; SARDENBERG, C. M. B. (Org.). *Feminismo, ciência e tecnologia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2002. p. 39-49.

VIEIRA, P. R.; GARCIA, L. P.; MACIEL, E. L. N. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? **Rev. Bras. Epidemiologia**. São Paulo, 2020; p.01-05.

50+ MULHERES PROTAGONISTAS. Disponível em: <http://www.openciencia.com.br/>. Acesso em: 02 de maio de 2020

Recebido em 23/07/2020

Aceito em 05/12/2020

Received 07/23/2020

Approved 12/05/2020



<http://doi.org/10.7213/2318-8065.05.02.p123-137>

Fundamentalismo religioso e político na pandemia: “é isso mesmo”, “e daí?”

Religious and political fundamentalism in the pandemic: “that is it”, “so what?”

Catiane Souza*
Priscila Chéquer**

Resumo

O principal objetivo deste artigo é discutir sobre o fundamentalismo religioso enquanto emblema de posições políticas durante o período da pandemia no contexto brasileiro. Nesse intuito, inicialmente apresentamos a compreensão do fundamentalismo religioso, comentando os efeitos de sentidos que circulam em plataformas midiáticas do Brasil. Na sequência, analisamos um pronunciamento do Presidente Jair Bolsonaro. Para isso, nos apropriamos da noção de Formações Imaginárias, conceito teórico/analítico da Análise do Discurso da escola francesa. No terceiro item do artigo, ressaltamos os mecanismos que significam a ciência e a mídia como inimigas, sobretudo, em plena pandemia da COVID-19. No último item de discussão, refletimos sobre a circulação midiática de *fake news* que sustentam valores do fundamentalismo político-religioso. A aceleração da capacidade de circulação midiática, no cenário político de negacionismo científico, desvalorização da imprensa e imposição dos valores ultra tradicionais, destaca novos aspectos dos discursos fundamentalistas que contribuem para a ascensão e manutenção de um governo com tendência ao autoritarismo. Por fim, destacamos as reverberações sobre mídia e ciência identificadas nesse breve estudo como alvo de maior descrédito entre parcelas dos evangélicos e dos católicos.

Palavras-chave: Fundamentalismo. Religião. Mídia. Política. Pandemia.

* Professora do Departamento de Linguagens do Instituto Federal da Bahia - Campus Salvador. Graduada em Letras pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2004); Especialista em Língua Portuguesa (UESB), Especialista em Metodologia do Ensino Superior (FACE); Mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (2012). Doutora pelo Programa Multidisciplinar em Cultura e Sociedade na Universidade Federal da Bahia (2017). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6814-1307>. Contato: catirochapassos@gmail.com.

** Professora Assistente do curso de Comunicação Social (Rádio, TV e Internet) na UESC. Doutoranda em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA), Mestre em Cultura e Sociedade (UFBA). Pesquisadora do CEPAD/UFBA e do GOCC/UESC. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1099-0138>. Contato: priscilachequer@gmail.com.



Abstract

The main objective of this article is to discuss religious fundamentalism as an emblem of political positions during the pandemic period in the Brazilian context. In this regard, we initially presented the understanding of religious fundamentalism, commenting on the effects of meanings that circulate in Brazilian media platforms. Following this, we analyzed a statement by President Jair Bolsonaro. For this, we appropriated the notion of imaginary formations, a theoretical/analytical concept of the French School's Discourse Analysis. In the third item of the article, we highlight the mechanisms that turn science and the media as enemies, above all, in the middle of the Covid-19 pandemic. In the last item of discussion, we reflected on the media circulation of fake news that support values of political-religious fundamentalism. The acceleration of the capacity of media circulation, in the political scenario of scientific denialism, devaluation of the press and imposition of ultra traditional values, highlights new aspects of fundamentalist discourses that contribute to the rise and maintenance of a government with a tendency towards authoritarianism. Finally, we highlight the reverberations on media and science identified in this brief study as the target of greater discredit among parcels of Evangelicals and Catholics.

Keywords: *Fundamentalism. Religion. Media. Policy. Pandemic.*

Fundamentalismo: inversão religiosa e a naturalização do ódio

O Cristianismo brasileiro nos últimos anos tem demonstrado um expressivo crescimento de práticas e discursos de apoio e valorização do ultra tradicionalismo que refletem um pensamento fundamentalista, sobretudo, tensionando a dicotomia razão/fé.

Resquícios do Cristianismo medieval vêm à tona em meio às grandes crises ao longo da história. Práticas tradicionais como a mercantilização da fé, quer dizer, a objetivação da crença para fins lucrativos, nunca foram abolidas, embora recentemente haja uma pressão da sociedade para que se camuflem em novos modelos de comercialização, como a proliferação do comércio de produtos e serviços religiosos autorizados pela consciência social moralizada.

Sem nenhuma demonstração do interesse de camuflagem, durante a pandemia do COVID-19 no Brasil, um vídeo circulou nas redes digitais no qual o pastor Valdemiro Santiago (líder da Igreja Mundial do Poder de Deus), anuncia o comércio de sementes milagrosas de feijões pelo valor de R\$ 1.000,00 (mil reais). O Ministério Público Federal de São Paulo denunciou o religioso por possível crime de estelionato.

Quando se trata de representante do neopentecostalismo midiático parece que é de se esperar manifestações do tipo medievais. Entretanto, quando esse tipo de manifestação parte de igrejas de correntes do protestantismo clássico como batistas e presbiterianas se faz necessário observar a emergência dessas manifestações. Foi o caso do Manifesto da entidade Coalização pelo Evangelho, intitulado "Pela Pacificação da Nação em Meio à Pandemia"¹, publicado em 04 de maio de 2020, onde aparece: "A mídia claramente não goza da credibilidade que outrora desfrutava. Testemunhamos nesses dias, até mesmo, a triste politização e endeusamento da ciência." O manifesto, assinado por líderes de seminários teológicos, de igrejas batistas e presbiterianas circulou por diversas plataformas midiáticas que destacaram os dois grandes alvos da crítica da entidade: suposta queda da credibilidade da mídia e a "politização e endeusamento da ciência."

Vale destacar o contexto em que surgem essas manifestações: o cenário pandêmico da Covid-19 quando o isolamento social é propagado como mecanismo de prevenção sendo o gerador de diversas situações conflituosas, sobretudo, para as igrejas que praticamente sobrevivem da aglomeração de fiéis. Nesse contexto temos as notícias de diversas resistências ao isolamento: na Coreia do Sul onde o Pr. Lee Man-hee (líder da Igreja Shincheonji) manteve a realização dos cultos com milhares de pessoas sendo acusado por contaminar 73% dos casos no país²; no Brasil, o pastor Silas Malafaia publicou em 23 de março de 2020 no Youtube o vídeo intitulado "Coronavírus! Querem fechar as igrejas que sou pastor? Recorram à justiça!". Dois dias após o vídeo polêmico do pastor, o Presidente da República Jair Bolsonaro publicou o Decreto 10.292, de 25 de março de 2020, incluindo atividades religiosas de qualquer natureza como atividades essenciais para pleno funcionamento no período da pandemia.

O Decreto serviu apenas para reafirmar a imagem do Presidente perante a Frente Parlamentar Evangélica e grande parte de seus apoiadores, sobretudo religiosos, pois governadores e prefeitos ganharam a prerrogativa sobre o funcionamento dos serviços nos territórios de suas responsabilidades,

¹ PELA Pacificação da Nação em Meio à Pandemia. *Coalizão pelo evangelho*, 2020. Disponível em: <https://coalizaopeloevangelho.org/article/pela-pacificacao-da-nacao-em-meio-a-pandemia/>. Acesso em: 10, nov. 2020.

² SEITA responde por 73% de casos de Coronavírus da Coreia do Sul. *Veja*, 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/seita-responde-por-73-de-casos-de-coronavirus-da-coreia-do-sul/>. Acesso em: 10, nov. 2020.

a partir de ação do Supremo Tribunal Federal (STF) deliberada em 15/04/2020. O lobby político evidenciado pelo Decreto 10.292 condiz com todas as atitudes e declarações de Jair Bolsonaro desde o início da crise sanitária no país: contrário ao isolamento social, contrário às medidas de prevenção aplicadas nos estados e municípios que seguiram orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS).

A crise sanitária no Brasil acentuou a ascensão do pensamento fundamentalista que vem ganhando visibilidade desde às manifestações de rua em 2013 em oposição ao governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Desde então, um somatório de discursos moralistas, sobretudo fundamentados por expressões religiosas ultraconservadoras, fortaleceram a emergência de um governo com tendências antidemocráticas, que faz oposição à mídia e à ciência, anunciadas como inimigas do governo e da nação.

Nos últimos dias, mais do que antes, a mídia tem sido alvo de ataques, tanto emissoras como profissionais da comunicação são ameaçados e boicotados, inclusive pelos seguidores e apoiadores do governo que se sentem autorizados a perseguir e agredir os representantes da imprensa. Além dos ataques diretos a empresas e pessoas, a proliferação de *fake news* gera um clima de queda da credibilidade em relação às mídias. Campanhas contra a disseminação de notícias falsas estão sendo propagadas, sobretudo, incentivadas pelo Supremo Tribunal Federal que investiga uma suposta organização do próprio governo, apelidada de “Gabinete do ódio”, responsável por criar e propagar ataques a adversários, inclusive a ministros do STF.

Além dos ataques aos opositores do governo, um dos assuntos mais disseminados pela onda de desinformação midiática são de receitas milagrosas e de deslegitimação das orientações da OMS, gerando incertezas e descaso em relação às medidas preventivas necessárias ao combate do vírus. Medicamentos sem nenhuma eficácia comprovada cientificamente são anunciados como efetivos no tratamento da COVID-19, algumas pessoas chegam a acreditar que a falta de comprovação científica desses tratamentos é uma espécie de boicote ao governo. Assim, consolida-se o discurso de “politização da ciência”, principalmente, entre os fundamentalistas apoiadores do Presidente. Ora a ciência aparece como partidária, ora como “endeusada”, nesse último, propaga-se um tipo de desafio de fé. Como se o vírus afetasse apenas os duvidosos, ou infiéis. E como se o vírus fosse um sinal da falta de fé verdadeira, um castigo divino, conclamando os “verdadeiros” cristãos para um retorno ao sagrado. E assim, a velha dicotomia fé versus ciência reacende práticas e discursos ultra tradicionais em pleno século XXI.

Todos esses discursos e práticas aludidos até aqui nos levam à percepção de que são fundamentalistas, pois, buscam impor seus interesses pela força física e/ou simbólica subjugando o resto da sociedade a valores, sobretudo, religiosos. Além disso, há uma tendência a homogeneizar as demais expressões culturais e sociais a partir de um determinado sistema de valores religiosos. Nessa conjuntura, no Brasil, o pensamento fundamentalista ganhou força pela ocupação de cargos eletivos e públicos por representantes dessa linha de pensamento, cujos discursos ultra tradicionais defendem o desejo de transformar o país numa espécie de Estado teocrático. Nesse aspecto, trata-se de fundamentalismo político-religioso. Neste artigo, nos embasamos no conceito de fundamentalismo religioso apresentado por Carranza:

Embora mais adiante deva ser objeto de análise, basta por hora registrar que o *fundamentalismo religioso* é uma forma unívoca de ver e sentir o mundo a partir de determinada maneira de entender a experiência do sagrado, da teologia, da religião. O olhar fundamentalista divide o mundo em dois: sagrado-profano, bem-mal, certo-errado, levando a excluir física e/ou simbolicamente a todo aquele que ameaça essa compreensão ou não pense e sinta dessa maneira. É o dualismo que impregna a concepção da vida do indivíduo, do grupo e do movimento fundamentalista, não aceitando meio-termo ou outras formas de moral e tradição. (CARRANZA, 2008, p. 150)

Por não aceitar o meio-termo ou outras formas de moral e tradição, o pensamento fundamentalista desconfigura toda e qualquer noção de laicidade e de respeito a outras religiões. No Brasil, o fundamentalismo cristão se revela, nos últimos anos, em ataques e ofensas às religiões de matrizes africanas, ataques aos ativistas de direitos civis, inclusive incentivando violência, discriminação e até conflitos armados. Podemos dizer que o fundamentalismo se faz presente em praticamente todas as expressões religiosas, entretanto, não é um fenômeno religioso em si, mas sim gestado pelo ódio instaurado talvez pela repressão e recalque embutidos pelo fiel. No entanto, o mais perigoso disso tudo é a naturalização do ódio, quando a aceitação do pensamento fundamentalista assombra.

A indiferença moral diante da violência é compreendida como um grave problema ao longo da história. Em “Modernidade e Holocausto”, Bauman (1998) cita três condições da indiferença moral: (1) a violência passa a ser autorizada por instituições e pelo próprio Estado; (2) a desumanização das vítimas da violência por questões ideológicas; (3) o disciplinamento que suprime a própria identidade (auto sacrifício). Nessa obra, o sociólogo faz uma reflexão do modo como a apropriação da indiferença moral pelo regime nazista se operou com a utilização de um formidável aparato da indústria, transporte, ciência, burocracia e tecnologia. Nesse sentido, a indiferença moral alimentada pelo fundamentalismo político-religioso opera como a gestação do “ovo da serpente”³ na sociedade brasileira.

Messias na pandemia: “E daí?”

O projeto de retirada da esquerda dos centros de poder do país encontrou um forte aporte nos projetos políticos das instituições evangélicas, sobretudo da IURD e das Assembleias de Deus. Esses projetos operam de modo a utilizar pautas conservadoras da moral evangélica para a projeção de candidatos, inclusive de candidatos com histórico e discursos que fogem a esta moral.

Especificamente, no caso da eleição de Jair Bolsonaro para o cargo de Presidente da República, dois episódios bastante simbólicos eclodiram a efervescência do apoio dos cristãos conservadores: o primeiro foi o batismo em 2016 do então deputado federal Jair Bolsonaro (PSC) no Rio Jordão (Israel) pelo Pr. Everaldo da Assembleia de Deus (Líder do PSC e candidato à Presidência da República em 2014). Embora o deputado continuasse a afirmar-se católico, a ocorrência do batismo foi vista com bons olhos e até comemorada por pastores e fiéis evangélicos. No entanto, observa-se que esse rito não trata de uma conversão denominacional, mas se configura dentro da conceituação da Teologia da Moralidade, para assegurar o voto dos fiéis buscando convencê-los através da máxima: “irmão vota em irmão”⁴:

Enfim, a noção de Teologia da Moralidade não diz respeito ao asceticismo imposto aos frequentadores dos templos, mas ao tipo de fundamentalismo moral que se postula, sobretudo, nas mídias digitais como o ideal de vida para toda a sociedade e pelo qual se deve lutar. Essa teologia foi se constituindo com maior expressividade a partir dos anos 2000 com o acirramento da midiaticização na sociedade e na religião. À luz dessa teologia, textos bíblicos são interpretados e projetos são executados, por exemplo, todo o processo de inserção pentecostal no campo político brasileiro se embasa nessa fundamentação moral. É um tipo de teologia que apresenta alguns elementos característicos na formação discursiva pentecostal: ênfase na crise moral

3 Metáfora de um filme de Ingmar Bergman que representa o lento envenenamento da sociedade pelo nazismo na Alemanha dos anos 1920.

4 “Irmão vota em irmão” é um livro do assembleiano Josué Silvestre (Brasília: Pergaminho, 1986) citado no “Manual de orientação política para ministros” das ADs criado pelo Conselho Político da CGADB em 2001.

contemporânea, preocupação maior com a moralização da sociedade do que com o evangelismo e apagamento da mensagem escatológica diante das “imoralidades”. Seria uma contradição pregar a crise moral como sinal bíblico da volta iminente do Messias, enquanto os políticos se promovem como “eleitos de Deus” para transformar da sociedade. (SOUZA, 2017, p. 149).

Assim, o batismo como um rito preenche da Teologia da Moralidade assegurou legitimação ao pré-candidato. Esse rito garantiu os votos da maioria dos fiéis, tanto das Assembleias de Deus quanto de inúmeras denominações originárias da mesma fonte teológica pentecostal.

O segundo episódio bastante simbólico para os cristãos conservadores, não só evangélicos, mas também cristãos católicos, foi a fachada e, conseqüentemente, o processo de recuperação do então candidato à presidência em plena campanha. Tal episódio foi, muitas vezes, interpretado como martírio, fruto da perseguição sofrida pelos verdadeiros escolhidos de Deus. A perseguição religiosa é compreendida como evidência do verdadeiro Cristianismo. A memória da perseguição aos primeiros cristãos é recorrentemente acionada na interpretação de fatos atuais envolvendo evangélicos: “A teologia de um Deus Guerreiro e Belicoso sempre esteve presente na formação fundamentalista dos evangélicos brasileiros, compondo o seu imaginário e criando a necessidade da identificação de inimigos a serem combatidos” (CUNHA, 2017, p. 118). Atualmente, a perseguição, por diversas vezes, é argumento para justificar a politização religiosa. Os dois episódios bastante simbólicos fortaleceram a figura do candidato Jair Bolsonaro, associada ao messianismo do catolicismo popular e do pentecostalismo, cujos seguidores se aproximam na defesa de pautas moralistas conservadoras. Arelados aos aspectos da religiosidade cristã, não podemos deixar de destacar o culto à personalidade na cultura brasileira:

Não são as instituições, não é a autoridade que se respeita, seja qual for o indivíduo em que ela se instalou; mas os personagens que detêm o poder ou se agitam no cenário político, envolvendo-se numa auréola de prestígio (...); desconfiado e irreverente, enamorado do acontecimento e da sensação, o brasileiro manifesta, nessa atitude, um interesse quase espetacular pela força atuante dos tipos representativos e um constante esforço para despojar das fisionomias reais, humanas, a que às vezes tenta prender-se, a máscara fascinadora de predestinados (AZEVEDO, 2010, p. 251).

Nesse sentido, ter sobrenome de Messias praticamente surtiu o efeito de sentido de salvador na consciência religiosa conservadora, predestinado a livrar a nação da corrupção e da depravação sexual. Diante dessa conjuntura mística, os argumentos racionais para não eleger o Messias perderam audiência e eficácia, todas as evidências de incapacidade governamental, de aproximação com o fascismo e com a corrupção tornaram-se mudas e silenciadas⁵.

Um episódio mais recente em que o termo “Messias” volta à cena discursiva, trata-se da declaração do Presidente Jair Bolsonaro no dia 28 de abril de 2020 quando interrogado por jornalistas sobre o número de óbitos no Brasil por COVID-19 ter ultrapassado, naquela data, o número de mortes na China. A transcrição publicada em diversos jornais foi: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre”.

O termo “Messias”, nesse contexto, reativa à memória discursiva de todos os efeitos místicos criados na campanha eleitoral, mas nessas novas condições de produção foi utilizado para negar e enfatizar sua condição terrena. Ao mesmo tempo em que nega, atribui ao Divino a responsabilidade e culpa sobre as mortes, pois somente o sagrado pode operar milagres. Assim, se isenta da responsabilidade por quaisquer medidas de prevenção ou de remediação diante do quadro endêmico

5 Conforme o conceito de Orlandi (2007, p. 102): “(...) o silêncio não é ausência de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor, mas impedi-lo de sustentar outro discurso”.

do país, relegando o cenário à mercê de forças sobrenaturais. Nesse sentido, esses dizeres, em boa medida, naturalizam o grave problema e o associam aos discursos escatológicos bastante difundidos nas correntes conservadoras do Cristianismo. Acredita-se que é um problema sem solução pela sociedade, ora castigo divino, ora sinal apocalíptico.

A expressão “E daí?”, bastante popular, significa indiferença, referência à coisa que não tem importância. Na sua forma interrogativa é usada, em geral, como resposta grosseira para determinados comentários. Revela total descaso em relação ao assunto e reacende as discussões em torno de seu grande despreparo, tanto no campo técnico/científico quanto no campo ético, considerando o lugar que ocupa na hierarquia política do país.

Na sequência, a frase “Quer que eu faça o quê?”, direcionada a jornalistas que questionavam dados oficiais de óbitos, relaciona-se às condições de produção, nas quais os interlocutores, ao denuncia-las, fazem-se porta-vozes dos interesses do grupo ao qual se encontram filiados ideologicamente. O sentido do seu dizer é dependente da sua inscrição ideológica, do lugar histórico-social de onde enuncia. Esses lugares, ocupados pelos sujeitos na estrutura social, são representados nos processos discursivos por uma série de formações imaginárias, apresentadas por Pêcheux (1997) a partir do quadro que reproduzimos abaixo:

Quadro 1 – Formações Imaginárias

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
IA(A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
IA(B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
IB(B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	“Quem sou eu para que ele me fale assim?”
IB(A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	“Quem é ele para que me fale assim?”
IA(R)	“Ponto de vista” de A sobre R	“De que lhe falo assim?”
IB(R)	“Ponto de vista” de B sobre R	“De que ele me fala assim?”

Fonte: PÊCHEUX (1997, p. 83-84).

Esses lugares designam, assim, a imagem que os interlocutores fazem de si, do outro e do referente e implicam relações de forças entre os interlocutores e relações de sentidos entre os discursos. O sujeito

[...] está, pois, bem ou mal, situado no interior da **relação de forças** existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado: o que diz, o que anuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa em relação ao que diz (PÊCHEUX, 1997, p.77, grifo do autor).

Considerando as relações de força, a posição do orador na declaração de Bolsonaro e do interlocutor imediato (jornalistas), destacam-se as formações imaginárias estabelecidas: “Quem sou eu para lhe falar assim?” – Messias eleito pelo povo. “Quem é ele para que eu lhe fale assim?” – Inimigos. “Quem sou eu para que ele me fale assim?” – Presidente da República. “Quem é ele para que me fale assim?” – Jornalistas (mídia). “De que lhe falo assim?” – Do divino para silenciar a razão (Estado e Ciência). “De que ele me fala assim?” – Das mortes provocadas pela Covid-19 no Brasil.

Da relação de forças que é possível observar na breve análise da declaração, dois pontos se destacam: a demonização da mídia e a negação da razão. Tanto um quanto o outro tem raízes no pensamento fundamentalista, em suposta defesa de uma verdade, na qual se propaga a crença de que a fé se opõe à ciência, também a crença na existência de uma espécie de “guerra espiritual” entre mídia e cristãos. Crenças que se modificam, mas perduram ao longo do tempo.

Criando inimigos: das ciências às mídias

Os desenvolvimentos tecnológicos e científicos promoveram incredibilidade em relação a fenômenos religiosos, sobretudo o misticismo, a partir do Iluminismo, mas no século XX não foram obstáculos para a viabilidade de aspectos que permitem e até incentivam a retomada de manifestações arcaicas: “Um século que parecia feito de revoluções sociais e culturais acabou dominado por religiões, messias e salvadores” [Tradução nossa]⁶ (MARTIN-BARBERO, 2003, p. 33). No cenário social das duas primeiras décadas do século XXI, especificamente no Brasil, com retorno a manifestações ultra tradicionais, o fundamentalismo religioso poderia ser compreendido como uma espécie de reação ao processo conceituado por Weber de desencantamento do mundo: “O destino de nossos tempos é caracterizado pela racionalização e intelectualização e, acima de tudo, pelo ‘desencantamento do mundo’” (WEBER, 1982, p. 182).

Entretanto, a ascensão de discursos religiosos medievais no cenário brasileiro atual não se apresenta como reação ao processo de desencantamento do mundo. Em geral, tais manifestações relacionam-se aos projetos políticos-ideológicos que, sobretudo, têm aporte no propósito da manutenção do sistema econômico-político-social-cultural neoliberal, uma plataforma empenhada em governo mínimo, fundamentalismo de mercado, individualismo econômico e autoritarismo moral (SODRÉ, 2011, p. 14). Nesse sentido, as manifestações do fundamentalismo religioso no Brasil estão a serviço do desencantamento do mundo, na medida em que se trata de tendência interpelada por sistema que domina por completo o modo o ser humano, ou a pessoa interpreta a Natureza cada vez mais explorada e destruída.

⁶ “Un siglo que parecía hecho de revoluciones-sociales, culturales terminó dominado por las religiones, los mesías y los salvadores” (MARTIN-BARBERO, 2003, p. 33).

Nesse contexto, nos últimos dias temos testemunhado crescentes manifestações da apelidada “corrente negacionista”. Os discursos que emergem dessa corrente vão desde a negação de que a terra é redonda pelos chamados “terraplanistas”, à negação da gravidade e das consequências da pandemia da COVID-19. Na conjuntura da pandemia, os “negacionistas” promovem a distribuição de notícias de “curas” milagrosas, sem comprovação médica ou científica, além de negar os mecanismos de proteção, por exemplo, são contrários ao isolamento social.

Os interesses econômicos evidentes na negação da necessidade da quarentena como medida protetiva nos fazem associar tais discursos mais aos valores políticos que propriamente aos religiosos. A aceitação e potência desses sentidos pela população em geral, não apenas pelos religiosos, se ancoram em aspectos históricos que, no Brasil, se fortalecem na atual conjuntura: antipolítica, anti-intelectualismo e moralismo. A antipolítica e o moralismo foram os grandes fatores da eleição do atual Presidente. O anti-intelectualismo no Brasil arraigado nas classes populares pela falta de acesso aos espaços de conhecimentos acadêmicos, também se faz presente nas elites econômicas, para as quais o conhecimento e o título superior não fazem diferença.

O princípio que rege a corrente negacionista é o irracionalismo fundamentado na valorização das emoções, na devoção às paixões, na recuperação de algo perdido no passado, no retorno a um sagrado que na verdade é idealizado, nunca existiu. Por isso, argumentos lógicos e científicos não funcionam contra as afirmações dos negacionistas: os indícios de que a terra é redonda são indiscutíveis, no entanto o número de terraplanistas vem aumentando no Brasil e no mundo⁷. Sem comprovação científica, Bolsonaro e seguidores, na ânsia de quebrar o isolamento social, defendem a cloroquina como cura da Covid-19. Superstições e jejuns são divulgados e promovidos como mecanismos de combate ao vírus.

Para além do contexto da pandemia, essas manifestações de negação da ciência fazem-nos perceber a precariedade da relação entre ciência (academia) e o conjunto da sociedade ainda hoje, embora os avanços no campo da comunicação. Esse distanciamento dos conhecimentos científicos pode ter relação com o modo como esses conhecimentos são impostos na sociedade, sobretudo, de forma autoritária, definitiva e elitizada. Como verdades únicas e estabelecidas. A comunicação acessível e a melhoria da qualidade do ensino são um dos caminhos para refutar o negacionismo, combatendo o obscurantismo no país. Nesse campo, mídia e seus agentes são imprescindíveis, mas para os fundamentalistas cristãos se o conhecimento científico não tem validade, divulgado pela mídia secular⁸ é que não tem mesmo.

Esse descrédito à mídia secular tem raízes históricas, desde “a guerra dos panfletos” que viria a estimular grandes eventos como a Revolução Francesa. Ao mesmo tempo em que rechaça a mídia secular, o fundamentalismo religioso se utiliza da mídia para incentivar o ativismo. No início do século XX no Brasil, as publicações com caráter fundamentalista anunciavam as perseguições religiosas como batalhas próprias de uma guerra de Deus contra o mal. No meio evangélico, a crença na existência de guerra contra a mídia secular alimentou ao longo do último século o imaginário de defesa da “verdade”. Esses efeitos de sentido são argumentos para que igrejas se tornem agentes midiáticos e, paralelamente, promovam articulações no campo da política.

Nesse contexto, o fundamentalismo religioso encontrou na mídia e na política fortes aparatos em defesa de pautas moralistas, sobretudo, contra o reconhecimento dos direitos civis LGBTQs: “Desta vez, um inimigo contra a religião e seus princípios, contra a Bíblia, contra Deus, contra o Brasil e as famílias: a homossexualidade” (CUNHA, 2017, p. 119).

⁷ 11 milhões de brasileiros acreditam que a Terra é plana, diz Datafolha. *Istoé*, 2020. Disponível em <https://istoe.com.br/para-milhoes-de-brasileiros-a-terra-e-plana/>. Acesso em: 10, nov. 2020.

⁸ Aqui, consideramos mídia secular aquela não produzida pelas instituições religiosas, nem vinculadas às denominações, igrejas etc.

Mais do que o ativismo religioso, atualmente nessa “guerra santa”, a arma que vem sendo aperfeiçoada pelos fundamentalistas político-religiosos é a desinformação, usada para disseminar mentiras como verdades. Isso vem acontecendo de modo organizado e sistemático, alcançando, principalmente, a rede de religiosos que culturalmente desenvolveram o hábito de confiar nas postagens veiculadas por pessoas e agências de notícias de suas comunidades.

Fake news: das eleições à pandemia

Além de promover o descrédito da mídia, a disseminação de conteúdos falsos pode prejudicar inúmeras pessoas. Nos últimos anos no Brasil a proliferação de desinformações ganhou grande dimensão. Essa proliferação tem relação com a imagem que os sujeitos têm sobre quem fala na postagem, no caso, observa-se se é alguém reconhecido seja no campo da política, da educação, da medicina, da justiça, da religião, da arte, seja *influencer* digital, seja jornalista etc. Além disso, observa-se por onde ou por quem circulou, ou seja, quem (re)passou e/ou onde foi postado. Essas formações imaginárias baseadas mais na emotividade e na afetividade são os principais legitimadores para que uma desinformação ganhe fôlego na circulação midiática.

Estamos vivendo, no Brasil dos últimos anos, uma efervescência midiática das relações de forças político-ideológicas, cujo cenário

redesenha a plataforma de processos interacionais, principalmente o âmbito da circulação de mensagens, situando o status dos receptores de mensagens em novas condições, transformando-os em coprodutores de atividades discursivas midiáticas (FAUSTO NETO, 2011, p. 37).

Desse modo, é no âmbito da circulação que se forma a “nova ambiência”, onde os campos sociais estabelecem contratos e contatos entre si. A circulação midiática de sentidos, portanto, torna-se uma espécie de campo minado, sobretudo, num país em que grande parcela da população tem baixa escolaridade, não têm acesso aos espaços de construção crítica das informações e do conhecimento.

Na nova ambiência, os processos sociais passam a se constituir com outras lógicas de funcionamento. O sentimento religioso, nesse novo paradigma, se reconfigura: “as lógicas do vínculo social já não estão onde nós havíamos acostumado a buscá-las” [tradução nossa] (VERÓN, 2013, p. 276)⁹. Nessa conjuntura, fazer circular mensagens torna-se parte da batalha das relações de forças: postar e/ou repassar informações que representam a posição ideológica é mais representativo do que a própria imagem física do religioso com a Bíblia na mão indo à igreja no domingo.

Dentre vários episódios que evidenciam a proliferação das *fake news* nos dias atuais, ganha destaque o chamado “inquérito das *fake news*”, em andamento no Supremo Tribunal Federal (STF), e o combate às *fake news* pelas grandes empresas de comunicação que promovem espaço para esclarecimento a respeito de postagens, como por exemplo seções do tipo “É fato ou fake” do portal G1 da Globo.com. Desde maio de 2020, o coletivo Sleeping Giants (EUA) se instalou no Brasil com perfil no Twitter, Instagram e Facebook com o intuito de mostrar empresas com anúncios automáticos em sites que divulgam notícias falsas. Painéis de checagem de notícias também vem sendo implantados nos portais de conselhos e órgãos públicos.

Nas eleições presidenciais de 2018, observou-se no país um festival de desinformação: imagens em contextos errados; áudios com ataques a candidatos; teorias conspiratórias; fotos e capas de

9 “Las lógicas del vínculo social ya no están donde nos habíamos acostumbrado a buscarlas.” (VERÓN, 2013, p. 276)

revistas manipuladas ou falsas; pesquisas falsas; ataques à artistas e à imprensa; falsa checagem de notícias; postagens de ódio a LGBTQs, ao feminismo, dentre outras coisas. O site UOL publicou em 26/10/2018 uma lista das *fake news* identificadas por plataformas de checagem: “As agências de checagem Lupa e Aos Fatos e o projeto Fato ou Fake, do Grupo Globo, tiveram de desmentir pelo menos 104 “*fake news*” contra Haddad e o PT e outras 19 prejudiciais a Bolsonaro e seus aliados”¹⁰.

Muitas *fake News* citadas nessa lista atraíam a atenção para temas de interesses de cristãos, sobretudo, daqueles que têm a teologia da moralidade como princípio: mamadeiras eróticas distribuídas em creches; camiseta “Jesus é travesti” de Manuela D’Ávila; livro infantil sobre incesto; “Somos mais populares que Jesus”; Pe. Fábio de Mello a favor de Bolsonaro e contra LGBTQ’s; Manuela D’Ávila quer acabar com feriados cristãos; bandeira LGBT tremularia junto com brasileira; defesa de sexo entre pais e filhos; *kit* satânico para crianças; dentre outras.

É notória a capacidade de circulação dessas desinformações entre os cristãos conservadores. Algumas instituições cristãs inclusive manifestam a preocupação com o fenômeno promovido pelos próprios religiosos¹¹, por exemplo, a Convenção Batista Brasileira publicou em seu *site*¹² o texto “Cuidado com a *fake news* gospel”, no qual aponta: “Poderia aqui citar outras dezenas de *fake news* gospel, mas, o intuito não é este e, sim, de alertar a todos contra este veneno que tem tirado a muitos do Caminho.”

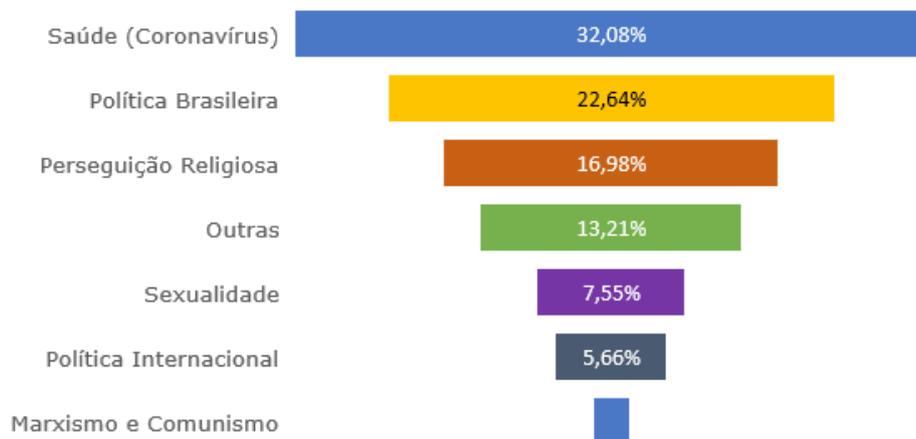
Considerando essa preocupação, em outubro de 2019, surgiu o Coletivo Bereia: “uma iniciativa de organizações, profissionais, pesquisadores e estudantes de comunicação vinculados ao contexto da fé cristã.”¹³ O objetivo do Coletivo é acompanhar plataformas de notícias *gospel*, notícias de políticos e autoridades cristãs, verificando se seus conteúdos são verdadeiros, imprecisos, enganosos, inconclusivos e/ou falsos. As checagens e publicações do coletivo podem ser acessadas no *site* próprio ou em seus perfis no Facebook, WhatsApp, Instagram e Twitter. Segundo o Bereia, em levantamento apresentado em 27/06/2020, os temas mais checados durante a pandemia são:

¹⁰ MACEDO, Isabella. Das 123 *fake news* encontradas por agências de checagem, 104 beneficiaram Bolsonaro. *UOL*, 2018. Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/das-123-fake-news-encontradas-por-agencias-de-checagem-104-beneficiaram-bolsonaro/>. Acesso em: 10, nov. 2020.

¹¹ Em uma reportagem intitulada “O exército de Pinóquios” publicada em 19 de abril de 2018 a Revista Época apontou o *site* de notícias evangélico “Gospel Prime” como o maior produtor e disseminador de *fake news* do país. Disponível em <https://epoca.globo.com/brasil/noticia/2018/04/o-exercito-de-pinoquios.html> Acesso em 01 jul 2020.

¹² CUIDADO com a *fake news* gospel. *Convenção Batista Brasileira*. Disponível em http://convencaobatistabrasileira.com.br/siteNovo/pagina.php?ART_ID=38. Acesso em: 10, nov. 2020.

¹³ PROPOSTA Bereia. *Bereia – Informação e Checagem de Notícias*. Disponível em <https://coletivobereia.com.br/proposta-bereia/>. Acesso em: 10, nov. 2020.

Figura 01: Gráfico do percentual de checagem

Fonte: Coletivo Bereia (2020, *online*)

Um exemplo de *fake news* sobre o coronavírus, cuja checagem realizada pelo Bereia foi publicada em 25/06/2020, conclui que era enganosa a matéria do site Pleno News: **“Aliado: Sol forte pode matar coronavírus em 34 minutos”**. Apesar de citar um estudo científico verdadeiro, a matéria apresenta informações falsas e distorcidas sobre a pesquisa, segundo concluiu a checagem.

Além de disseminar inverdades, as desinformações que tendem a circular pelo/no meio cristão, em geral, trazem raízes no fundamentalismo religioso. O negacionismo científico é um dos principais sentidos em circulação, por exemplo, a polêmica em torno da cantora *gospel* Fabiana Anastácio, vítima da COVID-19 em 04 de junho de 2020. Um dia depois da morte da cantora, circulou em um perfil no Facebook a frase “o coronavírus não atingirá a sua casa, porque quem guarda a sua casa é Jesus”. A publicação gerou bastante polêmica, sobretudo, entre o público evangélico que reagiu em diversas plataformas. O Coletivo Bereia checkou a informação e publicou o resultado em 11/06/20¹⁴:

O Coletivo Bereia checkou as mídias sociais da cantora, de onde a publicação teria surgido e constatou que a existência da frase é verdadeira e foi postada no Instagram de Fabiana Anastácio no dia 21 de março, **período em que os governos se mobilizavam para implantar o sistema de isolamento social como forma de conter o avanço da doença no país.** (Grifos do Coletivo Bereia).

O negacionismo científico durante a pandemia da Covid-19 foi bastante difundido pelo Presidente Jair Bolsonaro. O que, neste caso, considerando o apoio ao Presidente pela bancada evangélica e por outros representantes religiosos, trata-se de manifestações do fundamentalismo político-religioso. Essas manifestações negacionistas, em boa medida, resultam na circulação de *fake news*, como o caso do vídeo em que uma mulher afirma que o enxofre é a cura para o coronavírus.

Não é a receita milagrosa que chama a atenção nesse caso, pois nas redes sociais circulam inúmeras com vários tipos de alimentos. O que gerou a circulação do vídeo em diversas plataformas, a partir de 08 de junho de 2020, foi o fato da mulher, apoiadora do presidente, abordá-lo numa aparição para cumprimentar seguidores, cena bem comum durante a pandemia, encontrando apoio do governo para a difusão da receita. A mulher, que declara ter recebido informações do próprio Deus, foi do

¹⁴ RODRIGUES, Elton e BISPO, Jemima. É verdade que Fabiana Anastácio negou o risco de ser infectada pela COVID-19. *Bereia – Informação e Checagem de Notícias*, 2020. Disponível em <https://coletivobereia.com.br/e-verdade-que-fabiana-anastacio-negou-o-risco-de-ser-infectada-pela-covid-19/>. Acesso em: 10, nov. 2020.

Paraná a Brasília para apresentar a suposta cura ao Ministério da Saúde por indicação do Presidente Jair Bolsonaro. A seção Fato ou Fake do Portal G1 da Globo.com publicou, no dia 09/06/2020, a matéria “É #FAKE que enxofre destrua o coronavírus”¹⁵, apresentando declarações de especialistas que desmentem a informação da cura milagrosa da Covid-19 por enxofre.

Considerações Finais

As manifestações com caráter medievalista - valorização de uma religiosidade mágica alinhada aos projetos políticos de lideranças cristãs - funcionam, para parcela dos religiosos, como mecanismo de controle: os cristãos que rejeitam ou não militam em tais manifestações tendem a ser mal vistos, na maioria das vezes, em seu círculo social, por apresentarem posicionamento que diverge das lideranças. Além disso, divulga-se a ideia de retribuição, como se apoiando e fazendo circular manifestações ultra tradicionalistas estivessem batalhando pela fé e, portanto, dignos de recompensa divina.

O projeto político conservador inconformado com as transformações do último século, no sentido da oficialização de conquistas feministas, de direitos civis, da humanização de minorias e outros avanços, encontra nos cristãos ultra tradicionais um terreno fértil para disseminação de seus ideais. Tudo isso atrelado à aceleração da capacidade de circulação midiática geram fenômenos que carecem de maiores observações e reflexão, tal qual as *fake news gospel*.

Nesse contexto, os discursos enraizados no fundamentalismo religioso que proliferam nitidamente no contexto da pandemia da Covid-19, sobretudo no cenário brasileiro, nos revelam novos aspectos do pensamento ultra tradicionalista que contribui na ascensão e manutenção de governos com tendências autoritárias e antidemocráticas. Assim, novas pesquisas com intuito de esmiuçar as relações entre fundamentalismo religioso e política se fazem necessárias. É preciso considerar de forma preponderante as reverberações desse entrecruzamento na produção de sentido, em parcelas dos evangélicos e dos católicos, sobre a mídia secular e a ciência identificadas nesse breve estudo como alvo de maior descrédito entre os religiosos.

Referências

AZEVEDO, Fernando. **A Cultura Brasileira**. (Os Fundadores da USP, I). 7.ed. São Paulo-SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BORGES, Helena. **O exército de Pinóquios**. Época, 2018. Disponível em <https://epoca.globo.com/brasil/noticia/2018/04/o-exercito-de-pinoquios.html>. Acesso em 01 jul 2020.

CARRANZA, Brenda. O Brasil, fundamentalista? **Revista Encontros Teológicos**, Ano 24, n. 52, p. 147-166, 2009.

¹⁵ PENNAFORT, Roberta. É #FAKE que enxofre destrua o coronavírus. *G1*, 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2020/06/09/e-fake-que-enxofre-destrua-o-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 10, nov. 2020.

COALIZÃO PELO EVANGELHO. **Pela Pacificação da Nação em Meio à Pandemia**. 4 mai. 2020. Disponível em: <https://coalizaopeloevangelho.org/article/pela-pacificacao-da-nacao-em-meio-a-pandemia/>. Acesso em: 10, nov. 2020.

COLETIVO BEREIA. **Proposta Bereia**. Bereia – Informação e Checagem de Notícias. Disponível em <https://coletivobereia.com.br/proposta-bereia/>. Acesso em: 10, nov. 2020.

CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA. **Cuidado com a fake news gospel**. Disponível em http://convencaobatistabrasileira.com.br/siteNovo/pagina.php?ART_ID=38. Acesso em: 10, nov. 2020.

CUNHA, Magali do Nascimento. **Do Púlpito às Mídias Sociais: Evangélicos na política e ativismo digital**. Curitiba: Prismas, 2017.

FAUSTO NETO, Antonio. AD. Rumos de uma nova analítica. In: FERREIRA, G. M., SAMPAIO, A. & FAUSTO NETO, A. (orgs.). **Mídia, discurso e sentido**. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 27-42.

MACEDO, Isabella. **Das 123 fake news encontradas por agências de checagem, 104 beneficiaram Bolsonaro**. UOL, 2018. Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/das-123-fake-news-encontradas-por-agencias-de-checagem-104-beneficiaram-bolsonaro/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Razón técnica y razón política: espacios/tempos no pensados. **Revista Latinoamericana de Ciências da Comunicação**, v.12, n. 23, p. 22-37, 2003.

11 milhões de brasileiros acreditam que a Terra é plana, diz Datafolha. *Istoé*, 2020. Disponível em <https://istoe.com.br/para-milhoes-de-brasileiros-a-terra-e-plana/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). Trad. E. P. Orlandi. In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997, p. 61-161.

PENNAFORT, Roberta. **É #FAKE que enxofre destrua o coronavírus**. G1, 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2020/06/09/e-fake-que-enxofre-destrua-o-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 10, nov. 2020.

REDAÇÃO. **Seita responde por 73% de casos de Coronavirus da Coreia do Sul**. Veja, 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/seita-responde-por-73-de-casos-de-coronavirus-da-coreia-do-sul/>. Acesso em: 10, nov. 2020.

RODRIGUES, Elton e BISPO, Jemima. **É verdade que Fabiana Anastácio negou o risco de ser infectada pela COVID-19**. Bereia – Informação e Checagem de Notícias, 2020. Disponível em <https://coletivobereia.com.br/e-verdade-que-fabiana-anastacio-negou-o-risco-de-ser-infectada-pela-covid-19/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. 6ªed. Petrópolis: Vozes, 2011.

SOUZA, Catiane Rocha Passos de. **“Todas as coisas são lícitas, mas nem todas as coisas convêm”**: Efeitos de sentido do processo de mediação da/na religiosidade pentecostal brasileira. MATOS, Rita de Cássia Aragão. (Orientadora). Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2017.

VERÓN, Eliseo. **La Semiosis Social 2**: ideas, momentos, interpretantes. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós, 2013.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Organização e Introdução: H. H. Gerth e C. Wright Mills. 5ª edição. Tradução: Waltensir Dutra. Rev. Prof. Fernando Henrique Cardoso. Rio de Janeiro: LTC — Livros Técnicos e Científicos Editora, 1982.

Recebido em 09/07/2020

Aceito em 10/02/2021

Received 07/09/2020

Approved 02/10/2021



<http://doi.org/10.7213/2318-8065.05.02.p138-157>

Um vírus que mata, “e daí”? o jejum religioso como proposta para enfrentar a pandemia

A killer virus, "so what?" religious fasting as a proposal to face the pandemic

Sarah Francine Schreiner*
Mateus Gruber**

Resumo

A construção principiológico-valorativa da Constituição Federal brasileira preocupa-se com direitos relacionados diretamente a pressupostos de direitos humanos, e tem por fundamento de Estado a dignidade da pessoa humana. O Brasil enquanto estado democrático de direito, funda-se na pluralidade política, e objetiva a construção de uma sociedade sem preconceitos, o que desemboca no exercício pleno das liberdades, dentre elas a liberdade religiosa, em que pese, o Estado brasileiro ser laico, no sentido de não utilizar parâmetros religiosos para sua autodeterminação, esta resultante da soberania estatal. Com o surgimento do novo coronavírus, causador da doença Covid-19, que colocou o mundo em quarentena, há um desafio ao Estado em termos de saúde pública. O Estado brasileiro, assim, encontra-se neste contexto de crise, e a partir da existência de fundamentos constitucionais significativos, a inquietude do estudo envolve questionar se a conduta presidencial do atual governo em relação à sugestão de práticas religiosas no combate ao COVID-19 eventualmente comprometer a laicidade do estado. Os objetivos da pesquisa envolvem diferenciar Estado laico de Estado secular e Estado laicista; verificar a posição da bancada religiosa no Congresso referente a temas de ordem geral; e, por fim, verificar a influência religiosa nas decisões do executivo concernentes às políticas de saúde pública relacionadas ao COVID-19 no Brasil. O método de investigação é o bibliográfico, desenvolvido a partir de textos científicos para apresentar as diferenças conceituais definidas como objetivos de pesquisa. Utiliza-se também informações publicadas em sites oficiais do governo brasileiro. Os resultados apontam influência religiosa nos assuntos estatais, o que indica eventual comprometimento do princípio da laicidade do estado.

Palavras-chave: Direitos humanos. Estado laico. Democracia. Covid-19. Necropolítica.

* Advogada, Professora do curso de Direito da Univille campus São Bento do Sul, participante do grupo de estudos do NEADH (Núcleo de Estudos e Atividades em Direitos Humanos) da Univille - SBS, Mestre em Direitos Humanos e Políticas Públicas (PUC-PR) - bolsista CAPES. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0511-2151>. Contato: sarahfrancine@yahoo.com.br.

** Graduando em Direito na Universidade da Região de Joinville - Univille. Participante do grupo de estudos do Núcleo de Estudos e Atividades em Direitos Humanos – NEADH. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9342-0044>. Contato: mateus.gruber@gmail.com.



Abstract

The principled-evaluative construction of the Brazilian Federal Constitution is concerned with rights directly related to human rights issues, and the human being dignity is the foundation of the State. Brazil, as a democratic state of law, is based on political plurality and aims to build a society without prejudice, which leads to the full exercise of freedoms, including religious freedom, despite of the fact that the Brazilian State is secular, in the way of using no religious parameters for its self-determination, that results from state sovereignty. With the emergence of the new coronavirus, which causes Covid-19 disease, the world was set in quarantine and a challenge emerged to the State in terms of public health. The Brazilian State, therefore, finds itself in this crisis' context, and from the existence of significant constitutional foundations, the concern of the study involves inquiring whether the presidential management of the current government in relation to suggesting religious practices in the campaign against COVID-19 eventually pledges the laic State principle. This research aims to explore the difference among laic state, secular state and laicist state; to verify the position of the religious bench in Congress regarding general issues; and, finally, to verify the religious influence in the executive's decisions concerning public health policies related to COVID-19 in Brazil. The research method is the bibliographic, developed from academic texts to present the conceptual differences defined in the research goals. Public information available on official websites of the Brazilian government is also used. The results point to a religious influence on state affairs, which indicates a possible pledge of the state's secular principle.

Keywords: Human rights. Laic State. Democracy. Covid-19. Necropolitics.

Introdução

O ano de 1988 foi um marco para a garantia dos direitos humanos no Brasil. Após o fim do regime ditatorial que vigeu no país até 1985, período em que o ser humano era violentado frequentemente pelo próprio Estado, a Constituição Cidadã trouxe garantias para a proteção da pessoa.

O Estado Democrático de Direito foi instituído, conforme preceito constante no preâmbulo da Constituição de 1988, para “assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos”¹, que busca a fraternidade, a pluralidade e uma sociedade sem preconceitos.

Sendo estes os objetivos a serem alcançados pela Constituição vigente, percebe-se o elevado grau de abstração dos preceitos constitucionais, o que denota o caráter principiológico da Magna Carta. Essa natureza da norma constitucional tem a função de norte interpretativo para os julgadores e como diretriz legislativa para os parlamentares (MORAES *et al.*, 2018).

Dentro desse sistema, a dignidade da pessoa humana, previsto no art. 1º, inciso III da Constituição, é considerado um supra princípio. Para Nunes (2018, p. 68), “é ela, a dignidade, o primeiro fundamento de todo o sistema constitucional posto e o último arcabouço da guarida dos direitos individuais”. Em outras palavras, o ordenamento jurídico pátrio deve ser elaborado, interpretado e aplicado de acordo com os parâmetros capazes de promover a materialização dos direitos humanos.

Para o professor constitucionalista José Afonso da Silva, o Estado Democrático de Direito supera a ideia de Estado Capitalista e se configura em um novo Estado, que busca promover a justiça social. Assim, “o Estado de Direito, na atualidade, deixou de ser formal, neutro e individualista, para transformar-se em Estado material de Direito, enquanto adota uma dogmática e pretende realizar a justiça social” (SILVA, 2017, p. 117). Não é suficiente, pois, apenas o direito à saúde, educação, liberdade. É necessário que o Estado promova o próprio bem da vida e que possibilite à sociedade condições de acesso a esses bens.

Ademais, a materialização dos direitos inerentes à pessoa o Estado deve abranger toda a pluralidade cultural, étnica, sexual e de crenças que compõem a estrutura da sociedade brasileira. É proscrito qualquer tipo de discriminação do Estado ao resguardar proteção aos direitos de cada segmento social. Desta forma:

[...] para que o Estado tenha condições de garantir este respeito à diversidade e às diferentes convicções no seu mais amplo sentido, é necessário que o próprio Estado tenha liberdade para exercer seu papel sem nenhum tipo de influência ou dominação de uma determinada convicção particular sobre as instituições públicas (RAYMUNDO; MARTINEZ, 2010, p. 180).

Neste diapasão, oportuna é a análise da laicidade do Estado no tratamento de questões públicas, como na área da saúde. Diante da crise decorrente do COVID-19, tem-se questionado a posição do Estado quanto às ideias de caráter religioso no combate do vírus na área da saúde pública. A eventual parcialidade pode afrontar o princípio do Estado laico, ratificado na Constituição Brasileira de 1988.

O contexto de crise no Brasil provocada pela pandemia é agravada pela divulgação de informações falsas e pela negação às orientações científicas. Isso corrobora para o enfraquecimento das instituições e fazem com que as pessoas formem opiniões baseadas nas crenças e emoções em detrimento considerar fatos objetivos (HENRIQUES; VASCONCELOS, 2020). Assim, a inquietude deste

¹ BRASIL, Constituição (1988).

trabalho envolve o questionamento quanto a sugestão presidencial do atual governo de adotar práticas religiosas como forma de combater o COVID-19 e se, eventualmente, essa conduta compromete a laicidade do estado brasileiro. Para tanto, os objetivos do estudo envolvem diferenciar Estado laico de Estado secular e Estado laicista; verificar a posição da bancada religiosa no Congresso referente a temas de ordem geral; e, por fim, verificar a influência religiosa nas decisões do executivo concernentes às políticas de saúde pública relacionadas ao COVID-19 no Brasil.

A investigação segue o método bibliográfico. Desenvolve-se o tema a partir de livros e artigos científicos para conceituar e apresentar as diferenças conceituais definidas como objetivos de pesquisa. Utiliza-se também dados de pesquisa de opinião relacionada ao tema deste artigo, divulgadas em meio eletrônico. Vale-se de informações oficiais extraídas dos sites do Planalto² e do Congresso Nacional³.

A sociedade passa por profundas transformações nos mais diferentes âmbitos e dimensões da vida social. Política e sociedade, economia e cultura experimentam mudanças que, com inusitada intensidade, manifestam a especificidade de cada dimensão assim como suas interações e sobreposições. Da ampla gama de novos processos que se verificam nos cenários locais, regionais e globais, aqueles que acompanham ao fenômeno religioso tem adquirido uma crescente centralidade (LIWERANT, 2008). Neste sentido, justifica-se a relevância deste estudo, visto que:

La sorprendente visibilidad y relevancia que la religión asume hoy contrasta con lo esperado en las previsiones sobre su desarrollo. La teoría clásica de la secularización no sólo llamó la atención sobre la diferenciación estructural y la emancipación de las esferas seculares de las normas e instituciones religiosas en el mundo moderno, sino también predijo la inevitable privatización y desaparición de las religiones. Sin embargo, relevancia y visibilidad parecen hoy desafiar estos diagnósticos, al tiempo que la diferenciación de esferas reclama su permanencia frente a embates que procuran restituir integralidades pasadas (LIWERANT, 2008, p. 59).

A partir de novos movimentos religiosos, encontram-se ascendentes pensamentos contestatórios à teoria da secularização. O constitucionalista Lênio Luiz Streck (2020), por exemplo, afirma que Bolsonaro, presidente da República do Brasil, desseculariza o Estado ao incluir atividades religiosas como sendo de serviço essencial. Neste diapasão, para Ranquetat Junior (2008) o revigoramento dos fundamentos religiosos e a penetração do religioso no espaço público chega a indicar um retorno ao sagrado. Ou seja, um processo de dessecularização.

Isso, necessariamente, conduz a se repensar a secularização, a explorar seus limites e novas dinâmicas, a desprivatização e a repolitização da religião na moral privada, bem como a renormatização da esfera pública, da economia e da política (LIWERANT, 2008). Para tanto, necessário é, pois, definir e verificar as diferenças conceituais entre secularismo, laicidade e laicismo.

Estado secular, laicidade e laicismo: distinção conceitual

A própria concepção teórica de Estado se apresenta de forma conflituosa em sua construção. Problemas referentes ao Estado Liberal, que dá conta de ser o Estado um ente acima das pessoas e da

² BRASIL. Presidente (2019-2022: Jair Messias Bolsonaro). Pronunciamento presidencial por ocasião do COVID-19. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2020/03/vencerem-os-o-virus-afirma-bolsonaro-em-pronunciamento-aos-brasileiros>. Acesso em maio de 2020.

³ BRASIL. Estatuto da Frente Parlamentar Evangélica. Disponível em: http://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/53658-integra.pdf. Acesso em maio de 2020.

sociedade em si, permitiram o desenvolvimento de pensamentos críticos a esta visão, como a teoria marxista, e desta última, a gramsciana.

O Estado Liberal tem fundamento na sociabilidade, que a partir da noção de sociedade civil, seria estritamente política, submete as pessoas ao benefício da proteção do Estado desde que sujeitos à lei, ao governante. Sua estrutura se origina contratualmente, já que as pessoas, a fim de evitar sua própria ruína, promovem o surgimento do Estado a partir da reunião dos direitos de cada indivíduo, ao abdicar destes com o objetivo de se abandonar o estado de natureza. Cria-se o Estado como entidade, cuja individualidade distingue-se daquela dos indivíduos que a originou.

As críticas a esta visão individualista do estado, um ente formado a partir de um contrato social, envolvem, na concepção marxista, a criação de um novo binômio, não mais identificado pelos antagonismos do estado de natureza versus a sociedade civil, mas agora percebidos por sociedade civil e sociedade política, asseverando que as pessoas não teriam vivido em um estado de natureza, e que sua sociabilidade não se limita ao viés político (MENDONÇA, 2014).

Explica Mendonça (2014) que a concepção marxista de Estado dá conta de sua estruturação a partir da tomada, por uma determinada coletividade, da propriedade privada, sendo organizado em favor deste grupo, agora privado, através das leis e de outros meios coercitivos, a ocultação de tal apropriação, para garantir sua condição de proprietários e evitar a rebeldia dos despossuídos:

Se existe uma natureza no homem, ela possui um cunho social e, portanto, passível de transformação. Os homens teriam uma sociabilidade própria, que lhes era conferida não por um “contrato”, mas, sim, pelo lugar por eles ocupado no processo de produção e de trabalho onde alguns eram proprietários dos meios de produzir, enquanto outros, não. Os não proprietários, por seu turno, exerciam distintas funções no processo produtivo, como operários, lavradores, etc.. Logo, o que a matriz marxiana apresentou de inovação foi uma visão profundamente histórica e classista da sociedade e dos homens, os quais pertencem, sempre, a certa classe social, inexistindo, assim, individualidades essencialistas e soberanas em “estado de natureza”, fosse este concebido como estado belicoso ou não. A origem do Estado, nessa concepção residiu, justamente, na emergência da propriedade privada, no momento em que uma dada coletividade – ou grupo social – apropriou-se privadamente daquilo que pertencia a todos, subordinando os demais, transformados em força de trabalho (MENDONÇA, 2014, p.31).

Gramsci, por sua vez, ao incorporar aportes do pensamento marxista, renova a partir dele, contestando o Estado como um organismo próprio de um grupo ou classe, registrando-o como representação de “uma expressão universal de toda a sociedade, incorporando até mesmo as demandas e interesses dos grupos subalternos, mesmo que deles extirpando sua lógica própria” (MENDONÇA, 2014, p. 34). Há, pelo pensamento gramsciano, uma reunião entre sociedade política e sociedade civil, que formam o que se denomina “Estado ampliado”:

O Estado em Gramsci adquire uma nova dimensão. Ele o concebe amplo e dilatado, não simplesmente no sentido aumentativo, como um estado grande. O conceito gramsciano de Estado exprime a possibilidade de transformação da sociedade. A “Teoria Ampliada de Estado” de Gramsci fornece elementos para conhecer, dissecar e transformar o Estado, instituição portadora da força e da hegemonia. Tal teoria é uma criativa interpretação do conceito de Estado e uma original construção teórica que nos permite perceber de modo vivo a luta entre os atores sociais pela supremacia que pode ser deduzida como sendo a habilidade, ungida pela hegemonia, de dirigir o Estado. (NOSELLA; DE AZEVEDO, 2012, p. 31).

A sociedade política é aquela formada pela estrutura dos aparelhos governamentais que exercem a organização de grupos confrontantes, e a sociedade civil, se refere ao conjunto de

organismos privados, com adesão voluntária dos que deles participam, como sindicatos, escolas, associações privadas e igrejas (MENDONÇA, 2014).

Em relação ao Estado ampliado:

Estamos sempre no terreno da identificação de Estado e Governo, identificação que é, precisamente, uma reapresentação da forma corporativoeconômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção). Numa doutrina do Estado que conceba este como tendencialmente capaz de esgotamento e de dissolução na sociedade regulada, o tema é fundamental. Pode-se imaginar o elemento Estado-coerção em processo de esgotamento à medida que se afirmam elementos cada vez mais conspícuos de sociedade regulada (ou Estado ético, ou sociedade civil) (GRAMSCI, 2017, p. 225).

Impera destacar que dentro do Estado ampliado há espaço para o consenso, não apenas para a coerção, e que desde o registro das formas dominantes de produção, que se formam através de organizações da sociedade civil, e se fazem presentes junto a aparelhos do Estado em si, haverá a hegemonia de um determinado grupo dentro de certo organismo estatal, enquanto os demais também se farão presentes, apresentando uma permanente disputa (MENDONÇA, 2014).

Nesse ponto, a separação entre Estado e religião, que apresenta o ponto de partida para o Estado laico, não envolve sua total desconexão daquele desta, uma vez que a religião contribui, enquanto formadora da sociedade civil, que faz parte da estrutura ampliada do Estado. E do pensamento gramsciano:

Deve-se estudar, a partir deste ponto de vista, a iniciativa jacobina de instituir o culto do “Ser Supremo”, que surge, portanto, como uma tentativa de criar identidade entre Estado e sociedade civil, de unificar ditatorialmente os elementos constitutivos do Estado em sentido orgânico e mais amplo (Estado propriamente dito e sociedade civil), numa desesperada tentativa de dominar toda a vida popular e nacional, mas que surge também como a primeira raiz do moderno Estado laico, independente da Igreja, que procura e encontra em si mesmo, em sua vida complexa, todos os elementos de sua personalidade histórica (GRAMSCI, 2017, p. 225).

A autonomização do poder do Estado frente à influência da religião na sociedade não pode ser determinada como um acontecimento estanque. Isso porque a perda de legitimidade da religião na esfera pública se configurou como resultado de um processo que se intensificou com a modernidade. Esse período fortemente marcado pelo racionalismo se apresenta da seguinte forma:

[...] um modo de pensar que confia o destino da esfera secular dos homens à razão crítica e ao debate e não aos impulsos da fé e às asserções de verdades reveladas. Isto não significa desconsiderar o valor e a relevância de uma fé autêntica, mas atribui à livre consciência do indivíduo a adesão, ou não, a uma religião (LAFER, 2007, p. 1).

É com a modernidade que os valores seculares baseados na razão, e não mais na fé religiosa, se tornam os alicerces para o desenvolvimento do direito, da arte, da cultura, da filosofia, da educação, da medicina e de tantos outros campos da vida social. Em outras palavras isso significa que:

As bases filosóficas da modernidade ocidental revelam uma concepção de mundo e de homem dessacralizadora, profana que contrasta com o universo permeado de forças mágicas, divinas das sociedades tradicionais e primitivas. O desenvolvimento da ciência, da técnica e do

racionalismo faz recuar as concepções sacrais e religiosas do homem e mundo (RANQUETAT JUNIOR, 2008, p.2).

A partir dessa dessacralização da realidade que o século XV anuncia com a modernidade, a Igreja perde poder central e entra em falência. Essa tendência de perda de relevância da religião e dos respectivos pressupostos morais sagrados nas estruturas sociais é que se chama de secularização (SILVA, 2019).

A secularização se configura como um processo oriundo do desenvolvimento teórico e prático de diferenciação das esferas sociais, quais sejam, política, cultural, econômica e científica emancipadas da religião. Ela está intrinsecamente relacionada com a proposta da modernidade, período caracterizado pela promoção de valores sustentados por uma abordagem racional, profana, antropocêntrica e plural (SILVA, 2019).

A partir desses valores seculares surge o Estado laico. No entanto, secularismo e laicidade não se confundem. São processos diferentes:

o processo de secularização contribuiu preponderantemente para autonomia do Estado e da política. A laicidade do Estado, por sua vez, é a ferramenta que aprofunda a emancipação dessa esfera (SILVA, 2019, p. 294).

A laicidade pode ser concebida, num nível estatal, sob o aspecto de ser o Estado neutro em relação à religião e às instituições religiosas, o que representa tratar indistintamente manifestações religiosas, privilegiando a uma ou algumas, ou posicionando-se de forma agressiva ou negativa em relação a outras. Já no âmbito da sociedade civil, a laicidade tem o condão de promover pluralidade e diversidade de perspectivas, por conta do embate de posicionamentos diferentes que existem (PIEPER, 2014).

Ao reconhecer que a sociedade é marcada pela diversidade, a laicidade, na visão de Pieper (2014), coíbe o Estado de assumir função religiosa, e assume a existência de um aspecto produtivo no conflito de interpretações, na medida em que se garanta àqueles que protagonizam tais desacordos a apresentarem melhores argumentos:

Enfim, o âmbito no qual se move acaba por determinar a noção de laicidade. Em termos estatais, não caberia assumir função religiosa. Nesse caso, aplica-se uma noção de laicidade como autonomização das instituições em relação à Igreja. Em segundo lugar, atrelada à sociedade, a laicidade tem o sentido de diversidade de perspectivas. Laicidade não é mais simples abstenção, mas indica o conflito de interpretações no qual a religião é voz social a ser também considerada (PIEPER, 2014, p. 147).

A partir do conceito de laicidade, o Estado deve apresentar uma postura neutra e isenta de posicionamentos condicionados à religião. Além do mais, deve promover, na esfera pública, a incorporação de valores como liberdade de consciência e de crença. Assim:

Um Estado Laico é aquele no qual todas as religiões podem expressar-se livremente, mas o Estado não professa, favorece ou discrimina nenhuma delas. Num Estado Laico garante-se o direito de crer no transcendente ou não. Mais que isso, assegura-se também que as regras válidas para todos e de obediência obrigatória não terão por base as crenças religiosas de um determinado grupo (FIGUEIREDO, 2016, p. 5).

Defender o Estado laico não é sinônimo de defender uma oposição às religiões. Para Figueiredo (2016), defender a laicidade do Estado indica a forma de tratamento de questões sociais a partir de pressupostos desvinculados da religião. Isto quer dizer que direitos não podem ser restringidos com

base em valores religiosos e as convicções religiosas devem ser afastadas quando da formulação e implementação de políticas públicas.

Em uma primeira análise, para Silva (2019), o projeto político de implementação de um Estado laico seria relativamente simples e sem complicações, visto que as perspectivas seculares, comum a todos, estariam garantidos pelo próprio Estado. Assim, estabelecer-se-ia o respeito mútuo entre pessoas de diferentes convicções e garantir-se-ia o direito de manifestá-las. Entretanto, deve-se ressaltar que:

O caráter intrinsecamente conflitivo é adquirido quando instituída em lugares onde há prévia existência de religiões hegemônicas, com significativa influência na construção do Estado e na definição dos valores públicos. A construção do Estado laico e sua relação com a Igreja Católica é identificada como o principal exemplo desse processo de tensão (SILVA, 2019, p. 282).

Diante da perda de influência e espaço na esfera pública, a Igreja reage de forma intensa contra o processo de secularização e ao racionalismo por não se conformar com o enfraquecimento de sua hegemonia (RANQUETAT JUNIOR, 2008). Exemplos da reação ao laicismo e à secularização são os documentos da *Encíclica Quanta Cura* e a *Syllabus* de Pio IX, nos quais se verifica que:

a Igreja Católica condena de forma veemente os “erros modernos”: o laicismo, o racionalismo, o imanentismo, o liberalismo etc. Diante do fortalecimento do anti-clericalismo e do laicismo, o catolicismo se radicaliza e reforça suas posturas tradicionalistas (RANQUETAT JUNIOR, 2008, p. 8).

De acordo com Silva (2019), entre os anos de 1922 a 1939, ganha destaque na consolidação da resistência à laicidade e na moralização dos costumes o Papa Pio XI. O pontífice cunhou os termos laicismo e laicista, que designavam a utilização da estrutura estatal para oprimir a Igreja e, por conseguinte, promover a neutralidade do Estado e garantir as liberdades laicas.

De acordo com Zylbersztajn (2012), o laicismo está relacionado à exclusão da religião da esfera pública de forma mais enfática e generalizada. Assim, não pode haver qualquer tipo de expressão religiosa no ambiente público. Apesar de ser um modelo válido, o laicismo não apresenta o ideal de laicidade. Isso porque o laicismo desconsidera os elementos democráticos da presença do religioso na sociedade. Ou seja, o laicismo rejeita de uma forma extremada a expressão religiosa para além da esfera privada.

Dessa forma, pode-se sintetizar as diferenças entre secularização, laicidade e laicismo apontando que o processo de secularização está relacionado com o enfraquecimento dos comportamentos e práticas religiosas. Ou seja, há o declínio da religião na sociedade moderna bem como a perda de sua influência no papel central e integrador. A laicidade é um fenômeno político que se vincula com a separação entre o poder político das estruturas religiosas. O Estado deve se afirmar na neutralidade frente aos grupos religiosos na esfera pública. Assim, evidencia-se que a secularização apresenta uma dimensão sociocultural enquanto a laicidade revela uma dimensão sócio-política conectada com a relação Estado e religião. O laicismo, por sua vez, é uma forma agressiva de laicidade que busca eliminar a religião da vida social. É, portanto, anticlerical e antirreligioso (RANQUETAT JUNIOR, 2008).

Ainda reforçando o sentido de laicidade:

[...] o traço significativo da laicidade localiza-se no reconhecimento da pluralidade de modos religiosos. Isso leva à necessidade de abstenção por parte do Estado a fim de não favorecer determinados grupos em detrimento de outros. Em outros termos, laicidade não significa a exclusão da religião, mas sua consideração em uma situação de embate entre diversas

interpretações. Nesse embate, o que se veda à religião é a pretensão de considerar-se o único discurso válido, de modo a não levar em conta as demais visões de mundo (PIEPER, 2014, p. 147).

O ideal de laicidade a ser buscado por um Estado democrático, como o brasileiro, deve estar alicerçado na separação do poder político das estruturas religiosas. No entanto, considerando a composição parlamentar no Congresso Nacional é possível vislumbrar com mais propriedade a influência da religião na política brasileira. Para Silva (2017), os limites existentes entre religião e política no Brasil foram precariamente construídos, sem nenhuma demarcação plena ao longo da história. O próximo título explorará o entendimento da bancada evangélica sobre questões de ordem geral sob a perspectiva do princípio da laicidade e como esta posição repercuta na implementação de políticas sobre direitos humanos.

Bancada evangélica no congresso: o conservadorismo como obstáculo para promoção de direitos humanos

A partir da década de 1980 houve o início das manifestações religiosas no espaço político brasileiro. Após o fim do regime ditatorial, o Brasil se preparava para as eleições da Assembleia Nacional Constituinte que seria encarregada de conduzir o processo de redemocratização com elaboração da nova Constituição Federal. Nesse período, várias denominações evangélicas se mobilizavam no desiderato de assegurar uma parcela representativa no quadro de parlamentares que fortalecessem os princípios cristãos e a orientação doutrinária religiosa na política. Essas pautas versavam sobre a união conjugal monogâmica e heterossexual, a proibição do aborto e a defesa da moral sexual (MOURA, 2017).

Nos anos precedentes a esse período, a participação de evangélicos na política era menos expressiva. Isso porque a política era vista como algo "sujo" e "mundano", que afastava os fiéis do Reino de Deus (DIAS, 2017). O abandono da posição apolítica dos evangélicos teve como principal elemento motivador a crise moral. Desta forma:

À medida em que, no final dos anos 1970 e 1980, o abandono do apoliticismo desdobrou-se, evangélicos moralmente conservadores dominaram a estreia dos políticos que se auto identificavam como crentes. Liderados por batistas e assembleianos, esses políticos defendiam a remoralização como seu ponto de entrada no mundo "sujo" da política nacional. Eles supervisionavam o processo pelo qual os *evangélicos* entraram no legislativo nacional, emergindo como a automeada vanguarda da defesa contra a crise moral iminente (COWAN, 2014, p. 109).

A ascensão política dos evangélicos se verificou de forma mais evidente no ano de 1987, cuja presença foi expressiva na Assembleia Nacional Constituinte. Para Dias (2017), esse foi o início de um processo que se consolida em 2003, com a oficialização da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) no Congresso Nacional.

A FPE é composta por políticos religiosos evangélicos e adeptos às pautas conservadoras cristãs. Essa Frente congrega também a bancada evangélica e políticos que apresentam conexões com os temas defendidos (PY, 2020). Conforme o Estatuto da Frente Parlamentar Evangélica (2015), este é constituído sob forma de associação civil, de natureza não governamental, sem fins lucrativos e com tempo indeterminado de duração, constituída no âmbito do Congresso Nacional e integrada por Deputados Federais e Senadores da República Federativa do Brasil. De acordo com Moura (2017, p.28), a FPE foi

instituída com vistas a “intensificar a conexão dos interesses dos parlamentares que se declaravam evangélicos e atuavam no sentido de defesa da moral social e dos bons costumes”.

Noemi Araújo Lopes (2013) aborda a diferenciação conceitual existente entre bancada religiosa e frente parlamentar. A frente parlamentar é um tipo de organização que abrange parlamentares de partidos diferentes com o objetivo de atuar de forma unificada na defesa de interesses comuns. Atuam como um grupo de pressão interna no Congresso. A bancada religiosa é constituída por:

[...] um grupo de deputados e senadores que integram uma legenda, bloco partidário ou Estado. São unidos por interesses partidários e votam conforme o partido. Possuem um caráter mais ideológico e podem ser de cunho formal ou informal (LOPES, 2013, p. 52).

Verifica-se a partir da pauta moralista a pretensão apresentada pela FPE de transferir os valores religiosos da esfera privada para a pública. Desta forma, dispõe o inciso III do art. 2º do Estatuto da Frente Parlamentar Evangélica (2015):

Art. 2º) São finalidades da Frente Parlamentar Evangélica:

[...]

III) Procurar, de modo contínuo, a inovação da legislação necessária à promoção de políticas públicas, sociais e econômicas eficazes, influenciando no processo legislativo a partir das comissões temáticas existentes nas Casas do Congresso Nacional, segundo seus objetivos, combinados com os propósitos de Deus, e conforme Sua Palavra.

Nesta perspectiva, ao utilizar um discurso abrangente, amplia-se a possibilidade de estabelecer conexões entre os parlamentares e outros setores da sociedade, além de favorecer alianças políticas com os demais segmentos religiosos. Diante disso, as diferenças ideológicas são amenizadas e acarreta um consequente fortalecimento da pauta religiosa na derrota de propostas legislativas contrárias à doutrina cristã (MOURA, 2017). Assim, de acordo com Figueiredo (2016), o fortalecimento dos grupos religiosos é responsável pelas distorções no sistema político representativo, visto que gera uma sobrerrepresentação de alguns grupos políticos e econômicos no Congresso Nacional.

Neste diapasão, há uma disputa pela moralidade pública que encontra na religião as diretrizes para definição dos valores que compõe as pautas moralizadoras. Esse conservadorismo religioso, nos últimos anos, tem revelado como protagonistas os evangélicos pentecostais no domínio da moralidade pública para maior controle dos corpos, dos comportamentos e dos vínculos primários (ALMEIDA, 2017). A representação religiosa da FPE se apresenta como resistência à efetivação de políticas defensoras dos direitos humanos, em que:

O conservadorismo religioso, intolerante e partidariamente organizado, nesse contexto, alia-se aos tradicionais detentores do poder político e passam a bloquear qualquer tentativa de avanço efetivo em direitos humanos, sobretudo, neste caso, nas demandas por reconhecimento, por autonomia das mulheres e igualdade de direitos para a população LGBTT. Instalado nos governos e parlamentos, o poder religioso leva o Estado a relativizar ao máximo o dever constitucional de laicidade, pressionando por recursos públicos e acesso aos meios de comunicação de massa, ao mesmo tempo em que busca subjugar as políticas públicas de saúde, educação e esporte às suas próprias concepções confessionais. (FIGUEIREDO, 2016, p. 3).

A instituição de um Estado laico não é sinônimo de uma postura contrária à religião. Defender a laicidade é defender a separação entre religião e Estado. Ou seja, os valores e a moral religiosa devem ser afastados na formulação e implementação de políticas públicas. Direitos não podem ser restringidos com base em valores religiosos (FIGUEIREDO, 2016). No entanto, percebe-se uma onda conservadora no cenário político brasileiro que:

têm levado a perdas de determinadas conquistas no universo dos direitos construído, principalmente, após a redemocratização. Consolidaram-se nos últimos anos forças que trabalham a favor da contenção, da restrição e do retrocesso de alguns direitos garantidos com a promulgação da Constituição de 1988 (ALMEIDA, 2017, p. 3).

Identifica-se um processo de dessecularização em decorrência do retorno do sagrado ao espaço público. Ademais, aumentou-se a insegurança social pelo fim dos dogmas religiosos, das verdades imutáveis, o que gerou uma busca de sentido para uma sociedade em que tudo é incerto (EMMERICK, 2010).

A eleição de 2018 apresentou de forma mais intensa o conservadorismo político no Brasil, que culminou na eleição de um presidente cujo discurso evidenciou forças que atravessam a conjuntura brasileira. Para Almeida (2017), essas forças são a econômica, moral, securitária e societal, nas quais estão implicados o conservadorismo e valores religiosos. Aborda-se, no título seguinte, as faces do discurso conservador que encontrou a melhor representação na candidatura de Jair Bolsonaro.

O discurso conservador e religioso

O conservadorismo no Brasil aparenta estar acumulando forças na disputa da hegemonia nas relações sociais capitalistas. Uma das expressões deste acontecimento é a ascensão de uma bancada religiosa na estrutura congressista, com atuação na promoção de pautas que representam retrocessos civilizacionais, as quais se apresentam como ameaça aos direitos conquistados desde o fim do Regime Ditatorial de 1964 (SOUZA, 2016).

Vale destacar que esta bancada religiosa é fortemente influenciada pelo evangelicalismo que, explicado por Mariano, busca intervir diretamente a vida social e política, sob o argumento de impedir a completa depravação moral da sociedade:

Para demarcar, reerguer e redefinir as fronteiras que simbolizam e singularizam sua identidade coletiva ou sua distintividade moral e religiosa – ou, nos seus termos, para impedir a completa depravação moral da sociedade e remover todo e qualquer obstáculo à pregação de seus valores e doutrinas –, elegem adversários para combater à medida mesma que os consideram ímpios e lhes atribuem ou neles reconhecem poderes ameaçadores e ofensivos ao evangelho, à moral cristã, à família e à liberdade religiosa. As religiões que prosperam, assim, conseguem fazê-lo não apesar do pluralismo e da diversidade, mas porque se empenham, estrategicamente, em confrontar (e competir com) as forças seculares e religiosas que percebem e identificam como ameaçadoras ou pelas quais se sentem e se acham combatidas e hostilizadas (MARIANO, 2016, p. 721).

Para Almeida (2017), são quatro as linhas de forças presentes na conjuntura brasileira em que conservadorismo e evangélicos estão envolvidos: econômica, moral, securitária e societal. Na primeira linha de força, que refere-se a qual papel deve ter o Estado na economia, a meritocracia desempenha uma posição de destaque. A religião incentiva e valoriza o mérito decorrente do esforço próprio. Desta forma:

[...] o enquadramento do debate público aponta para posições que celebram o esforço e o mérito individuais, e opõe-se, por exemplo, a políticas públicas e sociais de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família dos governos Lula e Dilma. Tal política redistributiva,

assim como outras, é percebida como clientelismo político e forma de acomodação dos pobres para o trabalho (ALMEIDA, 2017, p.13).

Evidencia-se uma postura religiosa de estímulo ao empreendedorismo. A partir desta perspectiva, entende-se que a intervenção do Estado por meio de políticas redistributivas é vista como antinatural e que contribui para a permanência da sociedade na pobreza.

A moralidade e os costumes compõem a segunda linha de força. No campo semântico da moralidade, de acordo com Messenberg (2017), o conservadorismo se apresenta como resistência à expansão dos direitos individuais baseados na secularização e como uma reafirmação da sociedade tradicional envolvendo família, religião e nação. As emissões discursivas abordam de forma extremada conteúdos de natureza homofóbica, sexista, racista e xenófoba. Estas intolerâncias se repetem conforme explica Messenberg (2017, p. 638):

[...] superdimensionamento da criminalidade e da violência no país e a oposição às cotas raciais. Desdobram-se, a partir da primeira, questões relacionadas ao apoio à redução da maioria penal, ao recrudescimento das penas judiciais, à truculência das ações policiais e às críticas à política de direitos humanos, à justiça brasileira e à política do desarmamento. Com relação às cotas raciais, a conexão com outra ideia-força também presente no discurso desses atores é imediatamente observada. Isto é, há a percepção unânime de que as cotas raciais ferem o princípio da meritocracia e acirram o racismo no país.

O conservadorismo dos costumes, em especial aos propagados pela religião, não se restringem ao âmbito privado. Há uma tentativa de alcançar toda a sociedade mediante normas jurídicas com conteúdo da moralidade pública. Em outras palavras:

A religião que parecia ter se restringido à esfera privada e individual pelo processo de secularização reconfigurou-se e atua sobre aquilo que se define como público, mais especificamente as normas em forma de lei ou de costumes (ALMEIDA, 2019, p. 208).

A terceira linha de força está relacionada à questão de segurança do Estado. Nesta linha há uma série de movimentações políticas, demandas coletivas e medidas governamentais que tendem à postura mais repressiva e punitiva por meio dos aparelhos de segurança do Estado. Essa tendência se dá por propostas como a redução da maioria penal, revisão da lei do armamento, e pela política do encarceramento (ALMEIDA, 2019).

Com base na visão maniqueísta⁴ da realidade, o conservadorismo tem definido as características do “inimigo”. Uma vez identificadas essas características no indivíduo, não resta alternativa a não ser o sacrifício destas pessoas para que a ordem ameaçada pela sua presença possa vigorar novamente. Assim, o trabalhador é o bem e o bandido o mal. A partir dessas características, Zaluar (2019, p. 18) afirma que:

convergem numa direção socialmente clara onde estão os homens jovens e pobres, muitos de pele escura, mas não todos, que moram em áreas consideradas mais perigosas, onde acontecem conflitos armados entre membros de organizações ilegais, assim como operações policiais e militares. São eles que, metonimicamente próximos, vão sofrendo um processo claro de estigmatização pela escolha de um bode expiatório considerado como a raiz ou a fonte de todos os problemas da segurança pública: “bandido bom é bandido morto”, leia-se “bandido

⁴ O termo maniqueísta é relativo ao maniqueísmo, entendido como uma forma de pensar o mundo dividido em dois: o mundo do Bem e o do Mal. Essa forma de pensar reduz os fenômenos humanos a uma relação de causa e efeito, certo e errado, é ou não é (LIMA, 2001).

bom da favela (ou da periferia) é bandido morto”. O mal tem de ser completamente destruído, banido da sociedade.

A bancada religiosa se apresenta em posição de auxílio aos interesses dos aparelhos de segurança pública e privada. O conservadorismo religioso, para Almeida (2019), oscila entre resistir às mudanças, principalmente no reconhecimento de famílias heterossexuais, apenas; provocar mudanças regressivas, a exemplo da criminalização do aborto em qualquer situação; e na adesão a certos valores como a exemplo da ética empreendedora e o aumento da violência do Estado.

Por fim, a última linha de força está relacionada à qualidade e intensidade das interações sociais em situação de forte antagonismo político. A situação política brasileira afetou as relações interpessoais de parcela da população. Isso se percebe na cisão entre opiniões e posições políticas e morais, em que “o ódio político se manifestou na estigmatização de políticos a simples eleitores de esquerda e na criminalização dos movimentos sociais (ALMEIDA, 2019).

Complementando, conforme bem registra Mariano:

O antagonismo de grupos evangélicos conservadores à ampliação dos direitos civis de minorias sexuais e a aspectos da cultura secular representa, em boa medida, reação defensiva a um sem-número de mudanças socioculturais, legais e políticas. Reação que, de um lado, pretende proteger a família tradicional, a moralidade cristã, a liberdade religiosa e de expressão. De outro, fundamenta-se na disposição para tentar restaurar uma certa ordem moral e social tradicional, que creem estar sendo destruída pelo ativismo político-ideológico de seus adversários e pela disseminação desenfreada da imoralidade e da corrupção dos costumes pela mídia e até pela “escola com partido”, promotora de ideologias “esquerdopatas”. Daí sua intempestiva reação, em especial, ao incremento da visibilidade pública, da influência e do poder político de grupos e movimentos feministas, LGBTs e defensores dos direitos humanos e da laicidade ou secularidade do Estado na elaboração e implementação de políticas públicas nas áreas de saúde, cultura, educação (2016, p. 723).

A tendência conservadora encontrou na candidatura de Jair Messias Bolsonaro a melhor representação, que o favoreceu no resultado da eleição à presidência da República Federativa do Brasil de 2018. A partir das características conservadora e religiosa de Jair Bolsonaro, analisa-se, no próximo título, a postura presidencial no âmbito de políticas públicas de saúde no tratamento ao COVID-19.

Práticas religiosas e saúde pública: comportamento do presidente do Brasil Jair Messias Bolsonaro no tratamento do covid-19

A COVID-19 foi descoberta em dezembro de 2019 na China (BRASIL, 2020). Em janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou que a situação se configurava como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) e, em março de 2020, que constituía uma pandemia. No Brasil verificou-se que:

[...] o Ministério da Saúde (MS) atuou imediatamente, a partir da detecção dos rumores sobre a doença emergente. Em 22 de janeiro, foi acionado o Centro de Operações de Emergência (COE) do Ministério da Saúde, coordenado pela Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS), para harmonização, planejamento e organização das atividades com os atores envolvidos e o monitoramento da situação epidemiológica. Houve mobilização de vários setores do governo e diversas ações foram implementadas, incluindo a elaboração de um plano de contingência (OLIVEIRA *et al.*, 2020, p. 1).

A COVID-19 é uma doença causada por um vírus que apresenta um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves (BRASIL, 2020). Conforme dados apresentados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), cerca de 80% das pessoas infectadas pelo vírus causador da COVID-19 podem apresentar um quadro assintomático, enquanto 20% requerem atendimento hospitalar, dentre os quais 5% apresentam insuficiência respiratória que exige tratamento em Unidade de Terapia Intensiva e 2,3% necessitam de ventilação mecânica (SILVA, 2020).

Dentre as medidas de proteção recomendadas pelo Ministério da Saúde, a restrição de contato pessoal tem sido enfatizada. Entretanto, medidas de isolamento social repercutem negativamente na economia. Conforme notícia divulgada pelo site da Revista Veja, publicação do dia 27 de março de 2020, o presidente Jair Bolsonaro, desde o início da recomendação sanitária para manter o distanciamento social, tem criticado as decisões dos governadores de restringir a circulação de pessoas para diminuir o risco de contágio. Isso porque levará a uma retração da economia e aumento do desemprego (ZYLBERKAN, 2020).

No dia 26 de março de 2020, cedendo às pressões da bancada religiosa e em atendimento à vontade do Presidente, o então ministro da saúde Luiz Henrique Mandetta orientou os Estados a manterem a realização de cultos religiosos, que já haviam sido incluídos no grupo de atividades essenciais pelo decreto nº 10.292 de 25 de março de 2020 (ZYLBERKAN, 2020). Em comento a este decreto, Streck (2020) afirma que a liberdade religiosa não está sendo atingida pela proibição da realização de cultos e missas. Ao incluir a atividade religiosa como serviço social, o presidente da república desseculariza o Estado.

Mesmo diante da tendência de crescimento do número de casos de COVID-19 no Brasil, Jair Bolsonaro defende relativização de quarentena. Haja vista que o isolamento social é uma medida recomendada pelo Ministério da Saúde para diminuir a disseminação do vírus (BRASIL, 2020), o apoio ao governo resta prejudicado por não estimular o distanciamento social. É o que pode ser verificado em pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, publicada em 17 de abril de 2020, na qual se constatou que 79% dos brasileiros são, inclusive, a favor de algum tipo de punição para quem violar regras de isolamento social.

Para retomar o apoio popular perdido pela relativização da quarentena, Jair Bolsonaro apelou para uma postura de cunho fortemente religioso-cristão. Sustentado pela Teologia da Guerra Espiritual, o presidente convoca os cristãos a praticarem o jejum religioso no Domingo de Ramos (05 de abril) para que Deus livre o Brasil da praga do COVID-19 (ALEXANDRE, 2020).

A Teologia da Guerra Espiritual defende que a evangelização é uma luta contra o demônio, o qual estaria presente em qualquer mal que é feito e sofrido (MARIZ, 1999). Para Duarte (2018), a batalha espiritual contra o diabo ganha maior dimensão quando o demônio é visto como portador e responsável por todos os males que acometem a humanidade. Assim, as pessoas encontram na religião um espaço sagrado de cura. No entanto, ao mesmo tempo em que a crença conforta muitos brasileiros, também os deixam expostos aos riscos letais da pandemia.

A adesão à teologia da batalha espiritual é interpretada como uma reação da população excluída pela modernidade. Essa exclusão é verificada, por exemplo, nas situações em que as pessoas não têm acesso à educação que os integre com as categorias racionais da forma de pensar moderna. Essa exclusão limita a intelectualidade das pessoas e explica a adesão à cosmovisão mágica da guerra espiritual. Esta teologia acaba, pois, na luta contra o demônio, por alienar as pessoas ao desviar a atenção do verdadeiro inimigo (MARIZ, 1999).

Jair Bolsonaro adota uma postura negacionista quanto à gravidade do novo coronavírus. No dia 24 de março, emitiu um pronunciamento no qual declarou:

Pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar. Nada sentiria. Ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho. (...) Algumas poucas autoridades, estaduais e municipais, devem abandonar o conceito de terra arrasada, a proibição de transportes, o fechamento do comércio e o confinamento em massa (BRASIL, 2020).

Diante deste pronunciamento verifica-se que a expressão máxima de soberania do Estado reside no poder de determinar quem pode viver (os jovens) e quem deve morrer (os idosos) (SILVA; PIRES; PEREIRA, 2020).

Esta postura traduz o conceito de necropolítica desenvolvido pelo camaronês Achille Mbembe (2018, p. 5), segundo o qual “expressão máxima de soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer”, ou seja, “ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como implantação e manifestação de poder”.

O vírus e a doença por ele provocada não afetam todas as pessoas de forma igual, seja pelo Estado priorizar o tratamento de pessoas mais jovens, seja por deixar os mais vulneráveis padecerem. As pessoas são afetadas de formas diferentes conforme o espaço público das metrópoles que ocupam. A população mais pobre é a que está mais vulnerável à doença pela maior exposição ao risco de contágio, pelas condições de lotação de suas moradias e pelo adensamento populacional nas favelas e cortiços (PASSOS, 2020).

Tem-se um Estado descomprometido com a proteção da vida, que pretere zelar pela economia ao promover a saúde pública. Percebe-se, pois, que o Estado faz com que condições mortíferas se expandam e produzam o extermínio daqueles que podem ser descartados. Isso pode ser percebido, por exemplo:

[...] nas favelas e comunidades do Rio de Janeiro, nas periferias das grandes e médias cidades brasileiras. Não há nenhum tipo de serviço de inteligência, de combate à criminalidade. O que se tem, no liberalismo letal, é a perseguição daqueles considerados perigosos, tanto do ponto de vista de classe, gênero, geração (os velhos) e raça/etnia quanto ideológico; são aqueles que não têm valor e podem de ser descartados (SILVA; PIRES; PEREIRA, 2020, p. 7).

A partir do elo existente entre o processo de segregação socioespacial e as transformações urbanas, sejam demográficas e/ou econômicas, fica demonstrado a natureza estrutural do processo de fragmentação do espaço urbano, onde se criam locais em que a pobreza e a exclusão social compõem um ambiente favorável para a expansão da pandemia. Isto se verifica pelo fato de que, apesar da doença COVID-19 ter se manifestado primeiro nas regiões centrais das metrópoles cujos moradores possuem melhores condições de vida, a população das áreas mais pobres foi atingida rapidamente, com efeitos que tendem a ser devastadores (PASSOS, 2020).

Esses são os efeitos experimentados pelo estilo de governo pautado no neoliberalismo, que vem se consolidando a partir dos anos 1990. De acordo com a lógica neoliberal, o mercado governa e dirige os destinos da sociedade conforme a adequação às necessidades da acumulação de capital. Este novo estilo de governar, denominado de biopolítica, em que o poder político é exercido sobre todos os aspectos da vida humana, opera com dificuldades, que são agravados em casos de problemas multidimensionais, a exemplo da crise de 2008 e com a pandemia do COVID-19 (PASSOS, 2020).

Desta forma, Silva, Pires e Pereira (2020) esclarecem que a atual tragédia não é causada pelo coronavírus. A pandemia apenas a explicita e amplifica de forma exponencial. Em comparação com países como Suécia e Dinamarca, que apresentam índices de trabalho informal menores, as pessoas cumprem o isolamento social e continuam sendo remuneradas, além das verbas destinadas ao serviço público de saúde serem ampliadas.

Considerações finais

A laicidade do Estado é posta como condição de governo de um Estado plural e democrático. Os governantes devem fundamentar a elaboração de políticas públicas no conhecimento científico e não na mística religiosa. A discussão sobre a influência exercida pela bancada religiosa na elaboração de políticas públicas no Brasil tornou-se relevante diante dos entraves encontrados para a materialização de direitos humanos.

Mesmo que a moral religiosa não possa fundamentar a elaboração de políticas públicas, evidencia-se a influência do religioso na política. O Estado Ampliado de Gramsci é formado pela sociedade política, com toda a estrutura dos aparelhos governamentais, e pela sociedade civil, da qual as instituições religiosas são integrantes. Assim, as igrejas são integrantes do Estado e interferem na construção da sociedade política.

Nesse contexto, a laicidade do Estado deve assegurar a separação entre o Estado e as religiões como forma de eliminar qualquer obstáculo na promoção dos direitos inerentes à todas as pessoas.

Nenhum direito pode ser restringido pelo Estado com fundamento em valores religiosos. Entretanto, percebe-se que o conservadorismo religioso estruturado partidariamente e detentor de expressiva representação no Congresso Nacional obsta o avanço de direitos humanos de grupos que demandam reconhecimento. É o caso de pessoas pertencentes à população LGBTQI+. Assim, as políticas públicas ficam subjugadas pelo poder religioso, que impõem a moral da religião como parâmetro para promoção de diretrizes nas áreas de saúde, educação e cultura. Evidencia-se que os efeitos da interação entre religião e política compromete o caráter laico do Estado brasileiro quando, por exemplo, há a negação do conhecimento científico e a exaltação de condutas religiosas no combate às doenças.

Verifica-se um momento de negação da ciência e de desvalorização dos direitos humanos quando o presidente do Brasil Jair Bolsonaro emite pronunciamento que ignora a gravidade do COVID-19. No dia 24 de maio de 2020 o Brasil registra 363.211 casos confirmados de pessoas infectadas pelo novo coronavírus e 22.666 óbitos. Diante destes dados, é inaceitável qualquer argumento que intente abrandar a letalidade do vírus, visto que não se trata de apenas uma “gripezinha”, conforme afirmou Jair Bolsonaro. Mas, “e daí?”, disse o presidente (CHAIB, CARVALHO, 2020). Essa indiferença com as mortes de brasileiros fica mais evidente neste momento de pandemia. Mas está presente também quando o Estado reduz verbas destinadas a pesquisas e ao Sistema Único de Saúde, como acontece com a Emenda Constitucional (EC) nº 95, que proíbe o aumento de recursos para a saúde, a educação e a previdência.

Dessa forma, o Estado promove a expansão de condições mortíferas à determinados grupos da sociedade, compostos majoritariamente por moradores das favelas e pela periferia das grandes cidades. Estas são as pessoas consideradas “descartáveis” em um Estado necropolítico.

Diante do exposto, verifica-se que o Estado material de Direito, tal como preconizado por Silva (2017), exige que se promova o diálogo entre congressistas conservadores com os segmentos da sociedade que buscam o reconhecimento de direitos, os quais são negados por afrontarem a moral religiosa. A partir dessa discussão, espera-se que as diferenças sejam entendidas e respeitadas.

Referências

ALMEIDA, Ronaldo de. **A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo**. Cad. Pagu, Campinas, n. 50, e175001, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000200302&lng=en&nrm=iso>. Acesso em maio de 2020.

ALMEIDA, Ronaldo de. **Bolsonaro Presidente: Conservadorismo, Evangelismo e a Crise Brasileira**. CEBRAP, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-213, abril de 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002019000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em maio de 2020.

ALEXANDRE, Matheus. **Os evangélicos brasileiros e a pandemia: Deus vs Diabo**. Justificando, abril de 2020. Disponível em: <<https://www.justificando.com/2020/04/17/os-evangelicos-brasileiros-e-a-pandemia-deus-vs-diabo/>>. Acesso em maio de 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federal do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988 – 51 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017.

BRASIL. **Decreto nº 10.292, de 25 de março de 2020**. Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.292-de-25-de-marco-de-2020-249807965>>. Acesso em maio de 2020.

BRASIL. **Estatuto da Frente Parlamentar Evangélica**. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/53658-integra.pdf>. Acesso em maio de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **O que é COVID-19**. Disponível em: <<https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>>. Acesso em maio de 2020.

BRASIL. Presidente (2019-2022: Jair Messias Bolsonaro). **Pronunciamento presidencial por ocasião do COVID-19**. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2020/03/venceremos-o-virus-afirma-bolsonaro-em-pronunciamento-aos-brasileiros>>. Acesso em maio de 2020.

CHAIB, Julia; TURTELLI, Daniel. **'E daí? Lamento, quer que eu faça o quê?', diz Bolsonaro sobre recorde de mortos por coronavírus**. Folha de São Paulo, São Paulo, 28 abr. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-recorde-de-mortos-por-coronavirus.shtml?origin=folha>>. Acesso em maio de 2020.

COWAN, Benjamin Arthur. **"Nosso Terreno" crise moral, política evangélica e a formação da 'Nova Direita' brasileira**. Belo Horizonte, v. 30, n. 52, p. 101-125, abril de 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752014000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em abril de 2020.

DATAFOLHA. **Opinião Sobre a Pandemia Coronavírus**. Instituto de Pesquisa Datafolha, Opinião Pública. São Paulo, abril de 2020. Disponível em: <

<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2020/04/18/aea425055401f562e1eaf37ef03ff191restri.pdf>
. Acesso em maio de 2020.

DIAS, Tainah Biela. **Sobre Religião, Estado Laico e Cidadania LGBTQ+:** A Frente Parlamentar Evangélica e a Defesa da Verdade sobre a Família. Disponível em: <<http://tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/1647/2/TAINAH%20BIELA%20DIAS.pdf>>. Acesso em abril de 2020.

DUARTE, Marcello Felipe. **A teologia da prosperidade na Igreja Universal do Reino de Deus e a demonização das religiões afro-brasileiras.** Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/36836>>. Acesso em maio de 2020.

EMMERICK, Rulian. **Secularização e Dessecularização na Sociedade Contemporânea:** Uma relação dialética. SINAIS - Revista Eletrônica. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.07, v.1, junho. 2010. pp. 04-19.

FIGUEIREDO, Ivanilda. **Direitos Humanos e Estado Laico: Relatório da Relatoria de Direitos Humanos e Estado Laico – da Plataforma de Direitos Humanos – Dhesca Brasil.** Disponível em: < <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/relatoriodhesca.pdf>>. Acesso em abril de 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 3: Maquiavel, notas sobre o estado e a política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

HENRIQUES, Cláudio Maierovitch Pessanha; WAGNER, Vasconcelos. **Crises dentro da crise: respostas, incertezas e desencontros no combate à pandemia da Covid-19 no Brasil.** Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/ea/v34n99/1806-9592-ea-34-99-25.pdf>>. Acesso em dezembro de 2020.

LAFER, Celso. **"Estado laico"**. O Estado de S. Paulo, 20 mai.2007, pp. 1-2.

LIMA, Raymundo. **O Maniqueísmo: o Bem, o Mal e seus efeitos ontem e hoje.** Disponível em: < <file:///C:/Users/mateu/Dropbox/Direito/Artigo/DH%20E%20RELIGI%C3%83O/40166-Texto%20do%20artigo-177078-1-10-20171026.pdf>>. Acesso em dezembro de 2020.

LIWERANT, Judit Bokser. **Religión y espacio público en los tiempos de la globalización**, em Roberto Blancarte (ed.), Los retos de la laicidad y la secularización en el mundo contemporáneo. México, El Colegio de México, 2008, pp. 59-84.

LOPES, Noemi Araujo. **A Frente Parlamentar Evangélica E Sua Atuação Na Câmara Dos Deputados.** Disponível em: < https://bdm.unb.br/bitstream/10483/7140/1/2013_NoemiAraujoLopes.pdf>. Acesso em dezembro de 2020.

MARIANO, Ricardo. Expansão e ativismo político de grupos evangélicos conservadores. Secularização e pluralismo em debate. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 16, n. 4, p. 710-728, 2016.

MARIZ, Cecília Loreto. **A Teologia da Batalha Espiritual:** Uma Revisão da Bibliografia. Disponível em:< <https://anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-47/497-a-teologia-da-batalha-espiritual-uma-revisao-da-bibliografia/file>>. Acesso em maio de 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MESSEMBERG, Débora. **A direita que saiu do armário**: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *Soc. estado*, Brasília, v. 32, n. 3, p. 621-648, Dec. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-699220170003000621&lng=en&nrm=iso>. Acesso em maio de 2020.

MENDONÇA, Sônia. O Estado ampliado como ferramenta metodológica. **Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx**, v. 2, n. 2, p. 27-43, 2014.

MORAES, Alexandre de *et al.* **Constituição Federal Comentada**. Equipe Forense – 1. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2018.

MOURA, Priscila Carla Santana e. **A atuação da Religião na Política Brasileira Contemporânea**: uma análise crítica dos projetos legislativos da bancada evangélica no Congresso Nacional. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/20244/3/AtuacaoReligiaoPolitica.pdf>>. Acesso em abril de 2020.

NOSELLA, Paolo; DE AZEVEDO, Mário Luiz Neves. A educação em Gramsci. **Teoria e Prática da Educação**, v. 15, n. 2, p. 25-33, 2012.

NUNES, Rizzato. **O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana**: doutrina e jurisprudência – 4. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

OLIVEIRA, Wanderson Kleber de *et al.* **Como o Brasil pode deter a COVID-19**. *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, v. 29, n. 2, e2020044, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222020000200200&lng=en&nrm=iso>. Acesso em maio de 2020.

PASSOS, João Décio. **A pandemia do coronavírus: Onde estamos? Para onde vamos?** São Paulo: Paulinas, 2020.

PIEPER, Frederico. Laicidade, escola e ensino religioso. Considerações a partir de Paul Ricoeur. **Estudos de Religião**, v. 28, n. 2, p. 141-168, 2014.

PY, Fábio. **Pandemia Cristofascista**. Serie: contágios infernais. São Paulo: Recriar, 2020. 53 p.

RANQUETAT JUNIOR, Cesar. **Laicidade, Laicismo e Secularização: definindo e esclarecendo conceitos**. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/sociaishumanas/article/view/773>>. Acesso em maio de 2020.

RAYMUNDO, Márcia Mocellin; MARTÍNEZ, Daniel Gutiérrez. **Compreendendo a Laicidade e Sua Aplicação em Saúde Pública**. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/hcpa/article/view/13305>>. Acesso em maio de 2020.

SILVA, Antônio Augusto Moura da. **Sobre a possibilidade de interrupção da epidemia pelo coronavírus (COVID-19) com base nas melhores evidências científicas disponíveis**. *Rev. bras. epidemiol.*, Rio de Janeiro, v. 23, e200021, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2020000100100&lng=en&nrm=iso>. Acesso em maio de 2020.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo** – 40. ed., rev. e atual. até Emenda Constitucional n. 95, de 15.12.2016. São Paulo: Malheiros, 2017.

SILVA, Luis Gustavo Teixeira da. **Laicidade do Estado: dimensões analítico-conceituais e suas estruturas normativas de funcionamento**. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 21, n. 51, p. 278-304, agosto de 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222019000200278&lng=en&nrm=iso>. Acesso em maio de 2020.

SILVA, Luis Gustavo Teixeira da. **Religião e Política no Brasil**. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S166585741730008X#bibl0005>>. Acesso em abril de 2020.

SILVA, Mauricio Roberto da; PIRES, Giovani De Lorenzi; PEREIRA, Rogerio Santos. **O necroliberalismo, bolsonaro 'vírus mental' e a pandemia da COVID-19 como casos de saúde pública: o real resiste?** *Motrivivência*, Florianópolis, v. 32, n. 61, p. 1-18, abr. 2020. ISSN 2175-8042. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2020e72755>>. Acesso em maio 2020.

SOUZA, Jamerson Murillo Anuniação de. **Tendências ideológicas do conservadorismo**. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/18011>>. Acesso em maio de 2020.

STRECK, Lenio. **Atividade religiosa é serviço essencial? Mateus, 6, 5-8, diz que não!** Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-mar-28/streck-atividade-religiosa-servico-essencial-mateus-nao>>. Acesso em maio de 2020.

ZALUAR, Alba. **Os medos na política de segurança pública**. *Estud. av.*, São Paulo, v. 33, n. 96, p. 5-22, agosto de 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142019000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em maio de 2020.

ZYLBERKAN, Mariana. **Em reunião com secretários, Mandetta sinaliza flexibilização de quarentena**. *Revista Veja*, publicado em 27 mar 2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/em-reuniao-com-secretarios-mandetta-sinaliza-flexibilizacao-de-quarentena/>>. Acesso em maio de 2020.

ZYLBERSZTAJN, Joana. **O Princípio da Laicidade na Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-11102012-111708/publico/Joana_Zylbersztajn_TESE_Corrigido.pdf>. Acesso em abril de 2020.

Recebido em 11/07/2020

Aceito em 13/02/2021

Received 07/11/2020

Approved 02/13/2021



<http://doi.org/10.7213/2318-8065.05.02.p158-188>

Resumos de Trabalhos de Conclusão de Curso do Bacharelado em Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Campus Curitiba, defendidos em 2020

Abstracts of the Undergraduate final monographs in Theology defended in 2020 at the Pontifical Catholic University of Paraná

Vários Autores*

* A disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso foi coordenada pela Profa. Dra. Jaci de Fátima Souza Candioto.



O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO NO MOVIMENTO DOS FOCOLARES

Autor: Ailton Lima de Paula¹
Orientador: Joachim Andrade²

Resumo

A abordagem desta pesquisa se justifica pelo atual panorama mundial, de profunda transformação rumo a uma sociedade cada vez mais multicultural e multirreligiosa. É nesse contexto que o Movimento dos Focolares está empenhado em promover o diálogo entre as religiões, a fim de que o pluralismo religioso da humanidade não seja causa de divisões e guerras, mas contribua para a construção da fraternidade e da paz no mundo. O objetivo deste estudo é apresentar o diálogo que o Movimento dos Focolares promove, que é fundamentado na espiritualidade e, em particular, na centralidade do amor, contextualizando o trabalho do diálogo inter-religioso e os novos desafios na contemporaneidade, analisando de que maneira é realizado esse diálogo no tempo presente e averiguando se o trabalho inter-religioso no Movimento dos Focolares poderá servir de modelo para o diálogo nos tempos atuais. Esta tarefa foi obtida por meio de pesquisas bibliográficas, literatura especializada na área da Teologia, baseada nas reflexões teológicas, sob referencial do método dedutivo. A análise demonstrou que, segundo a metodologia usada pelo Movimento dos Focolares, devemos compreender a profundidade do diálogo, preservando as diferenças, e que só no amor encontramos uma resposta, pois a doutrina vem em um segundo momento: primeiro vem o amor, a reciprocidade, a liberdade e o respeito à diferença.

Palavras-chave: Diálogo. Inter-religioso. Movimento dos Focolares.

¹ Bacharel em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2020). E-mail: ivofaraujo@gmail.com

² Doutor em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Contato: joachimandrade@terra.com.br



A UNIDADE DOS SACRAMENTOS DA INICIAÇÃO CRISTÃ

Autor: Anderson Correa da Silva³
Orientador: Roberto Nentwig⁴

Resumo

Este artigo analisa a íntima unidade dos Sacramentos da Iniciação à Vida Cristã, e sua relação com os Mistérios da Páscoa e de Pentecostes. Esses sacramentos desde o princípio da Igreja são formados pelo Batismo, Confirmação e Eucaristia, nesta ordem e unidade. No decorrer da história houve uma separação temporal e quase um abandono da unidade interna e teológica que esses são constituídos. O objetivo do artigo é explicitar a íntima unidade desses sacramentos em uma única economia da salvação. Fundamenta a unidade e a ordem sacramental, e verifica as possibilidades de uma nova compreensão e vivência pastoral. A metodologia utilizada foi a qualitativa, predominantemente bibliográfica. Com este artigo buscamos expressar que “A Iniciação à Vida Cristã é a participação humana no diálogo da salvação.” (CNBB, 107, n. 96). Partimos da Páscoa e Pentecostes como integrantes do único mistério salvífico. E na reflexão percorrida afirmamos que o Batismo e Crisma são inseparáveis, assim como o Mistério Pascal e Pentecostes. Por sua vez, buscamos situar a Eucaristia, como ápice da vida cristã. Percebemos que há modelos históricos que salvaguardam a unidade e a ordem sacramental original, e a sintonia com os mistérios celebrados. Diante disso, apontamos possibilidades de mudança da ordem no caso da iniciação de adolescentes, e no caso de adultos incentivamos o processo catecumenal proposto pelo Vaticano II – essas perspectivas garantem um processo de iniciação que salguarde a unidade interna e a ordem original com um resgate pneumatológico, unido ao Mistério Pascal.

Palavras-chave: Iniciação à Vida Cristã. Páscoa. Pentecostes. Catecumenato

³ Bacharel em Filosofia pela FAVI e Bacharel em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

⁴ Doutor em Teologia pela PUC-RJ (2017). Docente da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e no Studium Theologicum em Curitiba. Contato: beto.catequese@gmail.com.



MICHEL DE CERTEAU: A MÍSTICA DO COTIDIANO

Autor: Breno Cesar Carvalho de Souza⁵
Orientadora: Andréia Cristina Serrato⁶

Resumo

Pesquisar Michel de Certeau é propor uma nova conceituação em vários aspectos, mas, especialmente nas áreas da Cultura, da Mística e da História, com bases antropológicas, que incidem na maneira de ser, fazer e assumir a teologia, especialmente a teologia pública, nos últimos tempos. O objetivo central é estabelecer o diálogo da Cultura nas categorias elencadas pelo autor e perceber sua aplicabilidade ou indicação de relação com a pluralidade temática e na reconstrução conceitual. Metodologia descritiva bibliográfica utilizamos as leituras, orientações, grupos de estudos e aulas sobre a temática e o autor. Os materiais em foco foram as obras de Certeau, especialmente A fábula mística, A Cultura no Plural e a Invenção do Cotidiano. Um dos grandes resultados é a visita ao conteúdo da epistemologia negativa como fonte de conhecimento pela via da negação ou mesmo da descida ao não conhecimento ao conhecimento. É uma via alternativa e diferente daquilo que muitos outros autores se conduzem a percorrer. Para Certeau, a epistemologia se traduz como uma linguagem teológica da kénosis, num rebaixamento ou mesmo de um esvaziamento para o preencher-se absolutamente. Pesquisar Certeau é, propriamente, um desafio. Contudo, um desafio que não pode resumir-se às limitações da difícil compreensão, mas da abertura que se estabelece em vista das novas maneiras de conhecer e, por consequência, viver.

Palavras-chave: Cotidiano. Mística. Outro.

⁵ Bacharel em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

⁶ Doutora em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2015). Docente da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Contato: andrea.serrato@pucpr.br.



ESTUDO COMPARATIVO DAS VIAS DE EVANGELIZAÇÃO DA EVANGELLI NUNTIANDI COM A EVANGELLI GAUDIUM, UM OLHAR PARA A ATUALIDADE

Autor: Clairton Luis da Silva⁷
Orientador: Cesar Leandro Ribeiro⁸

Resumo

O presente artigo analisa a exortação apostólica *Evangelii Nuntiandi* de Paulo VI, confrontando-a com a exortação *Evangelii Gaudium*, do Papa Francisco, buscando um olhar para a atualidade. Esta abordagem comparativa se detém nas vias de evangelização que ambas abordam, destacando os tópicos que refletem uma necessidade de anúncio da Palavra, que perpassa um simples falar. Como resultado final, pretende-se com esse estudo, por meio da metodologia de pesquisa bibliográfica, a identificação de consonância entre esses dois documentos pontifícios, tendo em vista a grande evolução que a comunicação vem sofrendo nesses anos que as separam. Além disso, pretende-se evidenciar as vias de evangelização que tratam do anúncio da Palavra por *uma pregação viva e mass media*. Esta reflexão permite perceber a necessidade da ampliação do horizonte teológico na busca de alternativas próprias de cada tempo e, sobretudo, da necessidade de atualizar a forma de evangelização para os desafios que marcam a Igreja conduzida por Francisco. As grandes mudanças tecnológicas e o fácil acesso à informação demonstraram que o ser humano tem buscado referências humanas, líderes, comunicadores que façam apologia à sua fé, à sua doutrina. Diante disso, pôde-se perceber que o anúncio da Palavra continua sendo uma realidade viva, única, necessária. É o próprio ser humano que empresta sua voz para ser a voz de Cristo, se valendo das vias de evangelização descritas nessas exortações, as quais, fundamentam esse trabalho.

Palavras-chave: Anúncio. Evangelização. Palavra. Meios de comunicação.

⁷ Bacharel em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

⁸ Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2018). Docente da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).



A ESPIRITUALIDADE NAS COMUNIDADES TERAPÊUTICAS PARA USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

Autor: Cleverson Luis Nogueira⁹
Orientador: Marcio Luiz Fernandes¹⁰

Resumo

Este trabalho analisa como a espiritualidade torna-se um recurso significativo na vida de usuários de álcool e outras drogas que se encontram em tratamento em Comunidades Terapêuticas. É significativo o aumento de pesquisas sobre a relação entre espiritualidade e saúde integral do ser humano. Tanto a espiritualidade quanto a religiosidade se consideradas como horizonte de sentido e propósito para a vida podem ser grandes aliadas para ajudar os dependentes químicos e servir como fator de proteção, prevenção e ajuda na hora do tratamento e manutenção da abstinência. O objetivo deste trabalho é compreender as diversas formas, métodos e aplicações da espiritualidade e da religiosidade no tratamento e acompanhamento dos acolhidos nas Comunidades Terapêuticas. Este propósito será conseguido mediante a pesquisa de forma dedutiva por meio de mídias eletrônicas, revistas, livros, apostilas e em Comunidades Terapêuticas. A pesquisa demonstrou que o tratamento terapêutico obtém maior resultado em porcentagem quando é aplicada a espiritualidade e a religiosidade como parte dele, considerando a metodologia das casas, trabalhada pelos profissionais e técnicos no desenvolvimento do programa inserido.

Palavras-chave: Espiritualidade. Religiosidade. Dependência Química.

⁹ Bacharel em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

¹⁰ Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Lateranense - Doutor em Psicologia pela USP. Docente da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).



DIÁLOGO ECUMÊNICO E A CASA COMUM

Autor: Cristiano Ferreira Gozdeck¹¹
Orientador: Joachim Andrade¹²

Resumo

O Brasil é um país de extensão continental com uma imensa diversidade de fauna e flora, que vem sendo degradada ao longo dos anos, por isso é urgente que a população tenha consciência de sua responsabilidade na preservação do meio, a degradação ecológica afeta a todos, sejam católicos, cristãos de outras denominações e pessoas de outras religiões. Nesse contexto é fundamental que haja um diálogo maior entre os cristãos em nosso país com a finalidade de preservar a Casa Comum. Objetiva-se lançar luzes às ações ecumênicas no Brasil, que visam a proteção do meio ambiente, a casa comum e as ações que vem aproximando católicos e cristãos de outras denominações. Método: Dedutivo, qualitativo, descritivo e de revisão bibliográfica. Resultados: As Campanhas da Fraternidade realizadas anualmente pela CNBB, atingem um grande percentual da população brasileira, sempre com temas que são sensíveis á sociedade, dentre eles a questão ambiental. Conclusão: Desde o ano 2000 a CNBB e o CONIC realizam a cada cinco anos a edição ecumênica da campanha da fraternidade, que em 2016 tratou sobre a conscientização de seus fiéis sobre o zelo pela casa comum. Com isso, o diálogo ecumênico no país vem se fortalecendo e buscando novas ações na busca de uma ecologia integral proposta pelo Papa Francisco.

Palavras-chave: Ecumenismo. Casa Comum. Ecologia. Campanhas da Fraternidade Ecumênicas.

¹¹ Bacharel em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

¹² Doutor em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Contato: joachimandrade@terra.com.br.



ASSISTÊNCIA ESPIRITUAL A QUEM CUIDA: QUESTÃO PARA A TEOLOGIA

Autora: Elizangela de Souza Schneider Maciel¹³

Orientadora: Marcia Regina Chizini Chemin¹⁴

Orientadora: Mary Rute Gomes Esperandio¹⁵

Resumo

A assistência espiritual a familiares que assumem a função de cuidadores/as informais de pessoas enfermas em Cuidados Paliativos está prevista nessa abordagem terapêutica, pois faz parte cuidar também da família de pacientes. O objetivo deste estudo foi identificar a literatura científica sobre a assistência espiritual a familiares em Cuidados Paliativos; se esta é atribuída a profissionais, e se aparece como possibilidade de prática teológica. Procedeu-se uma revisão integrativa de literatura, com busca de artigos na Scientific Electronic Library Online e no Portal da Biblioteca Virtual em Saúde, publicados entre julho de 2015 e julho de 2020, em português, disponíveis na íntegra. Foram localizados 18 artigos, dos quais cinco foram selecionados para análise. Evidenciou-se que se considera importante a atenção aos aspectos espirituais durante os Cuidados Paliativos, porém não se aponta o que é assistência espiritual e não a relaciona a um campo específico do conhecimento/formação profissional; profissionais dos cuidados de Saúde cogitam a possibilidade de assumir a função, mas reconhecem sua limitação para essa atividade; nenhum dos artigos abordou a atenção espiritual a cuidadores/as familiares durante os Cuidados Paliativos. Concluiu-se que há pouca pesquisa sobre o tema, entretanto, os aspectos espirituais das pessoas não podem ser negligenciados. A Teologia, especialmente por meio da formação acadêmica, poderá contribuir na provisão de pessoal para atuação em assistência espiritual a pessoas que exercem cuidado de outras.

Palavras-chave: Assistência espiritual em cuidados paliativos. Cuidadores familiares. Teologia.

¹³ Bacharela em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

¹⁴ Doutora em Teologia pela PUCPR.

¹⁵ Doutora em Teologia. Docente da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).



O AGIR FRATERNAL NO PROJETO DE CHIARA LUBICH COMO PRINCÍPIO BÍBLICO DE HUMANIZAÇÃO

Autor: Everton Luiz dos Santos¹⁶

Orientadora: Jaci de Fátima Souza Candioto¹⁷

Resumo

O presente artigo enseja fazer um estudo introdutório nos escritos de Chiara Lubich dado a importância deles enquanto propostas de vivências humanas pautadas no espírito do Evangelho. Considerando o contexto em que vivemos, marcado pela desigualdade social e deturpação na vivência dos valores humanos e evangélicos, vislumbramos no programa da Economia de Comunhão e no Amor Social que nutre o projeto de Chiara Lubich uma perspectiva salutar para alavancar políticas públicas de enfrentamento aos problemas sociais que tem dificultado relações humanas mais inclusivas e menos indiferentes aos excluídos da história. O objetivo de nossa pesquisa, portanto, é demonstrar que a proposta do agir fraterno, do projeto da Economia de Comunhão, proposto por Chiara Lubich, constitui o princípio bíblico de humanização por excelência. A coleta de dados foi feita por meio de pesquisa bibliográfica utilizando-se de livros, artigos e sites. Como resultado desta pesquisa, ressaltamos que o Projeto Economia de Comunhão de Chiara Lubich apresenta a perspectiva de uma prática cristã atenta às precariedades da vida humana como um dos sinais dos tempos de toda a história humana. O carisma de Chiara assinala aspectos de vivências humana pautada no amor fraterno e constitui num verdadeiro convite a fugir da superficialidade da vivência cristã e encarnar o professado amor a Deus num gesto concreto de compromisso com o outro, sobretudo os mais pobres. A vivência do amor, é no entender de Chiara, condição para o verdadeiro conhecimento de Deus, “[...] aquele que não ama não conheceu a Deus, por que Deus é amor [...]” (1 Jo: 1,8).

Palavras-chave: Chiara Lubich. Economia de Comunhão. Humanização.

¹⁶ Bacharel em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Contato: evertonluizdossantos@gmail.com

¹⁷ Doutora em Teologia. Docente da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Contato: j.candioto@pucpr.br



TEOLOGIA E PSICANÁLISE: IMPLICAÇÕES DA TEOLOGIA DA PATERNIDADE DIVINA SOBRE A PSIQUE DEPRESSIVA

Autora: Fernanda Tramontini dos Santos¹⁸
Orientador: Waldir Souza¹⁹

Resumo

Este artigo busca descrever como a espiritualidade católica pode interferir na psique depressiva, quando oferece Deus como Pai, num contexto de acréscimo significativo de casos da doença em todo o mundo e de fragilização da figura paterna no imaginário social. Traz por objetivo propor uma abordagem pastoral sadia com vistas ao acolhimento e cura dessas pessoas, oferecendo-lhes uma teologia da paternidade divina ortodoxa, porém, adequada às suas realidades psíquicas. Para tanto, buscou-se: (I) descrever a participação dos pais na constituição da psique depressiva, segundo a psicanálise lacaniana de Maria Rita Kehl, em “O tempo e o cão” (2009); (II) identificar algumas teologias da paternidade vigentes; e (III) relacionar o semblante paterno/materno constituinte da psiquê depressiva com essas teologias, verificando o possível impacto que uma espiritualidade baseada nelas pode provocar. A metodologia empregada foi bibliográfica qualitativa aplicada com análise de conteúdo. Os resultados são que, considerando as distorções provocadas pelos filtros de representação mental e/ou distorções da doutrina, algumas teologias podem reavivar aspectos doentios do semblante paterno (Pai de Jesus e Pai Criador) ou do materno (Pai da Aliança e Pai Ético). Já o Pai Misericordioso (Lc 15,11-32) pode promover uma espiritualidade que ressignifique o semblante paterno, fraco e ausente, e estabelecer limites ao Outro, encorajando o depressivo a partir rumo aos próprios desejos, ou seja, à cura. Conclui-se que para cada personalidade, sadia ou patológica, cabe uma espiritualidade personalíssima sendo que, no caso da depressão, implica à Igreja partir rumo aos doentes oferecendo-lhes com gratuidade e alegria o banquete celestial.

Palavras-chave: Teologia da paternidade divina. Psicanálise. Depressão.

¹⁸ Bacharela em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Contato: santoscatolicos.arte@gmail.com

¹⁹ Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ). Docente da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Contato: waldir.souza@pucpr.br



SURDO-GAGO CURADO MC 7,31-37: JESUS LIBERTA EM VISTA DA MISSÃO.

Autor: Francisco José Beserra²⁰
Orientador: Vicente Artuso²¹

Resumo

Este trabalho estudo ao relato da cura do surdo e gago que fora trazido a Jesus por algumas pessoas. Neste relato é possível ver que Jesus atende o homem e faz a cura através de uma intervenção curativa que incluía o toque: Jesus tocou nos seus ouvidos e colocou da sua própria saliva na língua do enfermo. Isto demonstra a forma humana pela qual Jesus tratava as pessoas, além de enfatizar a sua empatia, sua compaixão e sua misericórdia pelas pessoas. Neste estudo nota-se que Jesus dá atenção ao enfermo, que era excluído da sociedade por causa da sua enfermidade. Jesus é, portanto, o representante de Deus que recebe os excluídos e ao mesmo tempo é também a porta de integração dessas pessoas marginalizadas na sociedade: uma vez curado o homem falava e ouvia distintamente, o que lhe permitiu integrar-se radicalmente na sociedade dos seus dias, ele que era um marginalizado.

Palavras-chave: Surdo. Gago. Enfermo. Cura. Jesus.

²⁰ Bacharel em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

²¹ Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Docente da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).



A COSMOVISÃO DE LUTERO E SUAS INTERCONEXÕES COM A BIOÉTICA

Autor: Itamar Marques da Silva²²
Orientador: Waldir Souza²³

Resumo

Este artigo analisa a cosmovisão de Lutero e suas interconexões com a bioética. Tal abordagem se justifica pois, meio milênio após a Reforma, constata-se que algumas denominações cristãs, oriundas do movimento iniciado por Lutero, parecem percorrer um caminho inverso do Lutero libertador, apegando-se ao ‘velho’ Lutero pragmático, ignorando a essência cristã que aflorou-se na igreja neotestamentária, indo justamente ao encontro de uma falsa moral cristã, que por vezes oprime em nome da fé. Diante disso, o presente artigo tem como propósito identificar, em perspectiva latino-americana, pontos convergentes com a bioética na vida do Reformador. Para isso aplicou-se a metodologia dedutiva, qualitativa, descritiva e de revisão bibliográfica. Buscou-se assim, nas relações absconditas entre o pensamento de Lutero e alguns princípios da Bioética a conexão com: informação, autonomia e justiça social, bem como, verificou-se no pensamento do Reformador uma provocação libertária em prol dos vulneráveis, que foi esquecida, em sua maioria, por aqueles que celebram Lutero na atualidade. Considera-se, portanto, que há em Lutero uma referência comum para as denominações que não possuem um magistério vertical. No entanto, é preciso celebrá-lo com algumas ressalvas, para não incorrer no erro de potencializar o personagem pragmático, notório a partir de seu alinhamento com a aristocracia, e continuar exilando a face libertária do Reformador.

Palavras-chave: Lutero. Teologia. Bioética. Moral cristã.

²² Bacharel em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

²³ Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ). Docente da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Contato: waldir.souza@pucpr.br.



A MISSÃO EVANGELIZADORA EM CHIARA LUBICH

Autor: Ivanaldo Ferreira De Araujo²⁴
Orientador: Joachim Andrade²⁵

Resumo

Este trabalho investiga a Missão Evangelizadora em Chiara Lubich. Tal abordagem se dá em razão das muitas dificuldades e dos desafios que a Igreja enfrenta para tratar da evangelização no mundo contemporâneo. Este estudo se faz necessário tendo em vista a busca da Igreja em encontrar possíveis soluções diante dos muitos desafios e obstáculos para essa missão. Nesse caminho, a grande esperança foi dada pelo Concílio Vaticano II, que apontou novas ideias e amenizou a crise pela qual passava a Igreja. O objetivo desta pesquisa é mostrar, embora modestamente, que o Carisma da Unidade, nascido da vida de Chiara Lubich, pode contribuir para a caminhada da evangelização da Igreja nos tempos atuais. O fio condutor foram as pesquisas bibliográficas, abalizando-se alguns escritos da Lubich e a relevância de perspectivas para a Nova Evangelização, segundo a própria experiência de Lubich enquanto cristã e fundadora do Movimento dos Focolares. A análise demonstrou, entre outras conclusões, a sucessiva busca da vivência do Evangelho no dia a dia em face de uma sociedade secularizada, individualista, permeada por uma cultura relativista que busca respostas imediatas. A experiência evangelizadora que sustenta o Movimento dos Focolares testemunha atitudes fundamentais para a missão catequizadora nos tempos atuais.

Palavras-chave: Missão. Nova Evangelização. Igreja. Chiara Lubich.

²⁴ Bacharel em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Contato: ivofaraujo@gmail.com

²⁵ Doutor em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Contato: joachimandrade@terra.com.br.



A MISSÃO DA PASTORAL EDUCATIVA NAS ESCOLAS CATÓLICAS E OS SEUS DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE

Autor: Jean Marcos Gregol Gwiazdecki²⁶
Orientador: Cesar Leandro Ribeiro²⁷

Resumo

Este trabalho aborda a ação da Pastoral Educativa frente aos desafios da contemporaneidade. Seu principal objetivo é compreender a missão da Pastoral no ambiente das Escolas Católicas. Para tanto, utiliza-se do método dedutivo, a partir de consulta e pesquisa bibliográfica na literatura das áreas de educação, teologia e pastoral educativa. O artigo apresenta uma síntese do itinerário da evangelização no percurso histórico da Igreja, contextualiza a escola católica na realidade contemporânea e, por fim, reflete sobre o papel da Pastoral Educativa diante de todo esse contexto. Em sua conclusão o artigo aponta para os desafios e oportunidades que os sinais do tempo apresentam para a Igreja e a sua missão de educação-evangelizadora, considerando as iniciativas pastorais do pontificado de Francisco.

Palavras-chave: Teologia. Educação. Evangelização. Pastoral Educativa.

²⁶ Bacharel em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Contato: jean.jmegg@gmail.com

²⁷ Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2018). Docente da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).



O ECUMENISMO NA SEGUNDA CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO EM MEDELLÍN

Autor: José Luiz da Silva Junior²⁸
Orientador: Elias Wolff²⁹

Resumo

Este artigo é resultado de pesquisas nos documentos referentes à Conferência do Episcopado Latino – Americano e Caribenho realizado em Medellín (1968), concatenado com as bibliografias de autores que comentam a respeito, de modo a analisar de que forma essa Conferência orienta o ecumenismo na ação evangelizadora da Igreja Católica na América Latina e no Caribe. Com esse propósito, o objetivo geral foi pesquisar como se apresenta o ecumenismo na II Conferência Geral dos bispos da América Latina e do Caribe e a sintonia com o concílio Vaticano II e o movimento ecumênico na América Latina. Para tanto o percurso contemplou analisar o conteúdo ecumênico presente nas Conclusões da Conferência de Medellín, bem como identificar os objetivos e as dimensões do ecumenismo nas Conclusões da Conferência de Medellín e, também, verificar quais são os principais desafios e as possibilidades para o ecumenismo na Igreja católica da América Latina a partir da Conferência de Medellín. Concretamente, este projeto se efetivou através de uma pesquisa que se caracteriza como bibliográfica qualitativa, numa abordagem analítica que visou obter e identificar, a partir do levantamento dos documentos das Conferências Gerais do CELAM e nos seus comentadores, a movimentação do diálogo ecumênico na região. Os resultados apresentados ficaram circunscritos aos textos do documento final, os quais, segundo os critérios de apreciação desta pesquisa, possuem inferências importantes em relação ao tema “ecumenismo”. Nas considerações finais, o destaque fica por conta da participação na celebração eucarística dos observadores não-católicos, que foi o ponto alto na compreensão da substancial e efetiva presença destes convidados na discussão dos textos de Medellín que tratam do ecumenismo.

Palavras-chave: Conferência de Medellín; Ecumenismo; Concílio Vaticano II; Igreja

²⁸ Bacharel em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

²⁹ Doutor em Teologia pela Gregoriana de Roma. Docente da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).



PERFIL DO PLANEJAMENTO FAMILIAR QUANTO AO CONSENSO ENTRE OS PARCEIROS

Autora: Kathleen Vieira³⁰

Orientador: Mário Antônio Sanches³¹

Resumo

Deus criou o homem e a mulher e ordenou que eles se multiplicassem e enchessem a terra, tornando-se assim partícipes da Criação. Para colaborar com a missão superior é necessário assumir uma paternidade responsável. Muitas vezes essa paternidade não ocorre, e apenas um membro do casal planeja o filho ou este nem mesmo é planejado. Objetivo deste trabalho é relacionar os índices de consenso entre os parceiros e a existência ou não de planejamento familiar. Quanto a metodologia utilizada, trata-se de uma pesquisa descritiva e analítica com abordagem quantitativa. Este estudo é parte de um projeto maior, por isso utiliza, parcialmente, um banco de dados fruto de pesquisa de campo efetivada a partir da aplicação do Instrumento de Pesquisa Planejamento da Parentalidade no Contexto da Bioética. Este instrumento de pesquisa foi elaborado e validado (SANCHES et al, 2015) e consta de 56 questões relacionadas ao planejamento familiar. Deste modo, esta pesquisa é parte de um projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUCPR (Parecer: 770.977, de 27/08/2014). Os questionários foram aplicados em várias localidades do Estado do Paraná situadas em Apucarana, Campo Mourão, Curitiba, Jacarezinho, Londrina, São José dos Pinhás e Toledo. A pesquisa fora realizada em encontros organizados por instituições religiosas, educacionais e sociais entre 2014 e 2018, sendo 45% em encontros no âmbito religioso, 35% em encontros com pais de alunos em escolas e 20% em espaços sociais, como clubes de mães e associações de moradores. O critério de inclusão na pesquisa era ter ao menos um filho e de exclusão estar vivenciando uma gravidez no momento da pesquisa. O banco de dados foi construído como um trabalho conjunto de vários membros do grupo de pesquisa. No total foram respondidos 2.196 questionários válidos relacionados à gravidez do primeiro filho. Os dados sistematizados com uso de software de análise estatística o SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) foram comparados com dados encontrados na literatura. Os dados da pesquisa mostram que dentre os casais que planejaram e conceberam o primeiro filho em consenso recebem melhor a notícia da chegada, com alegria e satisfação, ao passo que aqueles pais que não se planejaram, recebem a notícia da gravidez com preocupação e incerteza.

Palavras-chave: Planejamento Familiar. Igreja Católica. Parentalidade.

³⁰ Bacharela em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

³¹ Doutor em Teologia pela EST. Docente da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).



A TEOLOGIA DO LAICATO NA IGREJA CATÓLICA UCRANIANA NO BRASIL, A PARTIR DO CONCÍLIO VATICANO II

Autor: Marcos Antonio Nogas³²
Orientador: Cesar Leandro Ribeiro³³

Resumo

Este trabalho analisa o protagonismo dos fiéis leigos e leigas na Igreja Católica Ucraniana no Brasil, por meio de argumentos fundamentados nos documentos conciliares e pós-conciliares, do Concílio Vaticano II e nas orientações da igreja oriental, que discorrem sobre o tema. Tal abordagem se justifica, pois essa questão foi abordada no Concílio Vaticano II (1962-1965), que deixou como legado importantes documentos a respeito do assunto. Também a Igreja Católica Ucraniana, por meio de seu Arcebispado-mor, exortou os cristãos leigos e leigas a colocarem seus dons a serviço da Igreja. O objetivo deste estudo é identificar os principais motivos que interferem na conscientização do protagonismo laical na Igreja Católica Ucraniana no Brasil. Este propósito foi possível a partir de pesquisa bibliográfica e por meio de pesquisa exploratória, realizada entre membros do ministério ordenado, pessoas de vida consagrada e cristãos leigos e leigas. A pesquisa de campo foi integralmente realizada por meios eletrônicos, usando a plataforma Qualtrics, o que possibilitou a integridade dos dados, sigilo e aplicação de ferramentas de análise das informações. O resultado demonstrou que existem ações propostas pela hierarquia da Igreja Ucraniana, alinhadas com as orientações dos documentos pós-conciliares. Os respondentes da pesquisa apresentaram percepções distintas sobre os temas e, apesar do tema do protagonismo ser considerado importante, a figura do cristão leigo está intimamente ligada ao trabalho pastoral supervisionado.

Palavras-chave: Protagonismo. Leigos. Leigas. Concílio. Igreja Ucraniana. Paróquia Viva.

³² Bacharel em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

³³ Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2018). Docente da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).



A NARRATIVIDADE COMO CAMINHO DE EVANGELIZAÇÃO INSPIRADA NA PREGAÇÃO DO PE LÉO - COMUNIDADE BETHÂNIA

Autora: Maria Aparecida Toledo Fortunato³⁴
Orientador: Roberto Nentwig³⁵

Resumo

O artigo trata do tema da narratividade como caminho de evangelização, inspirando-se na pregação do padre Léo – Comunidade Bethânia. Consideramos que a narrativa é uma ferramenta muito atual e eficaz para se proclamar o Evangelho. O trabalho parte da contação de histórias, um recurso de comunicação que perpassa as culturas e é altamente positiva como expressão verbal. Posteriormente, aborda-se a narratividade na evangelização, tendo em conta que a Revelação é a narrativa da história de Deus com o seu povo, especialmente a vida de Jesus de Nazaré. O artigo traz, por fim, a figura do Padre Léo, um sacerdote que revolucionou a maneira de evangelizar pela narrativa: um pregador alegre e irreverente, que contava piadas, *causos* ao modo mineiro, dançava, cantava, sempre bem fundamentado nas Sagradas Escrituras. O objetivo final, portanto, é mostrar como a pregação deste personagem traz luzes para uma evangelização narrativa, seguindo o exemplo de Jesus, que anunciou o Reino através de parábolas.

Palavras-chave: Contação de Histórias. Narratividade. Evangelização. Pregação. Padre Léo.

³⁴ Bacharela em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

³⁵ Doutor em Teologia pela PUC-RJ (2017). Docente da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e do Studium Theologicum em Curitiba. Contato: beto.catequese@gmail.com.



O SÍNODO DA AMAZÔNIA NA PERSPECTIVA ECOFEMINISTA LATINO-AMERICANA

Autora: Maria Cristina Cachova de Paiva³⁶
Orientadora: Jaci de Fátima Souza CandiOTTO³⁷

Resumo

Considerando que a realidade planetária está ameaçada pelo processo de entropia provocada pela intervenção humana, que desconsidera a sacralidade da vida e a realidade de sofrimento das mulheres em decorrência da mentalidade patriarcal, a proposta deste artigo é pontuar aspectos convergentes entre a reflexão teológica ecofeminista, e o Sínodo da Amazônia que pode efetivamente contribuir para ações afirmativas de superação da mentalidade patriarcal, marcada pelo dualismo que associa homem à cultura e mulher à natureza, tendo como consequência legitimar a explorar de ambas. O propósito será conseguido a partir da pesquisa bibliográfica e documental, com especial atenção ao documento sinodal e pós sinodal. A análise dos documentos postulou muitas luzes para a superação dessas grandes problemáticas assinaladas, exaltando a necessidade de uma conversão em muitos sentidos, como meio para se alcançar uma ecologia integral. E, para a teologia ecofeminista, é condição sine qua para um mundo sustentável, a supuração dos dualismos, que tem sustentado hierarquias de dominação e exploração tanto da natureza quanto das mulheres.

Palavras-chave: Sínodo. Amazônia. Ecofeminismo.

³⁶ Bacharela em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Contato: cachovadepaiva@gmail.com

³⁷ Doutora em Teologia. Docente da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Contato: j.candiOTTO@pucpr.br



A CRENÇA NO PURGATÓRIO APÓS O CONCÍLIO VATICANO II

Autor: Mario Malechi³⁸

Orientador: Cesar Leandro Ribeiro³⁹

Resumo

Este trabalho, sob o título a Crença no Purgatório após o Concílio Vaticano II, faz uma abordagem da Doutrina Escatológica, a qual do ponto de vista teológico tem gerado para muitos um campo de estudos intangível. O objetivo é analisar o purgatório contemplando uma clarificação histórica mais contundente em sua significação, como dogma para uma atualização de suas atribuições doutrinárias. O purgatório é aqui descrito, de modo geral, sobretudo a partir do pensamento de Renold Blanck, como um estado intermediário das almas que alcançaram a salvação, necessitando ainda de uma purificação final; trata-se de um sinal de esperança na última oferta de misericórdia de Deus após a morte. O artigo trabalha na intenção de apresentar o purgatório dentro de suas reais atribuições doutrinárias dogmáticas, em que a teologia pós Concílio Vaticano II apresenta uma atualização e revitalização.

Palavras-chave: Purgatório; Escatologia; Esperança; Vaticano II

³⁸ Bacharel em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

³⁹ Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2018). Docente da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).



SINODALIDADE: A IGREJA SEVIDORA DO TERCEIRO MILÊNIO

Autora: Marisol Gabasa Barrachina⁴⁰
Orientador: Miguel Fernando Rigoni⁴¹

Resumo

Este trabalho, propõe destacar a importância do agir nos tempos atuais, como Povo de Deus de forma sinodal. Através de pesquisa e releitura das características das primeiras comunidades cristãs e dos documentos conciliares do Vaticano II e pós conciliares. Com destaque para a particularidade do Papa Francisco e sua teologia “sempre reformada”, que identifica as necessidades do povo de Deus no terceiro milênio, do caminhar juntos na práxis da escuta e do discernimento desde as estruturas clericais até as comunidades particulares respeitando a forma multifacetada do atual cristão. A sinodalidade contribui para que o povo de Deus tenha um co-protagonismo na missão evangelizadora, com diretrizes responsáveis que trazem mudanças às grandes questões do mundo moderno. Refletindo sobre a recente experiência do Sínodo da Amazônia, pode-se concluir que a sinodalidade sob ação do Espírito Santo, trouxe para estudo, futuras mudanças assuntos essenciais para o caminhar da Igreja de forma a se identificar como verdadeira encarnação de Cristo na história.

Palavras-chave: Sinodalidade. Povo de Deus. Papa Francisco.

⁴⁰ Graduada em Administração (UFPR), Pós Graduada em Finanças (FAE) e Bacharela em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

⁴¹ Doutor em Teologia (PUCPR). Docente da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).



MANIFESTAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO: UNÇÃO E/OU EMOÇÃO.

Autora: Maysa Muniz de Melo Jorge Gonçalves⁴²
Orientador: Marcio Luiz Fernandes⁴³

Resumo

A manifestação do Espírito Santo ou o Batismo com/no Espírito Santo ocorreu no pentecostes e apresenta seu relato no Livro de Atos, capítulo 2. Nos dias de hoje Igrejas conhecidas como pentecostais, buscam e pregam o reviver dessa manifestação. Com a expansão do movimento pentecostal, certas manifestações se tornaram objeto de observação e questionamento por suas reações externadas, que aproximam-se muito de performances teatrais. Esta pesquisa visa analisar e comparar as manifestações descritas em Atos e nos dias de hoje, e com o auxílio de outras ciências, refletir sobre a relação do sobrenatural com as emoções, e o lugar da emoção na experiência religiosa cristã pentecostal e sua relevância na vida relacional do indivíduo.

Palavras-chave: Espírito Santo. Manifestação. Atos. Pentecostal.

⁴² Bacharela em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

⁴³ Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Lateranense - Doutor em Psicologia pela USP. Docente da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).



CORPOREIDADE E CUIDADO: INTERFACES ENTRE TEOLOGIA E BIOÉTICA

Autor: Michel Eriton Quintas⁴⁴
Orientador: Waldir Souza⁴⁵

Resumo

A sociedade atual está marcada pelo paradigma da tecnologia, da técnica e da biotecnociência. O corpo, no que lhe concerne, relaciona-se com este contexto. Assim, com o objetivo de reconhecer os pressupostos éticos que podem contribuir no debate sobre as dificuldades e limites relacionadas ao poderio biotecnocientífico, que não deve intervir de maneira irrestrita no corpo, o presente artigo dialoga com as categorias de corporeidade e cuidado nas interfaces entre Teologia e Bioética. Para tanto, faz-se necessário um itinerário de construção de um panorama que contemple: a antropologia teológica; os diferentes olhares sobre a corpo na história; e a superação dos dualismos, fomentando equilíbrio e perspectivas integrais do ser humano. A metodologia empregada é bibliográfica com análise de conteúdo. O método, por sua vez, contempla pesquisas qualificadas nos campos da Antropologia Teológica, da Bioética e das análises da sociedade hodierna. Conclui-se, então, que cuidar do próprio corpo e do corpo do outro são tarefas essencialmente cristãs e urgentes em Bioética. Por fim, importa mencionar que o presente trabalho se insere numa perspectiva de aprofundamento, sobretudo pela necessidade de segmentação do conhecimento para responder aos complexos problemas contemporâneos.

Palavras-chave: Corpo. Cuidado. Antropologia teológica. Bioética.

⁴⁴ Bacharel em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. E-mail: michel.quintas@pucpr.edu.br

⁴⁵ Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ). Docente da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Contato: waldir.souza@pucpr.br.



VIDA, MORTE E RESSURREIÇÃO

Autora: Nilse Rosa de Siqueira⁴⁶
Orientador: Ildo Perondi⁴⁷

Resumo

Este estudo desenvolve uma reflexão sobre a visão da vida, morte e ressurreição. A razão deste trabalho é justamente destacar os tópicos relacionados ao tema e mencionar as profecias da vida, morte e ressurreição de Cristo e da vida humana como mistério unificador de toda a nossa fé, com o objetivo de analisar o desenvolvimento dos estudos, nos livros e nas Sagradas Escrituras, que refletem mais a relação entre a vida e a morte, e a suposta continuidade da vida. Por meio de pesquisa bibliográfica, o estudo mostrou a importância da crença em situações referentes à espiritualidade e nas quais se apresenta o sentido do sagrado, a vida cristã e as obras de Deus para o significado pessoal. Em seguida o trabalho se direciona para a fé depositada na vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo, a partir da abordagem segundo 1Cor 15, em que o apóstolo Paulo procura solucionar as dúvidas que a comunidade de Corinto tinham em relação à ressurreição dos mortos e que continuam em muitos ambientes de hoje. A fundamentação bíblica sobre o tema da ressurreição torna-se fonte de esperança para todas as pessoas cristãs, em todos os tempos, e fonte de iluminação também para as pessoas que hoje carregam a cruz de cada dia.

Palavras-chave: Vida. Morte. Ressurreição. Espiritualidade. 1Coríntios.

⁴⁶ Bacharela em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

⁴⁷ Doutor em Teologia. Docente da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).



TEOLOGIA E CULTURA MIDIÁTICA CONTEMPORÂNEA: ENSINO RELIGIOSO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Autora: Regina de Holanda Gamboa Almeida⁴⁸
Orientador: Miguel Fernando Rigoni⁴⁹

Resumo

O presente artigo propõe o uso da metodologia de educação a distância como forma de auxiliar o ensino religioso e disseminar a tolerância religiosa. Partindo de uma análise do relacionamento da Igreja Católica Apostólica Romana com os meios de comunicação em massa, principalmente com o marco anual do Dia Mundial das Comunicações Sociais, foi possível constatar uma abertura contínua e crescente da instituição para as novas tecnologias e canais midiáticos, em prol da evangelização. Em conjunto com essa análise, um diagnóstico sobre o panorama da realidade do ensino religioso brasileiro, apontou que é necessário soluções que ajudem a combater a intolerância religiosa dentro da sala de aula. Dessa forma, é proposto o aplicativo de *smartphones* Religare, que utiliza-se da metodologia EaD para expor as diferentes religiões da cultura brasileira, com a premissa de difundir a tolerância religiosa ao comparar as simbologias que se assemelham entre as diversas religiões.

Palavras-chave: Concílio Vaticano II. Dia Mundial das Comunicações Sociais. Ensino religioso. Intolerância religiosa. Educação a distância.

⁴⁸ Bacharela em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Contato: regina.hgamboa@hotmail.com

⁴⁹ Doutor em Teologia (PUCPR). Docente da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Contato: miguelrigoni@gmail.com



SIMONE WEIL: A DESCRIAÇÃO HUMANA EM UMA DIMENSÃO KENÓTICA

Autora: Silvana de Oliveira Sitarz⁵⁰
Orientadora: Andréia Cristina Serrato⁵¹

Resumo

Este trabalho descreve a mística da Kenósis em Simone Weil (1909-1943). Tal abordagem se faz necessária como meio de transformação para o ser humano, de modo que ao fazer a experiência do sofrimento do outro, este possa ser resignificado pela graça de Deus, processo que possibilita um esvaziamento de si. A finalidade deste estudo encontra-se em apresentar a mística kenótica de Weil não como "fuga do mundo", assim entendida por muito tempo, mas como integração do ser humano à sociedade. Este propósito será conseguido a partir da revisão bibliográfica básica estratégica, utilizando como apoio e referência principal "Espera de Deus" e "O Enraizamento", escritos por Weil. Considerando que em Weil a sua experiência se deu em uma busca intensa pela verdade, totalmente a margem de uma religião institucionalizada, sua experiência de encontro com o sagrado aconteceu em um processo Kenótico. Assim afirmamos que a não participação em uma Instituição religiosa não impede a pessoa de realizar a experiência mística de encontro profundo com o Senhor da Vida e nem a torna descrente. Uma procura de sentido incansável a ponto de perceber que a busca de Deus se torna espera de Deus experimentada na Graça.

Palavras-chave: Simone Weil. Mística. Graça.

⁵⁰ Bacharela em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Contato: silvanasitarz@gmail.com

⁵¹ Doutora em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2015). Docente da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Contato: andreia.serrato@pucpr.br.



O PARADOXO DO MATRIMÔNIO CRISTÃO: ENTRE O PERENE E O EFÊMERO

Autor: Silvio Sant'Ana Leandro⁵²
Orientadora: Jaci de Fátima Souza CandiOTTO⁵³

Resumo

O presente estudo tem como objetivo analisar de que forma a pastoral matrimonial pode contribuir para os problemas que as famílias vêm enfrentando no contexto das grandes mudanças na atualidade. Um dos maiores problemas que se tem dificultado uma fecunda vivência entre os casais está situado no paradoxo que se apresenta entre a vida cristã e a vida do “mundo”. Por um lado, uma fé fundada na crença de relações perenes – “até que a morte os separe” –, e por outro lado uma realidade cultural do efêmero, do descartável. Questiona-se a pastoral familiar pode ser uma ação afirmativa e colaborativa para o enfrentamento dessa realidade? Para a realização desta atividade de pesquisa nos orientamos pela pesquisa bibliográfica e documentos da Igreja. Como resultado da pesquisa, pontuamos que a Igreja enquanto instituição, e como comunidade de crentes, não está alheia à realidade do mundo e por isso mesmo atenta aos desafios que esta apresenta para os seus seguidores. A proposta de uma espiritualidade familiar conjuga com o anseio humano pelo sentido da vida e das relações.

Palavras-chave: Matrimônio. Espiritualidade. Pastoral.

⁵² Bacharel em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Contato: silviosantleandro@gmail.com

⁵³ Doutora em Teologia. Docente da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Contato: j.candiOTTO@pucpr.br



O MINISTÉRIO PRESBITERAL EM QUESTÃO

Autora: Solange de Oliveira dos Santos⁵⁴
Orientador: Roberto Nentwig⁵⁵

Resumo

Este trabalho resgata a identidade do ministério presbiteral de um modo contextualizado. O artigo tem os seguintes objetivos: refletir sobre a identidade e exercício do ministério presbiteral na Igreja Católica no contexto atual; traçar breve panorama dos desafios da vida presbiteral diante da mudança de época e apontar luzes para o exercício ministerial na atualidade. Adotou-se a metodologia histórico-indutiva e descritiva. A revisão bibliográfica se deu a partir de documentos da Igreja, livros de especialistas na temática e arquivos de revistas impressas e online. A pesquisa apontou para a necessidade de um resgate da teologia pós conciliar do ministério ordenado, diante de tentativas de interpretá-lo de modo anacrônico. Além disso, elencamos alguns desafios e conflitos, tais como: psicoafetividade, homoafetividade, celibato, abusos sexuais, carreirismo, clericalismo, Síndrome de Burnout, entre outros. As autoridades eclesiais têm sido desafiadas a enfrentar com coragem tais problemáticas. Concluiu-se que a crise que assombra a Igreja não lhe é exclusiva, pois o momento contemporâneo é marcado pela crise institucional. Faz-se necessário considerar o presbítero como um ser humano, em toda sua integralidade. A própria Igreja é responsável, com a luz do Espírito, para formá-lo e cuidá-lo, além mudar estruturas que ajudem a aprimorar o exercício ministerial.

Palavras-chave: Ministério presbiteral. Identidade. Crises/conflitos.

⁵⁴ Bacharela em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Contato: sololisantos@gmail.com.

⁵⁵ Doutor em Teologia pela PUC-RJ (2017). Docente da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e do Studium Theologicum em Curitiba. Contato: beto.catequese@gmail.com



O SACRAMENTO DO MATRIMÔNIO E OS (RE)CASADOS: NOVAS FRONTEIRAS PASTORAIS, POSSIBILIDADES E LIMITES

Autora: Terezinha Roesler⁵⁶
Orientador: Miguel Fernando Rigoni⁵⁷

Resumo

O texto apresentado aborda aspectos relacionados ao sacramento do matrimônio para a Igreja Católica Apostólica Romana, enfatizando a situação dos casais recasados. Tal estudo se faz necessário diante das transformações sociais ocorridas na contemporaneidade, as quais vêm modificando as estruturas familiares. Nesse sentido, apontam-se novos caminhos de acolhimento aos casais recasados, através dos ensinamentos da Igreja, a fim de que esses fiéis cristãos possam participar da vida eclesial de forma completa. As discussões contemplam uma reflexão metodológica de análise bibliográfica e documental com o objetivo de fazer uma releitura a respeito das formas de enfrentamento das situações que envolvem os casais divorciados e separados. Para tanto, discute-se como a Igreja concebe o casamento, destaca-se a atuação pastoral no acolhimento e bem estar das famílias, incluindo os casais recasados, e apresenta a recente Pastoral Judiciária, que surge da reforma do processo de nulidade matrimonial, realizada pelo Papa Francisco depois do Sínodo Extraordinário da Família, que ocorreu no ano de 2014. A pesquisa evidenciou a existência de diversas ações eclesiais que se destinam a conduzir os casais recasados para participarem da vida cristã no interior de suas comunidades.

Palavras-chave: Matrimônio. Casais recasados. Pastoral judiciária.

⁵⁶ Bacharela em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

⁵⁷ Doutor em Teologia (PUCPR). Docente da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).



A *LAUDATO SI* NA FORMAÇÃO DAS PROFESSORAS E DOS PROFESSORES DE ENSINO RELIGIOSO

Autor: Tiago Trevisan⁵⁸
Orientador: Elias Wolff⁵⁹

Resumo

O artigo aborda a temática “Cristianismo e ecologia: a *Laudato Si* na formação das professoras e dos professores de ensino religioso”. Tal pesquisa insere-se em uma perspectiva que busca, considerando a reflexão do cristianismo sobre a urgência do cuidado com a casa comum, apontar elementos importantes que permitam aos professores e às professoras de ensino religioso realizarem uma prática pedagógica transformadora, visando construir uma cidadania ecológica. O objetivo do artigo é analisar de qual modo a teologia cristã, na sua relação com a ecologia, fundamentada na perspectiva apresentada na *Laudato Si*, pode auxiliar oferecendo luzes na formação continuada dos professores e das professoras de ensino religioso. Assim, construiu-se a dimensão teórica, através de coletas de materiais com indicações de fontes em livros, revistas especializadas, artigos científicos, Bíblia, exortações apostólicas, encíclicas e no Concílio Vaticano II. Como resultado destaca-se a urgência do cuidado com a casa comum, que é responsabilidade de toda a família humana. Toda a reflexão, se insere na linha da ecoteologia, que propicia o diálogo e a construção de pontes, visando o bem comum. O ensino religioso escolar, de fato é um espaço privilegiado para tais abordagens. Para tanto, ao inserir a dimensão ecológica da fé cristã na formação continuada, pode-se assim superar o saber ingênuo, de modo a construir novas práticas pedagógicas e efetivar a transformação, a qual tem por base as ações cotidianas e a maturação de novos hábitos, superando a necessidade desacerbada pelo consumir, pelo ter, pelo prazer e pelo poder.

Palavras-chave: Fé cristã. Ecoteologia. Ensino religioso.

⁵⁸ Bacharel em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

⁵⁹ Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana (2000). Docente da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).



A JUSTIÇA SOCIAL NO PROFETA AMÓS

Autora: Veranilde Alves Costa Loch⁶⁰
Orientador: Alceu Luiz Orso⁶¹

Resumo

O profeta é aquele que é instrumento de Deus, a voz de Deus, aquele que vê as injustiças e as denuncia, chama para a realidade os opressores e os adverte de que não adianta oferecerem sacrifícios para Deus e colocarem uma carga muito grande aos vulneráveis. Amós, chamado de o Profeta da Justiça e do Direito, em seu tempo, em seu contexto teve o que o povo hebreu teve, o que Jesus Cristo teve: a preocupação com os mais vulneráveis: os órfãos, as viúvas e os estrangeiros. E que estes mesmo opressores busquem a Deus em sua essência e deixem a corrupção, a imoralidade e deixem de esmagar o pobre, fazendo com que se desviem; assim o Livro do Profeta Amós tendo o caráter de Deus, é um grito profético em favor da justiça e da retidão; também diz claramente quão abominável é para Deus a oração e sacrifícios e rituais separadas da conduta reta. Na atualidade temos vários profetas que denunciam a exploração, a injustiça e o direito social. Temos os Papas, que traves da Tradição de Igreja Católica, pela ação do Espírito Santo, trazem documentos fortes sobre as injustiças sociais e, orientando assim, como ser cristão. Temos os mártires, como a Irmã Dorothy Mae Stang, assassinada no Estado do Pará, por defender os sem-terra. Temos nas Pastorais Sociais, Dom Helder Câmara que lutou por a dignidade do ser humano e como não falar na Dra. Zilda Arns Neumann, fundadora da Pastoral da Criança e da Pessoa Idosa.

Palavras-chave: Justiça, Direito, Religião, Vulneráveis.

⁶⁰ Bacharela em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

⁶¹ Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Docente da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).



NOMINATA DE AVALIADORES AD HOC 2020 (V 5, N 1 E 2)

Adriano Lima

Faculdades Batista do Paraná / Centro Universitário UNINTER

Alonso Gonçalves

Faculdade Teológica Sul Americana

Claudio de Oliveira Ribeiro

Universidade Federal de Juiz de Fora

Danielle Ventura de Lima Pinheiro

Universidade Federal da Paraíba

Everton Nery Carneiro

Universidade do Estado da Bahia

Fabio Py

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Gilbraz de Souza Aragão

Universidade Católica de Pernambuco

Irênio Chaves

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Margareth Pereira Arbués

Universidade Federal de Goiás

Maria Cecília dos Santos Ribeiro Simões Rodrigues

Universidade Federal de Juiz de Fora

José Reinaldo de Araújo Quinteiro

Universidade de Rio Verde



Roberlei Panasiewicz

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Ronei Rocha Barreto de Souza

Universidade Federal do Oeste da Bahia

Uipirangi Silva Câmara

Centro Universitário UniOpet | Faculdade Educacional da Lapa

Sandra Célia Coelho Gomes da Silva

Universidade do Estado da Bahia

Tiago de Fraga Gomes

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Valerio Hillesheim

Universidade do Estado da Bahia

Wilhelm Sell

Faculdades EST